

Thiago Nunes Soares
Silvânia de Jesus Pina (Orgs.)

HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

Novas Abordagens



Volume 1

Colônia e Império



Como bem afirma Jacques Revel (1998), em seu livro *Jogos de Escalas*, não podemos conhecer o todo sem conhecer as partes. Nesse sentido, o trabalho ora apresentado é muito importante para que possamos desvendar os diferentes aspectos da história de Pernambuco nos períodos colonial e imperial e dessa forma, podermos ajudar a compreender a História do Brasil e a História de Pernambuco, que conforme é voz corrente entre os historiadores, esta ainda é muito pouco estudada. A opção pela realização de um estudo regional, possibilitando-nos conhecer a estrutura da sociedade pernambucana, o seu cotidiano, as possibilidades de sociabilidades, as opções de lazer, o patrimônio cultural, aspectos religiosos é muito interessante, pois contribuí em muito para alargar o conhecimento sobre a História pernambucana. Assim como acontece em outras regiões do país, os saberes apresentados nesta obra, são resultados de pesquisas realizadas em cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, seguindo mesmo, uma tendência crescente da produção acadêmica do país capitaneada pela produção de dissertações de mestrado, teses de doutorado. Outra riqueza dessa obra é que grande parte dos textos apresentados são fundamentados por fontes históricas e pesquisas científicas inéditas. A obra evidencia para nós historiadores uma multiplicidade de fontes que podem ser trabalhadas em nosso ofício, para desvendar conhecimento acerca do viver no passado, trazendo à luz os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.... Nesse sentido, no decorrer da leitura da obra vamos encontrar essa variedade de fontes, tais como: cartas, escritos de memorialistas, periódicos, Processos Inquisitoriais, escritos de viajantes, correspondências oficiais do Estado, Estatutos de Ordens Religiosas ou Leigas, iconografia, testamentos, documentação de Irmandades, monumentos, Leis, Decretos, Relação nominal de entrada de escravos, regulamento de casas de detenção, Relatórios de Presidente de Província.

Sebastião Pimentel Franco

Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Professor do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC).



História de Pernambuco



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

História de Pernambuco

Novas abordagens

Volume 1: Colônia e Império

Organizadores

Thiago Nunes Soares
Silvânia de Jesus Pina



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Arte de Capa: Victor Meirelles (1879) – Batalha de Guararape (Museu Nacional de Belas Artes, RJ).

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SOARES, Thiago Nunes; PINA, Silvânia de Jesus (Orgs.)

História de Pernambuco: novas abordagens - Volume 1: Colônia e Império [recurso eletrônico] / Thiago Nunes Soares; Silvânia de Jesus Pina (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

490 p.

ISBN - 978-65-5917-303-7

DOI - 10.22350/9786559173037

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Pernambuco; 2. Colônia; 3. Império; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio **11**

Sebastião Pimentel Franco

Parte 1 **Educação e religião na Colônia**

1 **25**

A escola no tempo da Capitania: Olinda, Século XVI

Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho

2 **52**

Separados e marcados pela cor: oficiais pardos na luta por distinção social nas tropas militares em Pernambuco (XVIII)

Janaina Santos Bezerra

3 **78**

A ordem franciscana em Pernambuco: regra e vida ativa no Século XVIII

Amanda Pricilla Pascoal da Silva Trindade

4 **104**

Irmandades de Leigos no Brasil: o caso de Vitória de Santo Antão (1755 a 1920)

Anderson José Siqueira da Silva
Douglas Batista de Moraes

Parte 2 **Política e economia no período colonial**

5 **131**

A capitania de Pernambuco e o tráfico atlântico de escravizados: interesses e ações de uma elite colonial na África, Séculos XVI e XVII

Leandro Nascimento de Souza

6 **157**

Pernambuco entre sociabilidades e conflitos no setecentos

Emerson Melquiades Ribeiro
Mayara Cristina Gomes de Brito

7 **182**

Colonização, extração do Pau-Brasil e empresa açucareira no Pernambuco Colonial

Edson João da Silva

Parte 3

Patrimônio e sociedade em tempos coloniais

8 **201**

Entre vilas e cidades: uma reflexão teórica acerca dos modelos edificados na Itamaracá do período colonial brasileiro

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

9 **222**

Os espaços de legitimação de poder, da dominação e da desigualdade étnico-racial na zona da Mata Sul de Pernambuco

Eduardo Augusto de Santana
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

10 **248**

Análise descritiva preliminar da preservação dos engenhos de Vitória de Santo Antão - PE

Sófocles Luciano Bittencourt Nascimento
Marcelo Hermínio dos Santos

Parte 4

Escravidão e política no Império

11 **287**

Escravidão velada: os africanos livres e o Arsenal de Guerra de Pernambuco (1854-1864)

Wellington Barbosa da Silva
Paulo Vinícius Nunes Fernandes

12 **312**

“Gozando dos foros de homem livre”: cenas da agência escrava à luz das dinâmicas de encarceramento no Recife Oitocentista (1861-1874)

Aurélio de Moura Britto
Thiago Nunes Soares

13 **337**

Homens ilustrados: um perfil formativo dos vereadores do Recife no Século XIX

Williams Andrade de Souza

Parte 5
Religião, cidade e cultura no império

14 **363**

Festas religiosas, sociabilidades e normatização cultural no Recife (1810-1848)

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos

15 **391**

Igreja e clero em Pernambuco: conflitos, tensões e polêmicas

Robson Pedrosa Costa

16 **419**

A cidade do Recife, a sua população e a mendicidade

Grasiela Florêncio de Moraes

17 **439**

A maxambomba do Recife: trilhos urbanos e os relatórios dos presidentes de província (1861-1869)

Anderson Botelho

18 **466**

Fotografia e sociedade no Recife durante a segunda metade do Século XIX

Wanessa de Lima Teles

Maria Isabela Mendonça dos Santos

Prefácio

*Sebastião Pimentel Franco*¹

Foi com muita alegria que recebi o convite para prefaciar o livro organizado por meu colega de ofício, o historiador Thiago Nunes Soares e Silvânia de Jesus Pina dos Santos, v. 1 História de Pernambuco: novas abordagens- Colônia e Império. A obra está dividida em 5 partes, a saber: educação e religião na Colônia, política e economia no período colonial, patrimônio e sociedade em tempos coloniais, escravidão e política no Império e finalizando, religião, cidade e cultura no Império.

Como bem afirma Jacques Revel (1998), em seu livro *jogos de Escalas*, não podemos conhecer o todo sem conhecer as partes. Nesse sentido, o trabalho ora apresentado é muito importante para que possamos desvendar os diferentes aspectos da história de Pernambuco nos períodos colonial e imperial e dessa forma, podermos ajudar a compreender a História do Brasil e a História de Pernambuco, que conforme é voz corrente entre os historiadores, esta ainda é muito pouco estudada.

A opção pela realização de um estudo regional, possibilitando-nos conhecer a estrutura da sociedade pernambucana, o seu cotidiano, as possibilidades de sociabilidades, as opções de lazer, o patrimônio cultural, aspectos religiosos é muito interessante, pois contribuí em muito para alargar o conhecimento sobre a História pernambucana. Assim como acontece em outras regiões do país, os saberes apresentados nesta obra,

¹ Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Professor do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC).

são resultados de pesquisas realizadas em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, seguindo mesmo, uma tendência crescente da produção acadêmica do país capitaneada pela produção de dissertações de mestrado, teses de doutorado.

Em obra organizada por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996), *Usos e abusos da história oral*, essas pesquisadoras já chamavam a atenção que obras de natureza regional ajudam a modificar de forma substancial a organização espacial do país, pois histórias pouco conhecidas de determinados locais passam a despertar e chamar a atenção.

A opção por um estudo regional também nos parece significativo, tal como aponta Vera Alice Cardoso (1980, p. 46), pelo fato de que este nos permite conhecer uma nova ótica, de compreensão e de análise de cunho nacional, aflorando o específico, o particular, permitindo trabalhar diferenças e multiplicidade. Ainda de acordo com a mesma autora, não se pretende que essa história substitua processos estruturais, nem que o somatório de um estudo resulte numa história nacional, mas se espera, que possa oferecer “[...] elementos insubstituíveis para estudos comparativos e esta contribuição apenas a justifica e a torna necessária”.

Outra riqueza dessa obra é que grande parte dos textos apresentados são fundamentados por fontes históricas e pesquisas científicas inéditas. A obra evidencia para nós historiadores uma multiplicidade de fontes que podem ser trabalhadas em nosso ofício, para desvendar conhecimento acerca do viver no passado, trazendo à luz os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.... Nesse sentido, no decorrer da leitura da obra vamos encontrar essa variedade de fontes, tais como: cartas, escritos de memorialistas, periódicos, Processos Inquisitoriais, escritos de viajantes, correspondências oficiais do Estado, Estatutos de Ordens Religiosas ou Leigas, iconografia, testamentos, documentação de Irmandades, monumentos, Leis, Decretos, Relação

nominal de entrada de escravos, regulamento de casas de detenção, Relatórios de Presidente de Província.

Na parte I do livro que abarca as temáticas Educação e religião na Colônia, o autor Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho nos brinda com o texto **A escola no tempo da Capitania: Olinda, século XVI**. Embora o autor nos avise de pronto de como é difícil se trabalhar com fragmentos, com as lacunas inevitáveis que a temática apresenta, o mesmo nos evidencia conhecer o tipo de instrução oferecida a população, quem tinha acesso a essa instrução, as escolas existentes para ambos os sexos, quem eram os professores. Em seguida, vem o texto **Separados e marcados pela cor: oficiais pardos na luta por distinção social nas tropas militares em Pernambuco (XVIII)**, de Janaína Santos Bezerra, evidenciando as dificuldades interpostas para as pessoas de cor (negros e pardos), livres ou forros, no período colonial, no que concerne a alcançarem ascensão social, tomando como referência o ingresso nas tropas militares. Para que se pudesse burlar esses impedimentos postos era preciso que os homens da época tivessem que se livrar do “mal”, qual seja produzir um apagamento das marcas da cor. Em seguida, encontramos o texto de autoria de Amanda Pricilla Pascoal da Silva Trindade intitulado **A Ordem Franciscana em Pernambuco: regra e vida no século XVIII**. Evidenciando como se realizava a seleção de entrada de noviços na Ordem Franciscana, apresenta-nos de como era difícil o acesso das camadas menos favorecidas a essa Ordem, até mesmo porque, umas das condições postas para o ingresso era que o indivíduo fosse letrado e como sabemos no Brasil, a escolarização era apanágio de muito poucos, onde escravos e seus descendentes estavam impedidos terminantemente dessa possibilidade. Finalizando essa primeira parte vamos encontrar o texto de Anderson José Siqueira da Silva e Douglas Batista de Moraes, **Irmandades de leigos no Brasil: o caso de Vitória de**

Santo Antão (1755-1920). Os autores nos trazem uma nova faceta surgida após a reforma Protestante, capitaneada pelo movimento de Contrarreforma, no intuito de garantir a consolidação da fé católica, por meio da criação das Irmandades Leigas. Os autores nos apontam, que para se constituírem, essas Ordens precisavam serem acolhidas por uma Igreja. Apontam ainda a importância dessas Ordens dentro da sociedade local, uma vez que não somente seus membros recebiam por parte delas a caridade, mas também “[...] às pessoas carentes que não eram associadas a tal instituição [...]”. Por fim, expõem os autores, que essas Irmandades eram responsáveis também por garantir uma “boa morte” aos seus filiados, preocupação essa que permeava no imaginário do homem do Brasil colonial.

Na segunda parte da obra, que trata da temática Política e economia no período colonial, Leandro Nascimento de Souza abre os trabalhos nos apresentando o texto **A capitania de Pernambuco e o tráfico Atlântico de escravizados: interesses e ações de uma elite colonial na África, séculos XVI e XVII**, é exposto a importância de Pernambuco nesta atividade econômica e aponta ainda que essa capitania era à época uma das que mais recebiam escravos negros vindos da África, só ficando atrás do Rio de Janeiro e da Bahia. Expõe ainda o autor outro elemento importante ao evidenciar “[...] os interesses da elite política da capitania de Pernambuco sobre os negócios do outro lado do Atlântico”. Nos mostra ainda que, além da capitania a própria Coroa portuguesa tinha grande interesse nessa atividade “[...] pois [esta] obtinha muito lucro com as taxas e tributos no embarque e desembarque desses escravizados nas duas costas do Atlântico”. A leitura do texto portanto, nos possibilita em muito compreender como se deu o tráfico desses escravos no período estudado pelo autor.

Em **Pernambuco entre sociabilidades e conflitos no setecentos**, Emerson Melquiades Ribeiro e Mayara Cristina Gomes de Brito, os autores nos falam de pronto, da importância de se estudar a História de Pernambuco em relação ao setecentos uma vez que o arco temporal desse estudo entre 1715 e 1817 é ainda ignorado ou pouco explorado pela historiografia.

No texto podemos conhecer a sociedade local e como esta se organizava, podemos visualizar o cotidiano e o viver da população, as aflições e dificuldades vividas especialmente em função das doenças que afligiam a todos, tais como a febre amarela, a fome que rondavam especialmente aos mais empobrecidos, a carestia, as crises de abastecimento.

Finalizando esta parte vemos o texto **Colonização, Extração do Pau-brasil e Empresa Açucareira no Pernambuco Colonial**, de Edson João da Silva, que nos oferece uma compreensão das primeiras atividades econômicas do país, o pau-brasil, com a concessão a arrendatários que se ocupavam dessa tarefa e ainda nos fala do trabalho dos indígenas na concretização dessa atividade. O texto aponta ainda a mudança de atividade que se concretizou em especial a partir da segunda metade do século XVI, a produção da atividade açucareira abordando a chegada dos escravos negros e todo o aparato utilizado para que tal empreendimento se tornasse uma realidade.

O livro segue para a terceira parte apresentando a temática Patrimônio e sociedade em tempos coloniais. Abrindo esta seção somos brindados com o texto **Entre Vilas e Cidades: Uma reflexão teórica acerca dos modelos edificados na Itamaracá do período colonial brasileiro**, da autoria de Rodrigo Ibson da Silva Oliveira e Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, traz a discussão em relação a que a construção das cidades de Itamaracá, Igarassu, Recife e Olinda projetaram uma lógica

arquitetônica colonial denominada Cidade Branca. Já Eduardo Augusto de Santana e Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, em seu texto **Os espaços de legitimação de poder, da dominação e da desigualdade étnico-racial na zona da mata Sul de Pernambuco**, nos evidencia que o avanço da empresa colonial foi responsável pela ocupação do território que anteriormente era ocupado pelos nativos naturais da terra, que foi conquistada mediante sangrenta guerra, transformando esses territórios em vastas áreas produtoras de açúcar. Afirmam ainda os autores que tão logo foram os nativos derrotados essas áreas transformaram-se em núcleos urbanos, fornecendo suporte administrativo ao poder do Estado e aos produtores do açúcar. Por fim, os autores nos falam ainda, de como gradativamente as edificações surgidas nessas áreas foram determinando um ordenamento social, definindo o poder de uma sociedade branca que detinha o controle econômico, religioso, administrativo e cultural da região. Finalizando essa parte, temos o trabalho de Sóphocles Luciano Bittencourt Nascimento e Marcelo Hermínio dos Santos, intitulado **Análise descritiva preliminar da preservação dos engenhos de Vitória de Santo Antão-PE**, trabalhando com os bens culturais produzidos remete-nos a história econômica do açúcar e da capitania de Pernambuco. Por outro lado, os autores nos evidenciam a importância da preservação desse patrimônio cultural sob pena de se “[...] apagar a memória da sociedade e a sua própria existência. O texto ainda, possibilita-nos discutir o problema da preservação da memória, do patrimônio cultural e da memória do país.

Na parte quarta da obra a temática escolhida foi a Escravidão e a política no Império. Abre os trabalhos dessa parte Marcelo Hermínio dos Santos, com o texto **Escravidão velada: os africanos livres e o Arsenal de Guerra de Pernambuco (1854-1864)**. O texto nos permite compreender a trajetória vivenciada no Brasil na disputa pelo fim do

tráfico negreiro via Atlântico, desde a lei de 1831 que o proibia até a sua concretização efetiva em 1850 com a Lei Rio Branco. O texto traz ainda, os embates entre as fações a favor e contrárias ao tráfico, os arranjos para se ludibriar o cumprimento da lei, como passaram a viver os escravos recolhidos no tráfico ilegal. Por outro lado, o texto nos apresenta a vida no Arsenal de Guerra em Pernambuco, local para onde eram enviados escravos aprendidos no tráfico ilegal evidenciando aquele local como espaço de produção da disciplina, mas onde também existia a possibilidade da antidisciplina, o que demonstra como nos anuncia Certeau (1998) de que por meio de táticas as normas podiam ser quebradas ou ignoradas. O autor, Marcelo Hermínio nos mostra ainda, tomando emprestado o pensamento de Thompson (1997), que no Arsenal existiam leis de enquadramento dos escravos, mas estas não podem ser vistas apenas pelo mecanismo de dominação, estas não seriam de uso exclusivo de quem as formulou, para quem elas foram formuladas também podiam se apropriar delas para contestá-las. Em **“Gozando dos foros de homem livre”: cenas da agência escrava à luz das dinâmicas de encarceramento no Recife oitocentista (1861-1874)**, de Aurélio de Moura Britto e Thiago Nunes Soares, o próprio, organizador dessa obra, nos fala da presença de cativos na Casa de Detenção, redimensionando as hierarquias e oportunidade para o encarceramento oferecido aos escravos detidos. Os autores nos informam que buscando minorar a situação a que estavam submetidos, os cativos aprisionados buscavam tirar proveito da situação, burlando as instruções normativas, utilizando para tanto de táticas que lhes pudessem trazer vantagens, inclusive viverem longe dos serviços e da condição de escravidão, muitas das vezes vivendo como se livres fossem. Para tanto, os autores tomam emprestado o que aponta Chazkel (2009, p. 8) de que “[...] as regras não eram seguidas e que a prática divergia da letra da lei [...]”.

Finalizando a parte quarta, o texto **Homens ilustrados: um perfil formativo dos vereadores do Recife no século XIX** de Williams Andrade de Souza, refuta a tese de que as Câmaras Municipais no Brasil oitocentista fossem constituídas por homens de “segunda classe”, inferiores comparativamente com as Assembleias Legislativas e Imperiais. Diferentemente do que aponta historiografia tradicional os representantes municipais eram homens letrados, qualificados e pertencentes a estratos mais privilegiados da sociedade local. No texto fica evidenciado ainda, que essas Câmaras eram compostas por um grupo bastante heterogêneo, o que se pode conhecer ao ser traçado um perfil dos seus componentes. O autor nos afirma ainda que grande parte dos componentes dessas Câmaras eram homens ilustrados, com boa formação educacional, estando estes “[...] acima da média da grande maioria da população no período, inclusive daquela considerada rica”.

Na quinta e última parte, o tema Religião, cidade e cultura no Império é contemplado. Abrindo os trabalhos, temos o texto **Festas Religiosas, sociabilidades e normatização cultural no Recife (1810-1848)** de Lídia Rafaela Nascimento dos Santos, que por meio dos estudos das festas podemos conhecer cenas do cotidiano de determinados grupos sociais. Sendo a rua o local mais fácil para se divertir, principalmente nas festas religiosas dedicados aos santos havia possibilidade de grande diversão para todos, onde se juntavam ricos e pobres, livres, escravos e forros. Sagrado e profano se misturavam. Nessa ocorria uma grande sociabilidade, a algazarra tomava conta de todos. As festas segundo a mesma autora, possibilitavam para além da junção de diferentes estratos sociais, estas serviam ainda para demarcar o lugar social de cada indivíduo.

Robson Pedroso Costa, **em Igreja e Clero em Pernambuco: conflitos, tensões e polêmicas**, nos traz em seu texto importante reflexão

sobre o desempenho que o clero secular desempenhou no cotidiano de diferentes regiões do Brasil no período imperial. Muitas das vezes tiveram que enfrentar a ira e revoltas da população local ou ainda de poderosos econômicos e políticos. Esses religiosos não só cuidavam da vida espiritual e não necessariamente todos seguiam comportamentos idealizados, descumprindo o celibato, descumprindo seus deveres, ignorando o voto de pobreza e obediência, o que demonstra que muitos deles tinham uma vida irregular, e extremamente ambiciosos. Uma realidade apontada pelo autor concerne ao nível de cultura geral desses religiosos que em geral era “[...] bastante elevado com relação à população geral”.

Em **A cidade do Recife, a sua população e a mendicidade**, Grasiela Florêncio de Moraes se utiliza da narrativa de viajantes estrangeiros como Rugendas e Hadfield para nos falar das transformações, das mudanças operadas no mundo urbano do Recife no século XIX, mostrando que estas transformações modernizantes tinham entre outros propósitos efetivar o controle nos modos de viver dos livres pobres e escravizados. Apresenta ainda a autora, a realidade presente nessa cidade oitocentista, onde havia naturalmente uma distinção entre o local de moradia dos pobres e dos estratos mais privilegiados economicamente, evidenciando-se, portanto, como estavam distribuídos espacialmente a população de Recife nesse período.

Em **A Moxambamba do Recife: trilhos urbanos e os relatórios dos presidentes de província (1861-1869)**, Anderson Botelho, apresenta-nos as modificações vivida pela cidade no período citado, destacando a implementação dos serviços de transporte urbano concretizado, especialmente em 1867 quando o serviço ferroviário sobre trilhos se tornou uma realidade. A Moxambamba que é a “[...] composição de locomotivas a vapor e vagões de madeira e ferro [...]”. A autora nos mostra que esse serviço começa a circular por estações instaladas nos caminhos

das casas mais prósperas dos chamados arrabaldes da cidade, teria sido criado com objetivo de atender aos estratos mais privilegiados da sociedade, embora posteriormente se tivesse criado uma possibilidade dos mais empobrecidos terem acesso a esse meio de transporte viajando na categoria de segunda classe onde pagavam preços mais módicos. O autor nos fala ainda, dos embates entre a Companhia que implementou esse serviço com a população em geral que questionavam valores cobrados, locais atendidos por esse serviço. Finalizando, a autora nos deixa entender que esse serviço implantado tinha como preocupação principal atender aos estratos mais privilegiados em detrimento da grande maioria da população.

Finalizando essa parte e a obra temos o texto de Wanessa de Lima Teles e Maria Isabela Mendonça dos Santos, **Fotografia e sociedade no Recife durante a segunda metade do século XIX**, onde as autoras nos mostram o surgimento da fotografia, seu consumo pelos estratos mais privilegiados da sociedade recifense, os primeiros fotógrafos, os preços cobrados, os registros produzidos. Enfim, podemos dizer que as autoras buscam pensar o lugar social da fotografia, podendo-se visualizar aspectos do passado, tais como: estilo de vida, a moda, a infraestrutura urbana e rural, a dimensão simbólica “[...] aquilo que no passado a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser preservada para a posteridade”.

O livro ora posto à disposição do público, resultado do trabalho árduo dos professores Thiago Nunes Soares e Silvânia de Jesus Pina dos Santos, nos possibilita conhecer mais amiudadamente o viver em Pernambuco no período colonial e imperial, possibilitando-nos vislumbrar uma gama diversa de objetos, de métodos, de fontes e de possibilidades analíticas que compõe a História regional desse estado. Desejamos a todos uma ótima leitura.

Referências

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARDOSO, Vera Alice. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos da. (Org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1980, p. 43-49.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**; artes de fazer. Petrópolis/RJ: vozes, 1994.
- CHAZKEL, Amy. Uma perigosa reação: a casa de detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes (Org.). **História das prisões no Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Parte 1

Educação e religião na Colônia

A escola no tempo da Capitania: Olinda, Século XVI

*Carlos Antônio Pereira Gonçalves Filho*¹

No período colonial, e, até o século XIX, o ensino que hoje em dia corresponde, aproximadamente, ao Ensino Fundamental até o 5º ou 6º ano era conhecido por “primeiras letras” ou “classe de ler, escrever e contar”. A pessoa que se dispunha a ensinar era conhecida por “mestre” ou “mestra”. No século XVI, Olinda constituía a sede de uma das Capitanias mais prósperas da América Portuguesa. O ouro branco do açúcar proporcionava demanda por serviços e contribuía para atrair gente de outras paragens para Pernambuco. Naturalmente, para aqueles que podiam ou tinham a oportunidade, frequentar uma “escola” poderia ser o caminho para um futuro mais ditoso na administração colonial ou um incremento na posição social.

Nessa época, a educação, ou, mais precisamente, a instrução, era um assunto muito associado à Igreja. Um padre era um sacerdote, mas também poderia ser um padre-mestre. Apesar disso, a “escola” não ficou restrita à Igreja ou Seminário; ela também existia de forma “volante”, com os mestres indo aos engenhos para ensinar os filhos dos senhores. Ela também podia ser doméstica, funcionando na casa do mestre ou da mestra, com os alunos ou alunas compartilhando o cotidiano familiar de quem ensinava. Eram casas-escolas.

¹ Professor do curso de Licenciatura em História, modalidade a Distância, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Técnico em Assuntos Educacionais na mesma instituição. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Autor de *Honradas Senhoras e Bons Cidadãos: gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista* (Ed. Universitária da UFPE, 2010). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3887524796471407>

Nosso propósito aqui será o de observar essa escola no tempo da Capitania que Duarte Coelho assumiu. Como toda a narrativa histórica, lidamos com fragmentos: pedaços de acontecimentos, lugares e de nomes que existiram. Diante disso, os recortes são inevitáveis, e as lacunas, uma realidade. Mesmo assim, achamos por bem adentrar esse mundo distante no tempo, a fim de observar essa escola antiga. Nesse processo, fazemos usos de documentos e de autores: gente que viveu na Colônia e gente que pesquisou sobre ela; pesquisas clássicas e pesquisas mais recentes que é sempre bom divulgar para que a sociedade entenda melhor o seu passado.

Três partes compõem esse enredo. Cada uma delas aborda um tipo de experiência, de manifestação dessa “escola”. Consideramos importante essa divisão, em função das fontes e da historiografia sobre o assunto. Uma última nota se faz necessária: estamos falando de uma experiência educativa mais formal. Evidentemente, outras formas de ensinar e aprender aconteceram e acontecem. Porém, esse foi um dos nossos recortes.

Educação das almas

Em 1551, quando os padres Manoel da Nóbrega e Antônio Pires desembarcaram em Olinda, encontraram uma vila com “pecados mui arraigados e velhos”, onde os homens andavam em “grande abusão” estando “quase todos amancebados”, e até mesmo muitas moças, “filhas de cristãos” eram “dadas à soldada a solteiros, com [quem] publicamente pecavam” (NÓBREGA, 1886, p. 86-87). Além dos problemas envolvendo os brancos, havia a questão indígena. Segundo Nóbrega (1886, p. 91),

o converter todo este gentio é mui fácil cousa, mas o sustental-o em bons costumes não póde ser sinão com muitos obreiros, porque em cousa nenhuma crêm e estão papel branco para nelles escrever á vontade, se com exemplo e contínua conversação os sustentarem.

Na percepção de Nóbrega, os índios eram receptivos à palavra, semelhantes a “papéis brancos”, bastando, então, um trabalho contínuo de evangelização, o que implicava a presença de mais obreiros da Companhia. Não obstante a escassez de evangelizadores, a tarefa de catequese foi iniciada contando com a participação dos próprios índios, ou melhor, de suas mulheres, pois que

entre estas há muitas de muito conhecimento e se confessam e sabem bem conhecer os pecados em que viveram e as que mais fervor têm pregam ás outras [...] Com estas forras se ganharão muitas já christãs que pelo sertão andam e assim muitos meninos seus parentes do gentio para em nossa casa se ensinarem, além de outros muitos proveitos, que disto a gloria de Nosso Senhor resultará e a terra se povoará em temor e conhecimento do Creador (NÓBREGA, 1886, p. 91-92).

Nóbrega deixou Olinda em janeiro de 1552. Regressou à Bahia, sede do Governo Geral, deixando o padre Antônio Pires à frente dos trabalhos em Pernambuco. De acordo com a *Historia de la fundación del collegio de la Capitania de Pernambuco* quando Duarte Coelho doou a ermida de Nossa Senhora da Graça aos inicianos, Pires providenciou o preparo de um largo terreiro, “cavando o mesmo em pessoa com algumas pessoas que o ajudavam e junto da ermida fez o mesmo umas casas de taipa em que se recolheu” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936, p. 10)². Para dar conta do trabalho de pregação e ensino da doutrina aos índios, o padre contava com o apoio de “uma mulher casada, das mais honradas da terra e das mais ricas” que lhe servia de intérprete. Essa mesma mulher também o auxiliava nas confissões de “índias cristãs”. Pires não escondeu sua

² A autoria dessa *Historia* é incerta. O documento consta nos arquivos da Companhia de Jesus, em Roma, com uma cópia na Biblioteca Municipal do Porto. A edição brasileira apresenta notas de Rodolfo Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional. A narrativa escrita em espanhol compreende acontecimentos envolvendo os inicianos em Pernambuco entre os anos de 1551 e 1576. Ver também: Vasconcelos (1865, v. 1, p. 67).

admiração pela matrona: “creio que é melhor confessora que eu por ser muito virtuosa. Encomendai-a muito a Nosso Senhor” (ACADEMIA BRASILEIRA, 1931, p. 124). O religioso não informa o nome da sua preciosa colaboradora, mas o autor anônimo da já referida *Historia de la fundación del collegio de la capitania de Pernambuco* cita o nome de Maria da Rosa como sendo a virtuosa senhora que ajudara o padre Antônio Pires. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1936, p. 9).

Maria da Rosa era uma índia convertida e se tornou dona de um patrimônio considerável. De seu marido branco, Pedro Leitão, quase nada se sabe. Fernandes (2016, p. 341), informa que ele era capitão e muito próximo aos jesuítas. Maria da Rosa também estava à frente de uma casa destinada à doutrinação das índias e que fora criada por determinação do padre Manoel da Nóbrega. Anos mais tarde, essa casa dará lugar ao Recolhimento de Nossa Senhora das Neves, como veremos adiante.

Voltando aos jesuítas. No início da década de 1560, o padre Gonçalo de Oliveira e mais alguns inicianos ampliaram o lugar com quatro aposentos, além de erguer “o edifício para a escola de meninos, que ali funcionava já em 1571” (LEITE, 2006, p. 454)³. As obras, no entanto, seguiram vagarosas e experimentaram períodos de interrupção. Ainda em 1563, o padre Antônio de Sá, em carta, descrevia as dificuldades em torno do empreendimento relatando que os próprios padres carregavam as madeiras e pedras necessárias à construção do edifício. (ACADEMIA BRASILEIRA, 1931, p. 400-401). Destes trabalhos de ampliação da Igreja e demais cômodos, participavam, segundo Leite (2006, p. 455), “os meninos estudantes, apesar do padre, que dirigia as obras, lhes ir à mão nisso”.

³ No texto está grafado “1571”, porém pela ênfase dada pelo autor, provavelmente seria 1561, já que Serafim Leite informa ter sido no ano de 1560 que o padre Gonçalo de Oliveira iniciara as obras. Porém, mesmo esta informação carece de exatidão, pois o mesmo padre Gonçalo de Oliveira só chegou a Pernambuco no dia 19 de janeiro de 1561, conforme consta na “Carta que escreveu o padre Ruy Pereira do Brasil para os Padres e Irmãos da Companhia em Portugal no anno de 1561, a 6 de abril, que foi dia de Paschoa” (ACADEMIA BRASILEIRA, 1931, p. 281-290).

Cinco anos depois, em 1568, começava a funcionar oficialmente o colégio dos jesuítas:

abriu o padre superior [Diogo de Freitas], classe de ler, escrever e doutrina dos meninos, fundamento primeiro da vida de um cristão. E pouco depois chegando ali de Portugal o padre Afonso Gonçalves e o irmão João Martins, encarregou o cuidado da escola ao padre Afonso Gonçalves, e o de uma classe de Latim ao padre Amaro Gonçalves, com que os moradores ficaram contentes porque desejavam, havia tempo, esta boa criação de seus filhos. (VASCONCELOS, 1865, v. 2, p. 67).

Inicialmente, as aulas de primeiras letras ficaram a cargo do padre Amaro Gonçalves, mas com a chegada de Afonso Gonçalves, o primeiro assumiu a classe de Latim. O Colégio de Nossa Senhora da Graça, assim, oferecia, simultaneamente, o ensino primário e o secundário. Em outubro de 1573, chegou da Bahia o padre Pantaleão Gonçalves que ficou a cargo de ensinar aos índios devido ao seu conhecimento da língua. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 24). Segundo Baratta (1972, p. 19-20), neste caso, tratava-se de uma escola de primeiras letras destinada exclusivamente aos indígenas. Haveria, então, uma escola para os brancos portugueses e outra para os “negros da terra”. Em 1574, o Colégio teria em torno de 102 alunos matriculados, dos quais 32 estavam no curso de humanidades e 70 no elementar. (LEITE, 2006, p. 459). O cotidiano destes alunos era marcado por atos de fé e caridade, como a visita a presos e procissões, bem como por festividades em que se promoviam concursos entre os estudantes. Em 1574, por exemplo, durante uma visita do ouvidor-geral apresentaram-se “muitos epigramas e orações com tanta graça que fizeram chorar a muitos de ver meninos de tão pouca idade ser tão vivos e destros” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 32). Diante do espetáculo, não faltou quem não se convencesse da eficácia do método pedagógico dos jesuítas resolvendo,

então, “enviar alguns de seus filhos ao estudo” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 32).

Em 1585, o padre José de Anchieta dá-nos algumas informações sobre o colégio: o edifício já se apresentava velho, com dezenove “câmaras de sobrado”, e a igreja era pequena. O destaque ficava por conta do grande terreno em volta, com horta e pomar servidos por um poço. Vinte religiosos residiam no Colégio e, pelo menos 52 estudantes frequentavam a instituição, sendo que 40 deles na escola de ler, escrever e contar. Todos estes “filhos de portugueses”. Para dar conta de tudo isso, trinta “pessoas de serviço”, entre “escravos da Guiné e da terra” estavam a postos. Os recursos financeiros vinham de doações, esmolas e das rendas obtidas com a venda de açúcar. Algumas cabeças de gado e a sesmaria ainda sem uso em Camaragibe completavam o patrimônio. (ANCHIETA, 1933, p. 411-412).

O Colégio dos jesuítas em Olinda já estava bem consolidado quando, em 1619, os inicianos abriram a sua classe de ler, escrever e contar na Ilha de Antônio Vaz, no Recife. Diferentemente de Olinda, o Recife demorou mais a se firmar, não só devido à proximidade com o antigo colégio, como também pelas inconstantes estadias dos padres no Recife, dificuldades financeiras e os sucessos da ocupação holandesa. A escola só seria reaberta em 1659 e passaria por várias reformas até o final do século XVII. (LEITE, 2006, p. 460-464).

Além dos jesuítas, os franciscanos também se envolveram com a catequese e o ensino das primeiras letras. Mas foi só em 1585 que estes se estabeleceram definitivamente em Pernambuco, com a instalação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, em Olinda. O local em que a ordem se fixou foi o então Recolhimento de Nossa Senhora das Neves, doado por nossa conhecida Maria da Rosa, à época, viúva e primeira irmã da Ordem 3ª de São Francisco. No ano seguinte, os padres fundaram um “seminário”

onde ensinavam os índios “a ler e escrever para melhor intelligencia sua, e apoderem ensinar tambem aos parentes, e payzanos” (JABOATÃO, 1858, p. 150). Os alunos também podiam acompanhar os padres nas missões volantes que eram realizadas pelos “sertões”. Sangenis (2004, p. 100) observa que a partir do século XVIII, os franciscanos abriram escolas de primeiras letras nas localidades onde fundavam conventos.

Os carmelitas também se instalaram em Olinda na mesma década, mais precisamente, em 1580. Inicialmente destinados a acompanhar a expedição de conquista da Paraíba frente aos índios potiguares, os religiosos acabaram por ficar em Pernambuco. Daqui começaram obra de catequese estendendo as missões a outras regiões por meio volante. A instalação definitiva do convento só ocorreu em 1588. (COSTA, 1978, p. 26). Ao contrário dos jesuítas e franciscanos, o perfil dos carmelitas era diverso, como assinala Honor (2014, p. 14-15):

até o século XVI, os membros da Ordem de Nossa Senhora do Carmo deveriam se ater à contemplação em seus conventos, podendo celebrar missas e administrar sacramentos caso fossem clérigos ordenados. Enquanto os jesuítas continham no cerne de suas competências um projeto missionário, os carmelitas não possuíam um passado de militância. Foi o contexto da expansão ultramarina que levou os carmelitas a repensarem seu *modus vivendi*, incorporando a missão como parte de suas atribuições.

Os beneditinos só se fixariam na última década do século XVI. Em 1599, o primitivo prédio do Mosteiro ficaria pronto. Nas fazendas que os religiosos administravam, também haveria a prática da catequese. No entanto, pelo lapso temporal aqui delimitado e pela duração da ação jesuítica no campo da instrução, fazemos mais algumas considerações sobre os padres da Companhia.

O cônego Baratta, ex-professor do Seminário de Olinda e autor da citada obra *Escola de Heróis*, não escondeu seu entusiasmo pela obra que os jesuítas realizaram em matéria de educação. Para ele, a classe de ler, escrever e contar aberta em 1568 representa “a primeira escola que existiu em Pernambuco” (BARATTA, 1972, p. 18). Freyre também reafirmava sua admiração pela obra dos inicianos. Em certa passagem de *Casa-Grande & Senzala* afirma que “os colégios dos jesuítas nos primeiros dois séculos, depois os seminários e colégios de padres, foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial” (FREYRE, 2000, p. 466).

A assertiva de Baratta vai de encontro aos indícios de práticas escolares anteriores a 1568 realizadas pelos próprios jesuítas. Já a posição de Freyre reflete uma tradição historiográfica que pautou a compreensão sobre a história da educação no período colonial na ênfase dada à Igreja, notadamente à Companhia de Jesus. A partir dos anos 1990, o desenvolvimento de pesquisas ampliou o campo de investigação sobre o período colonial elegendo novos objetos e perspectivas de análise sobre a educação brasileira. Por exemplo, passou-se a considerar os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, como os professores, e sua relação com o aparato administrativo no tempo pós-jesuítico; também os modos como as pessoas acessavam a cultura escrita, bem como as sociabilidades em torno da educação, seja esta escolar ou não. (FONSECA, 2011).

Nesse sentido, cabe-nos considerar a existência de outras escolas no período que estamos narrando; escolas abertas por quem precisava ganhar algum dinheiro para se sustentar e era portador, em maior ou menor grau, de uma cultura letrada ou de um saber-fazer. Escolas laicas, particulares, para meninos ou meninas. Começemos pelos meninos.

Mestres laicos

No tempo da expansão marítima, segundo Adão (1997, p. 11), “saber ler e escrever passou a ser uma necessidade não só da classe mercantil, que então prosperava, como também do aparelho de Estado, com a multiplicação de pequenos cargos públicos”. Só em Lisboa, estima-se a existência de, pelo menos, trinta escolas de primeiras letras do sexo masculino em torno de 1550. (CARVALHO, 2001, p. 271). Outros registros de época dão conta da existência de duas escolas voltadas ao sexo feminino na capital lusitana. (NUNES, 1980, p. 67). Não se sabe, ao certo, o quantitativo dessas escolas para todo o reino ibérico, mas o fato é que elas existiam e representavam um espaço de ensino-aprendizagem para além da paróquia, do convento e do monastério. Era também pensando nesses mestres e em seus alunos que João de Barros, por exemplo, publica em 1539 uma *Gramática da língua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*. Trata-se de uma obra de cunho didático onde se encontra um abecedário em que cada letra é representada por uma figura; assim, por exemplo, o Q é representado pelo *quadrante* dos navegadores; o N pela *nau*; o B, pela *besta* (arma medieval de tiro com arco), o P, por um *pente*, o G, por um *gato*, etc. João de Barros era um crítico da forma como o ensino era praticado por seus contemporâneos preocupando-se não só com a seleção dos mestres, mas também com relação à linguagem empregada com as crianças. Cem anos antes da publicação de sua *Gramática*, no entanto, já havia mestres-escolas “profissionais” ganhando a vida em Portugal, como aponta Fernandes (1998, p. 9).

No Brasil também vamos encontrar esses mestres. Em Minas Gerais, no século XVIII, eles eram contratados por quem pudesse pagar, havendo opções para todos os bolsos. Segundo Fonseca (2009, p. 128),

antes das aulas régias, não havia sequer escolas de ordens religiosas, e os povos das Minas, se quisessem instruir-se nas letras, deveriam buscar os mestres particulares, que, aos poucos, foram se tornando habituais naquela sociedade. Muitas famílias e/ou indivíduos, abastados ou não, enviavam seus filhos ou dependentes para mestres particulares de primeiras letras ou de gramática latina. Exatamente por se inserir nessa dimensão da vida privada, as referências a eles são frequentes na documentação, principalmente aquela de natureza cartorial.

Mas e no caso de Pernambuco? Um bom caminho para vasculhar a existência desses primeiros mestres laicos do ABC são os documentos produzidos pela Inquisição. Em sua cruzada contra as heresias e práticas delituosas contra a fé católica, a instituição do Santo Ofício terminava promovendo uma devassa na vida privada dos indivíduos expondo aspectos do seu cotidiano familiar e social. Sigamos, portanto, este percurso.

Quando o visitador Heitor Furtado de Mendonça desembarcou no Varadouro, em Olinda, naquele 24 de setembro de 1593, a serviço da santa inquisição portuguesa, Domingos Fernandes era um dos alunos do Colégio de Nossa Senhora da Graça. Rapaz solteiro, de 16 para 17 anos, oriundo do Rio de Janeiro, decidiu comparecer à mesa do Santo Ofício para denunciar seu antigo mestre de primeiras letras por práticas judaizantes suspeitas. Segundo ele, quando criança, havia frequentado a escola de Bento Teixeira durante um ano, dela saindo por volta dos 11 anos de idade. Fernandes ainda afirmou que Bento Teixeira, “mestre de leer e escrever nesta villa”, aos sábados “não fazia escola e mandava que nelles não fosse ninguém á escola dizendo que não era sua vontade ter escola aos sabbados” (MELLO, 1984, p. 40). O costume, na época, e até o século XIX foi o de as escolas manterem aulas aos sábados quando, então, se procedia a um exame dos assuntos vistos durante a semana. Era a popular *sabatina*. Havia um dia

de folga, que no caso em tela, correspondia às quartas-feiras. Bento Teixeira foi muito citado nas denúncias. Tinha muitos desafetos, mas apesar disso, era um mestre bem conhecido e muito procurado para “ensinar moços o Latim e ler e escrever, e arismética [aritmética]” (MELLO, 1984, p. 161). Em apelação dirigida ao visitador por ocasião de sua prisão, em 1595, Bento Teixeira narra que quando chegou à Olinda vindo da Bahia, abriu “escola de ler e escrever como de Latinidade e ensinou mais de sessenta moços por espaço de dois anos pouco mais ou menos” (MELLO, 1996, p. 92). Sua escola funcionou primeiramente na Rua Nova [atual Bispo Coutinho, entre a Sé e a Igreja da Misericórdia], não muito distante do Colégio dos Jesuítas. Esse era um endereço especial, como bem observa Souza (2015, p. 129):

além de morada dos senhores de engenho e local privilegiado dos despachos mercantis, a Rua Nova abrigava a própria residência do capitão donatário, as casas dos principais agentes da administração colonial existentes na Capitania e nela também se localizava a Igreja Matriz de Olinda. Portanto, morar e atuar na Rua Nova eram muito mais do que um mero ponto de referência, mas indicava também um lugar social.

As boas relações que Bento Teixeira mantinha com homens de poder na Capitania lhe permitiu conseguir da Câmara de Olinda uma subvenção para sua escola. Posteriormente foi revogada pelo ouvidor Martim Leitão em função da guerra entre os portugueses e os índios potiguaras na Paraíba, o que exigia o socorro financeiro de Pernambuco (SOUZA, 2015, p. 133-134). Por causa disso, mudou-se para Igarassu onde ensinou por algum tempo. Problemas conjugais trouxeram-no de volta à Olinda e daí transferiu-se para o Cabo de Santo Agostinho. Sempre manteve suas atividades de mestre de primeiras letras e Latim. Intercalando as atividades docentes com a poesia, escreveu a obra *Prosopopéia*, dedicada

a Jorge de Albuquerque Coelho. Bento Teixeira fez questão de destacar suas qualidades de bom mestre e bom cristão, assim como o rol de testemunhas de defesa arroladas no processo. Uma delas, aliás, era um nome de peso: João Paes Barreto, senhor de muitas terras e de muitos engenhos no Cabo de Santo Agostinho. Em seu depoimento, disse o potentado que viu Bento Teixeira muitas vezes com seus alunos na igreja auxiliando nos ofícios divinos, como convinha a um bom mestre cristão. (MELLO, 1996, p. 94). Ainda que houvesse algum exagero ou inverdades por parte do mestre e das testemunhas, o certo é que seu nome constituía uma espécie de referência. Seu ex-aluno, Domingos Fernandes, quando inquirido se outros mestres de primeiras letras tinham comportamentos suspeitos semelhantes ao de Bento Teixeira, afirmou desconhecer a existência de outros docentes. (MELLO, 1984, p. 41). Mesmo sendo apontado como suspeito de manter práticas judaizantes, Bento Teixeira ainda teve entre seus alunos, o filho do padre Gaspar Neto, Cosme, que terminou abandonando as aulas devido ao peso da palmatória de seu mestre. (MELLO, 1996, p. 105).

Bento Teixeira não era o único mestre laico de primeiras letras atuante naquela época. Aos 30 anos de idade, Manoel de Oliveira também se dedicava ao ofício de ensinar o A-B-C quando seu nome foi citado perante a mesa do visitador Heitor Furtado de Mendonça. O denunciante, Fernão Rodrigues, afirmara ouvir uma conversa em que Manoel de Oliveira punha em xeque certos aspectos ligados à Santa Ana e Nossa Senhora, além disso, era tido como um “homem fallador e alegador de livros em suas praticas e he em seus costumes desconcertado” (MELLO, 1984, p. 191). Não sabemos se Manoel de Oliveira dispunha de escola fixa ou atuava como mestre volante contratado pelos senhores de engenho. Segundo Fernão Rodrigues, os fatos narrados na denúncia teriam acontecido quando o docente se encontrava no engenho de Cosme Roiz,

em Jaboatão. Se estivesse ali como mestre particular, Manoel estaria exercendo uma prática muito comum, como lembra Freyre (2000, p. 466):

até meados do século XIX, quando vieram as primeiras estradas de ferro, o costume nos engenhos foi fazerem os meninos os estudos em casa, com o capelão ou com o mestre particular. As casas-grandes tiveram quase sempre sala de aula, a muitas até cafua para o menino vadio que não soubesse a lição.

No tempo em que Bento Teixeira e Manoel de Oliveira ensinavam o A-B-C aos seus alunos, Pernambuco vivia um período de fausto econômico onde a produção açucareira dos seus 66 engenhos superava a das capitanias de São Vicente e da Bahia. As guerras de extermínio promovidas contra os índios, em particular, os Caetés, a partir da segunda metade do século XVI, contribuíram para a expansão dos canaviais em direção ao sul. Um dos participantes deste empreendimento capitaneado por Duarte de Albuquerque Coelho foi o já citado João Paes Barreto que construiu nada menos que 8 engenhos, um para cada filho, nas férteis terras do Cabo de Santo Agostinho tomadas aos indígenas. (FERRAZ, 2014, p. 177). O Recife, à época, era um porto bem movimentado, detendo uma média de 40 navios anuais. Não por acaso, ele foi alvo do corsário James Lancaster que resolveu saqueá-lo em 1595. Segundo Cardim (1847, p. 74-75), Pernambuco tinha se tornado uma Capitania de homens de grosso trato com suas mulheres e filhos vestindo-se com “toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas”. Os “principais da terra” eram vianeses que não regateavam quando o assunto envolvia banquetes e festas, sobretudo em se tratando dos casamentos de suas filhas. O crescimento econômico da Capitania gerava demandas por serviços em vários setores, incluindo o da instrução. Havia meninos para ensinar, filhos de uma gente que ganhava direta ou indiretamente com o ouro branco da cana. Ainda que sejam esparsas na documentação, as referências ao ofício de mestre de ler,

escrever e contar indicam que os que podiam e desejavam, buscavam, de alguma maneira, uma formação escolar para seus filhos.

Esse era o caso de Simão Pires Tavares, filho de João Pires, um “dos da governança desta terra” e de Filipa Tavares, cristã-nova. Simão vivia no Engenho Guararapes, em Santo Amaro e ainda não era casado naquele ano de 1594. Tempos atrás, em 1582, ele era um dos alunos da escola de Luís Rodrigues de Beja. Depois, entre 1585 e 1587, ele andava frequentando o Colégio de Nossa Senhora da Graça, mas estava longe de ser um estudante modelo, já que

se confessou falsamente, calando sempre nas confissões um pecado da luxúria que tinha, e isto com vergonha, e assim indignamente recebeu nos ditos anos absolvição sacramental, mas nunca nos ditos anos comungou nem tomou o Santíssimo Sacramento e enganava a seu vigário e a seus mestres, dizendo-se que tinha comungado. (MELLO, 1984, 2ª parte, p. 24).

Não fica claro se Luís Rodrigues de Beja ensinava primeiras letras ou alguma matéria específica. Bento Teixeira, como vimos, ensinava tanto a ler, escrever e contar, como também o Latim. A idade com que Simão frequentou a escola, à época, 15 anos, pode indicar um curso específico, mas não exclui a possibilidade de Luís Beja ter sido, também, um mestre de primeiras letras.

Já no que diz respeito ao filho do casal Diogo Fernandes e Branca Dias, não há dúvida quanto à especialidade do docente ao qual foi confiado o pequeno Jorge Dias, com seus 10 anos de idade. Em 1556, ele frequentava uma escola de primeiras letras, em Olinda. Na verdade, era uma “meia” frequência, já que “nas sextas-feiras à tarde e nos sábados, sendo dias de escola de ler e escrever, não ia à escola e folgava” (MELLO, 1984, p. 151). Esse estranho hábito do menino Jorge ficou na lembrança de Maria Lopes que, então, relatou-o ao visitador Heitor Furtado de Mendonça. A escola

de Jorge dificilmente seria a dos jesuítas. Primeiro porque tais “faltas” aos sábados levantariam perigosas suspeitas; segundo, porque não teria sido com padres regulares que ele teria se iniciado no A-B-C. Em 1554, o padre Antônio Pires deixou Pernambuco⁴. Até 1568, quando o Colégio de Nossa Senhora da Graça começa a funcionar efetivamente, a missão jesuítica em Pernambuco é marcada por altos e baixos. Segundo Bello (1978, p. 16), em dois momentos, houve interrupção dos trabalhos dos padres: o primeiro de 1554 a 1561, e o segundo, de 1567 a 1568. Na carta que escreveu à Companhia, datada de 6 de abril de 1561, o padre Ruy Pereira informa que a vinda dele, do padre Ditio e do padre Gonçalo de Oliveira a Pernambuco neste ano se deveu a um pedido da governadora da Capitania, Beatriz de Albuquerque, e, também, porque “já havia nela principio de casa e igreja por nela haverem algum tempo residido o padre Nóbrega e em especial o padre Antônio Pires”. (ACADEMIA BRASILEIRA, 1931, p. 282). Ruy Pereira não cita qualquer outro padre após os dois primeiros nomes da Companhia em terras pernambucanas. Portanto, suspensas as atividades dos jesuítas após 1554, não seria com os inacianos que o filho de Branca Dias aprendia a ler, escrever e contar. Outras ordens religiosas como a dos franciscanos, beneditinos e carmelitas só vão se estabelecer em Olinda mais tarde, a partir da década de 1580. Neste caso, Jorge Dias pode ter sido aluno de algum mestre leigo, particular; alguém do círculo social do casal Diogo Fernandes e Branca Dias, próximo o suficiente para tolerar as faltas costumeiras do filho do casal de cristãos-novos às sabatinas.

Escolas de matronas

Maria Lopes compartilhou, por algum tempo, do cotidiano da família do pequeno Jorge, afinal, ela também estava frequentando uma escola, que

⁴ Em carta escrita neste ano, em Piratininga, José de Anchieta informa que Antônio Pires havia chegado a pouco tempo de Pernambuco. (ANCHIETA, 1933, p. 36).

não era outra senão a casa de Branca Dias. Não se tratava de uma escola de primeiras letras. Pelo menos, até onde se sabe. Ali o currículo era outro, baseado no “lavar e coser, fazer trancinhas e bicos, e outras coisas de almofada” (MELLO, 1984, p. 151). A escola funcionava na Rua do Palhais [entre o Seminário e a Sé]. Uma das filhas de Branca Dias, Inês, era quem ensinava a Maria Lopes. A ex-aluna lembrou o costume que tinha Branca e suas filhas de arrumarem a casa nas sextas-feiras. Aos sábados, não ensinavam e faziam questão de se vestir com esmero. Outra ex-aluna da escola de Branca Dias, Joana Fernandes, também se lembrou de outro hábito estranho: durante o tempo em que lá ficou (um ano), Joanna afirmou que sua mestra não permitia nunca fiar aos sábados, e que sempre neste dia da semana vestia sua melhor roupa e comia uma iguaria diferente feita com grãos pisados, carne picada e adubos. (MELLO, 1984, p. 31). Eram muitas as histórias de atitudes suspeitas, estranhas. Branca Dias e Diogo Fernandes já eram falecidos quando o visitador do Santo Ofício ouviu esses relatos. Dizia-se que todos sabiam ser o casal de cristãos-novos da Rua do Palhais ex-condenados da Inquisição lisboeta, como de fato havia sido. Apesar disso, muitas famílias continuavam a enviar suas filhas às aulas de Branca Dias, como era o caso da pequena Ana Lins, de 5 anos, trazida pelo pai que queria que sua filha fosse “doutrinada e insinuada [ensinada] a coser e a lavar” (MELLO, 1984, p. 54). Pode-se aventar uma razão pragmática para isso: Branca Dias era natural de Viana da Foz do Lima [atual Viana do Castelo],

um dos mais reconhecidos centros de fabricação de renda de bilros em Portugal até o início deste século [XX] e também um dos mais importantes núcleos de pesca do país, confirmando-se ali o aforismo: onde há redes há rendas. (MELLO, 1996, p. 129).

A habilidade de Branca Dias e suas filhas com esta arte teria sido um diferencial fazendo com que muitas famílias, em boa parte constituída de portugueses e seus descendentes, a preferissem como mestras. Muitas alunas eram filhas de gente importante, como a mesma Maria Lopes, cujo pai e o marido eram “dos da governança desta terra”.

O saber bordar, coser e se portar como uma boa esposa integrava o perfil desejado das “matronas”. Por isso, a preocupação do pai de Ana Lins para que ela aprendesse logo as prendas necessárias ao seu sexo, já que o seu futuro marido não tardaria a chegar. Em geral, as meninas se casavam cedo, após a primeira menstruação. Não raro, eram casamentos sem laços afetivos entre os nubentes, configurando “contratos econômicos acertados pelo pai e, na falta desse, pelo irmão mais velho” (RIBEIRO, 2007, p. 82). Era preciso garantir a descendência por meio de um corpo jovem e virgem, daí, também, a necessária vigilância dispensada pelos homens da casa. Os riscos existiam e não se restringiam às investidas de estranhos. O perigo também podia estar dentro do próprio lar, a exemplo da casa-grande do engenho de Cristovão Queixada. Nesta, Maria de Azevedo passou parte de sua infância, e dentre as muitas lembranças que deveria ter daqueles tempos, escolheu as que no seu entender, precisavam ser compartilhadas com o visitador do Santo Ofício. Narrou, então, que quando tinha seus 11 anos de idade, presenciou uma relação sexual entre a “negra brasila chamada Vitoria” e Maria de Lucena, parenta de Clara Fernandes de Lucena, esposa de seu avô paterno, Cristovão Queixada. Ao serem surpreendidas realizando o “pecado de sodomia”, as duas mulheres pediram segredo à Maria que, depois disso, “esteve ela denunciante alguns anos no recolhimento de Maria da Rosa”. Depois de um tempo, quando retornou ao engenho, não mais encontrou Maria de Lucena. Informaram-lhe que “a lançaram de casa por que fora achada fazendo o pecado nefando com outra brasila chamada Margarida”. Por volta dos 14 ou 15 anos, Maria

de Azevedo, então, se casou e naquele 4 de novembro de 1593, aos 21 anos de idade, quando apresentou o seu relato ao visitador do Santo Ofício, as “negras brasilas” Vitoria e Margarida ainda trabalhavam para a família, mas especificamente, para a própria Maria de Azevedo. (MELLO, 1984, p. 36-39).

A neta de Cristovão Queixada testemunhou a expressão de outra sexualidade para além daquela reconhecida e permitida pela Igreja. Definitivamente, as relações que Maria de Lucena mantinha com as escravas indígenas do engenho, não constituiriam uma boa influência para a pequena Maria de Azevedo, ainda mais porque, como denunciou uma das escravas, Monica, todos, no engenho, sabiam que a dita Lucena, “dormia carnalmente com as negras de casa” (MELLO, 1984, p. 49). Maria de Azevedo, então, passou algum tempo longe do engenho, no Recolhimento de Maria da Rosa. Quando retornou, Maria de Lucena já não se encontrava mais: foi expulsa de casa, talvez ao ser flagrada pelo próprio Cristovão Queixada ou outro parente. Mas que recolhimento era esse que afastou Maria de Azevedo de tão perigosas influências?

Como vimos anteriormente, os franciscanos se estabeleceram em Olinda graças à doação feita por Maria da Rosa da capela de Nossa Senhora das Neves e do terreno. Na escritura, consta que Maria da Rosa doava

a dita casa assim como está, Igreja com todos os seus ornamentos, e com todos os mais, prata, chãos e terras, que estão juntos com a dita Igreja, assim cerca, como os que estão fora dela, em que está a olaria até o salgado, para se poder meter na cerca, assim e de maneira que os ela tem e possui, com suas entradas e saídas. (JABOATÃO, 1858, p. 138).

Pelo documento acima, lavrado em 27 de setembro de 1585, vê-se que além da capela havia uma casa, que servia efetivamente de recolhimento. A propriedade como um todo, se estendia até a praia. A origem do

Recolhimento, como vimos, está na primitiva casa aberta para educar os indígenas na década de 1550. Na década de 1570 a instituição já devia estar bem estabelecida, já que em 1577, Frei Amaro da Purificação pediu, sem sucesso autorização aos seus superiores para instalar a ordem de São Francisco naquela mesma propriedade. De origem indígena, Maria da Rosa é retratada como uma “viúva honesta, exemplar e rica, e fôra casada com Pedro Leitão”. Como não teve filhos, resolveu edificar uma capela dedicada à Nossa Senhora das Neves “com intento de levantar à sombra desta Mãe de Piedade e dos homens, um recolhimento para si e outras devotas mulheres” (JABOATÃO, 1858, p. 135)⁵. Loreto Couto afirma que Maria da Rosa era conhecida pela “sua caridade para com os pobres, a quem socorria com mão larga e generosa” (COUTO, 1904, p. 497). Para Fernandes (2016, p. 345), considerando o quadro da sociedade colonial, a história da índia Maria da Rosa insere-se naqueles casos de indígenas que

voluntariamente se apartavam de vários aspectos de sua própria cultura com o intuito de alcançar um melhor posicionamento naquele contexto tremendamente instável, algumas vezes com grande sucesso. É de se notar, mais uma vez, que os europeus dependiam totalmente da existência destes “trânsfugas” culturais, sem os quais o tipo de conquista que foi realizada no Brasil teria sido completamente diferente.

Em 1585, ao doar a propriedade aos franciscanos, ela se muda, “acompanhada de outras matronas e algumas donzelas devotas” para o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição. (COUTO, 1904, p. 497). No estudo que realizou sobre esta última instituição, Almeida (2005) sugere que sua origem remontaria à década de 1550, quando se iniciou a

⁵ A história do culto à Nossa Senhora das Neves remonta ao século IV. Segundo a tradição, um casal de muitas posses, mas sem herdeiros, orou à Virgem para pedir uma orientação sobre o que fazer com sua fortuna. Informado por Nossa Senhora em uma aparição que deveria elevar uma basílica no monte que amanhecesse nevado, e assim o fez, ao constatar que o Monte Esquilino, em Roma, estava coberto de neve em uma época em que normalmente não ocorria.

experiência de recolher índias libertas, ideia esta defendida por Nóbrega, como vimos. Depois de 1585, com a entrada de Maria da Rosa, o perfil da casa mudou no sentido de uma apropriação do espaço pela população rica da Capitania. Assim sendo,

é possível que a experiência do recolhimento de índias e mulheres pobres tenha motivado a Maria da Rosa e outras mulheres a fundarem um retiro como o de Nossa Senhora das Neves e que, depois de feita a doação dessa propriedade aos franciscanos, os dois grupos femininos tenham se fundido, agora sob a orientação das mulheres nobres (ALMEIDA, 2005, p. 210).

Maria da Rosa, pelo poder econômico e posição social de que dispunha, servia como referência para as famílias mais abastadas. Cristovão Queixada, o avô de Maria de Azevedo, devia conhecer bem a fundadora do Recolhimento de Nossa Senhora das Neves, afinal, vivia há muitos anos na Capitania. Seu nome aparece como o beneficiário de uma carta de doação “da terra que está na Várzea no caminho de Camaragibe” datada de 1551. (COSTA, 1983, v. 6, p. DXCIX) Algum tempo depois, o mesmo Cristovão Queixada vendeu parte dessas terras a Pedro Leitão, esposo de Maria da Rosa que, por sua vez, as revendeu a Pero Rodrigues de Abreu, em 1587. (COSTA, 1983, p. DXCIX). Possivelmente o dinheiro desta venda teria como destino as obras de ampliação e requalificação do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição. Cristovão Queixada era casado com Clara Fernandes de Lucena, filha de Vasco Fernandes de Lucena que auxiliou Duarte Coelho no processo de conquista das terras dos índios Tabajaras.

Não é de se estranhar, portanto, que a família de Maria de Azevedo escolhesse o Recolhimento de Nossa Senhora das Neves para dotá-la de uma boa formação. Lá ela ingressou em 1582. Saiu provavelmente em

1585, quando houve a mudança para o Recolhimento da Conceição. Os recolhimentos representavam uma

alternativa às mulheres que gostariam de levar uma vida reclusa, numa sociedade onde os conventos eram limitados e condenados pela coroa lusa, tendo em vista a escassez de mulheres brancas e a importância destas no projeto de colonização. Esses espaços também acabavam sendo utilizados como educandários das filhas da elite colonial (GOMES, 2003, p. 68).

É preciso fazer uma distinção entre *conventos* e *recolhimentos*. Os primeiros teriam o objetivo de “proporcionar um espaço adequado para o florescimento das vocações religiosas”; já os recolhimentos estão mais voltados à vida secular,

preocupando-se em afastar as mulheres de uma vida contemplativa, estimulando os papéis de esposa e mães, embora, em seu espaço interior, convivam mulheres que se sentem vocacionadas e que se dedicaram à religião. Essas mulheres convocadas pela fé em Deus são as mestras, que se preparam intelectualmente para realizar a tarefa de preparar a boa esposa, a mãe adequada (ALMEIDA, 2005, p. 135).

Os recolhimentos, assim, também representavam um espaço de formação para as meninas que seriam destinadas a um bom casamento. Formação que incluía tanto o ensino das prendas domésticas quanto do A-B-C. Maria de Azevedo, por sinal, fez um bom casamento, pelo menos no que diz respeito às convenções sociais da época. Seu marido, Matheus de Freitas era um fidalgo da casa real e alcaide-mór⁶ de Olinda. Da união entre Maria de Azevedo e Matheus de Freitas nasceu Jerônima de Mesquita que

⁶ O alcaide era um magistrado que tinha como principal incumbência zelar pela segurança e sossego da população. Além disso, ele também fazia citações do fisco municipal e decidia sobre as multas impostas pelo almotacé. Os meirinhos (funcionários da Justiça encarregados de fazer diligências e prender suspeitos) eram subordinados ao alcaide. (BARBOSA; ACIOLI; ASSIS, 2006, p. 95 e 97).

foi mãe do tenente general Felipe Bandeira de Mello, militar de carreira que auxiliou Francisco Barreto de Menezes durante as campanhas contra os holandeses nas décadas de 1640 e 1650. (COUTO, 1904, p. 430; COSTA, 1981, p. 283-287).

Mas como seria o cotidiano dessa escola de matronas? Quantas internas passaram pelo Recolhimento de Nossa Senhora das Neves? Quais as mulheres que assessoravam Maria da Rosa? Como eram os estudos? A organização? Willeke (1975, p. 142), por exemplo, refere que neste recolhimento chegou-se a se instalar um orfanato, “induzindo as órfãs nas primeiras letras”. Meninas oriundas de famílias de posses, como Maria de Azevedo, estudavam juntas com as órfãs neste que é apontado como o primeiro recolhimento do Brasil? (NUNES, 2006, p. 485)⁷

Considerações Finais

São questões que permanecem em aberto reclamando futuras pesquisas. A conclusão que podemos chegar com os dados disponíveis é a de que a existência de instituições como a de Maria da Rosa, do Recolhimento da Conceição, além das mestras particulares, é um indicativo da presença de espaços mais ou menos formais de educação para o gênero feminino em Pernambuco desde o século XVI. Se é certo que as prendas domésticas ocupavam o centro das preocupações dos pais de famílias, o domínio das letras, ainda que majoritariamente masculino, não devia estar de todo ausente daquelas que eram tidas como o “sexo frágil”. A mestra de Ana Lins, Inês Fernandes, ainda que apareça nas fontes ensinando os segredos do bordado e da costura, também tinha um hábito peculiar: aos sábados gostava de ficar “sempre deitada em uma rede lendo por livros sem fazer outro nenhum serviço nem trabalho...” (MELLO,

⁷ Há um ligeiro equívoco por parte de Algranti (2014, p. 283) ao afirmar que só a partir do século XVIII é que no Brasil ocorreu a fundação de vários recolhimentos femininos.

1984, p. 65). Já a devota Maria de Faria não era dada a coisas mundanas na quarta-feira de cinzas. Em sua casa, na Rua da Misericórdia, após o jantar [leia-se: no início da tarde], ela falava em coisas espirituais, pois “sabe ler e tem lido livros devotos...” (MELLO, 1984, p. 123). Tais mulheres aprenderam a ler ainda em Portugal, de onde eram naturais, antes de vir residir em Olinda. A presença dessas e de outras mulheres alfabetizadas na vila tornava possível a oferta de um serviço de instrução incipiente para o público feminino, notadamente para aquelas famílias em condições de procurá-lo. A própria esposa de Bento Teixeira, Felipa Raposo, também atuou como mestra de primeiras letras. (SOUZA, 2015, p. 133).

No início do século XVII, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição figura como uma instituição modelo do ideal da mulher honrada e virtuosa. Ali várias matronas se estabeleceram oriundas de poderosas famílias de senhores de engenho, a exemplo de Maria da Trindade e Ana de Mello Barreto, filhas de Cristóvão Paes Barreto e Margarida de Mello, todos integrantes do clã dos Paes Barreto, do Cabo de Santo Agostinho. Viveriam no Recolhimento até a morte de ambas, em 1626 (ALMEIDA, 2005, p. 207). Assim, não passaram pelo apuro de sair às pressas de casa em meados de fevereiro de 1630. Os que ficaram em Olinda, incluindo alguns alunos do Colégio de Nossa Senhora da Graça, puderam ver, do Alto da Sé, a poderosa esquadra da Companhia das Índias Ocidentais despontando no horizonte.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA. **Cartas Avulsas (1550-1568)**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4676>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ADÃO, Áurea. **Estado absoluto e ensino das primeiras letras**: as escolas régias (1772-1794). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. Educação de meninas na América portuguesa: das instituições de reclusão à vida em sociedade (séculos XVIII e início do século XIX). **Revista de História Regional**, v. 19, nº 2, p. 282-297, Ponta Grossa, 2014.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ANCHIETA, José de (padre). **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do padre José de Anchieta, S. J.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Disponível em: <<https://purl.pt/155>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Fontes repatriadas**: anotações de história colonial, referências para pesquisa, índice do catálogo da Capitania de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

BARATTA, José do Carmo (cônego). **Escola de Heróis**: o Colégio de N. S. das Graças. O Seminário de Olinda. Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 1978.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. v. XLIX, 1927. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. Disponível em: <<https://bit.ly/3agf3j8>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CARDIM, Fernão (padre). **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, (São Paulo), etc. desde o anno de 1583 ate o anno de 1590, indo por visitador, o P. Christovam de Gouvea**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1847. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4790?locale=en>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. v. 6. 2ª ed. Recife: Fundarpe, 1983.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **A ordem carmelitana em Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1978.

COUTO, D. Domingos de Loreto. **Desaggravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Oficina Typographica da Biblioteca Nacional, 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca**: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil. 2ª ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/39vb6rW>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

FERNANDES, Rogério. A história da educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados. **Revista Brasileira de Educação**, nº 7, p. 5-18, jan/fev/mar/abr, 1998. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDEo7/RBDEo7_o3_ROGERIO_FERNANDES.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Brasil Colonial: 1580-1720**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 171-226.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. O período colonial nos manuais de história da educação brasileira. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). **O Ensino de História da Educação**. Vitória: EDUFES, 2011. pp. 363-387.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Alberon de Lemos. **A matrona e o padre: discursos, práticas e vivências das relações entre catolicismo, gênero e família na Capitania de Pernambuco**. 165f. Dissertação. (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3aiGokN>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

HONOR, André Cabral. O envio dos carmelitas à América portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-19, Niterói, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1980-542X-tem-2014203620.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

JABOATÃO, Frei de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasilico ou chronica dos frades menores da província do Brasil**. v 2. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7593>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LEITE, Serafim, S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Ed. Fac-Símile. Tomo I: o estabelecimento. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco**. 1593-1595. Ed fac-símile. Recife: FUNDARPE, 1984.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco**. 1542-1654. 2ª ed. Recife: Massangana, 1996.

NÓBREGA, Manoel da (padre). **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/3orCLht>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. DEL PRIORI, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. pp. 482-509.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da educação no Renascimento**. São Paulo: E.P.U / EDUSP, 1980.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 79-94.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 1 – Séculos XVI-XVIII. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 93-107.

SOUZA, Juarlyson Jhones Santos de. **O mestre de moços: Bento Teixeira e a cultura letrada na América portuguesa em fins do século XVI (c. 1566 – c.1595)**. 176f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4753/2/Juarlyson%20Jhones%20Santos%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

VASCONCELOS, Simão de (padre). **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo**. Segunda edição correcta e augmentada. v. 1. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

WILLEKE, Frei Venâncio. Um padre-mestre franciscano, 1500-1863. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. v. 47, p. 141-154, Recife, 1975.

Separados e marcados pela cor: oficiais pardos na luta por distinção social nas tropas militares em Pernambuco (XVIII)

*Janaína Santos Bezerra*¹

[...]Dos príncipes e reis se seguem os generais, governadores, mestres de campo e mais postos da milícia: e sem sairmos do nosso Brasil, e ainda de Pernambuco, podíamos fazer de todos uma boa lista, se assim como lhe sabemos os nomes, não achássemos alguns com cores mudadas[...] (JABOATÃO, 1751, p. 205)

O trecho acima, retirado do sermão de Frei Jaboatão, proferido nas festividades de São Gonçalo Garcia do Recife, no ano de 1745, retrata a ascensão social de sujeitos pardos, ao mesmo tempo em que denuncia a fraude da tez branca no espaço colonial pernambucano. Meio século depois, Henry Koster relata o seguinte episódio abaixo:

Conversando numa ocasião com um homem de cor que estava ao meu serviço, perguntei-lhe se certo Capitão-Mor era mulato. Respondeu-me: era, porém já não é! E como lhe pedisse eu uma explicação, concluiu: Pois senhor, um Capitão-Mor pode ser mulato? (KOSTER, 1942.p. 377)

Os relatos de Frei Jaboatão, assim como os de Henry Koster, inglês que viveu alguns anos do início do século XIX em Pernambuco e, portanto,

¹ Possui Graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2006); Mestrado em História Social da Cultura Regional, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2010); Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2016), com bolsa sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a orientação do Prof. Dr. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro. Professora da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2262692895347081>

presenciou acontecimentos que ainda guardavam relação muito estreita com o final do século XVIII, são discursos que ajudam a entender como a sociedade pernambucana encarava a ascensão social de um homem de cor. A patente de Capitão-mor, descrita no trecho de Koster, era o posto oficial mais alto na hierarquia militar a ser ocupado nas ordenanças. Em cada vila ou freguesia havia um capitão-mor que, pela regra, era sempre homem socialmente branco.

A resposta obtida pelo viajante inglês “era, porém já não é!” demonstra, além das restrições impostas aos sujeitos de cor na sociedade pernambucana, que era possível indivíduos pardos, através de obtenções de patentes militares, suprimirem defeitos, se transportando da periferia ao centro da hierarquia social. Isso porque o acesso ao oficialato era uma via de ascensão social, visto que os mestiços que ocupavam o posto de Capitão-mor se aproximavam das “elites brancas”, “embranquecendo-se extraoficialmente e se distinguindo consideravelmente dos outros homens de cor” (SILVA, 2003.p.111).

Tendo como ponto de partida os relatos deixados por Frei Jaboatão e Henry Koster, o artigo que se segue propõe-se a discorrer sobre as possibilidades de ascensão social aberta aos pardos livres e forros na sociedade setecentista em Pernambuco, através da estrutura militar portuguesa. O próprio Koster (1942, p. 377) afirma que “um mulato entra para as Ordens religiosas ou é nomeado para Magistratura desde que seus papéis digam que ele é branco, embora seu todo demonstre plenamente o contrário”.

Koster (1942), no século XIX, refletia as transformações sociais que já vinham se processando no século anterior. Tal realidade era visível nas tropas militares, que possibilitava uma inserção sociopolítica quando se alcançava o oficialato. Tais tropas demonstravam as diversas maneiras de reprodução social reveladas na obtenção de mercê, no enquadramento

social, nos conflitos constantes com autoridades locais, assim como as possibilidades de mobilidade ascendente, dentro de uma hierarquia social. Ao certo, diversos mestiços encontraram meios para criar um espaço de barganha dentro da estrutura político-militar e ascender socialmente.

Segundo Kalina Vanderlei Silva (2003), os negros milicianos, fossem libertos ou descendentes, assim como os pardos, eram personagens que procuravam se adaptar aos valores dominantes. Através da estratégia do enriquecimento buscavam ascender socialmente, assimilando valores que os distinguiam das camadas mais baixas, afastando-se dos estigmas da escravidão. Para atingir seus objetivos, apoiavam-se na ostentação do luxo e da posse de postos honoríficos, uma vez que a regalia do ócio nem sempre lhes era acessível.

Na verdade, as tropas militares proporcionavam aos seus oficiais honras e privilégios que incluíam o direito a foro militar, uso de fardas e porte de armas, concebidos como bens de representação numa configuração social marcada pelo consumo suntuoso e pelo prestígio (SILVA, 2013). O oficialato, além de prestígio e poder, proporcionava certas isenções de impostos e outros privilégios.

Em Pernambuco foram concedidas cartas patentes a pardos e negros, destinando-lhes responsabilidades com a manutenção da ordem e o cumprimento do Real Serviço. Os privilégios contidos na carta patente já estavam previstos no Alvará de 24 de novembro de 1645. Entre os benefícios adquiridos estava a isenção da contribuição com “fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos, nem outros nenhuns encargos, estrebarias, pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, galinhas, e outras aves, e gados assim bestas de sela, e de albarda”. Os mesmos também podiam gozar dos privilégios do estanco do tabaco, assim como ter preferência nas propriedades e serventias dos Ofícios que vagassem nas suas terras. Além de gozar de todas essas vantagens, também podiam

desfrutar dos mesmos direitos dos soldados pagos, durante todo o tempo que estivessem alistados (GUIMARÃES, 1779. fl. 17. Cota. H.G. 30737 V).

Na lógica política do Antigo Regime “a elegibilidade para o posto de comandante de Auxiliares, bem como de Ordenanças, estava garantida e restringida, de acordo com o regimento régio, aos que fossem ‘principais da terra’(MELLO, 2012. p.116). Segundo Christiane Figueiredo Mello (2012), tal reputação, apriorística, decorria de uma visão hierárquica da sociedade. Por outro lado, ressalta Eudes José Gomes (2012, p.121) que, apesar do seu caráter marcadamente elitista, ao estabelecer que o provimento do oficialato das Ordenanças devesse recair sobre os homens principais do lugar, “possibilitava-se que as patentes fossem ocupadas por uma grande heterogeneidade de indivíduos, cujas qualidades, ocupações ou níveis de riqueza variavam conforme as características da gente principal de cada terra, contribuindo, assim, para a relativa porosidade encontrada na base de recrutamento da chamada ‘nobreza civil’”.

Tais Mercês régias, ou seja, a troca de serviços por honras e distinções, faziam parte de uma "economia moral do dom"(MAUSS, 1974, pp. 37), resultante da articulação de diferentes recursos, funções e espaços, com vistas a alcançar determinados objetivos comuns. O que significa afirmar que os beneficiados passariam a estar ligados ao monarca através de uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços. Nesse caso, o ato de “dar” instituía uma relação dupla entre quem dava e quem recebia. Logo, aceitar um dom era mais que receber uma coisa, era concordar e aceitar que aquele que dava exercia direitos sobre aquele que recebia. Isso significava que dons e contradons criavam um estado de endividamento e de dependência mútuos que acarretavam consequências sociais a ambas as partes.(GODELIER, 2001. p. 23-76).

Segundo Ângela Barreto Xavier e Antônio Manuel Hespanha (1994, p. 382), “a comunicação pelo dom introduzia o benfeitor e o beneficiado

numa economia de favores. Sua estrutura era de natureza diversa e variava consoante a posição dos atores nos vários planos do espaço social”. Tais fatores provocavam um contínuo reforço econômico e afetivo dos laços que uniam, ocorrendo entre os envolvidos uma crescente espiral de poder, subordinada a uma estratégia de ganhos simbólicos, que se estruturava sobre os atos de gratidão e serviço. Segundo tais autores, “a atividade de dar [...] integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Estes atos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas”(XAVIER e, HESPANHA, 1994, p. 340).

Nesse sentido, a mercê régia surgiu como resultado do estabelecimento de vínculos políticos entre o rei de Portugal e os vassalos ultramarinos, bem como um instrumento de reprodução das relações de poder e redes de hierarquias. “Ora, bem sabia o Vice-Rei que, para a preservação e sustentação de tão importante vínculo político, havia que ‘fazer algumas úteis mercês’ em retribuição aos indispensáveis serviços prestados por aqueles considerados bons vassalos”, estratégia fundamental na lógica política do Estado Absolutista (MELLO, 2012.p.115). “Estas relações colocavam uma monumental máquina administrativa ultramarina em movimento e criavam formas sociais de produção” (FRAGOSO, 2012, p. 106-145).

Como instrumento de gestão, as mercês dadas pelo rei permitiam o preenchimento de todos os postos da administração militar e civil da Coroa. Porém não podemos esquecer que havia por parte das autoridades locais da época muitas restrições à presença de pessoas de cor nas forças militares da colônia, e essa discriminação se fez presente e se manifestou com mais força quando havia a possibilidade desses homens de cor galgar algum posto mais elevado na hierarquia militar.

O fato é que, apesar das imposições e restrições impostas aos homens pardos, eles chegaram a alcançar postos militares no contexto colonial pernambucano. Além do oficialato, as tropas formadas por pardos e negros muitas vezes contavam em suas fileiras com homens agraciados com títulos nobiliárquicos, como o Hábito da Ordem de Cristo e o da Ordem de Santiago. Esse foi o caso de Luís Nogueira de Figueiredo que recebeu de D. José o hábito de Santiago em 1771 (AHU_ACL_CU_015, cx.111. D.8593).

Ao certo, negros e pardos também fizeram parte do oficialato, tendo em vista que as forças auxiliares em Pernambuco eram organizadas em corpos separados de brancos, pretos, índios e pardos. Isso de certa forma permitia uma vivência das práticas militares em universos estanques. Como eram compostas por civis que não se afastaram de suas respectivas ocupações, seus exercícios eram executados apenas aos domingos e não precisavam ficar permanentemente de prontidão (SILVA, 2001 p.65-66).

A estrutura da organização militar adotada em Pernambuco refletia inicialmente a transposição do modelo ibérico para a América portuguesa. Tal estrutura era formada por um tripé: Tropa Regular, Regimentos Auxiliares ou Milícias e Ordenanças (Cf. COTTA, 2002). As tropas regulares também eram chamadas de linha ou profissional. Foram criadas no ano de 1640, em Portugal, e foram definidas como próprio exército português no continente americano, uma vez que eram formadas por efetivos reinóis e complementadas por colonos brancos ou mestiços claros, sendo na colônia as únicas tropas pagas e de caráter permanente (Cf. COSTA, 2006. 109-169). Atuavam na guarnição das fortificações e tinham regimentalmente como principal função garantir a defesa dita “externa” dos domínios portugueses das investidas de piratas, mercenários e armadas de outras Coroas europeias (GOMES, 2009, p. 45-65).

As Milícias ou Corpos de Auxiliares também foram criados em Portugal no século XVII, mais especificamente no ano de 1641, eram de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, constituindo-se em forças deslocáveis que prestavam serviço de apoio às tropas pagas. Eram organizadas em terços e companhias, sendo seu enquadramento feito em bases territoriais, junto à população civil. Os Corpos de Auxiliares operavam juntamente com as tropas regulares, substituindo-a quando a mesma fosse chamada para fora de seu território (FILHO, 1998, p. 19-21). No geral, a prestação de serviços era gratuita e o fardamento e armas eram adquiridos pelo próprio miliciano, o que obrigava esses a terem profissões estáveis, se não bem remuneradas (VALENÇA, 2008).

Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, sendo seus homens instruídos e disciplinados por oficiais hábeis e experimentados, provenientes da tropa de linha: os Sargentos-mores e Ajudantes, responsáveis pela instrução de cada regimento, que por seus serviços recebiam soldos. “Os auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estivessem designados e, enquanto nelas permanecessem mobilizados, receberiam tal qual os soldados pagos”(MELLO, 2012.p.105).

Por fim, para completar o tripé, temos os Corpos de Ordenanças que foram criados pela lei de 1549, de D. João III, e organizados conforme o Regimento das Ordenanças de 1570 e da Provisão de 1574. Em sua organização funcional, os Corpos de Ordenanças possuíam um sistema de recrutamento que deveriam abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, excetuando-se os privilegiados (MONTEIRO,1998. Vol. 4, p. 273). Os componentes das Ordenanças também não recebiam soldo. Permaneciam em seus serviços particulares e, somente em caso de grave perturbação da ordem pública, abandonavam suas atividades (COTTA, <http://www.seol.com.br/mneme/>, p.3). Esse efetivo não era mobilizado,

mas apenas listado, executava alguns exercícios periódicos e prestava serviços não militares eventuais (COTTA, <http://www.seol.com.br/mneme/>, p.65-66).

Entre os cargos militares eram os das tropas auxiliares como as Ordenanças o principal alvo de interesse das elites locais. Tais cargos funcionavam “como um espaço de exercício de poder, uma maneira dos setores mais ricos do local exercerem capacidade de mando sobre a população” (LISBOA, 2011. p.163).

A patente mais alta das Ordenanças era o de capitão-mor; seguido do sargento-mor e capitão, ao passo que os oficiais inferiores incluíam o alferes; sargento; furriel; cabo de esquadra; porta-estandarte e tambor. O capitão-mor era, portanto, responsável geral pelos Terços e ficava diretamente subordinado ao Governador de cada capitania. Ele era eleito pela câmara municipal dentre os principais da terra. Era sua a responsabilidade de indicar os demais oficiais, submetendo à aprovação dos conselhos municipais (SOARES, 2010.p.5). Tanto as milícias como as ordenanças eram forças auxiliares institucionais, visto que estavam enquadradas sob leis e regulamentos da Coroa e eram reconhecidas, ainda que não patrocinadas. Apenas a tropa de linha era paga, já que era a única permanente e profissional (SOARES, 2010, p. 66-67).

1 A organização militar em Pernambuco

Em Pernambuco, entre os terços de pardos e pretos, nem sempre existiu consenso quanto à organização desses homens em corpos militares específicos. Em 14 de janeiro de 1731, saiu uma Provisão Régia proibindo que houvesse corpos separados de pardos e bastardos. Tal documento também ordenava que fossem alistados todos os moradores, sem distinção de qualidades (COSTA, 1983. v. 5.p.412).

Porém, ao que parece, e a despeito das determinações, os corpos militares continuaram separados em Pernambuco, visto que, no ano seguinte, o governador Duarte Sodré Pereira (1727-1737) escreveu uma carta ao rei D. João V comunicando não haver necessidade de Corpos separados de pardos e negros, sugerindo a extinção dos postos de mestre de campo e sargento mor dos mesmos, assim como o de governador dos índios (AHU_ACL_CU_015, cx.42. D.3797).

A razão estava no prejuízo econômico que tais cargos militares suscitavam para a capitania. Segundo o governador, o ideal seria que não houvesse oficiais índios, negros e pardos, e que estas qualidades de gentes servissem como subalternos junto aos brancos (AHU_ACL_CU_015. Cod. 910).

Ao que parece, Duarte Sodré não via com bons olhos as patentes militares sendo distribuídas a sujeitos de origem duvidosa. Argumentou que a separação por cor, entre as tropas militares em Pernambuco, não trazia nenhuma vantagem na defesa do território, pelo contrário, era muito prejudicial à ordem pública. Logo, era “inconveniente” e “injurioso”, “que um preto sem mais merecimento que de algum ofício mecânico, se lhe mande passar uma patente de mestre de campo, e outra de sargento mor”. O correto a ser feito, segundo o governador, seria a extinção do posto de mestre de campo e dos demais oficiais de negros e pardos, evitando assim gastos com soldos. “Ficando os negros forros alistados em companhias, sujeitos aos capitães mores das freguesias, ou aos coronéis das ordenanças” (AHU_ACL_CU_015, cx.42. D.3797).

Duarte Sodré Pereira apoiou integralmente as medidas impostas pela Provisão Régia de 1731. Na verdade, mesmo antes da tal provisão, o governador já se mostrava inconformado em ter que conceder patentes a negros e pardos. Em 1729, ano em que morreu Manoel Barbalho de Lira, mestre de campo do Regimento dos Henriques, o governador se negou a

conceder quaisquer cartas patentes para tal ocupação. A intenção era extinguir o posto de sargento-mor e dos outros oficiais na desculpa de evitar gastos com soldos (AHU_ACL_CU_15,cx.39. D. 3513).

Ao recusar a ocupação dos postos por pessoas sem qualidade, o governador revelava a preocupação com o desprestígio das patentes por parte de outros membros da elite local. “Se tal prática se generalizasse, a distinção associada ao posto perderia a sua eficácia”. Reclamava-se, assim, a preservação do oficialato como instrumento de medição e manutenção das distâncias e hierarquias sociais” (GOMES, 2012.p.128).

Na sua concepção, os sujeitos sem nobreza não deveriam ter regimentos próprios, muito menos dispor do título de oficial. Em resposta ao governador de Pernambuco, D. João V defendeu que realmente o mais conveniente seria “não separar esta gente, dando-lhes oficiais e cabos, que os governem separadamente”. O ideal seria que todos os moradores de um distrito, fossem “agregados àquela companhia, ou companhias que houvessem, sem corpos separados de pardos, e bastardos com oficiais privativos” (AHU_ACL_CU_015, cx.42. D.3797). Ao que parece, os regimentos em Pernambuco continuaram separados por cor, tendo em vista que em 12 de janeiro de 1733 foi decretada outra Provisão mandando extinguir o regimento dos pardos do Recife, bem como o posto de sargento-mor dos mesmos que havia na praça e em seus arredores. Com tal provisão, extinguiu-se também o posto de mestre de campo do regimento dos homens pretos, assim como o próprio regimento, ficando as suas praças sujeitas aos capitães-mores da freguesia ou aos coronéis de ordenanças onde houvessem ditos capitães-mores (COSTA, 1983, v.5. p. 412).

Em 1739, por pressão de Brás de Brito Souto, mestre de campo dos pretos, o governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada refez o terço dos pretos. Para justificar tal atitude, o governador usou argumentos

precisos sobre a eficácia do terço e, conseqüentemente, da defesa, quando se tinha à frente do regimento um sujeito de sua mesma cor. A intenção principal de Andrada era manter a ordem, logo a conservação dos terços era um passo importante para tais fins, tendo em vista que a reconstrução das tropas negras não tinha encontrado oposição nem mesmo nas tropas formadas por brancos².

No ano de 1745, a Coroa se mostrou novamente preocupada com a organização e distribuição das tropas militares em Pernambuco. A missão dada aos governadores era enviar ao Conselho Ultramarino a relação de “todas as companhias das Ordenanças” existentes na capitania, “declarando o número de moradores que tem cada uma das ditas companhias, sem entrar neste número os ausentes”. O representante de cada capitania também teria que remeter “outra relação das companhias de auxiliares com a mesma declaração do número dos soldados de cada uma” (Livro de registros- cod. 261, fls.22).

Para completar as informações, também era necessário declarar “os lugares, sítios ou povoações” onde eram moradores e “as distâncias que ficam dos portos do mar entre si”, como também declarar que “soldos vencem os oficiais dos ditos auxiliares” (Livro de registros- cod. 261, fls.22). Essas informações eram de grande importância para a Coroa, tendo em vista um melhor controle, organização e demandas de pagamento das tropas militares. Ao que parece, as tentativas de suprimir a participação de negros e pardos no oficialato militar foram diminuindo com o passar dos anos. Podemos afirmar que no século XVIII mudanças substanciais ocorreram na composição das tropas auxiliares. Tais mudanças foram decorrentes da Carta Régia de 22 de março de 1766,

²Carta do governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei d. João V, sobre ordem a respeito da desordem causada pela multiplicação de postos militares e das providências que tem dado na criação dos terços de auxiliares, nos postos de mar da citada capitania e suas anexas. Recife, 9 de novembro de 1739. AHU, CX. 55. 1739, novembro, 9, Recife, D.4752

enviada ao Vice-Rei Conde da Cunha e aos governadores e capitães-gerais do Brasil, que serviu para ratificar a força social adquirida pelos pardos, organizando-os em terços e reconhecendo o prestígio de alguns deles ao torná-los oficiais (Cf. SILVEIRA, 2008). Tal carta provocou grande impacto sobre a sociedade colonial, sobretudo à medida que mobilizou números espetaculares de indivíduos para as hostes militares. Seu objetivo era reorganizar e ampliar os corpos militares, alistando os indivíduos “sem exceção de nobre, plebeus, branco, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”(AHU_ACL_CU_15, cx. 103,D. 8006).

Em Pernambuco, a carta régia de 1766, entrou em vigor no governo de Antônio de Sousa Manoel de Meneses, Conde de Vila Flor (1763-1768). Com essa carta tivemos uma reorganização e considerável aumento dos corpos militares de pretos e pardos em Pernambuco. No governo de Vila Flor um regimento de brancos e outro de pardos ganhou o seu próprio nome³.

Em maio de 1767, o Secretário de Marinha e Assuntos Ultramarinos enviou carta ao governador da capitania de Pernambuco, Antônio de Sousa Manoel de Meneses, Conde de Vila Flor, felicitando-o pelo que tinha “obrado a respeito dos Auxiliares e Ordenanças”. Referia-se aquela carta aos resultados das ações desencadeadas pela Carta Régia de 22 de março de 1766, que dava bases para o aumento espetacular das tropas de 2^a e 3^a linhas (AHU_ACL_CU_015, cx. 103,D. 8006).

Após tal Carta Régia foram formados em Pernambuco quatro terços de Infantaria Auxiliar de Homens Pardos e dois de Henriques. Os de pardos estavam distribuídos, um em Olinda, que recebeu o nome de Infantaria Auxiliar da Parte Norte, com a liderança do mestre de campo

³ Ver (AHU_ACL_CU_015, cx. 104, 1766, julho, 8, Recife, D. 8039, AHU_ACL_CU_015, cx. 104, 1767, abril, 1, Recife, D. 8081, AHU_ACL_CU_015, cx. 120, 1775, outubro, 10, Recife, D. 9204; AHU_ACL_CU_015, Cod. 4. Livro de Decretos. fl. 27, 27v)

Ignácio Gomes da Fonseca. Um segundo em Alagoas, a Infantaria Auxiliar da Vila de Penedo, que teve como mestre de campo Martinho Pereira Álvares. Os outros dois no Recife, que eram a Infantaria Auxiliar de Vila Flor e a Infantaria Auxiliar da Parte Sul cujos mestres de campo eram Luís Nogueira de Figueiredo e José Ribeiro de Vasconcelos, respectivamente (AHU_ACL_CU_015, cx.167. D. 11870).

Em 1767, o governador da capitania de Pernambuco, Conde de Vila Flor, enviou um ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Em tal documento, o mesmo relatou a execução das ordens recebidas, referentes à organização das milícias. Segundo os seus relatos, além dos dois terços auxiliares que ainda estavam sendo preenchidos existia um de brancos completo em Serinhaem e um segundo em Olinda, incompleto, pois ainda estava em formação. Isso sem contar com as Companhias de negros e pardos, já formadas na vila do Recife (AHU_ACL_CU_015, cx.104. D. 8081).

O número total de organizações militares de infantaria de homens de cor permaneceu o mesmo após a nova reorganização militar, que ocorreu em 1796, quando os terços passaram a ser organizados em Regimentos. Foram poucas as mudanças que ocorreram na estrutura das tropas: “mestres de campos, tornaram-se coronéis e sargentos-mores passaram a tenentes-coronéis. Além disso, em todos os regimentos, por regra teria que haver uma companhia de caçadores” (CRISPIN, 2011, p. 54).

Em Carta Régia, datada de 1802, a Coroa declarou a sua oposição à criação de novos postos de “Milícia ou de Ordenanças”. Em tal documento não era admitido qualquer tipo de alteração na “organização e composição” dos corpos, por parte dos governadores e capitães gerais, ao menos que eles colocassem “as razões de necessidades e conveniência” para que isso pudesse acontecer. Segundo a Carta Régia tais medidas estavam sendo tomadas para evitar “prejuízo e desordem”, decorrentes

“do grande número de oficiais de milícias e ordenanças”, nomeados por governadores e capitães-generais (AHU_ACL_CU_015. Cod.202.fl. 23).

A necessidade de diminuir o número de oficiais e, conseqüentemente, os gastos provenientes dos seus soldos, ocasionou, no ano de 1806, uma nova Carta Régia. O documento extinguiu alguns corpos milicianos criados em 1766, em Pernambuco; o que deixou muitos pardos oficiais insatisfeitos por perderem suas patentes. De acordo com tal carta, a divisão seria realizada por espécie de habitante, que gerou nada menos que dezenove regimentos no Recife (COSTA, 1983, p. 411-414).

Mas não foi apenas a extinção de cargos que ocasionou insatisfação de alguns pardos. Ainda no século XVIII, o descaso com as tropas de cor foi motivo de frequentes contratempos que envolveram pardos, a Coroa e autoridades locais.

2 O descaso com as tropas pardas em Pernambuco

A militarização nas possessões ultramarinas portuguesas sempre foi uma preocupação da política colonizadora, pois a defesa e a conservação dos domínios ultramarinos foram fatores primordiais no seio das questões administrativas, sendo isso feito tanto pela militarização dos colonos naturais e reinóis, quanto pelo reforço da obediência dos súditos à autoridade de seus governantes, representantes da soberania real na colônia (BICALHO, 2003, p. 332).

Em Pernambuco, com objetivo de preservar seus interesses, em 30 de julho de 1775, o governador José César de Meneses fez seu primeiro relato em resposta a uma Ordem Régia, que ordenava com brevidade o envio para o Rio de Janeiro de 1200 homens distribuídos entre: um batalhão de Henriques e outro de Pardos, com 600 homens cada, para servir o vice-rei e, em seguida, se deslocar para as fronteiras do sul no combate às forças castelhanas. Em tal relato, o governador ressaltou os

procedimentos adotados em função do pedido real (AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9177).

Para dar inteira execução a real ordem, o governador marcou em sua própria residência uma reunião com os oficiais de cada terço, na qual ficou determinado que no dia 21 de agosto do mesmo ano, dia esse escolhido por ser o aniversário do príncipe Dom João, cada oficial teria a missão de reunir toda a sua tropa e escolher entre os seus subordinados os mais aptos ao serviço. Na concepção do governado, a extensão do prazo dado era relevante, uma vez que a maioria dos integrantes das tropas moravam “pela grande extensão desta dilatada Capitania”(AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9177).

Na ocasião, cada oficial apresentou um mapa da sua tropa que teoricamente estava representada da seguinte maneira:

QUADRO 1

Mapa do número de gente que apresentou o Terço dos Homens Pardos do qual era metre de campo Luís Nogueira de Figueiredo

Em 21 de agosto de 1775	Oficiais de patente	Oficiais inferiores	Tambores	Soldados	Total
Meste de Campo	1	//	//	//	1
Sargento Mor	1	//	//	//	1
Ajudante	1	//	//	//	1
Capitães	6	//	//	//	6
Alferes	7	//	//	//	7
Sargento	//	15	//	//	15
Cabos	//	15	//	//	15
Tambores	//	//	6	//	6
Soldados	//	//	//	187	187
Todos	16	30	6	187	239

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9291, AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9301

QUADRO 2

Mapa do número de gente que apresentou o Terço do qual era mestre de campo José Rabelo de Vasconcelos

Em 21 de agosto de 1775	Oficiais de patente	Oficiais inferiores	Tambores	Soldados	Total
Meste de Campo	1	//	//	//	1
Sargento Mor	1	//	//	//	1
Ajudante	1	//	//	//	1
Capitães	5	//	//	//	5
Alferes	9	//	//	//	9
Sargento	//	8	//	//	8
Cabos	//	10	//	//	10
Tambores	//	//	6	//	6
Soldados	//	//	//	128	128
Total	17	18	6	128	169

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9291, AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9301

QUADRO 3

Mapa do número de gente que apresentou o Terço dos Pardos do qual e metre de campo Ignácio Gomes da Fonseca

Em 21 de agosto de 1775	Oficiais de patente	Oficiais inferiores	Tambores	Soldados	Total
Meste de Campo	1	//	//	//	1
Sargento Mor	1	//	//	//	1
Ajudante	1	//	//	//	1
Capitães	6	//	//	//	6
Alferes	7	//	//	//	7
Sargentos	//	10	//	//	10
Cabos	//	16	//	//	16
Tambores	//	//	7	//	7
Soldados	//	//	//	100	100
Total	16	26	7	100	149

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9291, AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D.9301

Com base nos dados apresentados pelos oficiais de cada tropa, os pardos somavam um total de 557 homens, que podem ser visualizados no quadro 1, 2 e 3. Por outro lado, a soma das tropas formadas por negros contabilizava um total de 484 indivíduos (AHU_ACL_CU_015, cx.122.D.9291; AHU_ACL_CU_015, cx.122. D.9301). Porém, o quantitativo

de homens apresentado nos mapas pelos oficiais não foi o mesmo apresentado ao governador.

Chegado o dia determinado, com a sua sala cheia de “pessoas mais distintas” da praça, o governador desceu “a Parada, revestido de caráter de Sargento-mor, com um caderno na mão” e deu início à vistoria dos dois terços dos Henriques e os três dos pardos, constatando de imediato a defasagem dos mesmos, tendo Companhias com número tão reduzido que chegaram a somar “três homens e outras de um”(AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9204).

Para cumprir com precisão as ordens da Coroa, o governador tinha a missão de reunir 600 dos Henriques e mais 600 dos pardos, o que somaria um total de 1200 homens. Porém, devido ao grande número de companhias e a distância entre estas, o mesmo só conseguiu reunir um total de 382, dos dois terços dos Henriques, e 415 dos três terços dos pardos, tendo incluso nessa soma também os oficiais, ou seja, o governador só conseguiu somar 797 homens, que correspondiam a um percentual de 66, 41% do solicitado. Se fizermos uma comparação com os mapas apresentados no dia 21 pelos oficiais, no terço formado por pardos ocorreu uma defasagem de 142 homens, ou seja, só foi apresentado 74,50% do que teoricamente o terço era constituído. Agora, se fizermos uma comparação do que era solicitado pela Coroa e do que foi apresentado no dia previsto pela vistoria, a defasagem aumenta ainda mais, atingindo o valor de apenas 69,16% dos homens presentes. Já nos terços formados por negros o número atingiu um total de 102 faltosos, o que correspondia a 21,07% do que foi apresentado no mapa pelos oficiais. No total, o número de faltosos chegou a 403 militares, considerando o que estava sendo solicitado em cumprimento à Ordem Real (AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9204).

As causas de tamanha defasagem, além do alto número de companhias por terço e da distância entre estas, uma vez que muitos moravam em povoações distantes, foram o temor de muitos militares de serem mandados para Fernando de Noronha ou outra colônia, o que causava frequente fuga para o mato.

Para justificar a suposta escassez de gente nos terços, José Rabelo de Vasconcelos, mestre de campo da Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos da repartição sul, e Ignácio Gomes da Fonseca, mestre de campo da Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos de Olinda, apresentaram mapas ao governador, os quais indicavam o quantitativo excessivo de companhias, assim como a distância entre essas.

QUADRO 4
Relação das Companhias dos Homens Pardos da Repartição Sul

NÚMERO DE COMPANHIAS	DISTRITOS	LONGITUDE
1	Recife	//
2	Recife	//
3	Recife	//
4	Boa Vista	//
5	São Lourenço da Mata	6 léguas
6	Várzea	2 léguas
7	Santo Amaraó Jaboatão	4 léguas
8	Moribeca	3 léguas
9	Cabo	7 léguas
10	Ipojuca	10 léguas
11	Serinhaem	15 léguas
12	Una	21 léguas

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, outubro, 10, Recife, D. 9200

QUADRO 5

Relação das companhias do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos de Olinda

NÚMERO DE COMPANHIAS	DISTRITO	LONGITUDE
1	Maranguape	2 léguas
2	Olinda	1 léguas
3	Iguarassu	5 léguas
4	Pasmado	7 léguas
5	Tjucupapo	12 léguas
6	Vila de Goiana	14 léguas
7	Pilar	17 léguas
8	Desterro	20 léguas
9	Caricé	18 léguas
10	Lagoa Seca	22 léguas
11	Tacoara	19 léguas
12	Luz	8 léguas
13	Tracuhem	15 léguas
14	Santo Antão	14 léguas

Fonte: AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, outubro, 10, Recife, D. 9200

Como pode ser observado nos quadros 4 e 5, o terço cujo mestre de campo era José Rabelo de Vasconcelos era formado por 12 companhias cuja distância chegava até a vinte e uma léguas do Recife. Já o formado por Ignácio Gomes da Fonseca, o número de companhias eram 14 e a distância era superior a doze léguas. Como os terços eram constituídos por várias companhias, cuja distância era consideravelmente grande, as reuniões eram prejudicadas. Devido ao número reduzido de soldados foi dado um segundo prazo, agora para o dia 30 do mesmo mês, porém o quantitativo permaneceu o mesmo. Diante do acontecimento, o governador concluiu que, de fato, os mapas do passado estavam certos, os soldados existiam, mas “a gente de armas têm diminuído muito nesta capitania, talvez porque fora das ocasiões, tudo são aparências vaidosas” (AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9204).

“Feita a escolha e separado os incapazes e velhos” todos marcharam e embarcaram em dois navios que tinham chegado do Rio de Janeiro e duas sumacas, por falta de mais navios. Porém, para a segurança da tropa,

não seguiram viagem. O governador resolveu acomodar todos no “colégio que foi dos denominados jesuítas, com as competentes guardas, para se conservarem seguros de fuga”. A estratégia era manter recrutado nesse local um quantitativo significativo de homens, que já somavam 920, “faltando ainda algumas remessas, que pela maior distância dos distritos não tinham chegado” (AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9204). A intenção era evitar o acentuado número de fugas em virtude do recrutamento.

Além de um quantitativo reduzido de soldados existia também o problema do fardamento e armamento. Somando um total de 127 armas nos Henriques e 166 nos pardos, na sua maioria com defeitos por falta de feches. Na base do improvisado, o governador mandou fazer roupas de brim, por ser o gênero mais barato, assim como 800 paus de oito palmos cada um, com pontas agudas, conhecidos como “paus tostados”, arma esta também usada na guerra da expulsão dos holandeses que, segundo Menezes, os pretos jogavam com “admirável destreza”. Os batalhões deveriam partir para o Rio de Janeiro no dia 12 de setembro de 1775. Enquanto não chegava o dia do embarque, as tropas permaneceram reclusas em tal colégio, para, assim, evitar evasões. Porém, os batalhões não chegaram a entrar em ação, pois, antes disso, D. José mandou suspender o embarque. A expedição foi cancelada por carta do rei, datada de 24 de julho, ao governador José César de Meneses (AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, D. 9291). A causa apontada era a “incapacidade”, dos terços dos pardos e dos Henriques, na presente ocasião.

A notícia foi recebida com festa pelos soldados reclusos, que “corriam para suas casas, com tanta pressa que se atropelavam uns aos outros, soando por todas as ruas as festivas aclamações de viva El Rei Nosso Senhor”. À noite era possível ver luminárias por muitas partes do Recife, “acompanhadas de repiques, e seguidas de festas, que se fazem em ação de graças” (AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, D. 9301).

Os festejos ocorridos demonstravam que mesmo os que se colocaram em prontidão aos serviços da Coroa não realizavam tal trabalho com satisfação. Era forte a evidência sobre a violência do recrutamento e a penúria das tropas. Esses, somados a outros fatores, geraram uma insatisfação em servir, através das tropas militares. Muitos morriam em combate deixando toda a sua família desamparada⁴. Segundo Boxer (2011, p.296), o desejo de se integrar às tropas militares se deu “mais pelo título e pela honra do que pela execução dos deveres que implicam”. Na verdade, “muitos oficiais desses corpos militares utilizaram esse espaço para se afidalgar, visto que homens pardos não estavam impedidos de atuarem nos mesmos espaços que os homens brancos, mas que as hierarquias sociais tornavam a ascensão militar desses homens não brancos mais dificultada” (CRISPIN, 2011. p.6).

A ausência de soldo a algumas patentes militares sugere a existência de pardos economicamente estáveis, em ocupações rendosas, pois a permanência em determinado cargo suntuoso não lhes garantia vantagens materiais. Ao contrário, ao fazer parte das Ordenanças e Milícias, soldados e oficiais teriam que arcar com os custos provenientes dos seus armamentos e obtenção de armas. A vantagem social incumbida no oficialato contribuiu para que os postos milicianos fossem de fato cobiçados pelos pardos, na expectativa de um afastamento dos estigmas da escravidão. Dessa forma, ser um oficial das tropas irregulares significava ter cabedal para se armar e se fardar, sendo a ocupação de determinado cargo mais uma estratégia utilizada pelos pardos de se mostrarem honrados na sociedade colonial e fiel à monarquia.

⁴ Para tal expedição ao Rio de Janeiro, duas sumacas foram abastecidas com mantimentos, porém com a suspensão da expedição o seu destino foi Fernando de Noronha, para defesa da capitania. Além dos mantimentos foram enviados para o presídio de Fernando de Noronha trinta barris de pólvora, dos duzentos, que vieram para Pernambuco no navio de N. S. da Conceição.AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9194

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BEZERRA, Janaína Santos. **A fraude da tez branca**: a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII) .2016. 323 f.: il. Tese de Doutorado em História (Universidade Federal de Pernambuco), Recife.
- BICALHO, Maria F. **A cidade e o Império**: O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOXER, Charles. **O Império marítimo português**. (1415 -1825). Lisboa: Edições 70, 2011.
- COSTA, Ana Paula Pereira. **Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas**: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. Revista de História Regional 11(2): 109-162, Inverno, 2006. 109-169
- COSTA, F. A. P. **Anais Pernambucanos**, 1591 – 1634. Recife: FUNDARPE, 1983. (coleção Pernambucana). v. 5.
- COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões**. Universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais 2005.
- _____. **“Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos**: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. MNEME – Revista de Humanidades. <http://www.seol.com.br/mneme/>.
- _____. **Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos**: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral -ISSN -1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.
- CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. **Além do acidente pardo**: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e de Minas Gerais(1766-1807), 2011,188f, Dissertação(Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FILHO, Jorge da Cunha Pereira. **“Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX”**. In: Boletim do Projeto “Pesquisa Genealógica Sobre as Origens da Família Cunha Pereira”. Ano 03, n.º. 12, 1998, p. 19-21.

FRAGOSO, João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental**: notas de um ensaio. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 ISSN 1980-4369

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 23-76).

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As armas em nome de Sua Altíssima Majestade**: organização e cotidiano das tropas de primeira linha na capitania do Ceará (século XVIII). In: A. Doré; A. C. Santos (org.). Temas setecentistas. Curitiba: Fundação Araucária, 2009.p. 45-65.

_____. **Fora da Lei e do Estilo: Fraudes e Parcialidades nas eleições para as ordenanças na América Portuguesa(1698-1807)**. In: POSSAMAI, Paulo(Org.) **Conquistar e Defender**: Portugal, países Baixos e Brasil(Estudos de História Militar na Idade Moderna). São Leopoldo:Oikos, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Álvares Ribeiro. **Relação dos privilégios concedidos pelos senhores reys deste Reino aos soldados auxiliares, tirada da Védoria da Praça de Almeida**. Porto: Na Officina que ficou de Antonio Antonio Ribeiro Guimaraens, 1779. fl. 17. Cota. H.G. 30737 V. Fundo Geral Monografias. Biblioteca Nacional de Lisboa.

JABOATÃO. A. S. M. **Discurso Histórico, Geográfico, Genealógico, Político, e Encomiástico, recitado na nova celebridade, que dedicam os pardos de Pernambuco, ao Santo de sua cor, o Besto Gonçalo Garcia, na sua Igreja do Livramento do recife, aos 12 de setembro do ano de 1745**. Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha N. S. 1751.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

- LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma elite em crise**: a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII. Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva". In: **Sociologia e Antropologia**. vol. II, São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. pp. 37-184.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças Militares no Brasil colonial. In: POSSAMAI, Paulo(Org.) **Conquistar e Defender**: Portugal, países Baixos e Brasil(Estudos de História Militar na Idade Moderna). São Leopoldo: Oikos, 2012.
- MONTEIRO Nuno G. "Os concelhos e as comunidades". In: HESPANHA, António M. (Org.) **História de Portugal**: o Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **'Nas solidões Vastas e Assustadoras'**: os pobres do açúcar e a conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado pela UFPE. Recife, 2003.
- _____. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- _____. **Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil**: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII. Publicado originalmente em Estudos de História. Franca, v.9, n.2, 2002.. UNESP. ISSN 1413-1587.
- SILVA, Luiz Geraldo. **Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa**: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII, REVISTA DE HISTÓRIA SÃO PAULO, Nº 169, p. 111-144, JULHO / DEZEMBRO 2013.
- SILVEIRA, Marcos Antonio. **Acumulando forças**: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). Revista de História. São Paulo: USP. 158(1º semestre de 2008)p.131-156.
- SOARES, Márcio de Sousa. **Pretos e Pardos na fronteira do Império**: Hierarquia e mobilidade social de libertos na capitania de Goiás (século XVIII). Trabalho apresentado no 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – UFF, realizado em Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil, em março de 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VALENÇA, Millena Lyra. **O Terço dos Henriques**: a formação de uma elite de cor em Pernambuco nos séculos XVII E XVIII. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel - "As Redes Clientelares" in MATTOSO, José. **História de Portugal**. Volume 4. O antigo Regime (1620-1807). Lisboa, Editorial Estampa.

Fontes

AHU_ACL_CU_15, cx. 103, 1766, março, 22, [Lisboa] D. 8006.

AHU_ACL_CU_015, cx. 104, 1766, julho, 8, Recife, D. 8039

AHU_ACL_CU_015, cx. 104, 1767, abril, 1, Recife, D. 8081

AHU_ACL_CU_015, cx. 120, 1775, outubro, 10, Recife, D. 9204

AHU_ACL_CU_015.Cod. 4. Livro de Decretos. fl. 27, 27v

AHU_ACL_CU_015, cx.167. 1789, fevereiro, 5, Recife, D. 11870

AHU_ACL_CU_015, cx.111. D.8593

AHU_ACL_CU_015, cx.42. 1732, março, 10, Recife,D.3797

AHU_ACL_CU_015. Cod. 910. Consultas do Conselho. fl. 184v a 185v

AHU_ACL_CU_15,cx.39. 1729, julho, 25, Recife, D. 3513

AHU, CX. 55. 1739, novembro, 9, Recife, D.4752

Livro de registros- cod. 261, fls.22

AHU_ACL_CU_015. Registro de Cartas régias, provisões e outras ordens para Pernambuco.
Cod.202.fl. 23

AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, outubro, 10, Recife, D. 9200

AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, julho, 30, Recife, D. 9177

AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D. 9291

AHU_ACL_CU_015, cx.122. 1776, março, 6, Recife, D. 9301

AHU_ACL_CU_015, cx.126. 1776, novembro, 29, Recife, D.9488

AHU_ACL_CU_015, cx.125. 1776, novembro, 29, Recife, D.9489

AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, julho, 30, Recife, D. 9177

AHU_ACL_CU_015, cx.120. 1775, outubro, 10, Recife, D. 9204

AHU_ACL_CU_015, cx.120. D. 9194

DL 864.2, Livro 4º, fls. 75v-76v. Recife, 13 de abril de 1782.

AHU_ACL_CU_015, cx.144. 1782, abril, 13, Recife, D. 10544

AHU_ACL_CU_015, cx.184. 1793, setembro, 21, Pernambuco, D.12796

AHU_ACL_CU_015, cx.118. [ant. 1775, fevereiro, 17, Lisboa], D. 9033

PT-TT-RGM. D.23.f. 424

AHU_ACL_CU_015, cx.121. [ant. 1775, outubro, 26, Lisboa], D.9216

AHU_ACL_CU_015, cx.170. [ant. 1789, agosto, 13], D.12017

AHU_ACL_CU_015, cx.171. 1789, novembro, 12, Lisboa, D.12054

AHU_ACL_CU_015, cx.173. 1790, abril, 12, [Lisboa], D.12141

AHU_ACL_CU_015, cx.156. [ant. 1786, março, 14], D.11256.

AHU_ACL_CU_015, cx.121. [ant. 1776, março, 6], D.9266

A ordem franciscana em Pernambuco: regra e vida ativa no Século XVIII

*Amanda Pricilla Pascoal da Silva Trindade*¹

Após a elevação da Custódia de Santo Antônio do Brasil² à condição de Província no ano de 1659, os frades menores franciscanos ainda permaneceram por um período sob as regras do Estatuto da Província de Portugal. No entanto, conforme o Capítulo Geral³ celebrado na Bahia em 14 de fevereiro de 1705, foram redigidos e aceitos os novos Estatutos da Província, tendo como responsável pelo processo de redação o então eleito Ministro Provincial Frei Cosme do Espírito Santo⁴. Nesse sentido, os Estatutos tinham por finalidade normatizar o procedimento dos religiosos tendo por base as determinações formuladas no Concílio de Trento, sobretudo no tocante à formação e conduta dos regulares.

No capítulo geral seguinte, realizado no convento de Santo Antônio de Sergipe do Conde em 3 de janeiro de 1708, os Estatutos foram mais

¹ Mestra em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Licenciada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1019080261648499>

² Os territórios que compunham a Custódia de Santo Antônio do Brasil eram respectivamente: as Capitanias de Pernambuco e anexas, bem como a Capitania da Bahia.

³ Reunião celebrada a cada três anos, onde se realizavam eleições internas que definiam a hierarquia da Ordem, além de determinações de cunho administrativo, entre as quais se destacavam a divisão e a distribuição de esmolos nos conventos situados em Pernambuco e capitanias anexas, e Bahia.

⁴ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. In: Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. Volume 286 – Janeiro - Março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 113. Conforme relato de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, o Frei Cosme do Espírito Santo era um frade de destaque dentro da Ordem, na medida em que assumiu alguns cargos de significativa importância dentro da Província, tais como o de Ministro Provincial, e Visitador Geral, além de ser “grande amador das letras” prezava pelos estudantes e beneficiava os Mestres. In: JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria, *Novo Orbe Seráfico, Brasílico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil, por Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa na Revista do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro*. Vol. I, Primeira Parte, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858 ; Vol. II, Segunda Parte, 1859-1862. Primeira parte, v. II. p. 332-333.

uma vez colocados em pauta e aceitos, sendo publicados em 1709. Desse modo, assim como outras publicações do início do século XVIII no Brasil, a exemplo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (BOSCHI, 2011, p. 399-400), o Estatuto da Província de Santo Antônio do Brasil foi estruturado e ajustado segundo as diretrizes tridentinas, mas sobretudo trazia consigo uma adaptação das normas eclesásticas à realidade provincial.

Nosso objetivo aqui proposto visa, portanto, tratar das questões que versem sobre a estrutura interna da Província de Santo Antônio do Brasil⁵. Sendo assim, enfatizamos como os frades menores se organizaram na Província, sobretudo no período de pós emancipação da Província de Santo Antônio de Lisboa e como o discurso normatizador da Ordem tentou enquadrar as vivências cotidianas.

Desse modo, a redação de um estatuto próprio que, no entanto, não deixou de ser elaborado conforme os moldes europeus⁶, representou a implantação de um sistema normativo para uma comunidade religiosa hierarquicamente organizada. A partir de então, os frades regulares da Província de Santo Antônio do Brasil se viam independente para reger suas questões de teor administrativo e governativo.

Já nos capítulos iniciais, os Estatutos tratam de questões voltadas para a seleção, entrada e determinações aos noviços da Ordem. Mas afinal quem eram os candidatos a frades de São Francisco? Ou quais eram os requisitos para o ingresso na Ordem? Conforme o Estatuto, apenas os Ministros Gerais, os Provinciais e os Vigários tinham autoridade ordinária

⁵ Sempre que possível ressaltando as questões apresentadas no decorrer do texto para a região de Pernambuco e capitanias anexas.

⁶ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil, tirados de vários estatutos da ordem, acrescentando neles o mais útil e necessário a reforma desta Província, feitos, ordenados e aceitos no Capitulo, que se celebrou na casa N.P.S. Francisco da Cidade da Bahia aos 14 de Fevereiro de 1705 em que foi eleito Ministro Provincial o Irmão Pregador, e Ex Custodio Frey Cosme do Espirito Santo, filho desta Província. Lisboa: Na Officina de MANOEL & JOSEPH LOPES FERREYRA, 1709.

para receber os noviços, estes por sua vez deveriam ter a idade mínima estabelecida para ingressar na ordem de dezesseis anos para clérigos e vinte para irmão leigos, podendo estes últimos terem idade máxima de trinta anos (MUELLER, 1957, p. 185).

Seguia-se assim uma relação criteriosa de exigências aos candidatos a noviços. No entanto, é preciso ressaltar desde já que um dos requisitos da Ordem era que o candidato fosse guiado pelo “fervor do espírito” e não por interesses que perpassassem por “questões terrenas”. Nesse sentido, “o candidato a noviço entrava em uma comunidade regida por algo além das afinidades de sangue. Suas escolhas e constrangimentos o levavam a aderir a um parentesco espiritual” (SOUZA, 2014, p. 142). A tomada do hábito franciscano representava sobretudo a abdicação dos bens materiais, títulos terrenos e aceitação da família espiritual na qual o novo membro estaria ingressando.

O processo de ingresso e admissão na Ordem era iniciado com uma inquirição de *genere et moribus* efetuada por religiosos de confiança denominados comissários, onde esses frades tinham por finalidade realizar um levantamento de informações a respeito do candidato relativas à sua fama, conduta, ou ainda se o pretendente apresentava alguma mácula ligada à sua origem, no caso da pureza de sangue, ou mesmo algum delito que manchasse a hora da família e que impossibilitasse seu ingresso na Ordem. Ao término desse levantamento, os comissários responsáveis se remetiam ao Guardiã do convento, que depositava tais informações no arquivo conventual e prontamente repassava o dito levantamento para o Ministro Provincial, podendo o mesmo, no caso de o candidato não possuir alguma das condições exigidas para o ingresso, negar-lhe o hábito. Nessa conjuntura, se por ventura a Ordem admitisse algum membro classificado como “inábil”, por algum erro ou mesmo falta de um levantamento preciso por parte dos comissários responsáveis, estes

como punição por não desempenharem de maneira eficiente seu ofício seriam privados pelo tempo de três anos dos atos legítimos sem remissão⁷.

Por outro lado, o fato de ser identificada alguma falta por parte do candidato no processo de ingresso na Ordem não significava a inviabilidade total do requerente pois, as instâncias do poder eclesiástico acabavam agindo, conforme Evaldo Cabral de Mello, como monarca de Portugal, que na qualidade de grão-mestre das ordens religiosas no Brasil “tinha o poder para dispensar os defeitos, e o fazia com frequência, salvo o de sangue judaico, que para tanto somente o papa tinha autoridade suficiente” (MELLO, 1989, p. 23) . Outra questão apontada pelo autor diz respeito ao rigor das inquirições, na medida em que afirma que tais critérios poderiam ter caráter “aleatório, variando de instituição para instituição de acordo com o lugar e o tempo, com a classe social, os recursos e a influência do candidato e da sua família”⁸. Sendo assim, nos fica evidenciado que o processo de investigação da origem genealógica poderia ser relativizado, demonstrando por sua vez que as normas nem sempre eram aplicadas com o máximo rigor.

Conforme consta nos estatutos, as questões que versavam sobre a procedência familiar, pureza do sangue, saúde e índole dos candidatos poderiam ocasionar a nulidade do processo, caso fosse constatado algo. Nesse sentido, era uma exigência da Ordem que o pretendente apresentasse, além das evidências levantadas pelos comissários, três testemunhas que autenticassem a “limpeza de sangue” dos pais, avós paternos e maternos.

⁷ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil, tirados de vários estatutos da ordem, acrescentando neles o mais útil e necessário a reforma desta Província, feitos, ordenados e aceitos no Capitulo, que se celebrou na casa N.P.S. Francisco da Cidade da Bahia aos 14 de Fevereiro de 1705 em que foi eleito Ministro Provincial o Irmão Pregador, e Ex Custodio Frey Cosme do Espirito Santo, filho desta Província. Lisboa: Na Officina de MANOEL & JOSEPH LOPES FERREYRA, 1709. p. 5-6.

⁸ *Ibidem*. p. 26.

Iniciado o interrogatório com as testemunhas era realizado uma sequência de perguntas para constatar a boa índole e a existência ou não da mácula, estando em questão não só a reputação do pretendente, mas também de sua família. Não obstante, dentre as questões era averiguado se o pretendente era filho legítimo do matrimônio ou se resultava de adultério, se possuía alguma enfermidade que o tornasse inábil para o ofício, se foi expulso de alguma Ordem, entre outras questões.⁹

Uma observação relevante a respeito das testemunhas é que, segundo os estatutos, deveriam ser obrigatoriamente homens e caso fosse constatado boa informação do pretendente, o processo seria finalizado. Caso contrário, seriam solicitadas outras testemunhas para atestar a “limpeza de sangue” do pretendente. Dessa maneira, após as testemunhas afiançarem suas declarações, era assinado um documento pelo pretendente corroborando com as afirmações fornecidas.

Dos pré-requisitos para ingressar na Província de Santo Antônio do Brasil, uma das questões mais recorrentes nos Estatutos mostra-se relativa à origem. Nesse caso a grande preocupação voltava-se para a questão a “pureza de sangue”. Como destacou Evaldo Cabral de Mello, a genealogia representava algo que poderia qualificar ou desqualificar o candidato a uma Ordem religiosa (MELLO, 1989, p. 13). Assim, tendo como ponto central a distinção entre cristãos novos e cristãos velhos. Essa exigência não representava uma particularidade da ordem Francisca na colônia, haja vista que grande parte das ordens regulares e seculares impunham essa condição aos candidatos¹⁰.

Com base nos Decretos Apostólicos, estavam classificados como inábeis para receber o hábito franciscano, até a quarta linhagem os descendentes dos Judeus, Mouros, Hereges e Gentios. Conforme

⁹ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit., p. 3-4.

¹⁰ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 2.

constatado por William de Souza Martins, apesar não ser citado nos estatutos uma cláusula específica tratando a respeito da proibição do ingresso de negros ou descendentes de escravos africanos na Ordem, “os noviçados dos seletos sodalícios franciscanos e carmelitas no Rio de Janeiro permaneceriam fechados ao ingresso desses indivíduos” (MARTINS, 2009, p. 137). É possível que, nos estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil, os descendentes de africanos e indígenas estejam sendo inseridos naquilo que os estatutos consideraram “gentios modernos”.¹¹ Com efeito, os únicos negros citados, tanto nos estatutos quanto nas atas capitulares são os escravos no convento. Por outro lado, é de se destacar que se por ventura algum descendente de negro fosse admitido na Ordem, ele provavelmente não seria citado, pois haveria sido dispensado do “defeito da cor”¹².

Assim como os “manchados na linhagem”, os culpados ou mesmo suspeitos por crimes, ou que seus pais tivessem decretada sentença em algum Tribunal, também tornar-se-iam inadequados para a vida religiosa. No que concerne à situação financeira do postulante e de sua família, uma das determinações dos estatutos era que em absoluto fosse aceito noviços que tivessem pais, irmãos ou qualquer dependente familiar que não pudessem se sustentar sem sua ajuda ou companhia¹³. Pois, uma vez que o noviço aceitasse o hábito da Ordem, sua vida terrena ficaria para trás, o contato com seus familiares sanguíneos ficaria restrito e limitado.

¹¹ A inclusão de índios e negros na categoria de gentios, embora considerasse o caráter apóstata de suas crenças, os distinguia dos judeus e cristãos-novos na medida em que a religiosidade desses grupos não era considerada uma ameaça que pudesse contaminar a sociedade portuguesa. Deste modo, poderiam ser convertidos e escravizados desde que este processo fosse lícito (MAROCCI, 2011, p. 59).

¹² O autor Anderson Oliveira relaciona o conceito de “defeito da cor” ligado ao “defeito da origem” sendo “aquela por que os escravos são irregulares” já que na América Portuguesa a classificação social com base na cor definia-se a partir do universo da escravidão”. Cf. OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Dispensa da cor e clero nativo: poder eclesiástico e sociedade católica na América Portuguesa (OLIVEIRA, 2014, p. 202).

¹³ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 3.

Ingressar em uma Ordem religiosa, sobretudo no período colonial no Brasil, representava um processo de ascensão ou consolidação de posição social. Essa valorização de status social beneficiava o religioso e sua família na medida em que representava “uma tomada de distinção em relação ao restante da sociedade” (SOUZA, 2014, p.142). Em suma, a Igreja estava incorporada em “estados” privilegiados, que assim como a nobreza, “conservava ainda muitas das prerrogativas políticas do modelo medieval das relações entre o poder temporal e o poder espiritual” (HESPANHA, 1994, p. 324), o foro privilegiado atribuído aos eclesiásticos como um direito divino é um exemplo notório dessas concessões.

Com efeito, vamos encontrar na construção da genealogia das famílias nobres pernambucanas a referência aos filhos pertencentes às ordens religiosas. A construção da genealogia, como afirmou Evaldo Cabral, era parte de um sistema de dominação que classificava e desclassificava os indivíduos e sua parentela diante dos iguais e dos desiguais (MELLO, 1989, p.13). Portanto, ostentar um membro da família como membro de um instituto religiosa, poderia funcionar como uma prova de nobreza e limpeza de sangue. O quadro abaixo fornece um exemplo do que acabamos de ressaltar.

Tabela 1 - Relação dos membros da nobreza pernambucana filiados às ordens religiosas

ORDEM	NÚMERO DE MENÇÕES NA NOBILIARQUIA
CARMELITA DESCALÇO	1
COMPANHIA DE JESUS	22
FRANCISCANOS	41
HÁBITO DE SÃO PEDRO	20
NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO DA PROVÍNCIA DA REFORMA	40
NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO DA PROVÍNCIA DA OBSERVÂNCIA	23
ORATÓRIO DE NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS	2
ORATÓRIO DE SÃO FELIPE NERY	2
SÃO BENTO	9
SANTÍSSIMA TRINDADE	1

SÃO FRANCISCO DA PROVÍNCIA DE SÃO BOA VENTURA	1
CONVENTO FRANCISCANO DO VARATOJO	1

FONTE: FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana*. Vol. I e II. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XLVII e XLVIII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.

Conforme o dado analisado acima nos fica evidenciado que havia uma recorrente adesão da elite local às Ordens Mendicantes, sobretudo Franciscanos e Carmelitas (FONSECA, 1935). A este respeito é significativo assinalar que o Capitão Antônio José Victoriano Borges da Fonseca¹⁴, Fidalgo da Casa Real e genealogista da nobreza pernambucana, ao eleger momentos dessa “memória” em seu relato sobre a descendência das principais famílias pernambucanas, no período correspondente ao final do século XVII e primeira metade do século XVIII, ao fazer a exaltação das famílias abastadas, teve o cuidado de citar alguns religiosos e suas respectivas Ordens.

Com relação ao processo de ingresso na Ordem Franciscana, finalizada a inquirição, era realizado um questionário de onze perguntas ao pretendente para confirmar as informações levantadas pelos comissários e pelas testemunhas. Após esse procedimento, estando por satisfeito o Prelado, era redigido um termo no qual o noviço afirmava serem verdadeiras as afirmações ditas a seu respeito e sendo assinado pelo Guardião do convento, pelo Discreto¹⁵ e pelo próprio noviço. O ingresso na comunidade era formalizado através da entrega das vestimentas franciscanas seguida de uma cerimônia de iniciação¹⁶.

No tocante ao processo de disciplinamento dos aspirantes os frades da Província de Santo Antônio do Brasil, este era realizado no convento de Santo Antônio de Paraguaçu (Bahia) ou no convento de Santo Antônio de

¹⁴ Autor da Nobiliarquia Pernambucana.

¹⁵ Discretos ou Padres da mesa: são os conselheiros do Superior de um convento.

¹⁶ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 10.

Igarassú (Pernambuco). O tempo estabelecido para o noviciado estava estipulado em um ano e um dia, devendo ser cumprindo em um dos conventos citados. Nesse período, os noviços não tinham autorização para saírem do convento, com exceção para os dias em que se realizavam as procissões. Consensualmente, os filhos da Bahia eram encaminhados para seguir o noviciado em Pernambuco, assim como os filhos de Pernambuco eram enviados para professarem na Bahia. Essa seria a regra deliberada pelos estatutos¹⁷.

Aos que ingressavam no noviciado era exigido um prévio conhecimento de gramática e de latim (MULLER, 1956, p. 49) essas exigências estatutárias por sua vez já denotavam um processo de diferenciação social imputado aos pretendentes, delineando um tipo de público almejado pela Ordem, ou seja, letrado. No que concerne ao quantitativo de noviços por conventos onde haviam estudos, os estatutos estabeleciam um número máximo de duzentos e trinta e seis, de modo que teoricamente apenas poderiam admitir novos noviços caso houvesse um número inferior e que não ultrapassasse o determinando¹⁸. Essa restrição, ao que nos parece, pode ser uma determinação da metrópole como tentativa de controle do quantitativo de frades na Província.

No que se refere aos Mestres, estes eram responsáveis pelo ensino e disciplina dos noviços. Para tanto, eram selecionados os religiosos “graves, prudentes, recolhidos e muy dados a oração”¹⁹. Como pré-requisito para tal função, exigia-se que os mesmos tivessem ocupado o cargo de Guardião, para assim, “criar seus discípulos instruídos na vida religiosa”. Além de responsáveis pelos ensinamentos religiosos, os mestres deveriam instruir seus alunos nos exercícios da oração, do recolhimento, do silêncio

¹⁷ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 13-15.

¹⁸ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 13

¹⁹ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 14.

e das mortificações. Aos mestres cabiam também certos benefícios da função, como por exemplo a isenção dos trabalhos e obrigações do convento, com exceção do comparecimento às missas cantadas para que pudessem se dedicar de forma integral a “boa educação de seus noviços”²⁰.

Ao analisarmos as Atas Capitulares no período correspondente ao século XVIII percebemos um discurso dos representantes da Província de Santo Antônio que enfatizava constantemente a falta de religiosos, sobretudo para assumirem o ofício de mestres. A esse respeito é importante salientar que, principalmente na segunda metade do século XVIII, percebemos a quase escassa nomeação de mestres escolares nas Atas capitulares, sendo designados apenas no capítulo referente ao ano de 1777, o que conforme alguns autores franciscanos seria a “fase de declínio da Província”. Entre os eleitos para Mestre de noviços no capítulo de 1777 estão: Frei Jeronimo de Santa Quiteria direcionado para o noviciado de Paraguaçu, Bahia, e Frei Manuel de Santa Thereza Miranda para o noviciado de Igarassú, Pernambuco. No entanto os frades eleitos possivelmente não chegaram a exercer o magistério por falta de religiosos para o noviciado.²¹

Conforme os estatutos, como forma de disciplina, os noviços deveriam se despistar no refeitório do convento nas segundas, quartas e sextas, em meio a comunidade franciscana para tomar “as disciplinas”, as quais consistiam em nove golpes nas costas. As “provações” poderiam ser as mais variadas possíveis para que assim os noviços obtivessem o aprendizado da caridade e humildade. Por outro lado, essas mortificações

²⁰ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 286, janeiro-março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 124.

²¹ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 286 - Janeiro- Março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 131.

públicas tinham por objetivo impor autoridade e respeito dos mestres para com seus noviços.

O processo de disciplinamento consistia também nas atividades voltadas para os trabalhos domésticos do convento, principalmente no refeitório e enfermaria, além de participarem do coro do convento. Nesse caso, o período das tarefas era definido de forma que não afetassem os horários destinados para o estudo da religião. Na tentativa de não deixar os pretendentes a frades na ociosidade, as atividades manuais eram ressaltadas como um exercício espiritual. As missas cantadas eram um momento importante no aprendizado dos noviços, tendo também a participação dos frades regulares, pois representavam uma forma de exercício da religião e fixação dos ensinamentos divinos pela oralidade. Nesse sentido a “memória, norma escrita e a oralidade se combinam” (GANDELMAN, 2009. p. 105.).

A despeito, como afirmavam os estatutos, os noviços deveriam professar os votos três vezes ao ano, sendo o primeiro realizado após quatro meses de noviciado, o segundo com oito meses e o terceiro com onze meses. Concluído a profissão dos votos, cabia ao Guardião do convento e ao mestre apresentarem à comunidade franciscana o parecer no qual se entendia a suficiência ou insuficiência do noviço para a vida religiosa. Os três votos tinham por base os critérios pautados nos ensinamentos de Cristo e constituíam a renúncia dos valores efêmeros que deveriam ser sublimados de suas vidas. Assim, os votos afirmavam compromissos de vida com a prática da pobreza, castidade e obediência.²²

A realização do exame final de profissão significava a entrada de fato do pretendente para a Ordem, onde este passaria a ser denominado frade

²² Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 16.

do coro ou frade leigo²³, dependendo da escolha do noviço. O ritual do lançamento do hábito, conforme os estatutos, deveria ser realizado em no máximo seis dias após o término do tempo de noviciado. Consistia na renúncia de todas as coisas temporais, incluindo qualquer bem material ou herança que lhe fosse deixada em testamento. Recebia o noviço a túnica e a corda, dando andamento à cerimônia de profissão. No final, assinava-se um termo e protesto respectivamente pelo Prelado, Discreto e pelo novo professo, onde este último poderia mudar de nome ou não, pois a escolha era livre.²⁴ Estando assinado o termo, este seria lançado no livro de profissão do convento.

No que diz respeito ao aprendizado dos frades, aos estudantes de gramática, assim como aos demais, era imposto um rigoroso horário de estudos “das 7 horas até 9 horas pela manhã, de 1 hora até 3 horas da tarde, e de 8 horas até 10 horas da noite, e no Convento da Paraíba as Matinas começavam à 1 hora depois da meia noite” (MIRANDA, 1969. p. 221) para que dessa forma os estudantes tivessem tempo necessário de descanso. A compra do material básico para o andamento das aulas deveria ser de responsabilidade do Guardião do convento, que disponibilizava livros clássicos, tinta, cadernos, tinteiro, assim como azeite e velas para as aulas noturnas. No decorrer de todos os estatutos há uma grande preocupação com o comportamento entre os estudantes, sendo terminantemente proibida a entrada na cela que não fosse a sua própria. Os que infringiam as normas ficavam sujeitos a penalidades.

Em relação ao estudo de Teologia e Filosofia nos conventos, cabia ao Irmão Ministro Geral acompanhado de seu Difinitório em eleição no capítulo geral da Província, a eleição e nomeação do mestre ou como eram

²³ O frade do Coro participava do Coro do convento ao passo que o frade Leigo não chegava a realizar a profissão de todos os votos, ficando na base da hierarquia da Província, desempenhava funções manuais no convento e não poderia assumir outros cargos.

²⁴ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 19-23.

denominados na província: Lentes de Teologia ou Lentes de Filosofia. Para que o frade pudesse se candidatar a Lente era necessário ter, pelo menos, seis anos de hábito tanto os mestres quanto os alunos, e em especial para os Lentes teriam que ter cursado três anos de teologia e filosofia. Nesse sentido, todos deveriam ser idôneos, “ter ciência para defender a doutrina e ensinar”²⁵.

Entendemos que, como toda eleição, cabia ao candidato a mestre ser bem relacionado, articulado e possuir boa reputação na Província, ou mesmo no convento em que pretendia lecionar. Por outro lado, é possível que, de modo geral, as eleições realizadas nos capítulos gerais não ocorressem de forma democrática. Sendo assim acreditamos que nem todos os frades que tivessem intensão de se candidatar de fato o conseguisse. Possivelmente ocorria uma “indicação do candidato” por parte dos representantes presente nos capítulos com direito a voto, até porque o contrário poderia gerar disputas internas que comprometeriam a harmonia na Província, além do que os requisitos exigidos para a ocupação de determinados cargos acabavam por dificultar o preenchimento de certas funções²⁶. É provável que não houvesse muita rotatividade dos frades eleitos em capítulo geral, pois conforme observamos, sobretudo na segunda metade do século XVIII, havia uma certa recorrência dos nomes citados que presidiam os capítulos e dos que compunham a Mesa de Definição.

Ao que tudo indica, essa “boa reputação” estava diretamente relacionada à moral do frade e ao tempo de hábito do mesmo, de modo que esses fatores poderiam ser decisivos para que obtivessem êxito nas

²⁵ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 33-34.

²⁶ Para o preenchimento de alguns cargos era exigido um certo tempo de hábito, assim como era imposto que o candidato tivesse ocupado certos cargos antes. Há exemplo do cargo de Guardião, em que o candidato conforme a exigência dos Estatutos deveria ter no mínimo vinte anos de hábito, além de ter ocupado três vezes a função de Presidente do convento (com exceção para os Irmãos Pregadores que poderiam ser eleitos Guardiães com dezoito anos de hábito e tendo feito uma presidência). In: Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 48.

eleições do capítulo provincial. Conforme declarado em capítulo geral, celebrado na cidade da Bahia no dia 6 de dezembro de 1777, no qual presidiu o Irmão Custódio de São Tomaz, Ex - Provincial e Padre Imediato, e o Provedor Frei Domingos da Purificação, foram eleitos Lentes de filosofia para estudos futuros na cidade da Bahia e de Olinda respectivamente os frades: Antônio da Expectação e Paulino de Santa Anna²⁷. No entanto, em decorrência da falta de religiosos na Província e, conseqüentemente de alunos para a ministração das aulas, apenas no ano de 1782 os Lentes eleitos assumiram classe na cidade de Recife ou Olinda, conforme sua escolha²⁸.

Quanto aos estudantes, faziam vigilância constante a respeito da sua dedicação aos estudos. Todos eram avaliados por dois letrados da província uma vez ao ano com o propósito de examinarem a dedicação aos estudos, se por ventura fosse constatado que não estavam se dedicando de forma satisfatória “seriam lançados” fora do curso. Sendo assim, o comportamento dos estudantes também deveria ser analisado por seus mestres, podendo no caso de atitude insatisfatória firmar-se justificativa para expulsão. Uma vez que o estudante ingressasse no curso, seja de Teologia ou Filosofia, jamais poderia solicitar autorização para sair sem a licença de seu mestre²⁹. Vale salientar que os estudantes citados aqui, diferente dos noviços, eram os frades leigos ou Coristas que já tinham concluído o noviciado.

Assim como toda instituição religiosa, a Província de Santo Antônio do Brasil seguia com bases estruturais hierarquicamente definidas. Os ocupantes dos principais cargos eram determinados através de eleições realizadas em Capítulo Provincial, celebrado de três em três anos na

²⁷ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 131.

²⁸ Ibidem. p. 135.

²⁹ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 35.

Província, deferido por meio de voto secreto, e tinham por finalidade atuar na administração da Província. Os candidatos poderiam assumir mais de uma vez o mesmo cargo, desde que estivessem aptos e recebessem número suficiente de votos para elegerem-se. Entre os cargos de destaque estavam: o Ministro Provincial, o Visitador, o Guardião, o Definidor, o Custódio, Comissário e o Presidente.

Por “ilegítimos” para assumir tais cargos, eram compreendidos os frades que por algum descuido dos comissários, responsáveis por realizarem a averiguação da origem racial do candidato a noviço, houvesse algum tipo de “fama” ou suspeita de mácula das ditas “raças proibidas”³⁰. Nesse caso ficaria o frei proibido de participar de eleição para Guardião, antes que o Provincial realizasse as diligências jurídicas para averiguações. Contudo, se não apurado sua “limpeza” não poderia ser Prelado, ou seja, assumir algum tipo de cargo importante dentro da Ordem, o que limitaria de forma significativa a atuação desse frei dentro da Província.

No que tange ao pedido de dispensa, esta era solicitada por indivíduos, os quais possuíam os chamados “defeitos”, nesse caso específico o Estatuto se refere ao “defeito das raças proibidas”. No que concerne à Igreja, ao regular o ingresso desses postulantes, desempenhava “o importante papel de inserir hierarquicamente estes segmentos no interior da Cristandade” (OLIVEIRA, 2014. p. 227), além do que “conferia à instituição um importante elemento de também administrar privilégios e interferir no processo de ordenação social” (OLIVEIRA, 2014. p. 227) e, assim como o poder régio, atuando no processo de produção e reprodução das hierarquias que estruturavam aquela sociedade. No que diz respeito a Província de Santo Antônio do Brasil podemos concluir que na medida em que a possibilidade de dispensa é citada nos Estatutos, esse fato nos dá

³⁰ Por “raças proibidas” eram classificados nos Estatutos os descendentes de: Judeus, Mouros e Gentios.

indício de que em algum momento, dependendo da classe social a qual o suplicante pertencia, era possível que recebesse esse benefício e consequentemente autorização para o ingresso na Ordem, mesmo que não lhe fosse permitido ocupar certos cargos na Província.

Com relação ao cargo de Visitador Geral da Província, este encontrava-se no topo da hierarquia da Ordem. Sendo assim, exigia-se que fosse impreterivelmente filho da Província de Santo Antônio do Brasil, sendo impedido de se candidatar para tal cargo caso não obtivesse esse pré-requisito. Entre as responsabilidades atribuídas cabia-lhe a autoridade para convocar, visitar e presidir o capítulo. A finalidade do Visitador era verificar se estava sendo mantida a ordem e execução do que determinavam os estatutos, para tanto seguia em visita aos conventos, nos quais deveria transitar ao menos uma vez por ano. Conforme ressaltou Jorge Victor Souza, além de representar “um instrumento importante na cadeia de comunicação entre os religiosos” (SOUZA, 2014. p.133), as visitas também representavam “aparelhos de controle” sob os frades regulares, sobretudo no que diz respeito a prática da norma.

No que concerne ao cargo de Ministro Provincial, compunha o corpo normativo dos regulares, cabendo-lhe a função de selecionar os moradores da Província participando da seleção de noviços. Uma vez que não podia, contudo, ultrapassar o número de membros determinado³¹, também detinha a autoridade de dispensar os colegiais, caso fosse constatado falta de dedicação dos mesmos³². Conforme os estatutos, tinha por obrigação visitar toda a Província pessoalmente três vezes ao ano e nela deveria se deter em cada convento ao menos oito dias. Nessas visitas deveria analisar

³¹ De acordo com os Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil o número determinado de noviços seria de duzentos e trinta e seis frades, e que não deveria o Ministro Provincial ultrapassar esse quantitativo, salvo em caso de falecimento de professos. In: Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 135. Entretanto não nos fica claro se esse número seria determinado por convento ou para toda a província.

³² Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 286, janeiro-março. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 130.

cada cômodo do convento, bem como as relíquias, ornamentos e inventário dos livros. Nesse sentido, sua função principal era averiguar as necessidades do convento e se as mesmas estavam sendo supridas devidamente. Caso contrário deveria providenciar o mais breve possível. Cabia-lhe realizar o registro do número de frades de cada convento, assim como as respectivas idades, onde professaram os votos, além de dia, mês e ano em que tomaram o hábito. Outra atividade relevante do Ministro era registrar o número de frades que ainda estavam vivos e os que tinham falecido, para que com isso fosse possível ter uma base do número de noviços que deveriam ser aceitos na Província³³, mantendo assim um certo controle do contingente populacional de cada convento.

Já o ofício de Guardiã do convento estabelecia para seu ocupante a incumbência de ser o zelador e guardião da observância estatutária, de modo que poderiam ser eleitos pela Mesa de definição, Capítulo Provincial ou Congregação³⁴. Os estatutos determinavam que para tal cargo o candidato tivesse no mínimo vinte anos de hábito e, nesse período, ter ocupado o cargo de Presidente do convento em, pelo menos, três mandatos (sendo cada um com um ano e meio de duração). Em conformidade com os estatutos, o tempo de duração do mandato de um Guardiã seria de um ano e meio, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. No entanto, não poderia passar de três anos contínuos no mesmo cargo.³⁵

Havia uma certa preocupação com as decisões tomadas pelo Guardiã, sobretudo em relação à receita e à administração dos bens pertencentes ao convento, para que não houvesse desvios, ou decisões

³³ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit., p. 57- 59.

³⁴ A Congregação era realizada a cada triênio, aproximadamente um ano e meio após realização do capítulo provincial. Continha a mesma validade do capítulo geral, tanto para eleição de Guardiães, Presidentes e Confessores, quanto para todos os demais ofícios que se elegiam em capítulo. Para a realização da congregação era necessário apenas a participação do Custódio, estando na Província, os quatro Definidores, e ao menos um Definidor Geral se estivesse na Província. In: Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit., p. 91.

³⁵ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 48 – 50

indevidas de sua parte, sendo os seus atos, obrigatoriamente, fiscalizados pelo Síndico do convento. Desse modo, quem deveria ser responsável pela administração das finanças do convento era o Síndico. Este poderia ser instituído pelo Ministro Provincial, autoridade que detinha o poder de revogar o mandato e instituir novamente outro frade, caso lhe parecesse conveniente. Uma das atividades essenciais do Síndico era a administração das esmolas do convento.

Ainda no que diz respeito ao Guardiã, estava entre os seus deveres a responsabilidade da manutenção da ordem e execução da regra seráfica no convento. Nesse sentido, era recomendado a vigilância constante do comportamento dos frades e noviços, bem como a análise das vestimentas dos frades, se estavam de acordo com o que determinavam os estatutos, sendo, quando necessário, no caso de desvios, a aplicação de castigos aos transgressores.³⁶

Quanto aos Definidores e Custódios, compunham o Difinitório, conselho da Província (MIRANDA, 1969, p. 76), do qual fazia parte também o Provincial. De modo que participavam do capítulo provincial com direito a voto. Entre as suas respectivas atribuições são citadas nos estatutos as eleições dos Guardiães, dos Pregadores, Confessores de seculares, Lentes de Artes e de Teologia, Presidentes, Mestres de Noviços e Porteiros. Obrigatoriamente os frades que se candidatavam a Definidores ou Custódios deveriam ter ocupado o cargo de Guardiã, ao menos três mandatos, podendo um ser de um ano completo, e os outros dois de no mínimo um ano e meio cada³⁷. Por outro lado, na falta de religiosos que se enquadrassem nas ditas exigências para os cargos da Província, os Irmãos menores que, embora não apresentassem a devida experiência, mas que detinham tempo significativo de hábito, tendo ocupado outros

³⁶ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 131.

³⁷ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 54-56.

cargos, poderiam ser eleitos. Nesse sentido, tempo de hábito tornava-se uma prerrogativa³⁸.

Dos cargos citados, frei Hilário da Visitação ocupou algumas funções. Pregador natural da freguesia de Santo André de Sobrado, Conselho de Aguiar de Sousa, Bispado do Porto, frei Hilário foi professo no convento da Paraíba em 15 de outubro de 1684 aos 21 anos de idade. Sendo assim, ocupou a posição de Guardiã pela primeira vez no mesmo convento onde professou os votos, em seguida foi Guardiã do convento de Olinda, passou pelo cargo de Definidor e posteriormente Guardiã no convento da Bahia³⁹. No entanto, no capítulo provincial celebrado em 30 de dezembro de 1719 na Bahia no qual presidiu frei Cosme do Espírito Santo⁴⁰, foi eleito Ministro Geral.

Já frei Ruperto de Jesus, um dos poucos citados por Jaboatão que havia nascido no Brasil, era natural da Vila de Santo Antônio do Recife. Professou os votos no convento de Paraguaçu na Bahia em 8 de setembro de 1717 aos 17 anos de idade. Foi leitor do curso de Teologia em Olinda e no Recife, sendo eleito Guardiã da Congregação no capítulo celebrado no ano de 1738 e Custódio no ano de 1741⁴¹. Não obstante, ocupou o cargo de Ministro Provincial no capítulo geral celebrado em 28 de dezembro de 1743.⁴²

Cabe registrar que dos religiosos citados pelo Frei Jaboatão que ocuparam cargos de destaque dentro da Província, sobretudo de Ministro, poucos são provenientes do Brasil, em suma a grande maioria era de origem europeia vindos de Portugal para professarem os votos na América portuguesa. Por outro lado, é relevante destacarmos esses religiosos pois

³⁸ Ibidem. p. 55.

³⁹ JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. Op. Cit. Parte Segunda, Vol. II. p. 335

⁴⁰ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 120.

⁴¹ JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. Op. Cit., Parte Segunda, Vol. II. p. 339.

⁴² Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 126.

ao assumirem funções decisivas na Ordem dos frades menores da Província de Santo Antônio do Brasil, incumbiam-se na tentativa de adequar as normas estabelecidas pelos Estatutos às vivências cotidianas da Província.

No que tange o cargo de Comissário, tal função tinha por responsabilidade administrar a província na ausência do Ministro Provincial quando este necessitava se ausentar para resolver alguma questão. No entanto, era determinado que o tempo de ausência do Ministro não excedesse o prazo de quinze dias, pois caso contrário a Província deveria eleger o Comissário para o cargo de Ministro.⁴³

Apesar de não terem autoridade sob as questões referentes à Província e ao convento em que se encontravam hóspedes, os estatutos indicavam quem os Comissários obtivessem o respeito do Guardião e dos outros professos, tendo em vista a figura que representava. Apenas poderiam efetuar alguma intervenção salvo fossem nomeados penitenciários, ou se ao assumir o cargo de Comissário lhe fosse concedida com palavras expressas do Ministro autoridade ativa e passiva⁴⁴.

Para finalizar esta análise da estrutura normativa/administrativa da Província de Santo Antônio do Brasil ressaltamos o cargo de Presidente do convento. Este, eleito pela maior parte dos membros da Mesa de Definição, deveria substituir o Guardião no caso de ausência, com toda jurisdição temporal e espiritual que provêm o cargo. Recomendava-se que os Presidentes fossem Mestres de noviços, e que tivessem no mínimo quinze anos de hábito, o que demonstraria uma certa experiência e maturidade para tal função. No caso de falecimento ou renúncia de algum Presidente, o Guardião teria autoridade para nomear um substituto até que o Ministro Provincial deliberasse um professo para tal função. Já o Presidente *In*

⁴³ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit. p. 53.

⁴⁴ Idem.

Capite substituiria o Guardião no caso específico de ausência para ida ao Capítulo Provincial, no entanto antes disso, deixaria o Guardião um inventário do convento para que fosse entregue ao seu sucessor eleito no capítulo.⁴⁵

Considerações Finais

Diante do exposto, constatamos que a esfera normativa/administrativa da Província apresentava poderes fragmentados que se complementavam em prol de atender as necessidades da comunidade, mantendo a mesma sob controle e vigilância. A extensão da Província, uma vez que esta abarcava os territórios da Bahia e Pernambuco, representava um fator que dificultava a comunicação entre os conventos. Uma possível nomeação em caso vacância dos cargos da Ordem, seja por motivo de falecimento do religioso ou mesmo doença que impossibilitasse a permanência no cargo, exigia uma ação estratégica que possibilitasse ter um substituto para os cargos de autoridade maior, caso fosse necessário ausência de algum professo.

Aos professos que teriam ocupado cargos importantes, administrativos ou normativos na Província ou aos frades que tinham tempo considerável de hábito, eram concedidos certos privilégios ou isenções. De um modo geral, a hierarquia interna era definida pelo tempo de hábito dos regulares. Essa questão se torna tangível em todo o decorrer do século XVIII nas Atas Capitulares da Província. Para ressaltar um exemplo desses privilégios, destacamos a definição estabelecida na ata capitular de 1700, a qual determinava que ao Procurador Geral, seja da cidade da Bahia ou Recife, que se mantivesse no cargo pelo período correspondente a três anos seria concedido uma presidência. O mesmo

⁴⁵ Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Op. Cit., p. 44-46.

benefício era consentido ao prelado que acompanhasse o Ministro Provincial no tempo de um ano e meio⁴⁶.

Outro exemplo de isenção consta na ata de 1717, onde fica estabelecido que os religiosos com idade igual ou superior a setenta anos ficariam isentos de participarem de todas as atividades que exigissem esforço físico na comunidade conventual, principalmente no que dizia respeito aos jejuns⁴⁷. No que concerne aos privilégios alcançados pelos cargos ocupados, destacamos a ata de 1777 na qual foi concedido ao Frei Estanislau de Jesus Maria o privilégio de Septuagenário em virtude dos anos de trabalho no convento da Bahia⁴⁸. Na ata de 1783 por reconhecimento de seu trabalho na comunidade, tendo exercido cinco guardianias e pelos sermões pregados, foi concedido ao Ex-Guardião Frei Francisco das Chagas lugar de precedência no Difinitório, consentido de forma unânime pelos membros do Decretório⁴⁹.

Acreditamos também que, além do tempo de hábito e dos cargos ocupados na Província, o pertencimento a ramos privilegiados da sociedade influenciasse na ascensão dentro da Ordem. Entre os frades franciscanos descendentes de famílias nobres da capitania de Pernambuco destacamos frei franciscano Domingos dos Anjos, filho de Panthaleão da Costa, senhor do engenho do Rosário localizado na freguesia de Santo Antônio de Tracunhaem, da qual foi Capitão-Mor, além de ter sido cavaleiro da Ordem de Cristo, e Dona Ignes Pessoa (FONSECA, 1935, p. 176). Frei Domingos ocupou vários cargos de destaque na Ordem, entre eles o de Irmão Pregador, Definidor, Comissário e Visitador Geral da

⁴⁶Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 115.

⁴⁷ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit p. 119.

⁴⁸ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 132.

⁴⁹ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit p. 136.

Província, além de ter presidido capítulo geral realizado no convento da Bahia em 10 de janeiro de 1717⁵⁰.

Outro frade franciscano de igual destaque foi frei Manoel da Natividade, filho de Dona Anna e do Senhor de engenho de Apiay da Vila do Recife Capitão Correia de Araujo (FONSECA, 1935, p. 176). Na qualidade de Definidor e participante da Mesa de definição do capítulo geral celebrado em 6 de dezembro de 1777, frei Manoel teve importante atuação nas decisões pertinentes à Província de Santo Antônio do Brasil⁵¹.

Outros frades citados na Nobiliarquia Pernambucana que igualmente ocuparam cargos na Província foram: frei José de Santo Antônio, filho de Mathias Ferreira de Sousa e Dona Maria Soares de Farias, frei José atuou na Ordem franciscana na qualidade de Definidor (FONSECA, 1935, p. 441). Já o frei Francisco de Santa Isabel, filho de Isabel da Silva Figueiredo e do Capitão da Ordenança Francisco Correia Gomes, atuou como Irmão Pregador, Definidor, além de ter sido Guardião dos conventos da cidade da Paraíba e Recife⁵². Frei João da Apresentação, filho de Dona Brites Bandeira de Mello e do Escrivão da Fazenda Real de Pernambuco João Baptista Campelo, exerceu o cargo de Lente de Filosofia, Mestre de Teologia e foi Pro Ministro em um capítulo geral realizado na cidade de Castela⁵³.

Embora não tenhamos uma amostragem exaustiva e quantitativa da filiação à ordem e de ocupação de cargos na mesma, é significativo ressaltar que os exemplos de frades descendentes de famílias abastadas vinculados à Ordem nos dão indícios de que os franciscanos, em meio a outras instituições religiosas, se destacavam na Capitania de Pernambuco.

⁵⁰ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 119.

⁵¹ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit. p. 132-133.

⁵² Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit p. 173.

⁵³ Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil 1649-1893. Op. Cit p. 187-188.

Este destaque, não deixa de ser um elemento importante na avaliação do papel da Ordem para a elites locais, bem como do local por ela ocupado na construção das representações de poder e de distinções sociais, reforçando, por conseguinte a hierarquias locais.

No que diz respeito a estrutura interna da Província de Santo Antônio do Brasil no século XVIII, podemos inferir que se tratava de uma instituição hierarquicamente organizada disposta a impor uma normatização à comunidade regular nos bispados de Pernambuco e Bahia, que de certo modo não diferia do modelo imposto em Portugal. Entretanto, se por um lado os Estatutos representavam a imposição da norma, por outro lado as Atas Capitulares, definidas nos Capítulos Gerais, exprimiam na prática como se dava o processo de adequação por parte dos religiosos a essas normas, revelando as dificuldades cotidianas encaradas pela Província e as medidas tomadas para enquadrar os frades com base nos preceitos e norma da Ordem.

Fontes impressas:

Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil (1649-1893), In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, (Prefácio e notas de Fr. Venâncio Willeke), Vol. 286, Rio de Janeiro, 1970.

Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil, tirados de vários estatutos da ordem, acrescentando neles o mais útil e necessário a reforma desta Província, feitos, ordenados e aceitos no Capitulo, que se celebrou na casa N.P.S. Francisco da Cidade da Bahia aos 14 de Fevereiro de 1705 em que foi eleito Ministro Provincial o Irmão Pregador, e Ex Custodio Frey Cosme do Espirito Santo, filho desta Província. Lisboa: Na Officina de MANOEL & JOSEPH LOPES FERREYRA, 1709.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana**. Vol. I e II. In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XLVII e XLVIII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.

JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria, *Novo Orbe Seráfico, Brasilico, ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*, por Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa na Revista do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro. Vol. I, Primeira Parte, Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858 ; Vol. II, Segunda Parte, 1859-1862. Primeira parte, v. II.

Referências

- BOSCHI, Caio. Os escritos de d. frei Manuel da Cruz e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Org.). **A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Unifesp, 2011.
- FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana**. Vol. I e II. In: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XLVII e XLVIII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.
- GANDELMAN, Luciana. Estatutos, visitas, memórias e atas: a “construção da norma” nos Recolhimentos de Órfãs administrados pelas Misericórdias no século XVIII. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo Ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político Portugal - séc. XVII**. Coimbra: Editora Almedina, 1994.
- MAROCCI, Giuseppe. “Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650)”. *Tempo*, 15(30), Niterói, 2011.
- MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (C. 1700-1822)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

MUELLER, Frei Bonifácio. A Origem e Desenvolvimento da Província de Santo Antônio 1584 - 1957. In: **Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil**: Edição comemorativa do Tricentenário 1657-1957. Volume I. Recife: Provincialado Franciscano, 1957.

MULLER, Frei Bonifácio. **Convento de Santo Antônio do Recife 1606 - 1956**. Recife: Esboço Histórico, 1956.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de; MARTINS, William de Souza. (Orgs.) **Dimensões do catolicismo no Império Português (séculos XVI-XIX)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro**: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c. 1580 / c. 1690. Niterói: Editora UFF, 2014.

Irmandades de Leigos no Brasil: o caso de Vitória de Santo Antão (1755 a 1920) ¹

*Anderson José Siqueira da Silva*²
*Douglas Batista de Moraes*³

Introdução

Ao estudarmos a história medieval, por exemplo, nos deparamos com uma instituição Católica de grande poder e destaque que interferia e influenciava o cotidiano de cada indivíduo. Os meios usados pela Igreja para as diversas tentativas de sempre estar em destaque são bastante presentes, segundo as ideias de Seffner:

As estações do ano agrícola, as reuniões das assembleias consultivas, o calendário anual eram marcados por atividades religiosas. As corporações de ofício, guardavam, além dos domingos, mais sessenta feriados religioso. Nas universidades, os exames e provas se realizavam dentro das igrejas, acompanhados de missas, cânticos, salmos, e ações de graças. (SEFFNER 1993, p. 5).

Portanto, é notória a busca incessante de tal instituição para expandir seu poder durante tal período. De todas as instituições medievais, sem dúvida, a Igreja Católica Romana era a mais poderosa, seu poder não se resumia apenas ao aspecto religioso, mas também abrangia o econômico

¹ Este texto é fruto Projeto de Iniciação Científica **A Arte de Bem Morrer: um Estudo sobre Vitória de Santo Antão 1869 a 1920**, que foi desenvolvido pelo Núcleo de pesquisa do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão durante o biênio 2019-2020.

² Graduado em História pelo Centro Universitário da Vitória de Santo (UNIVISA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1784957740995627>

³ Professor adjunto do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7660351435113748>

e o político. Com arrecadação de tributos, intervenção nos feudos e até a influência nas escolhas dos reis, ela atuava de forma firme em importantes aspectos da sociedade. Chegada a crise do sistema feudal, começou a enfrentar grandes dificuldades políticas e também econômicas, tendo em vista que surgiu um novo sistema denominado de mercantilismo.

Como foi citado, a Igreja arrecadava tributos em vários países e enviava à sede, mais tarde causando um desconforto por parte das monarquias, tendo em vista todo esse cenário, foi necessário formar novos meios de fonte de renda, onde entre essas fontes pode citar: A venda de cargos eclesiásticos, o comércio de artigos religiosos, e também a venda de dispensas. Segundo as ideias de Seffner:

Uma dispensa era uma autorização dada pela igreja que isentava um indivíduo de alguma lei específica estabelecida pela própria igreja. Dispensas comumente vendidas eram para isenção de jejuuns ou para contornar lei matrimoniais. Por exemplo: primos em primeiro grau poderiam casar-se pagando determinada taxa. Já no caso de parentescos mais próximos, como casamentos entre tio e sobrinha, a taxa se elevava. (SEFFNER 1993, p. 21).

Tais fontes de rendas causaram várias críticas à instituição, levando os cidadãos e até alguns clérigos a um descontentamento cada vez mais difícil. Mas é a venda de indulgências que será o estopim para um dos maiores movimentos religiosos que, não só a igreja conheceu, mas sim todo o mundo, A Reforma Protestante.

Com o surgimento desse grande acontecimento, a Igreja Católica Romana buscou novos meios de dominação e propagação do seu poder, como também sua influência em vários meios e classes sociais, mais tarde aqui no Brasil foram surgindo as Irmandades de Leigos que de modo geral, atuavam como espaço de consolidação da fé católica.

Uma das expressões mais importantes do “catolicismo barroco” denominado por João Reis, foram as irmandades organizadas pelos leigos, que atuaram no Brasil colonial e no império. Essas confrarias e irmandades tinham como dedicação as obras de caridade, voltadas não só aos seus membros, mas também à pessoas carentes que não eram associadas a tal instituição, não esquecendo também do culto a seus patronos, que eram caracterizados por homens que partilhavam de uma mesma causa e que posteriormente eram considerados santos e a eles eram oferecidas orações e em sua homenagem eram dedicadas em sinal de devoção e fé paroquias, lugares entre outras coisas.

A fim de que essa instituição funcionasse era necessário o acolhimento por uma igreja, onde geralmente tinham seus altares laterais em que veneravam seus santos patronos, muitas dessas irmandades que iniciaram em altares laterais, conseguiram ao longo do tempo obter recursos e construir suas próprias igrejas ou no ato de receber doação de terras como foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio da Mata, como pode-se observar no texto abaixo:

Em 13 de julho de 1755, o capitão-mór Antônio Jacob Viçoso e sua mulher D. Manoela Tôrres Galindo, senhores e possuidores “de uma sorte de terras em qual está situada a povoação de Santo Antônio da Mata”, doavam essas terras a “Capela de N. S. do Rosário dos Homens Pretos”, declarando, na escritura de doação que “davam posse das ditas terras a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antônio, 1986, p.26)

Essas irmandades eram administradas por uma mesa presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores, escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores e mordomos. Que desenvolviam várias

atividades na instituição, dentre elas haviam: Convocação e direção das reuniões, arrecadação de fundos, visitas e assistências a irmãos necessitados, organização de eventos fúnebres, festas e outras atividades.

Os participantes dessas instituições tinham alguns deveres que o regiam, como por exemplo: Ter um bom comportamento e a devoção católica, assim como também participar das cerimônias civis e religiosas. Mas, tratando de uma instituição séria e muito organizada, os seus participantes não eram regidos apenas por deveres, mas também por direitos, segundo as ideias de Reis:

Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros de sua família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade. (REIS 1991, p.50)

Corroborando o papel social dessas Irmandades na vida de seus membros, algumas delas agregavam integrantes da mesma profissão, como: Oficiais mecânicos, sapateiros entre outras profissões. Do mesmo modo como também haviam irmandades de brancos, pretos e de pardos, como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento que era conhecida como Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, porque era constituída de mestiços, localizada na antiga freguesia de Santo Antônio da Mata.

Essas instituições eram de suma importância para o povo, pois aqueles que pertenciam a classes baixas ao se organizarem e participarem de grandes festas propostas pelas irmandades, mesmo que temporariamente esqueciam de sua condição de exclusão social e pobreza.

As cinco irmandades da antiga freguesia de Santo Antônio da Mata.

Existiam na antiga freguesia de Santo Antônio da Mata cinco irmandades. Cada uma com sua peculiaridade e parcela de contribuição cultural, umas mais antigas e com influências maiores, outras menores e com menos tempo de duração. Em sua maioria ao longo do tempo foram extintas devido ao esfriamento da fé religiosa e/ou do fervor religioso que motivara a sua fundação, mesmo assim, todas as instituições tiveram grande influência na citada freguesia. Tendo dito isto, podem ser citadas:

Venerável Irmandade das Almas – Existia desde o século XVIII, tinha como objetivo sufragar, ou seja, favorecer as almas do purgatório e de modo especial, a dos irmãos a ela filiados. Tinha altar próprio na matriz de Santo Antônio e seu compromisso religioso foi aprovado em 20 de Março de 1854, e civil em 24 de Setembro de 1856. As missas eram celebradas todas as segundas-feiras naquele altar como forma de intercessão pelas almas, e todos os anos promovia a celebração de atos quaresmais.

Entre as suas principais atividades, estava a participação das missas solenes e festas, conduzir as procissões e acompanhar os enterros de seus irmãos ao cemitério público no qual possuem catacumbas e jazigos, que inclusive encontram-se preservadas desde a antiga freguesia de Santo Antônio da Mata até os dias de hoje.

Pertenciam a Irmandade das Almas as chamadas “Caixas das Almas”, cofres de recolher espórtulas destinadas aos sufrágios das almas, os quais são encerrados em peanhas construídas de alvenaria e encimadas por uma pequena cruz, a “Cruz das Almas”, que ficavam situadas as margens das ruas ou de estradas.

Era característico da época o uso de opas verdes, que eram utilizadas na condução dos brandões (tochas ou velas grandes de cera). Como pode-se perceber, por exemplo na ilustração abaixo de um frei dominicano de

(Ordem Terceira) do Rosário das Portas do Carmo localizada no estado da Bahia



Fonte: (REIS, 1991, p. 63)

Irmandade do Santíssimo Sacramento – Tinha como principal objetivo render e promover o culto ao santíssimo sacramento da eucaristia e por isso se revestia da maior importância e nobreza. Seu compromisso foi aprovado em 1 de julho de 1850 no qual cabia a mesma instituição, administrar por mesa regedora os bens e alfaías (ornamentos) da matriz de Santo Antão e o próprio templo. Tal associação tinha como compromisso comparecer a todas as festas e atos religiosos da paróquia, formando a guarda de honra do santíssimo sacramento, como também

acompanhá-lo quando era conduzido o viático ou comunhão aos enfermos. Que de acordo com o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, é definido como:

É a Eucaristia recebida por aqueles que estão para deixar esta vida terrena e se preparam para a passagem à vida eterna. Recebida no momento da passagem deste mundo ao Pai, a Comunhão do Corpo e Sangue de Cristo morto e ressuscitado é semente de vida eterna e potência de ressurreição.
(CNBB, 2005, p.80)

Antes, um sino da matriz convocava os irmãos a tomarem opa, por meio do sinal convencional, ao aproximar-se o viático, piedosamente chamado pelo povo de “Nosso Pai”, paravam os transeuntes descobrindo-se e curvando-se de forma respeitosa, abriam as janelas das residências e nelas se locavam toalhas, jarros com flores e círios acesos. A irmandade usava opas vermelhas e conduzia também brandões. Houve uma crise administrativa que surgiu quando da ereção da nova matriz, levando então, tal instituição a extinguir-se.

Afastada pelo juiz de capela, em 1880, por negligência no cumprimento de seus deveres em sua administração. Foi suspensa na parte espiritual pelo governador do bispado em 22 de dezembro de 1882, e foi finalmente dissolvida pelo bispo diocesano em 31 de agosto de 1888, o que consta no 1º Livro do Tombo da paróquia de Santo Antão, não havendo ao que parece, procurado sua reconstituição.

Irmandade de Nossa Senhora do Livramento – Era conhecida como Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, como já citada acima, porque era constituída de mestiços. Não se sabe sobre a sua fundação, senão que pertencia a igreja de Nossa Senhora do Livramento, cuja construção datada no ano de 1755 quando regia a diocese de Olinda, o bispo Dom Frei Luís de Santa Teresa. Possuía essa igreja um

pequeno patrimônio, o qual era administrado pela irmandade que lhe cobrava os foros, como pode ser observado um aviso publicado no jornal Correio de Santo Antão em 16 de dezembro de 1871:

Irmandade do Livramento - O procurador do patrimônio de N. S do Livramento, de nome Luis José Ramos, avisa aos proprietários de prédios localizados em terras do mesmo patrimônio que dobrará judicialmente os foros a quem não os for pagar. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão, 1986, p.25)

Tal patrimônio foi vendido em 23 de maio de 1921. Essa irmandade usava opas de cor creme, quase branca, e murça azul. Foi dissolvida em 1887 pelo bispo diocesano Dom José Pereira Barros por ter “abandonado o seu compromisso que não aparece”, conforme ofício copiado no livro do Tombo.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário - A igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída em 1738, governando a diocese de Olinda o bispo Dom José Fialho. Em 13 de julho de 1755, como já explicitado, o capitão-mór Antônio Jacob Viçoso e sua mulher D. Manoela Tôrres Galindo, senhores e possuidores “de uma sorte de terras em qual está situada a povoação de Santo Antão da Mata”. Doavam essas terras à “Capela de N. S. do Rosário dos Homens Pretos”, declarando na escritura de doação que “davam posse das ditas terras a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”.

Não se sabe se essa irmandade existia antes da capela, sendo provável que esta tenha sido construída pelos “homens pretos” a ela filiados. Era assim, essa irmandade um refúgio dos escravos, aliás quase o único direito que se lhes respeitava naqueles ominosos tempos, as irmandades que tinham a participação dos escravos, carregavam com si um grande significado familiar, não era apenas na esfera religiosa, mas também

representavam um amparo social, construindo então um aparato de identidade e solidariedade.

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. (REIS,1996, p.04)

A irmandade de N. S do Rosário tinha como compromisso: realizar anualmente a festa de sua padroeira; ter um capelão que deveria celebrar a santa missa na capela, sendo aos domingos e dias santificados em intenção dos doadores do patrimônio e aos sábados pelos irmãos vivos e defuntos, sendo ainda obrigada a acompanhar enterros dos ditos irmãos, benzendo as sepulturas e a assistir às reuniões da irmandade. Usava a irmandade do Rosário opas de cor clara, creme ou branca, com murça ou gola de cor marrom. Não se sabe quando tal irmandade encerrou suas atividades.

Irmandade de Nossa Senhora do Bom Parto – Pertencia inicialmente a igreja de N. S. do Livramento, ao que tudo em indica no ano de 1872, onde teve essa irmandade poucos anos de existência. O livro de entrada ou registro dos irmãos foi aberto em 15 de fevereiro daquele mesmo ano e o último lançamento, sob o número 86 é datado de 26 de março de 1885. Em 1873, por motivo de desentendimento com a irmandade do livramento, o qual originou uma pendência judicial, transferira-se a Irmandade de Nossa Senhora do Bom Parto para a igreja do Rosário e nela se achava instalada.

Além do altar-mór, possuía dois altares laterais, nos quais se veneravam as imagens de N. S. da Boa Morte, de São Severino, de São Francisco e de São José. A irmandade usava opas de alpaca azul e brandões, nos atos do culto e no acompanhamento de enterros. Encontrada

anotações de algum movimento da tal irmandade até o ano de 1892, não sabendo de forma precisa a data em que deixou de existir, era de costume todos anos armar uma lapinha na época do natal.

Festas e Cerimônias

O catolicismo popular teve como principais veículos as irmandades, onde cada uma delas tinha seu santo de devoção e em tal departamento era organizado suas devoções em troca de benefícios como por exemplo: O de proteção. A data mais importante para esses leigos era a comemoração pelo dia de seu santo, onde era celebrado grandes festas e homenagens com suas vestes de gala e todo o aparato para a comemoração, as ruas eram incendiadas pelas procissões de grande valor e importância para seus membros e sociedade.

Nesta visão do catolicismo, algo a mais deveria ser consagrado a seu determinado santo, uma celebração que unisse vários indivíduos possíveis a homenageá-lo de forma espetacular, onde entrar-se em acordo que esse seria mais um meio utilizado pela Igreja Católica, visando seu fortalecimento. A importância dessas celebrações foi bem enunciada em 1851, em uma correspondência de três irmandades:

Sem os emblemas, a impressão era somente ideológica, sem as festividades os emblemas nada explicariam; logo está evidentemente reconhecido que os emblemas e as festividades são dois elementos primordiais da religião que professamos. (*apud* REIS, 1991, p. 61)

Tais eventos eram tão importantes para as irmandades e seus fiéis que as constituições primeiras recomendavam mais gastos com *“ornamentos e peças para as confrarias”* (*apud* REIS, 1991, p. 61). Havia toda uma preparação por parte dos participantes que contavam com a propagação através de meios de comunicações da época, como é o caso do

anúncio no jornal “O Lidador” de 24 de março de 1900 sobre a procissão do Bom Jesus dos Aflitos, na freguesia de Santo Antão da Mata,

Devendo sair da igreja Matriz desta cidade, terá lugar amanhã (domingo), às 5 horas da tarde a tradicional procissão do Senhor dos Aflitos que percorrerá as ruas do costume. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão, 1986, p.28)

Na antiga freguesia de Santo Antão da Mata era realizada procissões tradicionais na paróquia de Santo Antão, porém tinha como destaque maior as de caráter quaresmais promovidas pela Irmandade das Almas, que no total eram cinco: A do Bom Jesus dos Aflitos, a dos Passos, dos Enfermos, do Enterro e a da Ressurreição.

A procissão dos Passos era realizada na sexta-feira anterior à semana santa. Durante a noite era conduzido o andor do Bom Jesus dos Passos completamente encoberto e em uma procissão silenciosa com a participação das irmandades com homens e mulheres de vestes pretas. Na tarde da sexta-feira seguinte se reuniam os homens no livramento e as mulheres na Matriz de Santo Antão e era organizado dois préstitos. O préstito dos homens era conduzido o andor do Bom Jesus, dessa vez descoberto e seguindo os passos da “via dolorosa”.

Já o cortejo das mulheres era conduzido o andor da virgem da Soledade, onde os dois cortejos se encontravam na chamada Rua Imperial, e em um determinado momento havia o encontro dos dois andores e um sermão era feito alusivo ao ato. Também uma encenação era proferida pelos homens sobre a queda de Jesus com o peso do madeiro, cânticos eram entoados e a população assistia a tal apresentação com grande atenção e animação.

Era realizada uma piedosa cerimônia das 6:00 às 7:00 da terça-feira da semana santa, a procissão dos Enfermos. Na véspera da tal data, o

vigário de Santo Antônio visitava as casas dos doentes que estavam impossibilitados de irem para a igreja. Nessa cerimônia, o santíssimo sacramento era levado pelo sacerdote aos enfermos preparados, com a participação dos fiéis em duas filas e rodeados pela irmandade do sacramento com lanternas acesas. O presépio parava diante das casas de cada enfermo onde ali era realizada uma cerimônia acompanhada de hinos em louvor à eucaristia, realizando então a irmandade um grande dever e obrigação, auxiliar seus irmãos em momentos de dificuldades.

A procissão do Enterro ou do Senhor morto, era realizada na chamada Sexta-feira da paixão, onde acompanhava o esquife do Senhor morto, saindo da Matriz de Santo Antônio, tal evento era o que atraía mais pessoas de todos os bairros do município. O sacerdote rezava com o povo a via sacra, e logo após proferia o “sermão das lágrimas”, lembrando a morte de Jesus. Terminada a oração, dois irmãos da Irmandade das Almas, com roupas brancas, representavam dois discípulos e retiravam da cruz a imagem de Jesus, colocando no esquife e cobrindo-a com um véu de seda e com flores trazidas pelos fiéis.

As Irmandades que participavam, puxavam o longo cortejo fúnebre, liderada por um irmão que agitava a matraca (instrumento musical de madeira, utilizando geralmente para anunciar os eventos festivos advindos da igreja católica), após o esquife vinha as bandas musicais tocando em funeral, inúmeras pessoas vinham atrás cumprindo as promessas que uma vez fizeram ao seu santo devoto, confirmando assim, novamente todo o sentimento de fé depositado. Terminado então todo o trajeto, o povo se organizava em fila para beijar a imagem do Senhor e ganhar um ramo de alecrim.

Também teve bastante destaque a procissão da Ressurreição que era realizada na manhã do Domingo da ressurreição, logo após a missa festiva da madrugada, onde a imagem de Jesus ressuscitado era conduzida no

andor pelos fiéis. O principal destaque nesse evento era a felicidade que transpassava nos semblantes daqueles que participavam, nas preces, nos cânticos, nas cores das vestes, na organização do templo e nas músicas proferidas pelas bandas musicais.

Quando terminado o trajeto, era dada ao povo pelo sacerdote a benção do Santíssimo Sacramento, na Matriz de Santo Antônio, encerrando assim a grande semana. Outras procissões eram realizadas sejam piedosas, de penitência ou rogações, mas a de maior grandeza era as festas promovidas em honra de Santo Antônio, padroeiro da cidade, de Nossa Senhora do Livramento e de Nossa Senhora do Rosário, ambos eventos eram realizados em seus respectivos templos. Percebe-se, então, o valor dessas festas para a sociedade, contribuindo para sua formação, identidade e fisionomia espiritual.

Irmandades de Leigos e seu compromisso com a morte

Ao longo da história notamos a preocupação por parte de algumas sociedades quando diz respeito à morte e em muitas dessas prevalece o pensamento de que os rituais funerários adequados garantiam essa boa morte. A Igreja Católica com suas vastas influências também tratava a morte com excelência, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), algumas iniciativas foram tomadas, como a busca pela regulamentação dos costumes fúnebres, a fim de estabelecer também os procedimentos que os fiéis deveriam adotar para terem uma boa morte. Para a mesma, os seus fiéis deveriam preparar a sua morte durante toda sua trajetória de vida, ganhando assim mais importância no catolicismo popular, passado os anos, os fiéis não poderiam morrer de forma solitária, mas sim terem em sua célebre despedida a participação de amigos, familiares, irmãos e a igreja. Quando chegava o momento da morte do indivíduo, iniciava-se toda uma programação, a fim de assegurá-lo de uma boa morte. Depois de

detectada a morte de um indivíduo, tinham início as cerimônias fúnebres que compreendiam sequências formais no sentido de marcar, simbolizar ou dramatizar separações, margens ou agregações. (MORAIS, 2009, p.46)

Discutida sobre essa atenção à morte, era indispensável que houvesse essa preparação, pois quando a morte chegava de forma repentina e súbita era algo muito pior do que o fim da vida. Mas para não ser pego de surpresa pela morte, era necessário estar em dia com os sacramentos da confissão, comunhão ou viático, como também a extrema unção como um auxílio na hora da morte, e além da elaboração do testamento. Este último era tido como um instrumento de salvação.

Motivos alegados para a redação dos testamentos

Data	Número	Motivo
1800	1	“ [...] temendo-me da morte e querendo pôr minha alma no caminho da salvação [...]”
1805	2	“[...] estando molestado mas sempre de pé, e caminhando meu exercício, e temendo-me da morte por não saber como nem quando há de ser [...] e desejando salvar a minha alma na bem aventurança [...]”
1809	3	“ [...] temendo da hora em que Deus Nosso Senhor será servido chamar-me a juízo [...]”
1810	4	“ [...] estando em perfeito juízo e saúde que Deus foi servido dar-me, temendo a morte e ignorando a hora dela, para minha alma seguir o verdadeiro caminho da salvação [...]”
1811	5	“ [...] molesta de cama... e pelo conhecimento da pouca segurança das coisas humanas e incerteza da vida [...]”
1813	6	“[...] estando enferma, mas em meu perfeito juízo, temendo a morte, e desejando por Jesus Cristo por minha alma no caminho da salvação por não saber o que Deus de mim quer fazer [...]”
1814	7	“ [...] estando enferma de cama, e temendo a morte, e não sabendo quando Deus Nosso Senhor me queira levar para sua companhia [...]”
1814	8	“ Declaração que faço de minha última vontade sobre os bens que possuo [...]”
1815	9	“ Declaro por me achar gravemente enfermo, e estar em meu perfeito juízo, que quero fazer este meu testamento [...]”
1818	10	“ [...] e lembrando-me da morte e desejando ordenar e dispor o que me pertence para o temporal, e para a eternidade [...]”
1818	11	“ [...] temendo-me da morte, e desejando pôr a minha alma no caminho da salvação, e não saber o que o Nosso Senhor queira fazer de mim e ser servido levar-me para si [...]”

1819	13	“ [...] temendo-me da morte, e da hora em que serei levada desta para melhor vida [...]”
1820	14	“ [...] achando-me de perfeita saúde, e entendimento certo, mas receoso do infalível momento em que Deus será servido chamar-me desta vida para a eternidade [...]”
1821	15	“ [...] por ignorar o dia do meu falecimento e última hora que terminarão os meus dias, passo a dispor de meus bens [...]”
1823	16	“ [...] estando doente de cama [...] e temendo-me da morte [...]”
1821	15	“ [...] por ignorar o dia do meu falecimento e última hora que terminarão os meus dias, passo a dispor de meus bens [...]”
1823	16	“ [...] estando doente de cama [...] e temendo-me da morte [...]”
1823	17	“ [Perfeita saúde] mas temendo-me da morte a que anda mais arriscada quem como eu tem o costume e vida de embarcar, incerto de quando em terra, ou no mar em alguma destas viagens faça minha alma a última para vir à presença do Altíssimo Redentor que a criou [...]”
1823	18	“ [...] estando de cama com doença que Deus foi servido dar-me... e querendo estar aparelhada, para quando Deus me queira levar desta presente vida [...]”
1829	19	“ [...] temendo-me da morte, por ignorar o dia em que possa contas ao Criador, muito principalmente achando-me meu marido [...] fora de minha companhia por se achar na Costa da Mina a seus negócios [...]”
1830	20	“ [...] unicamente por temer a morte e não por moléstia grave [...] mas sim pelo que dito fica do temor da morte que para estar pronto é necessário ter a consciência limpa e sã [...]”
1831	21	“ [...] estando eu com saúde, e perfeito sizo, querendo declarar minha última vontade [...]”
1833	22	“ por me achar enfermo de cama e temendo a morte que esta é verdadeiramente certa [...]”
1835	23	“ [...] considerando a incerteza do fim da minha vida...”

Fonte: REIS, 1991, p. 93-94.

Conforme pode-se observar na Tabela I acima, existia diversos motivos que levavam os doentes a elaborarem seus testamentos, saudáveis ou enfermos, a maioria temia a chegada de sua morte, onde essa preocupação em sua maioria partia de um preceito religioso, com a encomendação de sua alma a Deus, ou até mesmo a incerteza do que iria acontecer.

Nesse tipo de documentação pode-se notar também a um testemunho mais pessoal citando seus parentes, filhos ou cônjuges, testamento esse que era tido como regra de viver e garantia de uma boa morte. A Igreja Católica fazia recomendações sobre a criação do

testamento. Uma cartilha católica de meados do século XIX recomendava como regra de bem viver que os fiéis fizessem seus testamentos enquanto gozassem de boa saúde. (REIS, 1991, p.95)

Mesmo com todo temor sobre a morte, o medo maior era o doente morrer sem um plano ou preparação, o que facilitava a espera e o alívio pela morte que viria. Todo esse apoio a partir das preparações até o enterro literalmente dito, era responsabilidade também das Irmandades, davam assistência a seus irmãos em vida e também depois dela, não se limitavam, mas conduziam com grande satisfação seus membros a uma boa morte.

Para essa boa morte obter êxito, havia um esforço coletivo, ou seja, os enfermos não poderiam passar da vida para morte de forma solitária, por este motivo, a presença de irmãos e parentes sempre era existente, o auxiliando em suas necessidades a fim de garantir a coletividade que era uma das bases da instituição.

As mulheres se lançavam a muitas tarefas, cozinhando, lavando, fervendo e passando roupa para o doente, costurando sua mortalha. Ajudavam também no elaborado banho de água misturada a cachaça e álcool, no abanar e mover o acamado. (REIS, 1991, p.101)

Em seu momento de leito, representando todo o simbolismo desse catolicismo popular, era comum encontrar algumas imagens de santos, coroa de louros e outros objetos ao redor do enfermo, tendo em vista a importância dos símbolos para os fiéis. Porém, a partida do enfermo não poderia obter êxito se não houvesse os últimos sacramentos, tal aparato tinha o poder de perdoar os pecados e culpas do enfermo, como também resultar em sua recuperação.

Apenas um pároco que podia celebrar a extrema unção, esses que por negligência não cumprissem as regras estabelecidas estariam sujeitos a

severas punições por parte da Igreja, podendo até ser preso. No cortejo até a residência do enfermo, ele era conduzido embaixo de um pálio, e era acompanhado de ajudantes e irmãos do Santíssimo Sacramento que carregavam alguns objetos como cruz, caldeira de água benta e livro do ritual romano, também eram acompanhados por soldados em sua reta guarda, com armas apontadas para o chão a fim de simbolizar o luto, e não poderia faltar, claro, a banda de música acompanhando tal cerimônia.

Com todo o aparato necessário, deixavam a igreja e iam em direção a casa do doente, formando a tão conhecida, procissão do viático. Essa descrição era de um dos cortejos mais completos detalhado por Debret em sua vinda para o Brasil na década de 1820. A imagem a seguir representa com grande propriedade tal ato:



Fonte: REIS, 1991, p. 104.

A extrema unção era de bastante importância para os fiéis, e dificilmente era negligenciada por tais, pois a Igreja Católica ordenava que fosse negada a sepultura em solo sagrado, aqueles que recusasse tal sacramento. Há casos de que soldados eram designados para fazer a escolta do viático que iria realizar a extrema unção, onde podemos

perceber a participação do estado sendo levado para a batalha da salvação das almas de seus cidadãos.

Como mostra José Reis, os sacramentos faziam parte do cotidiano e vida dos fiéis a ponto de alguns moradores de algumas ilhas como a dos Frades, Bom Jesus, Vacas, Santo Antônio, Ilhote e Itapipuca, na baía de Todos os Santos, pedirem a criação de uma freguesia independente da de Madre de Deus, pelo motivo de ter total privação dos socorros espirituais e que por causa da distância, alguns fiéis chegaram a morrer sem os sacramentos que lhes garantissem boa morte.

Aconteceu também de alguns familiares afirmarem que sofriam por duas angústias, a primeira pela morte de seu ente querido e a segunda, sua partida sem os sacramentos. As Constituições Primeiras definiam em seu texto como deveriam acontecer algumas etapas do processo de enterro, e como a Extrema-Unção deveria ser administrada:

É o sacramento da Extrema-Unção o quinto dos da Santa Madre Igreja, de grande utilidade para os fiéis, instituído por Christo Senhor Nosso, como definiu o Sagrado Concílio Tridentino para nos dar especial ajuda, conforto, e auxílio na hora da morte, em que as tentações de nosso comum inimigo costumam ser mais fortes, e perigosas sabendo que tem pouco tempo para nos tentar. (Constituições Primeiras. Livro 1.Op. Cit. Título- XLVII.)

Como já discutido acima, no momento da enfermidade, parentes e amigos acompanhavam o enfermo e não era diferente na hora de sua morte, havia toda uma manifestação social que começava em seu quarto. Se a morte chegasse de surpresa a alguém que estivesse hospitalizado e o mesmo fosse membro de uma Irmandade, a instituição ficava em constante vigilância a fim de impedir um enterro solitário de seu membro.

Após a morte de tal membro, havia etapas que deveriam seguir até o enterramento em si, primeiro o morto desfrutava de cuidados como o

corte de cabelo, a barba, unhas e o banho que não podia demorar, tudo isso como garantia de que sua alma não ficasse “penando”. Porém, nem todas as pessoas estavam aptas para manejar o cadáver, deveriam ser mulheres ou homens honrados, honestos, especialistas em tal arte. A roupa em que se vestia o defunto também tinha seu significado, existia alfaiates que eram especialistas em vestir defuntos.

A escolha da roupa mortuária era algo de grande interesse, principalmente por aqueles que em seus testamentos já deixavam carimbada a sua escolha pela roupa fúnebre, deixando os seus familiares ou até mesmo os executores testamentários com a incumbência de comprá-la ou mesmo mandar fazê-la. O padre José Custódio Pinto de Almeida, foi bem detalhista em seu testamento no ano de 1810:

Declaro que o meu corpo será amortalhado nas vestes sacerdotais e meu testamenteiro comprará uma alva velha em qualquer igreja e um ornamento velho, e não achando para comprar verá algum alfaiate destes que fazem ornamentos para ver se a arma algum com eles e no caso de não poder [...] armar coisa alguma comprará dois côvados e meio ou três [1 côvado = 66cm] de durante roxo ou preto e galão de seda amarelo e fará um meio ornamento para paramentar o meu corpo e nunca pedirá ornamento emprestado para o meu corpo levar. . (*apud* REIS, 1991, p.116)

Aparentemente, as Irmandades não tinham uma definição quanto ao tipo de mortalha usada por seus membros, ou algum compromisso que obrigava ou recomendava a seus irmãos. De modo geral, seus irmãos eram sepultados com a mortalha que eles ou seus familiares escolhessem.

Enquanto uns organizavam o morto, outros se preocupavam em cuidar da casa para o velório, e providenciar outras coisas do enterro, geralmente a casa era decorada com símbolos de luto, em sua entrada como também na capela, era colocado ramos fúnebres ou cortinas que avisavam aqueles que estavam passando sobre a presença da morte. Havia

também outros meios pela qual a morte era anunciada, como os gritos e choro das carpideiras, que muitas das vezes servia como uma convocação, que era prontamente atendida. Não podendo esquecer também do uso dos sinos da igreja como um meio de aviso, uma missa de aviso, e cartão-convite em casa de famílias com mais riqueza.

Havia um esforço enorme por parte da família a fim de fazer o enterro de seu ente querido um grande acontecimento social e religioso, esperando que pelo menos os parentes e amigos estivessem presentes no velório. Toda uma simbologia de espaço e movimentos eram de grande relevância para que o defunto pudesse passar da vida para morte, a posição do corpo com os pés apontados para rua era um deles.

Os sapatos sempre eram limpos da poeira e areia, considerados pelos religiosos como elementos do mundo dos vivos, as mãos eram amarradas com rosários, as mulheres que estavam presentes, rezavam padre-nossos, ave-marias e credos, desfiando rosários e ladainhas, como também, poemas para o morto eram proferidos com o objetivo de ajudarem os vivos a enfrentar com mais sutileza a chegada da morte. O morto passava a noite na companhia de seus familiares e amigos, os quais se abasteciam de comida e bebida.

A encomendação realizada pelo pároco para a saída do funeral era o último ritual de despedida do morto de seu ambiente doméstico, geralmente era acompanhada por músicos que tocavam. Nas listas de despesas das funerárias, era comum encontrar o pedido de músicas em casa e na igreja. Segundo Reis (1991, p.132) “Uma das coisas pedidas por Maria dos Anjos do Sacramento a seu primo afastado foi que seu cadáver fosse encomendado tanto em casa como na igreja, com sua música”. Atender ao desejo do morto simbolizava uma manifestação de carinho da família para com o seu ente querido, que estaria se enterrando e saindo de sua casa para o mundo dos mortos.

Após a saída do enterro, a família procurava apagar todos os rastros do defunto e morte que poderia as incomodar em seus lares, as roupas do defunto eram jogadas fora ou destruídas, a casa era varrida e limpa de forma minuciosa e jogado todo o lixo pela porta da frente da casa. O luto era algo presente que deveria ser vivido segundo todos os parâmetros, onde por exemplo, havia um tempo de luto estabelecido para cada parente de acordo com o seu grau de parentesco com o morto, o uso de roupas pretas tinha um significado tão grande, que muitas vezes, as pessoas pintavam as roupas que possuíam de preto visando se adequarem ao luto.

Após todo o simbolismo de preparos e cerimônias, é chegada o momento dos cortejos e por fim, o enterramento. As irmandades garantiam a seus membros um enterro solene, independentemente de serem ricos ou pobres. A pompa fúnebre era de muita relevância para as irmandades, pois fazia parte de sua tradição cerimonial formando ao lado das festas de santos, seu grande prestígio, comprometendo-se em acompanhar seus membros solenemente a sua sepultura. Todos os membros de tal instituição eram obrigados a comparecerem as cerimônias fúnebres de seus irmãos, usando velas, vestes, tochas e os vários emblemas da irmandade. O seu dever era levar seus membros a morte de forma menos solitária possível, usufruindo de grandes cerimônias.

O cortejo geralmente era acompanhado pelos seus irmãos de irmandade onde era levado o livro usado na encomendação, tochas e símbolos da confraria como por exemplo a cruz. Mesmo com algumas diferenças, as irmandades tinham em seu comum, a necessidade de proporcionar grandes funerais a seus confrades, encerrando assim o seu compromisso com seus irmãos.

Considerações Finais

Através desse trabalho, abordamos a influência da Igreja Católica ao longo da história e a busca pelo controle nos aspectos, religiosos, econômicos e sociais por intermédio das Irmandades de Leigos. Influência essa que atuou desde a colônia até o império onde era desempenhado diversas atividades relacionadas à ações sociais, ritos religiosos e grandes festividades que envolviam toda a comunidade de forma intensa e incisiva.

No âmbito social elas tinham como principal atividade, a caridade religiosa. Obtendo como consequência uma boa impressão por parte da sociedade e fortalecendo a devoção ao seu santo patrono por todos os seus membros, tendo em vista que este era o seu principal objetivo. Também foi de suma importância para o acolhimento e amparo social daqueles que pertenciam a classes menos favorecidas.

Os compromissos dessas irmandades eram diversos, porém, um dos mais importantes era o apoio na hora da morte de seus membros, apoio esse que se dava desde o cuidado do enfermo até o momento de seu enterramento, ato esse que ficara marcado não apenas no ambiente religioso, mas também em toda a sociedade.

Sendo assim, as Irmandades atuavam de forma legítima e solidária, penetrando profundamente na vida das pessoas que buscavam um auxílio material e espiritual. Suas atuações foram tão profundas que mesmo sofrendo algumas alterações, percebemos influências que perpetuaram até os dias de hoje, seja nos ritos fúnebres, grandes festas ou atos de caridade, é notável a grande herança cultural e religiosa deixada por tais instituições.

Referencias

BERTO, João Paulo. **Por um morrer conforme o texto: os manuais de Bem Morrer portugueses na composição litúrgica da boa morte oitocentista**. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Natal, 2013.

Catecismo da Igreja Católica: compêndio. Libreria Editrice Vaticana. 2005

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo & Política: teoria bíblica e prática histórica.** Ultimato. 2002.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Vossa Majestade. Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celecrou 106 em 12 de junho de 1707, para tipografia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

CRUZ, Tereza Cristina de Carvalho. **As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes.** Florianópolis. 2007

LIMA, Rafaela Moreira De. **A Conveniência da Morte: os rituais fúnebres e o consumo mortuário em Limoeiro do Norte – CE.** XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH - Natal, 2013.

MARCELINO, Douglas Attila. **Morte, historiografia, historicidade: sobre as formas do poder e do imaginário.** Uberlândia. ArtCultura. 2016.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **As reformas religiosas na Europa moderna: notas para um debate historiográfico.** Belo Horizonte. Varia História. 2007.

MORAES, Douglas. **Bem Nascer, Bem Viver, Bem Morrer. Administração dos Sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 à 1790.** Recife. 2001.

MORAES, Isabela Andrade de Lima. **Pela hora da morte: Estudos sobre o empresariar da morte e do morrer uma etnografia no grupo Parque das Flores, em Alagoas.** Recife: Is, n., 2009. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa.** São Paulo. Companhia das Letras. 1991.

REIS, João José. **Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão.** Rio de Janeiro. Tempo. 1996.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão. Pernambuco. Volume IX. 1986.

RODRIGUES, Cláudia. **A Arte de Bem Morrer no Rio de Janeiro Setecista**. Belo Horizonte. 2008.

SANTOS, Fernanda. **A companhia de Jesus e o concílio de trento: aspectos pedagógicos da contra-reforma**. 2014.

SEFFNER, Fernando. **Da Reforma à Contra-Reforma: o cristianismo em crise**. São Paulo. Atual. 1993.

WEBER, Max. **A ética cristã e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Pioneira. 1987.

Parte 2

Política e economia no período colonial

A capitania de Pernambuco e o tráfico atlântico de escravizados: interesses e ações de uma elite colonial na África, Séculos XVI e XVII

*Leandro Nascimento de Souza*¹

Segundo as estimativas do *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, durante o período de 1501 a 1866, cerca de 12.521.332 africanos escravizados foram embarcados nos portos do seu continente, destinados aos trabalhos forçados no Novo Mundo, e a maior parte deles, cerca de 5.694.573 cativos, partiram da região da África Centro Ocidental. Pernambuco foi a quarta região das Américas que mais recebeu africanos escravizados, com cerca de 853.832 pessoas desembarcadas, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, Bahia e Jamaica². Esses dados demonstram importância histórica e social de Pernambuco para a compreensão do comércio de escravizados através do Atlântico e as consequências causadas nos dois lados desse oceano. Com a produção açucareira em expansão, a partir de 1560, a elite colonial em Pernambuco começou a fazer uso da mão de obra escravizada vinda da África, criando um vínculo Atlântico que se fortaleceu no século XVII, principalmente no período posterior da “expulsão” holandesa, quando representantes dessa elite açucareira atravessaram o Atlântico para administrar Angola, e o fizeram de acordo

¹ Professor Formador I no curso de História do Ensino a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco (EAD-UFRPE). Professor e coordenador da Especialização em História do Brasil da UNIFIP-Olinda. Professor de Metodologia da Pesquisa na AEDA. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a tese "A trajetória angolana de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros: relações de poder, ações militares e tráfico de escravizados para Pernambuco (1658-1666)". Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1582889341461925>

² The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Total de embarcados disponível em: <https://www.slavevoyages.org/estimates/relTgdLX>. Total de desembarcados disponível em: <https://www.slavevoyages.org/estimates/98VTX2GJ>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

com os seus interesses pessoais, contrariando, por vezes, o projeto colonial estabelecido pela Coroa portuguesa na região.

O Brasil que é o que sustenta o comercio, e alfândegas, e chama a os nossos portos, esses poucos navios estrangeiros, que neles vemos, com a desunião do Rio da Prata, não tem dinheiro, e com a falta de Angola, sedo não terá açúcar, porque já este ano, se não recolhe mais que meia safra, e nos anos seguintes será forçosamente cada vez menos, porque a falta de Negros de Angola, não se pode suprir com escravos de outra parte, por serem incapazes de aturar o trabalho dos canaviais, e engenhos, como a experiência mostra, nem o socorro que vai a Angola, suposto o poder, e resolução dos holandeses com que a tomaram, promete mais efeito que mostrar V. Majestade a seus vassalos, o zelo, e desejo que tem de os ajudar, e socorrer por todas as vias.³

As palavras do padre jesuíta Antônio Vieira demonstram a ligação forte entre a América portuguesa e a região de Angola, principalmente com relação à produção açucareira em Pernambuco e à sua dependência da mão de obra escravizada vinda da África. A Capitania de Pernambuco foi a pioneira na América portuguesa a receber africanos para o trabalho forçado, já a partir da década de 1560, fazendo parte da sua história até então. Tendo em vista, faz-se necessário analisar essa relação e os interesses da elite política da Capitania de Pernambuco sobre os negócios negreiros do outro lado do Atlântico.

Uma Capitania negreira: o pioneirismo no tráfico de escravizados africanos para a produção açucareira

Em remuneração aos serviços que havia realizado na Índia, sobretudo na invasão a Malaca, a Capitania de Pernambuco, antiga feitoria de Cristóvão Jaques, foi outorgada a Duarte Coelho Pereira, recebendo o

³ Opinião do Padre Antonio Vieira sobre a escravatura vinda da África Centro Ocidental e sua necessidade econômica para o Brasil, que sustentava o comércio da Coroa. Não há data no documento, mas é provável que seja no período de ocupação holandesa em Luanda, entre 1641 a 1648 (BRÁSIO, 1982, p. 243).

título de Donatário, capitão e governador das terras de Pernambuco. A Capitania, território de vários grupos autóctones, foi chamada inicialmente de Nova Lusitânia pelo donatário, que desembarcou na região em 9 de março de 1535, iniciando uma invasão. Por conta de algumas alianças realizadas com grupos indígenas locais, conseguiu vitórias importantes contra aqueles que não atendiam os seus interesses, principalmente no conflito com os Caetés que gerou a invasão da região que se tornou a sede de sua administração, a vila de Olinda. Nela se instalou um pequeno cais no Varadouro, mas pouco significativo para navios de maior porte, por sua vez, a região chamada de “Arrecifes dos navios” se tornou o principal porto da Capitania, o porto do Recife (MELLO, 2000, p. 73-74).

Devido às experiências adquiridas na Ilha da Madeira, Duarte Coelho investiu na produção açucareira em Pernambuco. O modelo de produção na Madeira era do tipo de média e pequena propriedade, o que não permitia uma produção em larga escala, não trazendo grandes lucros para os proprietários. Até a morte do primeiro donatário, em 1554, a produção se resumia a cinco engenhos, entre Igarassu ao norte, e Várzea do Capibaribe ao sul. Essa situação começou a se modificar com a morte de Duarte Coelho, quando sua esposa, Dona Brites de Albuquerque, seus filhos e principalmente seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, conseguiram investimentos e conhecimentos necessários para expandir a produção do açúcar, estendendo a influência da Capitania de Pernambuco. Em 1570, a capitania já possuía 30 engenhos em funcionamento, chegando ao número de 140 engenhos de açúcar em 1630. Esse novo modelo necessitou cada vez mais de mão de obra, sobretudo escravizada (MELLO, 2000, p. 75-76)⁴.

⁴ Sobre o primeiro século da produção açucareira em Pernambuco ver: MAURO, Frederic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 256-258. Sobre o tráfico de escravizados para a capitania nesse



Figura 1: Mapa de Olinda, Recife e arredores (c. 1573-1578).⁵

A escravidão ameríndia foi muito utilizada no século XVI e predominou nos engenhos de açúcar até, pelo menos, a década de 1620.

período ver: SILVA, Daniel D. B. ELTIS, David. The Slave Trade to Pernambuco, 1561-1851. In: ELTIS, David. RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven and London: Yale University Press, 2008, p. 106-108.

⁵ Registro cartográfico atribuído a Luís Teixeira. Fonte: REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2006, p. 17.

De acordo com Carlos Zeron, o aumento da utilização da mão de obra escravizada vinda da África deve-se ao fato do projeto da Coroa portuguesa, que incentivou esse mercado, pois obtinha muito lucro com as taxas e tributos no embarque e desembarque desses escravizados nas duas costas do Atlântico. Por conta do Padroado Régio, a Coroa se utilizou de uma grande ferramenta para impulsionar esse mercado, os discursos da Companhia de Jesus, Ordem eclesiástica diretamente ligada à construção inicial do sistema escravista Atlântico. Com o discurso de defensores da “liberdade” dos índios e promotores da limitação e humanização da escravidão dos africanos, o fato foi que a Ordem se serviu amplamente do trabalho de escravizados, tanto de indígenas quanto de africanos, envolvendo-se diretamente nas atividades econômicas do novo mundo, criando uma série de conflitos com os colonos, seja por competirem economicamente, seja pelos discursos contra à escravidão indígena. Nesse aspecto, por agirem de acordo com os interesses da Coroa lusitana, no incentivo a escravidão africana, a Ordem recebeu alguns privilégios sociais, que foram fruto de discórdia entre os colonos ao longo do século XVII, tanto no Brasil como em Angola (ZERON, 2011, p. 30-38).

A produção açucareira tornou-se muito complexa, uma grande indústria, com vários setores conectados. Desde o plantio da cana, a própria colheita, o fabrico do açúcar no engenho e a sua comercialização, o processo era bastante longo, exigindo muitas pessoas, trabalho e supervisão. O engenho era formado não só pela casa-grande, senzala e capela, mas também possuía moradias de trabalhadores livres, roçados para eles e para os escravizados, a fábrica, criação de animais, formando a estrutura de uma pequena vila. Nos canaviais, as lavouras eram do próprio engenho ou de arrendatários pelas quais era pago o tributo, além de uma porcentagem pela moagem, estes eram os lavradores da cana. Os tipos de moendas variavam, por terem existido na produção diferentes tipos de

engenhos, como os engenhos reais que eram próximos aos rios e se utilizavam da força hidráulica, além desses existiram outros movidos a bois, bestas ou cavalos, e também de tração humana. Depois da moagem, o caldo era enviado para as caldeiras, seguindo para a casa de purgar, onde se esperava a drenagem natural da aguardente, depois processava a secagem que era feita ao sol. Após esse processo, obtinha-se vários tipos de açúcar, fino, branco redondo, branco baixo e mascavado, e, por último, o encaixotamento, feito depois da pesagem, colocado em caixas de madeira marcadas por tinta e ferro (SCHWARTZ, 2011, p. 96-144).

A produção do açúcar era a atividade mais complexa e mecanizada conhecida até o século XVIII, que contava com trabalhadores e ferramentas especializadas, organizadas em equipes no período de safra quando operava por até vinte horas seguidas, processo esse voltado para evitar perdas e assegurar a produção, que exigia alto grau de organização. Formada pelos setores de administração: senhor; manutenção: carpinteiro, pedreiro e calafates; transporte: carros de boi e barcas; e o processamento: feitor-pequeno, levadeiro, mestre do açúcar, banqueiro e caldeireiros, além de muitos escravos que estavam presentes em todos os setores. Nesse cenário, havia os trabalhadores livres, pessoas habilitadas que cuidavam da manutenção ou conhecedoras de processamentos do açúcar, mas que, com o decorrer do tempo, essa manutenção passa a ser exercida também por escravizados. Esses trabalhadores eram: feitor-mor, caixeiro da cidade, cobrador de rendas, escrivão, cirurgião, mestre do açúcar, caldeireiro, carapina, banqueiro, feitor-pequeno, purgador e barqueiro. Destacavam-se também outras tarefas como a limpeza anual da levada, cuidar do sangradouro, cortar lenha, além de capitão-do-mato, resgatando escravizados fugitivos. De acordo com Schwartz, um engenho de grande porte, como um Real, possuía aproximadamente 100

escravizados, em grande rotatividade, pois a expectativa de vida deles era curta (SCHWARTZ, 2011, p. 209-224).

Tabela 1: Estimativa de escravizados africanos desembarcados no “Novo Mundo”, entre 1556 a 1630⁶

Anos	Caribe espanhol	América espanhola	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Total global ⁷
1556-1560	39	559	0	0	0	598
1561-1565	1436	15500	0	573	0	17419
1566-1570	1264	9270	0	792	0	11326
1571-1575	650	8620	0	1096	0	10366
1576-1580	590	8450	100	1516	70	10726
1581-1585	4509	11049	652	2099	456	18765
1586-1590	5210	12570	1000	2906	701	22387
1591-1595	7145	4699	1536	4022	1077	18479
1596-1600	27168	2852	2359	5567	2466	40887
1601-1605	12064	1266	3623	7993	2537	27483
1606-1610	20028	2102	5566	10665	3895	42823
1611-1615	6619	1515	8544	14763	5982	37508
1616-1620	32631	3425	13115	20439	9181	79525
1621-1625	34443	3616	15430	23200	10800	87489
1625-1630	11384	1195	15430	19294	10800	58448
Total	165090	86688	67355	114925	47965	484230

As estimativas apresentadas na tabela acima mostram que, apesar do pioneirismo da América espanhola, a Capitania de Pernambuco foi a primeira região da América portuguesa a receber escravizados da África, e só quinze anos depois outras regiões como Bahia e Rio de Janeiro iniciaram esse processo. Até 1630, antes da invasão holandesa na região, Pernambuco se manteve como o maior produtor de açúcar da América portuguesa, conseqüentemente, o maior comprador de escravizados africanos também (MELLO, 2000, p. 86-87).

⁶ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/VDo7xDDq>>. Acesso em: 05 de out. 2020.

⁷ Números totais do tráfico de escravizados africanos no Atlântico no período indicado, também com desembarques em outras praças que não aparecem na tabela.

Os holandeses no tráfico escravista: entre o Recife e Luanda

Os holandeses, devido à falta de refinarias portuguesas, refinavam o açúcar que chegava a Portugal e depois distribuíam à Europa. Nesse sentido, os flamengos tinham uma grande noção do valor do negócio do açúcar e dos modos de se lucrar com ele. A Companhia Ocidental holandesa passou a planejar ataques ao Brasil, visando ao controle das regiões produtoras de açúcar. Primeiro atacou a Bahia em 1624, entretanto, no ano seguinte, foi expulsa. Depois disso, planejou o ataque a Pernambuco e acabou por ocupar a região durante 24 anos. O ataque das Províncias Unidas certamente tinha uma conotação militar, já que, atacando o Brasil e se estabelecendo em um ponto estratégico na América, em caso de uma necessidade de ataque às regiões espanholas, poderia facilmente arranjar as tropas neste ponto. Contudo, os planos também se equivaliam ao poder econômico propiciado pela produção do açúcar⁸.

Quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século XVI, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e persistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares; e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa (BOXER, 2002, p 120).

As invasões holandesas na África tiveram início em 1598, na ilha de São Tomé, e foram acompanhadas de alguns fracassos, como as duas tentativas mal sucedidas de tomar os postos da ilha de Moçambique, em

⁸ Os Países Baixos, dos quais a Holanda era o maior representante, estava em guerra com a Espanha pela sua autonomia, essa questão com o contexto da União Ibérica contribuiu com as invasões holandesas (BOXER, 2002, p 118).

1607 e 1608. Embora tenham se fixado em 1612, em Mouri, na Costa do Ouro, tiveram uma grande derrota na tentativa de tomar o castelo de São Jorge da Mina em 1625. Ao aportar no Recife em 1637, para administrar Pernambuco, Maurício de Nassau sabia que tinha um grande desafio pela frente: vencer a grave crise econômica em que se encontrava a região, pois disso dependia a consolidação dos holandeses nesse território⁹. A solução foi investir na reconstrução da produção açucareira, entretanto a situação não estava nada favorável. Muitos engenhos haviam sido abandonados, outros queimados. Outro agravante era a falta de mão de obra escravizada, para fazer os engenhos produzirem. Muitos cativos haviam aproveitado a situação de guerra para fugir, inclusive para o complexo de Palmares (PUNTONI, 1999, p. 121).

Diante dessa realidade, a alternativa encontrada por Nassau foi lançar seus navios para a África e controlar esse fornecimento de mão de obra de forma direta. Outra tentativa de conquistar o Castelo São Jorge da Mina aconteceu em 1637, com uma esquadra saída do Recife, dessa vez com vitória holandesa. Pouco depois levantou feitoria em Pinda, para negociar com o Congo. Porém, percebendo que essas conquistas não conseguiam abastecer Pernambuco de forma satisfatória, resolveu lançar seus navios para outra região, o porto de Luanda (PUNTONI, 1999, p. 144-147).

⁹ Nassau destacou-se em várias campanhas militares na Europa, na guerra dos trinta anos, tornando-se conhecido e respeitado rapidamente. Foi contratado pela Companhia das Índias Ocidentais para administrar o “Brasil-holandês”, em 1637, gestão realizada até 1644.



Figura 2: Mercado de escravos no Recife holandês, rua dos judeus (ALENCASTRO, 2000, p. 238).

A política escravista implantada pelos holandeses em Angola foi de caráter indireto, estabelecendo acordos que visavam à cooperação, evitando ao máximo as guerras, vistas como empecilhos ao bom andamento dos negócios na região. Muitos sobas de territórios adjacentes aos territórios de Luanda consideravam a presença holandesa como uma alternativa em contraponto à presença portuguesa, até mesmo porque os flamengos tinham produtos mais baratos e de melhor qualidade (GREEN, 2019, p. 194-195).

Com a influência comercial holandesa nos principais portos fornecedores de escravizados na costa da África atlântica, regiões do Brasil que não estavam integradas à ocupação holandesa ficaram prejudicadas, sobretudo a Bahia e o Rio de Janeiro, a primeira pela produção açucareira e a segunda pelo comércio de cativos com os castelhanos para abastecer mão de obra para extração nas minas de prata na América espanhola, via porto de Buenos Aires¹⁰. Para superar essas adversidades e com o objetivo de expulsar os holandeses e retornar a Angola, foi preparada uma

¹⁰ Apesar de um bom número inicial, o tráfico de escravizados na Luanda Holandesa começa a cair muito em 1646, entrando em crise em 1648, muito devido as guerras Atlânticas, principalmente no Brasil (PUNTONI, 1999, p. 160-161).

expedição militar no Rio de Janeiro. Para comandá-la, foi nomeado Salvador Correia de Sá e Benevides, que viria a ser governador geral de Angola, de 1648 a 1651, período da expulsão dos holandeses da região¹¹.

Tanto para os holandeses quanto para os portugueses, a mão de obra escravizada e africana era uma necessidade para a produção açucareira. O tráfico negreiro se transformava em um dos mais importantes aspectos da estrutura que alavancava a produção e a colonização da América, tornada o sustentáculo de parte substancial da economia Atlântica.

Em Pernambuco, Maurício de Nassau, apesar das vitórias que havia alcançado, tinha certas dificuldades que lhe eram causadas principalmente pelos desejos de lucros imediatos das lideranças da Companhia das Índias. Nassau, desde muito, solicitava tropas de reforço e navios para a ronda da costa, e o Conselho da Companhia, sem atender a tais reclamações, insistia sempre em recomendar a ocupação holandesa na Bahia. Em 1644, depois de haver passado o governo para uma Junta, Nassau retorna para a Europa, pela própria insatisfação da Companhia. A retirada de Nassau marca o início da fase de decadência da ocupação holandesa na América. Devido à política mais intransigente de Schkoppe, o movimento de “restauração” começou a ganhar força, os colonos lusitanos em Pernambuco não levaram em consideração o tratado de paz e declararam guerra aos flamengos em 1645¹². Com a “expulsão” dos holandeses em 1654, o regime dos donatários foi abolido, e a administração da capitania foi entregue a governadores régios, mas não sem indenizar os herdeiros do último donatário (ACIOLI, 1997, p. 34).

¹¹ Para um estudo biográfico sobre Salvador Correia de Sá ver: BOXER, Charles. *Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

¹² Em agosto de 1646, Sigismundo Von Schkoppe chega no Recife para reforçar e reorganizar militarmente as tropas holandesas contra os “restauradores” que tinham começado as investidas em 1645. O mesmo já tinha estado em Pernambuco no início da ocupação holandesa até o período nassaviano, liderando várias vitórias militares pela Companhia. Em 1641 foi assinado um tratado de paz entre a Coroa portuguesa e os holandeses.

A reestruturação da Capitania de Pernambuco e os interesses da elite colonial no tráfico de escravizados africanos

Com a invasão holandesa e as guerras de restauração da capitania pelos colonos, findada em 1654, a Capitania de Pernambuco se encontrava com agravantes estruturais para retomar sua dinâmica econômica, precisava repovoar, reconstruir e replantar. A crise econômica era potencializada pela crise política com disputas entre senhores de engenho e seus credores; conflitos de jurisdição entre governo geral e local; disputas de poder entre os grupos mercantis do Recife e a aristocracia em Olinda. Além disso, havia ainda a questão do Quilombo de Palmares nas serras e os conflitos com os grupos indígenas no interior¹³.

Para recomençar a produção, os senhores de engenho na Capitania de Pernambuco, representados pelos mestres de campo da expulsão dos holandeses, tinham que diminuir os custos, sobretudo nos gastos com a mão de obra escravizada vinda da África, cujo preço havia aumentado consideravelmente com as guerras Atlânticas¹⁴. Já em 1642, houve várias reclamações dos colonos de Pernambuco que estavam na Bahia, mostrando a preocupação econômica com relação ao preço dos escravizados que vinham de Angola após invasão holandesa em Luanda, em 1641¹⁵.

Desde o início do levante dos colonos lusitanos contra os holandeses, em 1644, Martin Soares Moreno, Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira já haviam demonstrado preocupação com os acontecimentos na África Centro Ocidental, seja como uma forma de se manter informado

¹³ Sobre os problemas estruturais de Pernambuco após a retirada dos holandeses ver: (LOPES, 2018, p. 21-108), (SILVA, 2001, p. 145-155) e, (SOUZA, 2012, p. 37-67).

¹⁴ Mestre de campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço (Um Terço, enquanto "termo militar", responde ao que os romanos chamavam Legião e os alemães e franceses chamam Regimento, ou seja, era um agrupamento de infantaria) com apelação ao general (BLUTEAU, 2000, p. 457).

¹⁵ Consulta do Conselho de guerra ao Rei, em 8 de janeiro de 1643 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-03, D-330).

sobre seus inimigos, pois Luanda estava sob domínio holandês, seja por interesse no tráfico Atlântico de escravizados para suprir as necessidades de mão de obra, bem como participarem diretamente desse comércio escravista. Os mestres de campo enviaram à Corte relatórios sobre os acontecimentos no Congo e em Angola, a partir de informações adquiridas de escravizados oriundos de Luanda que estavam no Recife¹⁶. Ao longo do ano de 1645, o Governador Geral do Brasil, Antonio Teles enviou reforços para o resgate de Angola, em uma das investidas, enviou um contingente do Terço dos Henriques¹⁷. Nesse mesmo ano, desembarcam no Recife quatro capuchinhos italianos saídos de Angola, insatisfeitos com a suposta falta de auxílio dos holandeses em Luanda. Esses missionários podem ter repassado informações sobre os acontecimentos na África aos mestres de campo da restauração lusitana em Pernambuco¹⁸.

Contudo, em 1654, no momento da retomada da Capitania de Pernambuco pelos colonos lusitanos, o comércio escravista em Angola concentrava-se no abastecimento da Bahia e do Rio de Janeiro. Com a retomada de Luanda em 1648, Salvador Correia de Sá estabeleceu os interesses dos fluminenses em Luanda, que tinham sido prejudicados pelos holandeses nos sete anos anteriores. O Rio de Janeiro tinha uma conexão com o porto de Buenos Aires, de onde fornecia escravizados para trabalharem nas minas de prata em Potosí, na América espanhola. Com

¹⁶ As cartas foram enviadas para um conselheiro do Rei, D. Vasco Luís da Gama, Conde de Vidigueira e Marquês de Niza, foi embaixador na França e também membro do Conselho de Estado e Guerra e vedor da Fazenda. Esteve envolvido tanto no tratado de paz com a Holanda em 1663, quanto no tratado de paz com a Espanha em 1668 (MELLO, 2003, p. 82).

¹⁷ Carta do Capitão Antonio Teixeira de Mendonça ao Rei, em 14 de setembro de 1645 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-04, D-366, D-371). Carta de um morador de Pernambuco sobre os acontecimentos de Angola, em 1 de janeiro de 1645 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-4, D-362). Surgindo em Pernambuco, no contexto dos conflitos contra os holandeses, mantidos pela Coroa após seu término, e utilizados nos mais diversos empreendimentos do ultramar português, o Terço dos Henriques constituir-se-á em uma força militar numericamente restrita, socialmente respeitada, e responsável por oferecer aos pretos forros um status social diferenciado das tropas regulares, sobre esse tema ver: SILVA, Kalina Vanderlei. *Os Henriques nas vilas açucareiras do estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII*. Estudos de história, Franca, v. 9, n. 2, 2002, p 145-163.

¹⁸ Carta de 31 de dezembro de 1645 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-4, D-380).

suas medidas como governador geral de Angola, Salvador Correia de Sá fortaleceu o comércio entre Luanda, Rio de Janeiro e Bueno Aires, desfalcando a demanda em Pernambuco, carente de mão de obra para a sua produção açucareira¹⁹. João Fernandes Vieira, em 1653, alertou a Coroa lusitana a respeito dos perigos da empreitada em negociar escravizados africanos com os espanhóis em Buenos Aires, pois poderia ocorrer que os castelhanos invadissem Luanda, fato provável segundo ele, por estarem ainda em conflito na guerra de restauração²⁰.

Em 1657, Brito Freire tentou convencer a Coroa lusitana do projeto de retomada do Castelo São Jorge da Mina, perdido para os holandeses em 1637. Tendo o Recife como a base da saída da expedição, o Almirante se propôs a liderar a armada, sendo bem detalhista com relação à quantidade e qualidade do corpo militar para a empreitada²¹. Na tentativa de convencer o Rei de Portugal, ele mostrou ter bastante conhecimento a respeito dos acontecimentos na região da Costa da Mina, e de como os holandeses lucravam, comercializando ouro, marfim, algália, malagueta e escravizados. Ele relatou a importância de manter e ampliar o tráfico de escravizados da África para a América portuguesa, e que a Coroa deveria aproveitar o momento de retomada, como aconteceu em Angola, em 1648, e Pernambuco, em 1654, para recuperar a região da África Ocidental. Ele também demonstrou preocupação pela região de Angola, pois as posições

¹⁹ O Conselho Ultramarino demonstrou preocupação sobre essa situação, alertando ao Rei o quanto esse comércio com as Índias de Castela era prejudicial a produção açucareira em Pernambuco e na Bahia, ver: Consulta do Conselho Ultramarino, em 9 de agosto de 1951 (BRÁSIO, 1971. p. 66-67).

²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei, em 9 de junho de 1653 (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-05, D-533).

²¹ Francisco de Brito Freire, foi de 1661 a 1664, governador da Capitania de Pernambuco, autor de *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. O Castelo de São Jorge da Mina foi erguido em 1482 pelos portugueses, foi construído com o objetivo de escoar e defender o comércio de ouro do litoral com o interior da África Ocidental, posteriormente, tornou-se o primeiro entreposto europeu de escravizados na África. Ocupado pelos holandeses em 1637, e depois pelos ingleses em 1873, localiza-se na atual cidade de Elmina, no Gana. Brito Freire planejou uma armada entre dez a vinte navios, levantou 1.200 homens para saltar em terra, com 400 pistolas e 400 escudos, 500 granadas, 100 machadinhas, 50 machados grossos, mais um engenheiro e alguns mineiros, pois o Castelo de São Jorge da Mina foi construído na base da rocha. O Almirante também propôs a utilização de homens do Terço dos Henriques, sobre a questão ver: Carta de Brito Freire ao Rei, datada de 29 de novembro de 1657 (BRÁSIO, 1981. p. 149-152).

holandesas ao norte, na região da Mina, e ao sul na região do Cabo da Boa Esperança, poderiam facilitar uma possível nova investida na praça de Luanda. Essa preocupação do Almirante Brito Freire com relação às praças africanas teve a influência dos interesses dos senhores de engenho em Pernambuco, com quem ele mantinha uma estreita relação, visto a forma como ele exalta as ações das lideranças coloniais em Pernambuco na guerra contra os flamengos, e que acabaram se tornando os grandes proprietários de terras no pós-guerra, sobretudo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Apesar da negativa à empreitada, as informações de Brito Freire podem ter servido para que a Coroa lusitana investisse mais nas defesas de Angola, analisando melhor as solicitações militares dos governadores que viriam em seguida²².

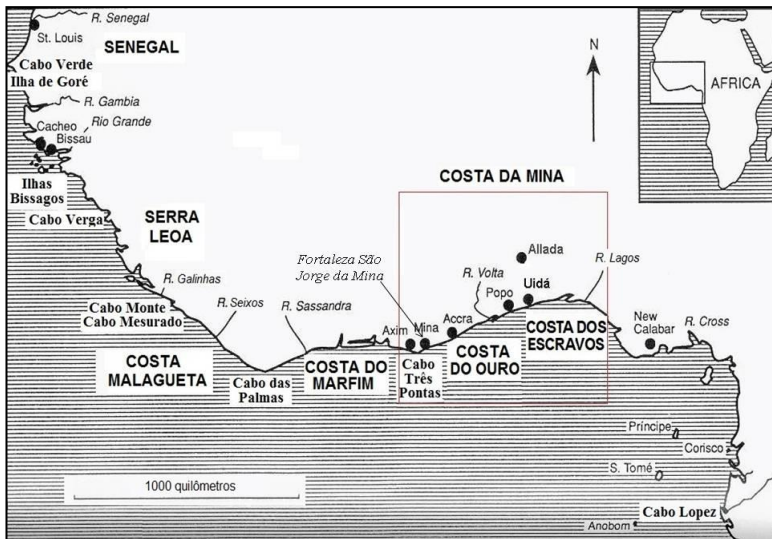


Figura 3: África Ocidental no século XVII.²³

²² Desde 1651 que houve alertas a respeito de novas invasões holandesas em Luanda, e a partir de 1654 os alertas aumentaram, com supostas informações de esquadras que estavam se deslocando para o Brasil e Angola, essas especulações foram usadas até a paz de Holanda em 1663, sobre o assunto ver: (AHU-ANGOLA, CU-01, CX-4, D-472, D-473) e, (AHU-ACL-CU-015, CX-6, D-497).

²³ Fonte: adaptado por Nicolau Parés, da obra Barbot on Guinea. Disponível em: <<http://www.costadamina.ufba.br/index.php?conteudo/exibir/11>>. Acesso em: 06 de dez. 2018.

Líderes na expulsão dos holandeses, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros arquitetaram a resolução do problema com relação à mão de obra escravizada nos engenhos, usando a política de favorecimentos para fortalecer o comércio entre Recife e Luanda, pois eram dois dos maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, e nada melhor para reverter o comércio escravista em seus benefícios do que sendo governadores gerais de Angola. Em um período curto de tempo, de junho de 1654 a fevereiro de 1655, Vieira e Negreiros, além das honorárias, receberam cartas patentes para cinco governos ultramarinos. João Fernandes recebeu patente para governar a Paraíba de 1655 a 1657, e Angola de 1658 a 1661, já André Vidal recebeu o governo do Maranhão, 1655 a 1656, de Pernambuco, 1657 a 1660, e de Angola, de 1661 a 1663 (ALENCASTRO, 2000, p. 272). Esses mestres de campo fizeram uso de suas experiências e prestígios adquiridos antes, durante e depois do período holandês em Pernambuco nos seus interesses enquanto governadores de Angola, se envolveram nas relações de poder na África Centro Ocidental, resolvendo a situação a seu favor. Enquanto João Fernandes governou Angola, André Vidal governou Pernambuco, e eles trabalharam com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem sucedida forma de governar Angola baseada no aumento do tráfico de escravizados para o porto Recife²⁴.

²⁴ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requereu a Coroa que lhe mantivesse no cargo até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661. Em carta, André Vidal de Negreiros usa o argumento de que tinha acontecido a mesma situação com o Barreto de Menezes no governo de Pernambuco, enquanto aguardava para assumir o cargo de governador Geral do Brasil, sobre a questão ver: Consulta do Conselho Ultramarino, em 27 de setembro de 1660 (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 620).

João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros: governadores gerais de Angola e senhores do tráfico de escravizados africanos²⁵

Com a retomada de Angola, em 1648, liderada por Salvador Correia de Sá, Portugal teve outro desafio: recuperar o comércio escravista. Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, a Coroa lusitana enfrentou uma grande concorrência mercantil, nomeadamente o Estado do Congo, então governado por Kimpaco, e o Estado de Matamba, sob a soberana Nzinga. Aliados dos Holandeses, eles haviam submetido grande parte dos chefes locais, aliando-se a outros, buscando manter suas autonomias políticas e econômicas, em especial, frente ao Reino de Portugal. A posição da Coroa lusitana com relação a essa situação, por sua vez, foi de extrema cautela, pois ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Contudo, a importância do comércio escravista para a produção açucareira no Brasil fez com que os governadores que representavam a elite colonial na Capitania de Pernambuco, investissem na expansão de suas influências nos sertões de Angola, por meio de campanhas militares. Esses governadores colocaram em prática ações que ampliaram o tráfico de escravizados no Atlântico, aumentando a influência de suas regiões na África Centro Ocidental. Essa situação causou vários conflitos entre os poderes que constituíam o Império lusitano e as lideranças dos Estados africanos, porquanto os vários interesses em jogo, frequentemente, eram incompatíveis. Os governadores de Angola que vieram de Pernambuco levaram consigo gente de sua confiança para cargos administrativos e militares, o que

²⁵ Sobre a atuação detalhada de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros nos seus governos em Angola ver: SOUZA, Leandro Nascimento de Souza. *A trajetória angolana de João Fernandes Vieira e de André Vidal de Negreiros: relações de poder, ações militares e tráfico de escravizados para Pernambuco (1658-1666)*. 194 f. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

deixou insatisfeita a aristocracia colonial local, causando um jogo político entre colonos do Brasil, de Angola e agentes reais. Além disso, o Reino de Portugal esteve diante de outro problema para administrar, qual seja, o conflito entre as Ordens religiosas, do qual os governadores também tentaram tirar proveito para seus interesses.

Foi nesse contexto que João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros governaram Angola: o primeiro de 1658 a 1661; e o segundo de 1661 a 1666. Lideranças na guerra contra os holandeses na América portuguesa, Vieira e Negreiros tiveram entre suas honrarias o cargo de governança em Angola. Seus interesses estavam vinculados à ampliação do fornecimento de escravizados do porto de Luanda para o Recife, uma vez que ambos eram grandes senhores de engenho. A trajetória de deles como governadores de Angola, bem como as relações de poder por eles encetadas enquanto exerciam seus mandatos, colocou-os em condição de agir de acordo com os seus interesses econômicos, sobretudo, posicionando seus agentes para tentar controlar o tráfico de escravizados através de ações militares, desconsiderando vários aspectos do regimento para Angola, num jogo político que envolveu não só eclesiásticos, soberanos regionais e locais, a aristocracia lusitana, como também a própria Coroa portuguesa e o Conselho Ultramarino. E mesmo com a evidente insubordinação ao regimento, as conquistas militares no interior e as novas articulações desses governadores geraram um novo ciclo de vassalagem, extorquindo os chefes locais e, de certa forma, recuperando a reputação de armas que a Coroa tinha perdido ao longo do período holandês. As ações militares promovidas por Vieira e Negreiros foram de encontro ao projeto que a Coroa lusitana tinha para Angola, executar o comércio escravista através de intermediários, se posicionando apenas no litoral. As investidas levaram a preocupar grandes Estados na região, o principal deles o Congo, que na batalha de Ambuíla em 1665, sofreu uma

derrota que teve consequência sua fragmentação política, e grande parte dos capturados em batalha foram levados como escravos para os engenhos de Pernambuco e Paraíba.

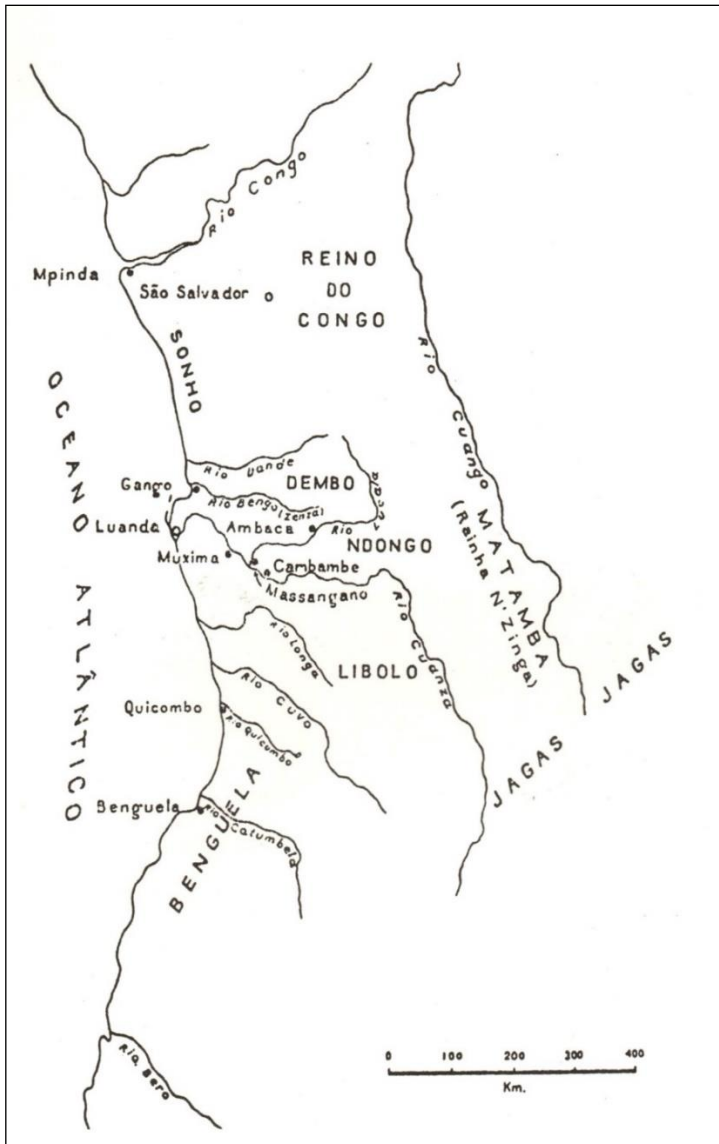


Figura 4: África Centro Ocidental em 1658-1661 (GONSALVES DE MELLO, 2000, p. 449)

Com relação aos números do tráfico de escravizados no Atlântico, de acordo com a tabela abaixo, a qual podemos ter uma estimativa, os representantes da elite colonial em Pernambuco conseguiram seus objetivos, restabeleceram o fornecimento de mão de obra escravizada africana para seus engenhos de açúcar e, utilizando-se de práticas contrárias ao projeto da Coroa portuguesa para Angola, e ainda, enquanto seus representantes estavam vivos, não foram condenados por isso. É importante ressaltar que, na primeira metade da década de 1650, Pernambuco recebeu pouco mais de 2000 cativos, enquanto a Bahia e o Rio de Janeiro receberam mais de 18000 e 12000 escravizados, respectivamente. Já na segunda metade, em vigor o governo geral do João Fernandes em Angola, Pernambuco recebeu mais de 9000 escravizados, enquanto Bahia e Rio de Janeiro mantiveram os números anteriores. Foi um aumento de aproximadamente 350% no recebimento de escravizados no porto do Recife e que continuou aumentando no decorrer das décadas seguintes. É importante perceber que o porto do Recife também servia de entreposto comercial das embarcações que vinham da África Centro Ocidental, até mesmo pela sua condição geográfica, favorecida pelas correntes marítimas, e que os traficantes de escravizados em Pernambuco também vendiam cativos para outras praças. Mas, grande parte desses escravizados permaneciam na Capitania de Pernambuco, principalmente por conta do aumento contínuo da produção açucareira na segunda metade do século XVII, potencializada após os governos gerais de Vieira e Negreiros em Angola. Além, da África Centro Ocidental, a partir da década de 1670, a elite colonial em Pernambuco se envolve de forma significativa também com o tráfico de escravizados na região da Mina²⁶.

²⁶ Sobre a relação da Capitania de Pernambuco com o tráfico de escravizados na região da Mina, no segundo quarto do século XVII e primeira metade do século XVIII ver: (LOPES, 2018).

Tabela 2: Estimativa de escravizados africanos desembarcados no “Novo Mundo”, entre 1631 a 1700.²⁷

Anos	Caribe espanhol	Rio da Prata	América espanhola	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Total global ²⁸
1631-1635	17937	0	1848	15430	300	10800	46315
1636-1640	14181	0	1489	15430	6421	10800	48321
1641-1645	5251	0	810	10210	17526	7000	54102
1646-1650	4060	699	2628	12739	1438	8917	45691
1651-1655	5791	0	2525	18265	2069	12785	49152
1656-1660	9251	2560	1655	18265	9323	12785	77889
1661-1665	2583	1279	1917	19332	9000	13153	84448
1666-1670	1101	1650	336	23101	10992	17965	104459
1671-1675	664	47	291	15958	9879	11559	84329
1676-1680	3305	145	0	16735	12500	11714	98409
1681-1685	3290	0	0	16044	12500	11230	117770
1686-1690	578	0	0	13931	12500	9751	95267
1691-1695	0	0	0	18789	12500	13152	106013
1696-1700	6703	0	0	37536	33221	26276	177229
Total	74695	6380	13499	251765	150169	177887	1189394

Sobre os impactos das ações de João Fernandes e André Vidal na África Centro Ocidental com relação ao número de escravizados, percebe-se, na estimativa da tabela abaixo, um aumento significativo de saída de cativos da região, pois, de quase 40000 na primeira metade da década de 1650, passou para mais de 55000 na segunda metade, período do governo Vieira. Na segunda metade da década de 1660, entre o fim do governo de Negreiro e início do seu sucessor, houve quase 72000 cativos forçados a saírem da África Centro Ocidental. Em um período de vinte anos, 1650 a 1670, houve um aumento de 80% de escravizados embarcados nos navios negreiros da região. Dentre alguns fatores que explicam o aumento significativo desse tráfico, um dos mais importantes é demonstrado pelas ações de João Fernandes e André Vidal enquanto governadores gerais de Angola, tento assim, apropriado grande responsabilidade com relação ao

²⁷ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/JvNwr6lR>>. Acesso em 07 de out. 2020.

²⁸ Números totais do tráfico de escravizados africanos no Atlântico no período indicado, também com desembarques em outras praças que não aparecem na tabela.

aumento de seres humanos escravizados e obrigados a trabalharem à força, no Novo Mundo.

Tabela 3: Estimativa de escravizados embarcados nos portos do continente africano, entre 1631 a 1700.²⁹

Anos	Senegâmbia	Costa do Ouro	Golfo do Benin	Baía de Biafra	África Centro Ocidental	Total global ³⁰
1631-1635	3084	0	0	0	56296	59380
1636-1640	1478	0	1988	1630	55724	60820
1641-1645	15844	1162	3154	11323	34264	67119
1646-1650	8632	1267	938	20119	25267	56223
1651-1655	8298	697	1845	7679	39731	60170
1656-1660	9425	740	10318	17112	55650	95516
1661-1665	5097	10778	12753	17236	54941	102953
1666-1670	1310	8415	17173	20432	71817	126585
1671-1675	3611	10176	10679	18321	55939	102839
1676-1680	9656	18660	19134	16072	53027	119552
1681-1685	12353	11009	40705	13481	60016	145546
1686-1690	9574	5265	39185	8228	49357	115018
1691-1695	10710	7563	47931	10603	50331	128356
1696-1700	11858	32880	60480	20696	80608	211201
Total	110920	108612	266283	182932	742968	1451278

Considerações finais

Tanto Vieira como o Negreiros tiraram proveitos das oportunidades, cada uma da sua forma, adquiriram experiências e as colocaram em prática ao longo da atuação em seus cargos de poder, tornando-se não apenas senhores de engenhos, mas também grandes traficantes de escravizados africanos, se envolvendo em outras atividades econômicas em várias partes do que seria o “império marítimo português”. O que traz uma reflexão sobre os conceitos atribuídos a esses personagens, pois foram além das fronteiras da legalidade da Coroa e criaram vínculos e conexões em grande parte do comércio Atlântico. Para a sociedade

²⁹ Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/estimates/lmroUUD7>>. Acesso em 09 de out. 2020.

³⁰ Números totais do tráfico de escravizados africanos período indicado, também com embarques em outras praças que não aparecem na tabela.

brasileira atual, principalmente em Pernambuco, esses personagens são tidos apenas como os “grandes heróis da restauração pernambucana”, com homenagens públicas, como em nomes de ruas importantes no Recife, estátuas em parques históricos e lugares de destaque, lápides tumulares na Igreja Nossa Senhora dos Prazeres do Monte dos Guararapes, dentre outras homenagens. Sempre destacando a história deles com relação a “expulsão” dos holandeses em Pernambuco, desconsiderando outros aspectos de suas histórias, como o caso do tráfico de escravizados e a escravidão. Esperamos que esse texto possa aumentar os debates com relação ao contexto desses personagens, principalmente na forte relação que eles tiveram com o tráfico de escravizados africanos e a escravidão no Brasil, especificamente, nesse caso, em Pernambuco e na Paraíba.

Outra questão importante, é que a elite colonial de Pernambuco, representada pelos governadores gerais João Fernandes e André Vidal, possuía o projeto de usar as guerras, “justas” ou não, no interior de Angola, para aumentar o número de escravizados e transportá-los para Pernambuco, como forma de ampliar suas próprias riquezas. Levando em consideração o conceito levantado por João Fragoso sobre a elite colonial, segundo o qual ela vai se perpetuando no poder através de mecanismo de dominação ao longo da construção da sociedade brasileira, o mesmo pode ser usado para Pernambuco (FRAGOSO, 2002, p. 3-28). Logo, deve-se fazer uma reflexão que possa levar a um debate mais amplo, pois, se em Pernambuco, grande parte da sua sociedade atual costuma sempre exaltar os diversos momentos históricos em que teve autonomia sobre um poder centralizado, cabe também, enquanto Estado de uma unidade federativa, assumir sua responsabilidade com relação à dívida histórica com o povo negro, descendentes de um processo escravista e excludente ao qual Pernambuco esteve diretamente conectado. Esperamos que texto, também

possa demonstrar a forma predadora como os representantes da elite do Pernambuco colonial, na segunda metade do século XVII, usaram seu poder para capturar escravizados na África, contribuindo para que o poder público estadual compreenda seu passado e tenha mais ações que combatam o racismo estrutural, reparando assim, com ações afirmativas, essa construção histórica que mantém a sociedade tão desigual no nosso presente. Dar visibilidade a essa história escravista se faz necessário em Pernambuco e, especificamente no Recife, quarto maior porto negreiro das Américas. Precisamos investir em lugares e espaços de memória sobre o tráfico de escravizados africanos e a escravidão em Pernambuco, vinculando personagens e assumindo responsabilidades.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino. Arquivo digital – Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Disponíveis no LAPEH-UFPE.

ACL-CU-015: Cx. 6, D. 497; Cx. 7, D. 620.

Arquivo Histórico Ultramarino. Disponíveis no arquivo digital do AHU, no site: <<https://digitarq.ahu.arquivos.pt>>. Acesso em: 03 de mar. 2020.

AHU-ANGOLA-CU-01:

Cx 3: 330. Cx 4: 472, 473, 362, 366, 371, 380. Cx 5: 533.

Fontes impressas

BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BRÁSIO, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 11. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 12. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

_____. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 13. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

Bibliografia consultada

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos*: Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

FRAGOSO, João. *Pra que serve a história econômica?* notas sobre a história da exclusão social no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 29, 2002.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *João Fernandes Vieira*: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

GREEN, Toby. *A fistful of shells*: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolution. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

LOPES, Gustavo Acioli. *A fênix e o Atlântico*: a Capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654-1760). São Paulo: Alameda, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Negócio de Brasil*: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

_____. Uma Nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme(org). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c. 1654-c.1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da USP, 2011.

Site

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: 15 de out. 2020.

Pernambuco entre sociabilidades e conflitos no setecentos

*Emerson Melquiades Ribeiro*¹
*Mayara Cristina Gomes de Brito*²

Introdução

O palco da história aqui desenrolada é a capitania de Pernambuco no século XVIII. Estudar o setecentos é desafiador, pois, por muito tempo, os historiadores pernambucanos se ocuparam timidamente sobre o estudo deste século, pelo menos sobre o período posterior a 1715, tendo passado os conflitos da Guerra dos Mascates. Essa construção narrativa da história de Pernambuco passa a impressão de que existe um abismo entre os anos de 1715 e 1817, dois marcos na nossa história. O primeiro, pelas “Alterações de Pernambuco”, evento que ficaria conhecido por “Guerra dos Mascates”, a partir da obra de José de Alencar no século seguinte e, o segundo, outro marco da história da nossa terra, com a “Revolução Pernambucana”.

A capitania de Pernambuco, especificamente Olinda e Recife, no século XVIII, se encontrava agitada pelo calor dos embates políticos que se emendavam em questões econômicas, religiosas e sociais. Mas não só as disputas políticas, as festas, as atividades desenvolvidas nas ruas do centro

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Autor da dissertação “Por eu ser mulher”: as estratégias patrimoniais das mulheres em Pernambuco no século XVIII. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0220681572990610>

² Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Políticas Educacionais e Inovação pela Escola de Inovação e Políticas Públicas (EIPP/FUNDAJ). Mestranda em Ensino de História pelo Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFPE). Autora da publicação Ensino de História da África e Afro-Brasileira no currículo de história: uma análise comparada entre Bahia e Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6897860934248691>

urbano pernambucano no período colonial também terão lugar nesta pesquisa.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo é conhecer como a sociedade pernambucana se organizava no século XVIII, com foco no eixo Recife-Olinda, tendo como base as diferentes instâncias sociais, a atuação e relação entre os indivíduos, sejam eclesiásticos, donos de engenhos, comerciantes, mulheres, escravizados ou libertos, além de pensar sobre alguns aspectos da vida social, como as festas e as organizações civis que se misturavam com os eventos e agrupamentos religiosos, gerando novas formas culturais à época. E, claro, poder, enquanto pernambucano ou alguém que quer conhecer melhor a história de Pernambuco, relacionar os lugares e os acontecimentos que geram memórias daquela época com o que vivemos e vivenciamos atualmente. Desta forma, traremos um pouco da história de Pernambuco, tendo como foco um período pouco falado pela historiografia, causando, posteriormente, um distanciamento dentro do ensino de história: o período setecentista.

Durante o século XVIII, a febre amarela, que já havia se manifestado anteriormente na região, incide de forma mais intensa no Recife, onde são impostas medidas para tentar minimizar a proliferação da doença. Com isso, estabelecendo o isolamento por cordão sanitário imposto pelas freguesias rurais, o Recife passa a sofrer de outro mal, a fome. Dessa forma, este período se constitui também como de instabilidade com relação à economia, gerando crises no abastecimento e o aumento dos preços, principalmente da mandioca, alimento essencial da sociedade local.

Sendo assim, foram utilizadas duas formas metodológicas para o desenvolvimento do estudo, a análise bibliográfica e a análise de fonte documental. A primeira se deu com base nas discussões bibliográficas de alguns autores sobre a temática aqui presente, tendo como principais

autores: Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello e George Cabral de Souza. A segunda se deu a partir da análise de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), referentes à capitania de Pernambuco.

Narrativas nos setecentos: vidas que constroem a história de Pernambuco

Nos fins do século XVII as relações entre Recife e Olinda não eram das mais tranquilas, dessa forma, o começo do setecentos não podia ter ares diferentes. Com relação à população, Evaldo de Mello (2003) afirma que o Recife, no período *ante bellum*, que se refere ao momento anterior à invasão e domínio holandês, continha próximo de quatrocentos moradores, além daqueles que por ali chegavam e permaneciam, devido ao trabalho nas embarcações. Ali existia uma paróquia bem ordenada e rica, de onde se erguiam armazéns de açúcar e de outros gêneros. Já na outra banda, ou seja, na ilha de Antônio Vaz, havia um convento franciscano. (MELLO, 2003), isto no período anterior à invasão holandesa, governo este que, no seu apogeu, já contava com 6 mil habitantes, somando os residentes no Recife e na Ilha de Antônio Vaz.

No entanto, ainda no século XVIII, o Recife sofreu com a grande mortalidade decorrente da febre amarela que atingiu fortemente a população. Embora isso tenha acontecido, o Recife crescera a tal ponto, que conseguiu alcançar, até o período da Guerra dos Mascates, o nível de 12 mil, 14 mil ou 15 mil habitantes. Diferentemente de Olinda, que se encontrava estagnada na faixa dos 2 mil a 2,5 mil (MELLO, 2003).

No ano de 1685, a febre amarela atacou, pela primeira vez, a capitania, tendo sido de forma mais intensa no Recife, resultando na fuga de diversos sacerdotes da praça. Após a epidemia, medidas foram tomadas a fim de diminuir a insidência da doença, estabelecendo o isolamento por

cordão sanitário, imposto pelas freguesias rurais, passando o Recife a sofrer de outro mal: a fome. (MELLO, 2003).

Embora seja difícil apontar precisamente a quantidade de habitantes, Domingos Loreto Couto (1981) afirma que, ainda na primeira metade do século XVIII, as freguesias do Recife e Santo Antônio já contavam com mais de 20 mil pessoas, ficando evidente nos diversos dados o alto crescimento da população. (MILFONT, 2010 apud COUTO, 1981).

Embora o crescimento da população tenha chegado a altos níveis, o cenário no século XVIII era de decadência em termos econômicos, promovido sobretudo pelo declínio de praticamente todas as regiões produtoras de açúcar da América lusitana. Tal empobrecimento ou até mesmo a ruína da empresa do açúcar é o argumento utilizado pelas autoridades da época, bem como pela historiografia.

A decadência de Pernambuco continuou interruptamente durante todo século XVIII. A produção anual de açúcar, principal senão única riqueza da capitania, e segundo estatísticas em cuja fidelidade não se pode inteiramente confiar, eram exportados do Brasil logo em seguida a expulsão dos holandeses cerca de cem milhões de libras aos preços de 960 e 1.120 reis a arroba, baixara nos meados desse século a oitenta milhões de libras, e a pouco mais de metade dezesseis anos depois, descendo ao mesmo tempo os preços a tal ponto que no fim do século dava-se a arroba por 120 e 100 réis. (SILVA, 2010, p. 50 *apud* OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 208-209.)

Embora tais apontamentos afirmem que neste período ocorreu a decadência na venda de açúcar, havendo grande peso no contexto de instabilidades e crises, Mello (2003) chama a atenção, a partir dos dados esboçados por J. H. Galloway, que se utiliza das cifras do dízimo das exportações de açúcar na região nos primeiros anos do século XVIII, se dirigindo ao período como “tempos de prosperidade para a indústria açucareira” (p. 205). Diante dos questionamentos referentes à possível

prosperidade na indústria do açúcar, Mello (2003) analisa os custos nos quais tinham os produtores, especialmente no gasto com a mão-de-obra africana. No Recife, o preço do escravo subira 2,5 vezes no período entre 1695 - 1707, sendo 1,5 a mais que o preço do açúcar no seu maior pico em 1700.

No final do século XII e início do século XVIII, a indústria açucareira ainda estava bem com relação a sua produção comercial e lucro financeiro, porém, em meados do século XIII, esta indústria passa por um processo de desestabilização. Ou seja, como mostram os dois autores, Mello (2003) e Silva (2010), a decadência do açúcar em Pernambuco não ocorreu durante todo o setecentos, e sim em uma parte deste século.

A historiografia aponta que o empobrecimento da indústria do açúcar se deu em grande medida pela corrida para a região mineira, que gerou complicações para a estrutura açucareira, devido a expansão do investimento de senhores de engenho e lavradores nas regiões do ouro, fazendo com que muitos deles abandonassem suas lavouras para se entregar totalmente ao novo negócio: a exploração mineradora.

Seguindo nessa perspectiva, com a necessidade do transporte de diversos produtos para a região das Minas, tendo em vista o abastecimento da população, a pecuária do sertão, em contrapartida, conseguiu alcançar certo desenvolvimento, estando atrelada à indústria do couro. Distribuídos entre os bairros da Boa vista e dos Afogadosno Recife, em meados do século XVIII se encontravam cinco fábricas de atanimos³ e dezoito

³ O atanimado era o tipo de sola mais rentável produzido no Brasil colonial, que, de acordo com o Bluteau, seria o couro adicionado de algum tipo de pó de casca de árvores que o tornava mais firme. As cascas de árvores usadas, sobretudo as dos manguezeiros, possuem alta concentração do ácido tânico, também denominado de tanino, designação essa atribuída a várias substâncias orgânicas muito difundidas no reino vegetal, as quais são ligeiramente solúveis em água ou álcool, como foi apontado por M. de La Lande em 1764 no seu manual "L'Art du Tanneur". (DIAS, Thiago A. A FAMÍLIA COSTA MONTEIRO, OS COUROS DO SERTÃO E AS ESCALAS MERCANTIS NO SÉC. XVIII. Revista Espacialidades [online]. 2017, v. 12, n. 2. ISSN 1984-817X, p. 16. Disponível em: [https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/Acesso em 27/02/2020](https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/Acesso%20em%2027/02/2020))

curtumes⁴ de sola, que juntos chegavam a utilizar 274 escravizados, conforme aponta Lisboa (2011).

Uma das consequências dos níveis precários para o abastecimento da capitania foi a elevação dos preços de artigos de primeira necessidade, como era o caso da farinha de madioca, que atendia não somente a população local, mas também supria as frotas ao regressarem à Portugal. Além disso, não havia uma infraestrutura adequada, sendo comum a falta de água potável na freguesia do Recife, tendo que ser transportada de Olinda (MELLO, 2003).

Recife já possuía ares de vila, tendo em vista o seu crescimento urbano expressivo, mas isso só vem a se confirmar oficialmente em 1709, por meio de um decreto real que concede o título de vila autônoma. Nas palavras do beneditino Dom Domingos Loreto Couto, a vila do Recife era formada por duas penínsulas equivalentes, a de São Frei Pedro Gonçalves, chamada de Recife e a de Santo Antônio, ambas em confluência nos rios Capibaribe e Beberibe. A bacia do Capibaribe, área de Camaragibe a Paudalho era bastante povoada, principalmente por lavradores de subsistência e os cortadores de pau-brasil, chamados por brasileiros (MELLO, 2003).

Olinda teve uma trajetória diferente, após ter sido conquistada pelos holandeses, teve seu território incendiado e deixado praticamente em ruínas. Quando os holandeses foram convencidos da indefensibilidade do lugar, decidiram mudar a sede do governo e instalaram-se em Recife. Após a expulsão dos mesmos e a retomada do poder português, deu-se início a

⁴ Um relatório produzido em 1790 sobre a Bahia setecentista afirmou que curtumes eram “fabricas de preparar, e de curtir os couros até que eles sejam reduzidos a sola”²⁵. No processo de transformação do couro em sola, era preciso submeter o couro a processos vários, como limpa e secagem para retirar pelos, cobertura orgânica e líquidos diversos; mergulho em tanques para o adicionamento de cal ou cascas de árvores a fim de tingir e homogeneizar as peles; prensar, secar novamente e dar acabamentos. (p. 16)

reconstrução de Olinda, que permanecia, pelo menos oficialmente, como capital de Pernambuco.

Após a retomada da instalação da sede do governo em Olinda, o Recife continuou sediando a função mercantil dada pelos flamengos. Dessa forma, passa a haver a assimetria entre as funções, no qual o Recife detém o comércio e Olinda não passa de “fachada urbana da nobreza ruralizada, que só possuíam ali as instituições inescusavelmente cidadinas de que dependia sua dominação, a Câmara e a Santa Casa de Misericórdia.” (MELLO, 2003).

Esta dispersão dos senhores de engenho para a área rural, como afirmou Mello (2003), acabava por produzir uma sociabilidade dependente das vilas, onde, de fato, residia o centro do poder colonial, sendo assim, estes senhores se encontravam impossibilitados de exercer sua função com a participação de outros grupos da capitania, as autoridades reinóis, laicas e eclesiásticas, e os grandes mercadores que habitavam as áreas urbanas.

No entanto, nem sempre fora assim, Fernandes Gama (1844, tomo I, p. 140), aponta que em 1580, Olinda continha 700 casas de cal e pedra e vários edifícios, entre templos e conventos, além de mais de 20 engenhos de açúcar.

Para o padre Fernão Cardim (1925) em suas andanças nos fins do século XVI, os olindenses se constituíam da seguinte forma descritiva:

A gente da terra é honrada; há homens grossos de quarenta, cinqüenta, e oitenta mil cruzados de seu – Tanto os homens, como as mulheres e seus filhos vestiam-se de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas e nisso opinava o jesuíta que praticam excessos. Os homens, ao seu parecer eram tão briosos que compravam ginetes de duzentos e trezentos cruzados, e alguns possuíam três, quatro cavalos de preço. Era a vaidade que se achava mais em Pernambuco do que em Lisboa, notava o censor (CARDIM, 1925, p. 334-335).

Cabe ressaltar que essa descrição contempla, exclusivamente, a fração da sociedade mais abastada que se estabelecia na capitania de Pernambuco, pois só aqueles que se encontravam em uma condição social mais elevada tinham acesso a este tipo de vestimentas e acessórios, bem como aos diversos produtos trazidos do reino.

A vivência olindense esbanjava luxo nos vestuários dos homens e mais ainda nos das mulheres, que desfilavam nos ambientes públicos cobertas de tecidos finos, ostentando jóias preciosas e exalando seus perfumes raros. Os vestidos de seda e cetim eram considerados de pouco valor se não estivessem sob o enfeite de jóias e pedras preciosas.

Antes da chegada dos holandeses, Frei Manuel Calado (1985) afirma que os olindenses viviam em:

instância de pecados [onde] as mulheres andavam tão loucãs, e tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas e riscos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes (CALADO, 1985, p. 38).

No entanto, existam cronistas que apontam como modestas e recatadas, as mulheres pernambucanas. Existem apontamentos sobre estas formas de se constituir na sociedade pernambucana, sobretudo na Vila de Olinda, apontando uma sociabilidade composta pela grande ostentação de produtos vindos do reino, sendo comum a utilização de joias e pedras preciosas pelas mulheres.

Neste período, após a expulsão dos holandeses, houve um impasse entre voltar a sede do governo para Olinda e reedificá-la ou conservá-la em Recife. Adotou-se, a princípio, a ideia de que seria muito onerosa a

reconstrução da antiga sede, podendo ser os recursos ali utilizados para benefício de outras empresas, como a recuperação dos engenhos.

Dessa forma, enquanto a praça do Recife ia se compondo de homens “filhos de Portugal”, Olinda, como aponta Mello (2003):

vivia pessoa alguma daquelas a que chama da nobreza, porque todas estas residem fora, uns nos seus engenhos, os que os têm, e outros em seus partidos, roças e lavouras, de que vivem, em partes algumas muito distantes e outras mais próximas. E àquela cidade não vêm salvo de passagem [...] (p. 168)

O século XVIII é marcado também pela luta política dos comerciantes, os mascates de Recife que queriam participação ativa na vivência política da região, algo que não deixava a camada nobre satisfeita. Havia bastante discriminação com os mascates, pois nos termos das concepções vigentes, a gestão dos negócios públicos era de competência da nobreza, grupo social que detinha maior autoridade.

Mello (2003) aponta que este grupo social podia se constituir por meio de duas vertentes, uma seria a virtude, por meio dos dons transmitidos pelo sangue e a outra seria a doutrina, adquirida por meio da educação (p. 188).

Porém, os nobres insistiam em levantar a incompatibilidade legal sobre o ofício dos mascates, devido a sua origem “mecânica”, por se relacionar a um trabalho manual, geralmente com atividades de pesar e medir.

Oliveira Lima (1975) pontua isso mais precisamente ao falar sobre a chegada dos mascates à capitania pernambucana.

Desembarcados sem vintém, os mascates, como eram desdenhosamente chamados os comerciantes portugueses pelo fato de muitos reinóis exercerem o ofício de mercadores ambulantes, conseguiram a troco de aturado trabalho e rigorosa economia, meios de fortuna que a agricultura não fornecia mais aos

seus devotos, esparsos pelos duzentos e cinqüenta e quatro engenhos da capitania (...). Para mais, o dinheiro sugeria aos portugueses a vaidade, uma vaidade insuportável de homens que ontem eram pobres e se viam hoje prósperos, e a má vontade latente acirrava-se ao complicar-se com o ciúme e a inveja (p. 202).

Isso mostra que estes comerciantes eram rechaçados pelo grupo dominante da época, pois se viam em instabilidade diante do lucro que advinha do comércio ambulante dos chamados mascates. Vale ressaltar que não foi apenas no Brasil que a ocupação de negociante fora desvalorizada, no próprio Reino Português muitas oportunidades eram negadas aos comerciantes, fazendo com que o comércio passasse a ser o único meio de sobrevivência para uma classe que não possuía nobreza de sangue.

A partir desse processo de estabilização dos grupos de mascates, ainda nos últimos anos do Seiscentos, os mesmos puderam experimentar, ainda que de forma minoritária, a participação na esfera política, lhes sendo reservado o cargo de procurador do conselho, cuja responsabilidade era zelar pelos bens do município. Mas esta participação não se deu de forma tranquila, pelo contrário, só foi possível graças às pressões que os grupos de mascates exerciam tanto aqui, quanto no Reino, através dos mercadores de Lisboa que tinham interesses no comércio da capitania.

Sobre tais pressões, Mello (2003) aponta que tanto a deposição do governador Mendonça Furtado em 1666, quanto as Alterações de Goiana e a briga de caráter político-religioso dos “Néris”, uma comunidade religiosa de forte atuação política no Recife à época, prefiguraram a Guerra dos Mascates, que tinha como principal base os antagonismos presentes na luta entre os nobres, produtores brasileiros, e os comerciantes reinóis (p. 141).

Na segunda metade dos seiscentos, a “açucarocracia” – termo utilizado por Mello (2003) – tendo representação na câmara de Olinda, vivia em constante conflito com os representantes do poder régio em Pernambuco, período no qual a câmara de Olinda começa a desempenhar um papel mais notável. Dessa forma, segundo Mello (2003) a câmara articulou graves acusações contra o governador, dentre elas, a de administrar como um tirano por interferir no funcionamento do judiciário; executar dívidas; sequestrar bens; libertar presos, simplesmente por sua vontade; não respeitar o monopólio comercial, ao permitir o comércio com os franceses, por meio de uma relação que não era apenas comercial, pois se aliou ao comandante da frota francesa para entregar a terra ao poderio francês.

A chegada de uma frota francesa ao Recife foi a ocasião necessária para se lançar um golpe contra o então governador, também conhecido como “Xumbergas”, tendo sido em 1666 deposto do cargo. Depois da restauração do poder português em 1654, com a expulsão dos holandeses, a relação entre os governadores-gerais e governadores da capitania havia sido sempre de desconfiança, quando não chegava a um clima de hostilidade. Ao governador cabia a responsabilidade de nomear. O que gerou fonte de poder e renda importantes, na medida em que os cargos eram comprados ilegalmente pelos interessados à coroa. (MELLO, 2003, p. 33).

Em Goiana, as alterações, se encontram no mesmo contexto. Com a expulsão dos holandeses, o poder português voltou à cena, assim, algumas capitanias deixam de ser “donatarias” e passam a ser capitanias-reais, ou seja, a Coroa dispensara a autoridade dos descendentes, as famílias dos donatários, e passaram a nomear os governadores que deveriam atuar a serviço do Rei. Esta mudança não foi tão bem recebida pela capitania de Itamaracá, no qual as famílias donatarias dos marqueses de Cascais

demonstravam querer continuar como detentora do poder, ainda mais após terem participado da luta contra os holandeses e saídos fortalecidos.

Sendo assim, em 1662, era chegada a decisão favorável ao Marquês de Cascais, que com a ajuda do frei José de São João, instigaram a população a barrar a tal mudança, elaborando um manifesto popular que apontava diversos inconvenientes, caso a administração da capitania voltasse a ser donatária. A população receava ficar submetida a um donatário ausente e queria permanecer subordinada diretamente à Coroa de Portugal. Enquanto a família apelava para a Coroa, alegando merecimento em vista da participação na luta à favor da expulsão dos holandeses, o manifesto criado em nome do povo alegava ter, a família Cascais, lutado por defesa da capitania, em nome do amor que tinha por Portugal. Desta forma, a intenção era garantir a submissão diretamente do Reino, garantindo mais autonomia sobre o poder regional.

Apesar de toda movimentação, o Conselho Ultramarino apresentou ao Rei um parecer favorável ao Marquês de Cascais, bem como aconselhou a não punição ao povo, apenas, dos “cabeças” da revolta, em especial o Frei José, formulador do manifesto. Em 1693, a capitania de Itamaracá já possuía seu novo capitão donatário.

Quanto ao conflito político-religioso, desde o período que foi erguida a Igreja da Madre de Deus nos fins do século XVII, o templo pertenceu à Congregação do Oratório. Tendo como fundador São Filipe Néris na Itália, este grupo ficou conhecido apenas como os “néris” e se mantinha diretamente ligado à fortuna da cidade, por terem papel decisivo na conquista da autonomia do Recife. Segundo Mello (2003) estes religiosos chegavam a exercer tanta influência no governo, que em meados no século XVIII foram acusados de quererem governar a capitania na esfera militar, pública e eclesiástica.

Ao chegarem à Pernambuco escolheram se estabelecer em uma pequena capela “nos mangues adjacentes de Água Fria”, adotando a comunidade religiosa o modo de vida eremítico, andar descalços, fazer jejum o ano inteiro e passar a pão e água três dias da semana, dentre outros costumes. (MELLO, 2003, p. 114).

Com o passar do tempo, a congregação almejava transferir-se para o Recife, ação que não deixava satisfeita a câmara de Olinda. Primeiro, eles edificaram um recolhimento junto a uma pequena capela, depois solicitaram autorização para ter o acesso de fiéis ao local, contando com a ajuda do bispo e do governador, solicitaram transferência para o Recife, dando como fundamento a necessidade de darem maior impulso à evangelização no local, sendo autorizado em 1681 a casa do Recife, dedicada à Madre de Deus.

Esta troca alterou consideravelmente a clientela da congregação que deixou de atender uma população pobre e dispersa na área da Água Fria e Beberibe e passou a assistir em uma região numerosa e bastante rica do Recife. Mello (2003) aponta ser inegável que a iniciativa correspondeu ao propósito de promover o crescimento da congregação em Pernambuco, muito mais facilitado, por está inserido no meio urbano.

Como já havíamos falado antes, outro acontecimento importante se deu com a epidemia da febre amarela, que atacou o Recife nos fins do século XVII e início do XVIII. Com isso, ficou sob a responsabilidade dos “Neris” enterrar os mortos, no qual, muitos, foram abandonados na porta da Madre de Deus. De acordo com Mello (2003) a congregação teve quase todos seus padres mortos pela epidemia. Com a chegada de mais religiosos vindos do reino, na tentativa de restabelecer o cenário eclesiástico, o clima não permaneceu tranquilo, pois os irmãos e os recém-chegados começaram a entrar em divergência. A situação chegou ao ponto de que alguns preferiram se estabelecer na antiga sede, provocando uma cisão

dentro da congregação. Mas, esta separação não duraria muito, pois o núncio, representante da Igreja Católica responsável por anunciar as decisões da Santa Sé, ordenou que a Madre de Deus ficasse como sede da congregação e Santo Amaro fosse transformado em um hospital para os enfermos (MELLO, 2003).

Sendo assim, a disputa deixou de ser meramente eclesiástica e passou a envolver agentes da Coroa, se inserindo também no confronto entre mazombos⁵ e reinóis. Ou seja, o conflito deixa de ser entre irmãos e autoridades religiosas e passa a envolver as principais camadas da sociedade: a nobreza e os mascates. Para Mello (2003), essa cisão se manifestou nas linhas superiores da açucarcocracia e dos mercadores, as mesmas forças que irão comandar o levante de 1710.

Dessa forma, voltamos à Guerra dos Mascates, observando que a mesma não foi simplesmente um conflito entre comerciantes recifenses e nobres olindenses em torno do poder político, estava em jogo, também, a ordem burocrático-militar e as ordens religiosas.

França (2004) estabelece um paralelo nas relações entre senhores e mercadores nas sociedades coloniais de Pernambuco e Bahia. A autora aponta que havia na Bahia um caminho aos comerciantes portugueses por meio do acesso livre às irmandades religiosas ou à Santa Casa de Misericórdia, o que proporcionava o seu envolvimento com os senhores de engenho e os funcionários régios. Em Pernambuco este acesso foi negado, chegando a serem criadas confrarias religiosas específicas para os senhores e outras, exclusivamente, para os comerciantes.

Aos 9 de junho de 1707, o português Sebastião de Castro e Caldas assumia o governo de Pernambuco e logo que chegou agiu de forma truculenta contra seu antecessor, proibindo pagamentos relacionados à

⁵Mazombo era o indivíduo nascido na terra. (Mello, 2003)

capitania e exigindo a invasão ao local em que se encontrava alojado. Era incumbência do governador as tarefas militares tanto da defesa externa quanto da ordem pública, que assumia os poderes como capitão-general e a responsabilidade dos assuntos referentes à fazenda real, proteção do clero, colaboração na evangelização do gentio, povoamento e concessão de sesmarias, coibir o comércio estrangeiro, bem como uma ampla supervisão da estrutura do governo civil, devendo manter a Coroa informada em caso de irregularidades.

Sendo assim, todos os níveis da jurisdição, câmara municipal, autoridades judiciárias, financeiras e eclesásticas deveriam permanecer e exercerem suas funções propiciando um equilíbrio do poder. Castro e Caldas acabara por violar essa regra, a começar por não ter uma boa relação com o bispo e nem com os altos funcionários civis da Coroa.

Castro e Caldas não possuía as habilidades necessárias ao cargo, favorecendo que se acirrassem ainda mais os conflitos entre os agentes da Coroa e o poder local, provocando uma divisão explosiva, como define Mello (2003), entre o comércio recifense e a nobreza da terra. (p. 225)

Tal visão, também é reforçada por Souza (2003), quando diz que:

a ação atabalhoada do Governador Sebastião de Castro e Caldas, indivíduo politicamente inábil, declaradamente afeito ao partido dos mascates e por isso figura execrada da nobreza, contribui decisivamente para os sucessos decorrentes da forma como o mesmo deu execução à ordem régia, levantando o pelourinho ‘nas horas mortas e sem comunicação prévia a Câmara de Olinda’ (p. 93)

O levantamento do pelourinho diz respeito à execução da ordem régia que em 1709 concedia ao Recife status de vila autônoma, dotando-a do seu próprio Senado Municipal. Tal levantamento ocorreu na noite do dia 14 para 15 de fevereiro na principal Praça do Recife, a Praça do Corpo Santo. (Mello, 2003, p. 258).

Desta forma, Pereira da Costa (1951) descreve a fundação da vila do Recife, bem como o estabelecimento da câmara:

Assinado o termo da vila, que foi, além da freguesia do Recife, as de Muribeca, Cabo e Ipojuca, desmembradas todas de Olinda: e procedida a eleição dos vereadores da nova Câmara do Senado, a qual se verificou nas pessoas do tenente-coronel Joaquim de Almeida, condecorado com o hábito de Cristo, - Simão Ribeiro Ribas, comissário-geral da cavalaria e também condecorado com o mesmo hábito, e os capitães Manuel de Araújo Bezerra e Luís de Sousa Valadares, os dois primeiros portugueses e os dois últimos pernambucanos, teve lugar a instalação da vila, com o título de São Sebastião, que lhe impusera o Governador Sebastião de Castro e Caldas, no dia 15 de fevereiro de 1710, e do mesmo modo levantado o pelourinho, na praça do Corpo Santo. (1951, v. 5, p. 151-3).

Isso mostra que a nobreza da terra, que já não estava de acordo com a elevação do Recife, reagiu à ação do governador, na tentativa de assassiná-lo, no qual, o mesmo, foge para Bahia. Este evento deu início aos confrontos diretos entre os favoráveis à elevação e os desfavoráveis. A princípio, aqueles que não estavam de acordo com a elevação, os pró-homens, saíram vencedores, tendo invadido a área urbana do Recife e derrubado o pelourinho.

Após isso, a câmara recém-criada é dissolvida e se iniciam as discussões para a definição do novo governador da capitania. Dentre elas, há a proposta – no qual Souza (2003) afirma não ter sido até hoje comprovada por falta de documentos – de Bernard Vieira de Melo, de se constituir uma república independente de Portugal. Mesmo não sendo encontrados documentos que comprovem esta ideia, Souza (2003) fala que a mesma pode ser inferida com base nos testemunhos e até mesmo pela reação tomada pela Coroa, ao enviar, posteriormente, um novo governador. (p. 94)

Antes disso, em 1710 os pró-homens concordaram em entregar o governo para o bispo Dom Manuel Álvares da Costa, que era de fato o primeiro da linha sucessória. Os recifenses cobertos do desejo de vingança fizeram o plano amadurecer com o apoio do governo da Paraíba, dos mercadores e com os padres da Madre de Deus (MELLO, 2003).

Mello (2003) aponta que, embora tenha existido uma organização simultânea por parte da nobreza da terra, os mascates se anteciparam e conseguiram prender em 18 de junho de 1711 que D. Manuel, o então governador, e o ouvidor. O partido dos recifenses assumiu o controle do Recife, ocupou as fortalezas, providenciou a defesa da Praça, saindo assim vitoriosos.

Mas se engana quem pensa que estes desafetos acabaram assim, o ódio recíproco que alimentavam ainda perdurou por muitos anos, tendo os olindenses sentimentos avessos não apenas pelos moradores do Recife, mas do lugar em si. Souza (2003) aponta que os chefes políticos da nobreza da terra chegavam a planejar a destruição física da vila, retirando-se as pedras que formavam os arrecifes que serviam de proteção ao porto, deixando a vila exposta à fúria do mar. (p. 95)

Passados os conflitos da guerra dos Mascates, as queixas continuavam, no qual resultou na separação das câmaras de Olinda Recife. Era Olinda quem controlava a aplicação de alguns rendimentos da Fazenda Real. Souza (2003) aponta que em 1720 o Rei determinou que fosse usada parte das rendas do imposto do dote da rainha da Grã-Bretanha e da Paz de Holanda para os custos da reforma das pontes da Boa Vista e de Afogados. (p. 95). No entanto, problema como este, de falta de verba para as despesas dos vereadores do Recife, iria perdurar o século XVIII adentro.

Mas não era apenas no campo político que Recife e Olinda se encontravam agitados. O espaço urbano era um ambiente convertido em muitas ocasiões em espaço de festa, as práticas cotidianas tinham como

palco as ruas das vilas e cidades que iam assim se organizando. As festas eram majoritariamente determinadas pela Igreja, possuindo diversas encenações de procissão com músicas, danças e iluminações públicas. No entanto, as ruas eram palco também de estratégias de sobrevivência e busca de ascensão social.

Nas ocasiões não festivas, no dia-a-dia das vilas, eram os ambulantes e oficiais mecânicos quem ocupavam estes espaços. Silva (2011) aponta que desde o século XVI circulavam nas ladeiras de Olinda grupos de ambulantes. Mercadores, sapateiros, boticários, barbeiros, padeiros, vendedores e vendeiras, dentre outras, eram as atividades desenvolvidas pelos plebeus portugueses que residiam em Olinda ou vila próxima.

Os núcleos urbanos da capitania também eram lugares de festa. Era um espaço, sobretudo da elite, mas não exclusivamente dela, que para mostrar-se, se vestiam e se portavam em público com o intuito de demonstrar o prestígio com que viviam. As festas públicas eram de responsabilidade das câmaras das respectivas vilas, enquanto as religiosas eram de responsabilidade das irmandades.

Dentro das irmandades, as mulheres ocupavam os postos relacionados à organização das festas, tendo como atribuições decorar os altares, os andores e imagens, além de recolher as esmolas para as festas. No entanto, os estatutos não mencionam especificamente as atribuições femininas para as cerimônias, no qual Sampaio (2009) aponta a ratificação, pelo menos, para as autoridades, no qual o discurso era de que a mulher não deveria estar na praça e sim em casa. Outras celebrações, como as missas, procissões, ritos fúnebres eram espaços fundamentais para a convivência na colônia, estabelecendo ligação entre sociabilidade e religiosidade.

As festas da elite se tornavam a vitrine da rígida estrutura social e também mental em que a sociedade estava inserida, reafirmando os

lugares dos participantes e dos espectadores no ambiente teatral que se constituía. Além disso, eram direcionadas altas quantias em despesas com pintores, músicos, materiais para decoração e iluminação, dentre outros. Os eventos cívicos faziam relação com a tradição monárquica, sendo de grande importância a participação da população nos eventos, compondo seus papéis como súditos.

Se já no século XVI havia uma grande circulação destes ambulantes, com o aumento da população nos setecentos, este grupo se tornaria muito maior. Além disso, com as alforrias, os então libertos, se juntavam aos livres, pretos e pardos, estabelecendo certa competição com os escravizados, no exercício de atividades cotidianas de abastecimento das vilas.

O Recife do século XVIII, com a notoriedade que havia obtido, passava a ter em sua dinâmica urbana uma extensa camada de gente livre, composta por irmandades leigas e corporações de ofícios. Estas instituições que exerciam controle também em vilas próximas ao núcleo urbano, como Olinda, Igarassu, Itamaracá, estabeleciam sociabilidades para além de costumeiras celebrações ou festas religiosas, mas ainda faziam um tipo de regulamentação profissional das corporações.

Silva (2011) aponta que as corporações predominaram no Recife, por ser o maior núcleo urbano de Pernambuco e tinham como sede a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tendo nascido devido ao domínio que os escravizados e forros exerciam sobre as atividades ambulantes, por meio da organização do Rei do Congo. Ainda no século XVII era comum a festa do Rei do Congo, um dos maiores festejos do período colonial, que permaneceu até o período Imperial. Esta festa representava uma inserção social dos escravizados africanos dentro da sociedade açucareira.

O festejo do Rei do Congo se consolidou em um organismo maior, na Organização Social do Rei do Congo. Embora surgidos a partir de um

contexto de inserção dos escravizados, a organização tinha o intuito de abranger os diversos elementos da sociedade, bem como promover a interação entre eles. Os grupos compreendidos eram os escravizados, os senhores de engenhos e os oficiais do governo português, como aponta Monte (2016). No entanto, como no âmbito da sociedade recifense do século XVIII não existiam apenas estes grupos, como apontado anteriormente, era provável que a organização abrangesse também os comerciantes e instituições ligadas à Igreja Católica.

As irmandades constituíam associações de leigos que possuíam uma devoção em comum com algum santo ou santa, que prestavam serviços de ordem social e também religiosa, assumindo funções dentro da Igreja, como a realização de missas e outras cerimônias. Por meio de sua atuação dentro e fora da Igreja, na realização também de festas, as irmandades acabavam por acobertar alguns traços de expressões culturais de escravizados africanos, o que, segundo Monte (2016), possibilitou o sincretismo religioso e o hibridismo cultural. Embora as irmandades atuassem também na promoção de lazer, ao realizarem festas, procissões, entre outros eventos, deveriam ser ainda instrumento de controle social, como forma de manter a paz dentro das vilas.

A festa da coroação do Rei do Congo era uma cerimônia das mais importantes, pois levava luxo, pompa e ostentação para os palcos urbanos das vilas, que com o passar do tempo, como foi falado, passou a consolidar a Organização Social do Rei do Congo, organismo que deveria promover a manutenção da ordem e do controle social dos africanos, fossem eles livres ou escravizados. Uma organização envolta em um sistema burocrático-hierárquico de uma complexidade que não cabe discutir neste estudo, mas que atuava diretamente nos compromissos das irmandades leigas.

As irmandades leigas eram muitas e abarcavam de membros da elite até as diversas confrarias de homens e mulheres negras. São algumas

delas: Santa Casa de Misericórdia, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, São Pedro dos Clérigos, Santo Antônio de Catalagerona, São Benedito e do Senhor Bom Jesus dos Martírios que, embora estivessem localizados em núcleos urbanos importantes da capitania de Pernambuco como Recife, Olinda, Cabo, Ipojuca, Igarassu e Jaboatão, acabavam-se por estender suas atuações, chegando a abarcar as vilas de Goiana e Sirinhaém.

Esta expansão da atuação das irmandades era importante, principalmente, no apoio referente ao controle social, como forma de conter a prática de vadios, facinorosos e rebeldes nas ruas ou outras áreas das vilas. Há indícios na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino sobre a “vadiagem” praticada tanto nos núcleos urbanos, quanto em áreas mais afastadas da capitania.

Em 1756, por meio de uma carta, o capitão-mor de Igarassu, Francisco Xavier Carneiro da Cunha, pede ao Rei para que os oficiais possam andar armados como forma de se protegerem das investidas de vadios e criminosos na região. (AHU_CU_015, Cx. 81, D. 6753)

Em 1768, por meio de um ofício, o governador da capitania de Pernambuco, Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo, conhecido como o conde de Povolide, envia ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, as queixas que prestou o capitão-mor da capitania de Goiana, Sebastião Correia Lima, referentes a dois bandos de facinorosos compostos por mamelucos, pretos e outros mestiços que têm feito mortes e assaltos aos moradores daquela região (AHU_CU_015, Cx. 105, D. 8186).

A criminalidade urbana fazia com que os governadores da capitania colocassem bandos atrás de bandos a fim de controlar o número de

assassinatos e crimes cometidos na região, porém, Silva (2011) coloca tais investidas como pouco efetivas.

Por volta de 1776, a região do porto do Recife e as freguesias rurais (Cabo, Muribeca, Ipojuca) já possuem, segundo Souza (2014) um pouco mais de 43 mil habitantes. Com o seu crescimento, o Recife passou a ter um perfil de mercado com ampla demanda, tendo em vista as atividades econômicas que aconteciam no seu entorno. Souza (2014) indica que na área sul do Recife, na região de Afogados, por volta de 1746, contavam com 44 tanques de tratamento de couros, com a operação de 14 escravos. Já na Boa Vista havia cinco unidades. Além disso, eram enviados para a Europa cerca de 2.500 rolos de tabaco.

A questão do fornecimento da carne para população da vila é traçada por Souza (2014) por meio do levantamento de matérias relacionadas ao campo de atuação da câmara municipal. E não apenas esta, mas as condições de higiene da vila, o abastecimento e os preços praticados. Era responsabilidade da municipalidade, por intermédio dos almotacéis, fazer a fiscalização. E ao conselho competia zelar pela administração das taxas cobradas pela carne, que sempre demandava de mais trabalho nos períodos de escassez, para manter o abastecimento e o preço. Da mesma forma no qual deveria combater a ação de atravessadores e monopolistas que poderiam causar um mal abastecimento.

Nos finais do século XVIII, por volta de 1790, além de dificuldades no abastecimento da carne, se teve também a grande dificuldade no abastecimento da farinha. Souza (2014) diz ser possível identificar isso pela quantidade de correspondência entre a câmara do Recife e o governador, sobre esse tema.

Várias decisões passaram a ser tomadas pelo governador Tomás José de Melo, nos fins do século XVIII, para amenizar a escassez da carne, como a proibição de envio de carne do Ceará para outro porto que não fosse o

do Recife. Dessa forma, as decisões tomadas na Câmara do Recife repercutiram em áreas produtoras fora da vila. (SOUZA, 2014)

Outras medidas também foram tomadas para o abastecimento da farinha. Em 1763, a Câmara determinou que os produtores de açúcar se responsabilizassem pela manutenção de seus escravos para que plantassem também a mandioca. E, por fim, nos finais do século XVIII, era a vez dos transportadores de algodão que vinham do interior da capitania, para que a cada duas unidades de algodão viessem acompanhadas de uma carga de farinha (MELLO, 2003).

Considerações finais

Enquanto historiadores e professores de História, entendemos que todos os cenários aqui narrados são importantes. Primeiro, por se tratar da construção da história de Pernambuco e embora ainda que mais focado em um lado da história, o da história oficial, nos auxilia a encontrar e entender a relação do que ocorreu no processo sócio histórico e formativo da nossa sociedade, da população, da cultura, da vivência, enfim, do ser pernambucano, com o que somos e vivemos na atualidade. Conhecer a história das ruas que andamos; das pontes que passamos; das calçadas que pisamos; dos engenhos que conhecemos; das danças, costumes e religiões que convivemos nas suas mais variadas diferenças.

As ruas, esquinas, igrejas, comércios fazem parte da construção histórica da nossa terra, bem como os personagens, as mulheres, homens, negros escravizados, livres, ambulantes, crianças, idosos, ricos, pobres, todos fazem parte e devem constituir a história como participantes, em um cenário ocupado por pessoas, histórias e relações diversas.

As diversas narrativas se constituem por meio dos embates políticos; celebrações religiosas e civis; organizações de pessoas escravizadas e livres; festas; circulação de homens e mulheres a partir de micro histórias

e das relações de poder, envoltas no funcionamento de sociedades regionais e de seu cotidiano; representações e conceitos, os imaginários nos espaços urbanos e nos mais afastados também.

Entender um pouco do período setecentista pernambucano faz resgatar uma história que não pode ser entendida como um abismo e sim como uma peça do quebra-cabeça, que não pode estar de fora, para se chegar a uma compreensão mais completa da nossa história, principalmente para chegar aos que mais precisam desse entendimento, que são os estudantes. “Entre sociabilidades e conflitos” faz uma ponte entre os espaços recifenses, olindenses e proximidades, de forma a lembrar o “flâneur” do século XIX, no sentido em que ao passo que vamos lendo, vamos nos encontrando naqueles lugares, naquelas caminhadas, no qual seguimos observando os detalhes presentes em cada esquina e vitrine da história de Pernambuco.

Referências

ALMEIDA, Suley Creusa Cordeiro. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no império português, XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introduções e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Editores J. Leite & Cia. Rio de Janeiro, 1925.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1ª ed. v.1 1493-1590. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1ª ed. v.1 1493-1590. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

- LISBOA, Breno A. V. **Uma Elite em Crise:** a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII, Ano de Obtenção: 2011. Dissertação de Mestrado.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos:** nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003. 496p.
- MELLO, J. A. G. de. Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. LIII, 1981.
- MENEZES, Jeannie. S. **Sem embargo de ser fêmea:** as mulheres e um estatuto jurídico em movimento no século XVIII. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2013. 220p.
- MILFONT, Magna L. B. **A urbanidade no século XVIII:** Vila do Recife e Arraial do Tijucu, Ano de obtenção: 2010 Tese de doutorado.
- MONTE, Marco Tomé Costa. O palco urbano colonial: a organização social do rei do congo nas vilas açucareiras do século XVII. In: **V Encontro Nordestino de História - V Encontro Estadual de História**, 2004, Recife. Anais do V Encontro Nordestino de História, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **O teatro urbano** – Sociabilidades urbanas açucareiras em pernambuco nos séculos XVII E XVIII. Clio. Série História do Nordeste (UFPE), v. 29.2, p. 01-21, 2011.
- SILVA, Evandro M. B. da. **Mandos e desmandos:** os ouvidores da capitania de Pernambuco no reinado de D. João V. (1708-1750). Dissertação Mestrado (em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- SOUZA, George F. C. de. **Os homens e os modos da governança:** a Câmara Municipal do Recife no século XVIII. 1. ed. Recife: Câmara Municipal do Recife, 2003. v. 1. 157p.
- SOUZA, George F. C. de. **Saciar para manter a ordem e o bem público:** a Câmara Municipal do Recife e o problema do abastecimento da vila (século XVIII). Locus (UFJF), v. 38, p. 103-120, 2014.

Colonização, extração do Pau-Brasil e empresa açucareira no Pernambuco Colonial

Edson João da Silva¹

Introdução

Uma vez oficializada a posse das terras hoje denominadas Brasil, os portugueses não tinham, de início, intenção de colonizá-las, povoá-las. Isso, porque, segundo Zemella (1950, p. 485), “não há ainda na Europa o problema do superpovoamento e do espaço vital”. Além do mais, Portugal não descobriu os tão cobiçados metais preciosos (o ouro e a prata). Os portugueses viriam à Colônia para negociar, não para colonizar. Viriam “para enriquecer o mais depressa possível e voltar para a Europa” (ZEMELLA, 1950, p. 486). Também, o que a Colônia oferecia de lucrativo? A única coisa, a priori, de valor encontrada em nossas terras foi o pau-brasil, que logo foi transformado em monopólio da Metrópole portuguesa, tendo como primeiro arrendatário Fernão (Fernando) de Noronha.

O Pau-brasil na Capitania de Pernambuco

O pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.) é uma planta pertencente à família das leguminosas, cuja copa é irregular, sendo seus ramos mais novos e as cascas repletos de acúleos. Suas flores são amarelas; seus frutos são deiscentes, apresentando grande quantidade de acúleos. Suas folhas são compostas, bipinadas. Essa espécie vegetal também é conhecida por

¹ Professor Adjunto. UFRPE. Área de Morfologia e Fisiologia Animal. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Estácio de Sá; Especialista em História do Nordeste do Brasil/UNICAP e Especialista em História do Pernambuco/Faculdade Alpha; Licenciado em Ciências Biológicas pela UFRPE e Licenciado em Ciências (Química) pela UFRPE. Doutor em Patologia Experimental e Comparada pela Universidade de São Paulo (USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3969414982095704>

outros nomes: pau-pernambuco, pau-de-tinta, ibirapitanga (pelos índios), árvore do Brasil entre outras denominações. Essa espécie foi renomeada para *Paubrasilia echinata* (Lam., 1785) (MARQUES; BORGES, 2020, p. 61).

Quando os portugueses aqui chegaram, ao invés dos cobiçados ouro e prata, eles encontraram uma grande extensão de florestas que ocupavam praticamente do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte. Perceberam também que a vastidão de pau-brasil poderia ser aproveitada economicamente, pois foi a única mercadoria de valor encontrada em nosso litoral e que era muito requisitada no comércio europeu para o tingimento de tecidos. Por esse motivo, a extração do pau-brasil passou a ser considerado monopólio da Coroa portuguesa (SIQUEIRA, 2009, p. 127-128).

A existência do pau-brasil foi observada quando da primeira expedição exploradora de 1501/1502 organizada sob o Governo de D. Manoel, de Portugal (VIANNA, 1972, p.62; 65).

De acordo com Simonsen (1978, p. 53), em 1501, através da expedição exploradora enviada a então denominada Terra de Santa Cruz, essa expedição voltou para Portugal com um carregamento de madeira de pau-brasil. A partir daí, D. Manuel passou a declarar o pau-brasil como um monopólio da Coroa.

A exploração do pau-brasil pelos colonizadores portugueses em nossas terras teve início em 1502. Esse produto era utilizado para a fabricação de tinturas, com grande aceitação na Europa. E, em 1511 ocorreu a primeira exportação de pau-brasil para a Metrópole (D'AGOSTINI *et. al*), carregamento esse feito pela Nau Bretoa, que transportara 5.000 toros da madeira, entre outros itens (SIMONSEN, 1978, p. 53).

De início o uso do pau-brasil era para a fabricação de tinturas. Porém, sua madeira já foi muito utilizada para a fabricação de móveis finos.

Atualmente, essa árvore é utilizada para a fabricação de joias, canetas e arcos de violino.

Em decorrência da exploração intensa dessa espécie vegetal, cujo objetivo era o de atender à indústria tintorial para a obtenção dos cobiçados tons de vermelho, essa árvore tornou-se uma espécie rara, condição que perdurou quase até o final do século XIX, com a síntese do primeiro corante artificial em 1856, a malveína (REZENDE *et. al*, 2004, p. 414).

A comercialização do pau-brasil iniciou seu declínio a partir de meados do século XIX quando da síntese do primeiro corante artificial em 1856, a malveína (REZENDE *et. al*, 2004, p. 414), e sua exploração terminou em 1875 após cerca de 380 anos de devastação continuada, quando foi efetuado o último embarque de pau-brasil para a Europa (DARIO; De VINCENZO, 2002, p. 3). Devido à sua exploração predatória, essa espécie vegetal passou a ser considerada em extinção em seu habitat natural.

A extração do pau-brasil representou a primeira atividade econômica entre 1500 e 1535 no Brasil. Sua extração contava com o trabalho indígena, que se realizava na forma de escambo. Nesse caso, o pau-brasil era trocado por miçangas, peças de tecidos, facas, canivetes e quinquilharias. Após o corte do pau-brasil na mata, os índios arrastavam os troncos até o litoral, onde eram amontoados para ser embarcado (ZEMELLA, 1950, p. 487).

Apesar da exploração do pau-brasil ter sido um negócio rentável, sua exploração não deu origem a qualquer núcleo de povoamento regular e estável (ZEMELLA, *op. cit.*).

Em 1502 foi arrendada a Fernão (Fernando) de Noronha a exploração do pau-brasil a ser extraído nos domínios portugueses da América (VIANNA, 1972, p. 66; 145). Segundo Prado Júnior (1981, p. 26), esse arrendamento durou até 1504. A partir daí, “por motivos que não são

conhecidos, não se concedeu mais a ninguém, com exclusividade, a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes”.

Uma vez tomado conhecimento, na Europa, da extração do pau-brasil, tão apreciado na indústria de tintas da época, outros povos como os franceses, passaram a fazer incursões à costa brasileira e, inclusive, a traficar tal produto. Como consequência desse tráfico, os Monarcas portugueses organizaram as Expedições Guarda-costas. Apesar dessas expedições, os franceses continuaram a contrabandear em nosso litoral o pau-brasil. E, inclusive, o cronista Gabriel Soares de Souza², que residiu em nossas terras, demonstra preocupação com a exploração ilícita de pau-brasil (chamado de pau de tinta e pau Brasil) por parte dos franceses e isso com ajuda de índios (por ele denominado gentio) (CÔRTEZ; SIQUEIRA, 2012). Essa preocupação por parte do cronista se dava pois, conforme já analisado, a extração e a comercialização do pau-brasil era monopólio da Coroa portuguesa.

O pau-brasil era encontrado em toda a Mata Atlântica, desde o Cabo de São Roque até São Vicente, localizado no Estado de São Paulo. Sua exploração foi tão intensa e predatória, que logo teriam suas principais fontes esgotadas (FILHO, 2001, p. 44). Desde o início de sua exploração em 1502, Portugal já se declarava monopolizadora do processo de extração dessa madeira, apesar de ter arrendado a mercadores de Lisboa, como o já citado Fernão de Noronha.

Para extrair o pau-brasil foram estabelecidas feitorias no litoral. Terminada a exploração em um determinado lugar, os exploradores abandonavam aquela feitoria e se mudavam para outro local onde houvesse abundância da madeira (CÁCERES, 1997, p. 52). Entre essas feitorias, as que se sobressaíram foram as de Cabo Frio, Rio de Janeiro e

² Gabriel Soares de Souza. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**.

Pernambuco. Devido a essa abrangência, o litoral era conhecido por Costa do Pau-brasil. Segundo Avellar (1970, p. 56), a maior ocorrência de pau-brasil ocorria entre Pernambuco e Rio de Janeiro.

Através do **Regimento do Pau-brasil** de 1605, Portugal tentou evitar o desaparecimento da madeira. E, em 1649, sua exploração passou a ser realizada mediante contratos com a **Companhia de Comércio do Brasil**.

A Cana de Açúcar na Capitania de Pernambuco

Tradicionalmente, a produção de cana-de-açúcar é considerada o “carro-chefe” da economia nordestina no longo período da História do Brasil conhecido como Colônia. Vale lembrar que a produção açucareira teve altos e baixos durante a transição do período colonial ao período monárquico. Além disso, sabemos que a cana-de-açúcar, apesar de prioritária, foi cultivada paralelamente a outros produtos (e.g., o pau-brasil, no início da Colônia, e o algodão, no século XVIII).

Com as navegações, os portugueses tinham como objetivo a busca por metais preciosos e, como essa busca, de início, não deu resultado, os exploradores partiram então para o cultivo de um produto que pudesse alcançar um bom preço no comércio europeu. E, como a cana já era cultivada nas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico, os portugueses implantaram pequenos engenhos e começaram a cultivar a cana em feitorias estabelecidas no litoral (ANDRADE, 1989, p. 9).

Para Portugal a escolha da cana-de-açúcar como produto para cultivo foi relativamente fácil, visto que a cultura desse gênero alimentício “já era praticada nas suas ilhas atlânticas, cuja distribuição na Europa foi concedida à Holanda, quebrando o monopólio veneziano” (FOREST, 2005, p. 39).

De início, a cana-de-açúcar foi cultivada na Zona da Mata nordestina, em particular nos atuais estados de Pernambuco e Bahia. Devido à boa

qualidade das terras do Nordeste, essa região tornou-se a principal produtora de cana-de-açúcar do nosso país durante os três primeiros séculos de colonização (DUARTE, 2011, p. 22). Além do solo favorável ao seu cultivo, Pernambuco contava com extensas planícies fluviais dos rios Capibaribe, Ipojuca e Beberibe. Além disso, estava geograficamente mais próximo da Europa, “o que converteu a capitania no centro açucareiro brasileiro mais importante, posição mantida até meados do século XX” (RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 24-25).

A cana-de-açúcar foi trazida para o Brasil pelos portugueses ainda no século XVI. Os primeiros engenhos foram instalados em Itamaracá, quando esta ainda era uma feitoria, na segunda década de colonização, de onde, segundo Varnhagen (1975, p.106), foi enviado açúcar para Portugal em 1526. Varnhagen menciona a existência de um alvará já em 1516, referente à construção de um engenho (DANIEL, 2016, p. 17).

Ainda de acordo com Varnhagen, foi encontrado um documento na Alfândega de Lisboa registrando a chegada, em 1526, de um carregamento de açúcar oriundo de Itamaracá. Ainda segundo Varnhagen, há dados que comprovam que o rei de Portugal, D. Manuel, ordenou, em 1516:

por um alvará, ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem ‘machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fossem a povoar o Brasil’; e que, por outro alvará, ordenou ao mesmo feitor e oficiais que ‘procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais coisas necessárias’ para a fatura de dito engenho (grifos nossos) (VARNHAGEN, 1975, p.92).

Segundo Varnhagen (citado por ANDRADE, 1989, p. 9) Itamaracá teria sido o primeiro local onde fora instalado um engenho primitivo e que

exportaria açúcar para Lisboa antes da implantação das capitanias hereditárias.

Foi com a doação da Capitania de Pernambuco em 1535 a Duarte Coelho que se iniciaria mais intensamente a cultura de cana-de-açúcar e a construção de engenhos (ANDRADE, 1989, p. 9).

Segundo Maranhão, “Não se sabe ao certo em que ano nem como foram trazidas as primeiras mudas [de cana-de-açúcar] para o Brasil, nem quem trouxe (MARANHÃO, 2003, p 28)”. De acordo com Schwartz, quem primeiro introduziu a cana-de-açúcar no Brasil (Itamaracá) foi Cristóvão Jaques. Ele foi comandante da primeira expedição Guarda-costas e estabeleceu-se entre 1516-1518 no limite das capitanias de Pernambuco e Itamaracá (MARANHÃO, 2003, p. 31; 33).

De acordo com Maranhão,

As primeiras notícias documentadas sobre o cultivo intensivo da cana e da fabricação do açúcar são posteriores às da criação das capitanias hereditárias. Daí a afirmativa aceita de que coube a Martim Afonso de Souza em São Vicente (1530)³ e a Jerônimo de Albuquerque em 1542, ostentaram o galardão de terem sido respectivamente, os primeiros produtores de açúcar no Sul e Norte brasileiros” (MARANHÃO, 2003, p. 34).

O primeiro engenho comprovadamente construído em Pernambuco foi o Engenho Nossa Senhora da Ajuda, de Jerônimo de Albuquerque, em 1542. Posteriormente, esse engenho passou a ser chamado de Engenho Velho (MARANHÃO, 2003, p. 36-37).

Quando Portugal optou pela cultura canavieira como uma forma de estimular a colonização do Brasil, Portugal já desenvolvia essa cultura desde o início do século XV nas ilhas do Atlântico. A produção de açúcar por parte dos portugueses se deu, inicialmente, na Ilha Madeira que, em

³ Segundo Simonsen (1978: 96), 1533, com a fundação, em São Vicente, do Engenho do Governador.

1454 produzia 6.000 arrobas anuais e, no final desse século a exportação atingia 120.000 arrobas, exportação essa que se estabilizou no início do século XVI em torno de 200.000 (FERLINI, 1988, p. 60).

O crescimento da produção açucareira pode ser estimado pelo número de engenhos. Em 1534, Pernambuco contabilizava 1 engenho; em 1550, cinco, chegando a mais de 20 em 1570 (MARANHÃO, 2003, p. 46). De acordo com Gandavo, em 1570 a Colônia contabilizava 60 unidades, sendo 23 em Pernambuco. Por outro lado, o padre Fernão Cardim computou na década de 1580 (1583-1585), 115 engenhos, sendo 66 em Pernambuco e 36 na Bahia (SCHWARTZ, 2011, p. 54). E, segundo Diogo de Campos Moreno, em 1612 o total de engenhos chegava a 192, encontrando-se 170 no litoral nordestino, sendo 90 em Pernambuco. Em um relatório escrito por Pedro Cadena de Vilhasanti, em 1629, foi computado 150 engenhos em Pernambuco e 80 na Bahia (SCHWARTZ, 2011, p. 149). Às vésperas da invasão holandesa em Pernambuco, 346 engenhos moíam cana no Brasil (FERLINI, 1988, p. 61). Desse total, Pernambuco possuía cerca de 150 engenhos (ANDRADE, 1989, p. 10; SCHWARTZ, 2011, p.148). Entre eles podemos citar: Apipucos, Casa Forte, Madalena, do Meio, São Braz entre outros (MARANHÃO, 2003, p. 46).

Na Tabela 1 apresentamos a evolução da produção açucareira na Capitania de Pernambuco e na Colônia, tomando por base o número de engenhos.

Em fins do século XVII, os engenhos de da Capitania de Pernambuco eram em média menores que os da Bahia, que naquela época ainda era o principal produtor de açúcar do Brasil (SCHWARTZ, 2012, p. 347).

A cana-de-açúcar foi o produto responsável pela sustentação econômica brasileira nos séculos XVI e XVII e pela efetiva colonização do nosso país (ZUANAZZI; MAYORGA, 2010). Nos séculos XVII e XVIII, com o surgimento de políticas de comércio monopolístico, acentua-se a queda

do preço do açúcar. Pelo fim do século XVIII a participação do Brasil é de 10% do comércio açucareiro internacional, que foi saturado pela massa de produtores de colônias não portuguesas na zona do Caribe e da Ásia (PARANHOS, 2006).

Tabela 1. Evolução do Número de Engenhos nas Capitânicas de Pernambuco e Bahia, bem como na Colônia Durante os Anos 1534 e 1654.

Ano	Capitânicas	Total de Engenhos	Ano	Capitânicas	Total de Engenhos
1534	Pernambuco	1	1630	Pernambuco	144
	Bahia	ND		Bahia	ND
	Colônia	ND		Colônia	350
1550	Pernambuco	5	1634	Pernambuco	144
	Bahia	1		Bahia	ND
	Colônia	21		Colônia	346
1570	Pernambuco	23	1637	Pernambuco	108
	Bahia	18		Bahia	ND
	Colônia	60		Colônia	350
1585	Pernambuco	66	1639	Pernambuco	121
	Bahia	46		Bahia	ND
	Colônia	131		Colônia	ND
1612	Pernambuco	90	1640	Pernambuco	121
	Bahia	50		Bahia	ND
	Colônia	192		Colônia	ND
1623	Pernambuco	137	1654	Pernambuco	109
	Bahia	ND		Bahia	ND
	Colônia	ND		Colônia	ND
1629	Pernambuco	150			
	Bahia	80			
	Colônia	346			

Fontes da tabela: (COUTO, 2011, p. 318; MELLO, 1998, p. 453; Schwartz, 2011; LISBOA, 2014, 196-314.

Com as invasões holandesas ocorridas no Nordeste (Salvador: 1624-1625; Recife e Olinda: 1630-1654), bem como após destruição de engenhos, houve uma queda na produção do açúcar, que foi retomada após a

expulsão dos holandeses, em 1654. Com a expulsão definitiva dos holandeses, a economia açucareira consolidou-se em Pernambuco e na Bahia e foi implementada sua produção em outras áreas, como Rio de Janeiro e São Paulo (ZUANAZZI; MAYORGA, 2010).

Devemos lembrar que durante o período Colonial o Nordeste destacou-se na cultura da cana-de-açúcar, vindo a constituir a “civilização do açúcar” (SHIMADA, 2013). A hegemonia da economia colonial estava centrada do Nordeste devido à cana-de-açúcar ter sido o primeiro produto de exportação de importância para o Brasil durante os séculos XVI e XVII (SHIMADA, 2013).

Paralelamente ao cultivo da cana-de-açúcar, o Nordeste agrário não açucareiro contou com o cultivo do algodão. Isso se deu graças aos progressos técnicos ocorridos no século XVIII (SHIMADA, 2013).

De acordo com Ferlini,

Na primeira metade do século XVII, o açúcar se mantivera como principal produto da economia brasileira, dominando, quase absolutamente, as exportações coloniais. O compasso da euforia criado pelos incentivos do início da colonização manteve-se até a década de 1610, mais ou menos. A partir de 1619-1622, a tendência secular sofreu alterações, mas a inflexão negativa da conjuntura açucareira só se daria, realmente, após 1650 (FERLINI, 1988, p. 63).

Isso pode ser observado claramente na Tabela 2. Entre 1550 e 1620 podemos perceber certo aumento nos preços do açúcar branco (ao menos para os dados computados para Bahia) (SCHWARTZ, 2011, p. 400) (Tabela 2). Porém, entre 1621 e 1634, ocorreu uma queda no valor pago pela arroba do açúcar branco produzido na Bahia (Tabela 2). E, a partir de 1634/1635 até 1651, o preço da arroba do açúcar branco voltou a se elevar.

De acordo com Ferlini (1988, p. 69) o aumento nos preços da arroba do açúcar branco baiano observado a partir de 1634 se deve à diminuição da produção em Pernambuco abalada pela resistência aos holandeses.

Tabela 2. Estimativas dos preços recebidos em réis/arroba por engenhos baianos pelo açúcar branco.

Ano	Preço observado	Preço ajustado ⁴
1550	400	480
1552	400	480
1572	450	540
1576	630	756
1578	880	1.056
1584	800	960
1592	800	960
1596	865	1.038
1597	910	1.092
1598	950	1.140
1607	1.100	1.320
1608	1.083	1.299
1611	1.287	1.544
1613	1.147	1.376
1614	1.000	1.200
1620	955	1.146
1622	850	1.020
1623	580	696
1625	675	810
1626	617	740
1627	730	876
1628	896	1.075
1629	810	972
1630	673	807
1631	619	743
1632	780	936
1633	852	1.022
1634	1.042	1.250
1636	1.378	1.654
1637	1.420	1.764
1643	1.218	1.462
1644	1.035	1.242
1645	1.128	1.354
1646	1.157	1.388
1650	1.147	1.376
1651	1.350	1.620

Fonte da tabela: SCHWARTZ, 2011, p. 400.

⁴ Ajustado em 20% (dados informados por SCHWARTZ, 2011, p. 400).

Além da dificuldade de se determinar com precisão o número de engenhos, a mesma dificuldade encontramos quanto à produção açucareira no período estudado (i.e., entre 1550-1650). Segundo Schwartz (2011, p. 149) essa dificuldade se deve “à ocorrência de falências, destruição pela guerra, e ao fato de que epidemias, secas ou inundações frequentemente provocaram paralisações temporárias, abandono ou venda”.

Na Tabela 3 temos uma estimativa da quantidade e preços do açúcar exportado pela Colônia entre os anos de 1560-1670.

Tabela 3. Quantidades e Preços do Açúcar Exportado do Brasil Durante o Período Colonial (1560-1670).

Ano/ Intervalo	Quantidade em arrobas	Preço unitário do açúcar bruto de engenho a melhor qualidade em Lisboa	Valor total em gramas de ouro	Valor total em libras esterlinas
1560-1570	100.000	1\$400	1.980.000	270.406
1580	350.000	1\$600	3.867.500	528.181
1582	350.000	1\$850	4.480.000	611.820
1600	1.200.000	-	16.536.000	2.258.300
1610	735.000	2\$020	10.437.000	1.425.370
1617	1.000.000	-	-	-
1628	900.000	-	-	-
1630	1.500.000	-	17.970.000	2.454.140
1640	1.800.000	-	26.352.000	3.598.860
1645	1.000.000	-	-	-
1650	2.100.000	-	27.573.000	3.765.620
1670	2.000.000	-	16.460.000	2.247.920

Fonte da tabela: SIMONSEN, 1978.

De acordo com Roberto Simonsen (1978, p. 112), dados estatísticos relativos à produção e exportação de açúcar nos séculos XVI ao XVIII são escassos. Balbi (citado por SIMONSEN, 1978, p. 112) informa que “havia uma proibição formal de publicações relativas ao comércio e aos lucros portugueses; [...]”.

Com os dados disponibilizados na Tabela 3, percebemos um aumento bem evidente na quantidade de açúcar exportado pela Colônia entre os anos de 1560 até 1670. Por outro lado, podemos observar que no Século

XVII, o período do seu apogeu, a quantidade exportada foi bastante significativa. A mesma tendência podemos encontrar em relação ao preço, em gramas de ouro, bem como seu valor em libras esterlinas.

Infelizmente, dados relativos concernentes à produtividade dos engenhos na Capitania de Pernambuco (bem como em outras Capitânicas) são escassos. Segundo Schwartz (2011, p. 149), “a produção anual flutuou muito dependendo do clima, das chuvas, da administração e da conjuntura internacional”.

Considerações Finais

Vimos que durante o período de nossa história denominado de Colônia, a Economia Pernambucana contou como principais produtos o pau-brasil, também denominado de pau-de-tinta, e a cana-de-açúcar. Quanto ao cultivo do pau-brasil, sabemos que a partir dele era extraído um pigmento vermelho muito cobiçado no comércio europeu para tingir tecidos. Devemos lembrar que a extração dessa madeira representou a primeira atividade econômica entre os anos de 1500 e 1535 e sua comercialização começou a declinar a partir de meados do século XIX.

Quanto à cana-de-açúcar, vimos que esse produto se tornou o “carro-chefe” da economia nordestina por um longo período do Brasil Colônia. Em relação à essa cultura, devemos lembrar que os portugueses vieram à nossa terra em busca de metais preciosos como o ouro e a prata. Como não encontraram tais metais, então esses exploradores partiram para o cultivo de um produto que pudesse alcançar um bom preço no comércio europeu e, foi justamente a cana-de-açúcar a opção mais adequada.

No decorrer de nosso estudo percebemos que a cultura canavieira teve êxito e isso pode ser observado quando da análise do número de engenhos, não apenas na Capitania de Pernambuco, mas também na Colônia como um todo.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fename, 1970.
- CÁCERES, Florival. **História da América**, 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- CÔRTEZ, Flávia Gonçalves; SIQUEIRA, Maria Isabel de. A exploração dos recursos naturais na visão do cronista Gabriel Soares de Souza. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH** – Rio de Janeiro. Disponível em: [www.encontro2012.rj.anpuh.org>resouces>anais](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resouces/anais)
- D'AGOSTINI, S.; BACILIERI, S.; HOJO, H.; VITIELLO, N. et. al. Ciclo econômico do Pau-brasil – *Caesalpinia echinata* Lam., 1785. Disponível em http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/docs/pag/v9_1/dagostini.pdf Acesso dia 28/12/2020.
- DANIEL, Rafael Claro. **Pequena produção de cachaça no interior paulista: a informalidade em questão**. 2016, 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016. Acesso em: <http://hdl.handle.net/11449/138926>>. Capturado dia 06 de julho de 2018.
- DARIO, Fábio Rossano; De VICENZO, Maria Cristina Veiga. Destruição da Mata Atlântica brasileira. Publicado inicialmente na Revista **Episteme** n^{os} 10-12: 437-444,2002.
- DUARTE, Fernanda Goulart. **A expansão da Produção Canavieira e as Transformações Socioeconômicas e Ambientais em Rio Brillhante/MS: Diferentes Olhares**. 182f. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FILHO, Arnaldo Fazoli. **Formação Econômica do Brasil: uma abordagem histórica**. São Paulo: Letras e Letras, 2001.

- FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural. UFPE. Recife, 2005.
- MARANHÃO, Paulo Frederico Lobo. **Cana-de-açúcar e engenho banguê colonial**. Recife: Comunigraf, 2003.
- MARQUES, Eliane Oliveira; BORGES, Daniela Cristina Silva. A importância da Educação Ambiental na preservação do pau-brasil – *Paubrasilia echinata*. **Scientia Generalis** 1 (1): 60-70, 2020.
- PARANHOS, Paulo. O açúcar no Norte Fluminense. **Histórica Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 8, ano 2. Março de 2006. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historico8.pdf. Acessado dia 02 de janeiro de 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**, 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- REZENDE, Cláudia M.; CORRÊA, Vivian F.S.; COSTA, Alexsander V.M.; CASTRO, Bruno C.S. Constituintes químicos voláteis das flores e folhas do pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.). **Quim. Nova** 27 (3): 414-416, 2004.
- RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandy Luciano Sanches. 1. Inicia-se o percurso da cana-de-açúcar no Brasil. In: **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental** [online]. Uberlândia: EDUFU, 2020, pp. 13-66. <https://doi.org/10.14393/EDUFU/978-65-86084-00-9>
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e a periferias. In BETHELL, Leslie (org.). **História da América: América Latina Colonial**, V. III. São Paulo: Edusp, 2012.
- SHIMADA, S. O. A produção do açúcar e a exploração do trabalho no campo brasileiro. **Scientia Plena** 9 (5): 1-13, 2013.
- SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500/1820**, 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. Conservação ou Preservação das Riquezas Naturais na América Portuguesa: o Regimento do Pau-brasil. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, 170 (442): 125-140, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal, Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VIANNA, Helio. **História do Brasil**, V. 1: período colonial, 10^a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

ZEMELLA, Mafalda P. Os Ciclos do pau-brasil e do Açúcar. **Revista de História**, periódicos USP, 1950.

ZUANAZZI, José Ângelo S.; MAYORGA, Paulo. Fitoprodutos e desenvolvimento econômico. **Quim. Nova** 33 (6): 1421-1428, 2010.

Parte 3

Patrimônio e sociedade em tempos coloniais

Entre vilas e cidades: uma reflexão teórica acerca dos modelos edificados na Itamaracá do período colonial brasileiro

*Rodrigo Ibson da Silva Oliveira*¹
*Ana Lúcia do Nascimento Oliveira*²

A história da arquitetura colonial brasileira, tem sido objeto de reflexão, em diversos campos do saber científico, os quais se debruçaram para entender elementos técnicos, artísticos e conceituais, que compunham as vilas e cidades do Brasil colonial. Sabendo que cada espaço construído possui uma gama de significados, representações e intensões, tanto pelos que pensaram o que seria edificado, quanto pelos que deram uso a esses espaços, é que tem início a nossa narrativa.

A investigação proposta nesse texto visa discutir a construção simbólica dos espaços da cultura material na Ilha de Itamaracá, levando em consideração os aspectos arquitetônicos, a partir dos quais, buscaremos entender o conceito de “*cidades brancas*”, proposto para nossa tese de doutorado. Nesta traremos para a investigação da configuração urbana e arquitetônica de quatro cidades pernambucanas, Itamaracá, Igarassu, Recife e Olinda. Em comum, as cidades apresentam um passado colonial em que muito de seus traços ainda estão preservados nos conjuntos históricos patrimonializados.

¹ Doutorando em História Social da Cultura Regional – UFRPE; Bacharelado em Ciências Sociais, UFRPE; Arqueólogo consultor da Faturpe.; Autor de “Debaixo de pedra e cal: as relações socioeconômicas na capitania de Itamaracá, 1654 a 1763”, 2014. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8259784454516217>

² Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto-PT/FLUP, Professora Associada 4 Aposentada da UFRPE e Docente do programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223016826925051>

Partindo de análises, como as realizadas pelo arquiteto e urbanista Nestor Goulart Reis filho, que desenvolveu uma vasta literatura, na qual recolhe, sistematiza e descreve os traçados, modelos e composições urbanas e arquitetônicas, que fizeram parte das vilas e cidades do Brasil colônia, pretendemos compreender de que forma os espaços construídos na Ilha de Itamaracá podem ser significados no quadro geral das cidades coloniais. Outro autor com o qual esse texto irá dialogar é o também arquiteto George Alexandre Ferreira Dantas, o qual discute o processo de formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil, debate precioso para a nossa proposta nesse texto.

Para compreender as condições necessárias para a elaboração do espaço construído e significado na Ilha de Itamaracá durante o período colonial achamos necessário refletir a ideia mesma de elaboração espacial, como discutido pela historiadora Sandra Jataí Pesavento, que na obra *Cidade, espaço e tempo: reflexões, sobre a memória e o patrimônio urbano* (PESAVENTO, 2005), para a qual a dimensão do espaço vivido é realidade e movimento. Ou seja, a cidade construída perpassa não apenas a dimensão da cultura material, mas, deve considerar que cada espaço construído passa por uma intertextualidade.

Os indivíduos que dão sentido e uso as construções e lugares dão também significado e significância. As construções arquitetônicas existem seguindo uma lógica que ultrapassa o senso estético, visto que parte de um estilo específico e na realidade sensível do Brasil colônia, a existência de cada traço da cultura material, seja um sobrado, uma capela, uma ponte, carrega a marca da metrópole europeia que a gerou.

Não se trata somente de reprodução do modelo arquitetônico, mas do entendimento de que essas cidades apresentam traços específicos que simbolizam uma auteridade e que esta está em uma outra camada social,

melhor e que as reproduções desses símbolos podem alçar aqueles que os utilizam a um patamar semelhante ao dos seus proprietários de direito.

Tendo em vista isso, outras discussões se entrelaçam em nossa investigação. Ao nos debruçarmos sobre os traçados urbanos, os modelos construtivos e mesmo os materiais utilizados na produção destes espaços de sociabilidade entramos em confronto com uma rede de sentidos e de representações a serem diagnosticadas e refletidas, as quais muitas vezes estiveram sempre lá, porém, invisíveis em um cenário tão rico de interpretações, como o que nos debruçamos.

Na primeira parte desse texto, escolhemos realizar um estudo de caso sobre a Ilha de Itamaracá, por vários motivos. Primeiro por que a Ilha tem sido nosso principal objeto de estudo científico por quase uma década e para o qual já nos debruçamos sobre inúmeros pontos de observação. Em segundo lugar por que partiram dos estudos sobre a Ilha as inquietações que deram origem a investigação presente nesse trabalho. E por último por que em Itamaracá temos um microcosmo do debate a ser estabelecido posteriormente nas cidades de Igarassu, Recife e Olinda.

É também na Ilha de Itamaracá que identificamos e pudemos evidenciar a presença de jazidas de pedra calcária e da produção de cal, utilizado largamente, como apresentado por cronistas coloniais e por registros primários presentes nas ordens régias dos municípios citados, tanto para construção, utilizado na argamassa, quanto para o revestimento das vivendas, prédios eclesiásticos e da administração portuguesa na colônia³.

Metodologicamente, esse texto tem por objetivo apresentar os argumentos que favorecem o entendimento de que existe uma lógica arquitetônica colonial, pautada na construção de Cidades Brancas. Discutir

³ Em nossa dissertação de mestrado, conduzimos a pesquisa que identificou o conjunto dos fornos de cal e o processo de escoamento da produção e a utilização desse produto entre as capitanias do norte do Brasil colônia.

o significado desse termo, historiográfica e teoricamente é a nossa pauta principal. Para tanto, precisamos definir tal como o faz Roger Chartier em sua obra *O mundo como representação*, um lugar de crítica sobre a dinâmica construtiva, espacial e sobre quem eram os sujeitos a construir os edifícios presentes nesses espaços coloniais.

Para tanto, a segunda parte do texto, tem por objetivo apresenta a nossa proposta de que as Cidades Brancas participavam de uma lógica colonial própria, nesse sentido, devemos fazer uma reflexão sobre a historiografia das cidades coloniais e a ideia de antiurbanismo, trazida dentre outros autores por Ralfó Matos⁴ em que a marca da arquitetura e elaboração do traçado urbano era de muitas maneiras uma forma de os portugueses demonstrarem o quanto esse pedaço de terra não passava de uma fonte de riqueza para com o qual não havia nenhuma espécie de vínculo emocional.

Se tomamos o caminho de que as Cidades Brancas, foram construídas seguindo uma regra diferente do exposto acima, partimos não do princípio de que havia um sentimento de pertencimento dos colonizadores em relação ao Brasil, mas de que havia uma reprodução das estruturas coloniais imposta de forma silenciosa pelas elites coloniais e que funcionavam como estratégias simbólicas de controle e poder. Para definir esse debate utilizamos o conceito de poder simbólico elaborado por Pierre Bourdieu.

O autor nos faz perceber que uma vez que os símbolos são instrumentos de integração social e que esses mesmos símbolos servem a uma estrutura estruturante, as nossas Cidades Brancas seriam o alicerce

⁴ O geógrafo perpassa por uma lista de estudiosos das cidades brasileiras, desde o período colonial, para demonstrar que foi sendo construído entre os especialistas no tema um sentimento de que as cidades coloniais não foram projetadas, que foram fruto do descaso dos portugueses e que representam o sentimento dos mesmos em relação a colônia. A essa condição o autor chama, antiurbanismo, e faz a função de criticar essa lógica simplista de interpretar o cenário urbano brasileiro. MATOS, Ralfó. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Revista Geografias**. Belo Horizonte; volume 7- julho-dezembro 2011

para a fundação desse círculo de poder colonial. Poder impresso na magnitude dos edifícios ao mesmo tempo em que também se expressava no desordenamento das ruas, denotando uma falsa impressão de ausência de fiscalização e de liberdade.

Por fim, para além de pensar os projetos arquitetônicos, pensamos a materialidade das coisas, o sentido de ser de cada conjunto de casas revestidas de cal. Como desenvolveu Daniel Miller (2013), a ideia de objeto é construída pelos indivíduos, com signos, símbolos e hierarquias próprias.

Esse texto se pretende uma abertura ao diálogo sobre as fontes e os panoramas teóricos que nos levam a reconhecer que as cidades e vilas do Brasil colonial podem se configurar em uma outra narrativa para a qual as Cidades Brancas tornam-se protagonistas de uma construção social que reproduz um modelo próprio de controle e poder simbólico transposto da metrópole para a colônia de forma consciente e planejada.

1. O lugar ocupado por Itamaracá na estrutura colonial

Como um cristal, a cidade decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. O habitante confere significados e sentidos as suas práticas no espaço urbano (MONTEIRO, 2012, p.111)

Ao reconstruir o passado da Ilha de Itamaracá este texto precisará perpassar pelas condições geográficas, arqueológicas, arquitetônicas e urbanísticas. Para tanto, percebemos a necessidade de configurar a dimensão de espaço utilizada em nossa observação. Evocamos para isso mais uma vez, a reflexão feita por Pesavento no artigo já citado em que a autora, indica haver uma relação direta entre as dimensões de tempo, espaço, História e memória. Uma vez compreendidas essas relações, é possível retomar o passado das cidades.

De acordo com Pesavento: “Recuperar a cidade do passado implica, de certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano” (PESAVENTO, 2005, p. 11). Recuperar a cidade do passado significa dotar de sentido os seus espaços, compreender os seus usos e fazer falar as marcas deixadas pelas representações, ideologias, e estruturas simbólicas que a constituem.

Para compreender a cidade colonial presente na Ilha de Itamaracá faremos um recorte da construção administrativa e espacial da Ilha durante o período em que foi Capitania Hereditária, e mesmo antes quando foi uma feitoria e começou a fazer parte do mecanismo transatlântico de dominação português. Analisar esses aspectos acerca da Ilha estabelece um terreno seguro para caracterizar as condições necessárias ao entendimento simbólico do que representam as Cidades Brancas.

A Ilha de Itamaracá possui uma área de aproximadamente 65 km², a ilha deve ter sido separada do continente devido à deposição de sedimentos da composição da Formação Barreiras, já que os mesmos podem ser encontrados tanto na Ilha quanto no Continente.

A Ilha está localizada na Bacia da Paraíba, que se caracteriza por ser uma bacia extensional da margem atlântica brasileira de evolução tardia. (BARBOSA LIMA FILHO, 2004). A planície litorânea da Ilha encontra-se compartimentada em Terraços Marinheiros Superiores, do período Pleistoceno; Terraços Marinheiros Inferiores, do período Holoceno; Flechas Litorâneas; Baixios de Maré; e Arrecifes.

Toda a extensão do território da Ilha é formado por praias, as quais são “depósitos de sedimentos inconsolidados, constituídos geralmente por areias, cascalhos, conchas, entre outros acumulados predominantemente pela ação das ondas, que por apresentarem mobilidade se ajustam às

condições hidrodinâmicas” (SUGUIO, 1992, p. 05). Mas, podemos dizer que o ambiente praiial é um pouco mais amplo do que o termo praia, pois estende-se de pontos permanentemente submersos situados além da zona de arrebentação até a faixa de dunas ou escarpas que fica à retaguarda do ambiente.

A área oceânica da Ilha tem aproximadamente 16 km de extensão formada por inúmeras praias as quais listamos aqui em sentido do Sul para o Norte: Forte Orange, São Paulo, Forno da Cal, Pilar, Jaguaribe, Sossego, Enseada dos Golfinho e Fortim.

No período colonial, a parte habitada era essencialmente a Vila Velha de Itamaracá, localizada em uma elevação fortificada que servia tanto de aparato militar quanto para a moradia dos oficiais, soldados e seus familiares, quanto comportava a administração colonial com a presença de uma Casa de Câmara e Cadeia, se fazia presente ainda o poder eclesiástico através da Capela de Nossa Senhora da Conceição e da Capela de Nossa Senhora da Misericórdia, a qual fazia a vez também de sanatório, como era comum a essa ordem em diversas partes da colônia.

A Vila apresentava traçado urbano que seguia a lógica da muralha estando suas principais edificações em um círculo concêntrico partindo da entrada da fortificação, localizada bem ao lado da Capela principal. A partir desta irradiavam as casas e arruados, tendo um amplo espaço vazio ao centro. A Casa de Câmara e Cadeia ficava no sentido oposto à entrada da fortificação. Localizada às margens do Canal de Santa Cruz, o qual faz contato com o continente, a vila figurou como importante entreposto comercial, com a presença de um porto, em sua entrada principal.

Havia ainda a presença de inúmeros engenhos de cana-de-açúcar na Ilha, sendo os mais expressivos o engenho Amparo e o Engenho São João, cujas estruturas resistiram ao tempo, cada um à sua medida, o primeiro em ruínas e o segundo, tendo sofrido diversas modificações em sua

estrutura. Obviamente que a estrutura arquitetônica e de moradia dos engenhos de cana-de-açúcar são um tema profícuo e portanto, já bastante explorado pela historiografia especializada. Para esse trabalho é importante ter dimensão dessa presença uma vez que, os moradores, funcionários, escravizados e a família de senhores podem figurar dentro da mesma lógica que ensejam os moradores da vila, constituindo assim o núcleo habitacional sob o qual debatemos.

No que diz respeito a lógica administrativa, política e social devemos lembrar que a Capitania de Itamaracá foi instituída em 1534 e se localizava ao norte de Pernambuco, se estendendo ao sul do rio Igarassu e ao norte da baía da traição, ou seja, com limites geográficos que se estendiam para além da Ilha alcançando o continente e povoações como as de goiana e dos Santos Cosme e Damião de Igarassu. Até que ambas assumissem as suas próprias municipalidades.

Ainda fazia parte do território da então Capitania de Itamaracá, a região que após conflito intenso entre índios Potiguares e os portugueses que ocorria desde 1565, para os quais os indígenas contaram com a ajuda dos franceses. O território, que pertencia então a Capitania de Itamaracá vai se constituir em 1599 como Capitania da Paraíba.

A donataria de Itamaracá coube então a Pero Lopes de Souza, que de acordo com Manuel Correia de Andrade⁵(ANDRADE, 1999, p.45), esteve brevemente na Capitania de Itamaracá, mais em viagem ao oriente faleceu. Sendo muito jovem e não tendo ainda constituído família os direitos de donataria do mesmo foram sendo passados para outros membros da família Lopes, inclusive viúvas de seus primos. Durante este interregno a Capitania ficou sendo administrada por Francisco Braga.

⁵Ibid. p. 45.

A disputa pelos direitos de donataria da capitania de Itamaracá durou até 1617, quando saiu vitorioso em Litígio D. Álvaro Peres de Castro e Souza, Marques de Cascais e Montesanto. O direito de posse da donataria ficou sobre o controle do Marques até 1631 quando da invasão holandesa.

Após a reestruturação a situação das Capitánias que mantinham relação próxima com a de Pernambuco como era o caso de Itamaracá, se viram em uma situação difícil. Com a restauração muitos engenhos tiveram que ser devolvidos a seus antigos proprietários e para que a ordem pudesse ser mais rapidamente estabelecida o controle da Capitania ficou nas mãos da coroa.

Em meio a esta confusão administrativa os governadores de Pernambuco acharam por bem entender que as Capitánias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande eram suas Capitánias anexas. No entanto, os donatários destas capitánias afirmavam que somente as vilas de Porto Calvo, Sirinhaém, Alagoas e São Francisco eram anexas a Pernambuco.

As Capitánias citadas então continuavam como independentes devido ao fato de possuírem capitães-donatários próprios. Ainda que as palavras fossem ditas e os dois lados da história fossem apresentados, venceu o mais forte. Pernambuco, na autoridade do então Governador, Francisco Barreto de Menezes, acabou se valendo de prerrogativas políticas na região para manter o domínio ao menos parcial sobre a capitania.

As disputas pela retomada do direito donatário pela família do Marquês de Cascais durou muitos anos posteriores e muitas querelas administrativas, inclusive contra a Coroa Portuguesa. Além da disputa por este direito e por este motivo acabar ficando sem um donatário de fato, a Capitania de Itamaracá enfrentou problemas de ordem político-social.

Após a restauração dos territórios tomados pelos holandeses a Capitania em meio a estas disputas administrativas, foi perdendo espaço político e sua sede passou por uma disputa para mudança territorial

tirando da Ilha o controle da Capitania. Quando antes a sede administrativa funciona na Vila de Nossa Senhora da Conceição, com a presença das principais instituições do poder Português como a Casa de Câmara e Cadeia e a Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1692 quando da elevação de Goiana à categoria de Vila, a mesma passou comportar os direitos de sede da Capitania.⁶

Até então sem donatário, persistindo a disputa da família Cascais junto à Coroa Portuguesa, e já sobre influência direta do Governo de Pernambuco a Capitania passou efetivamente para o seu controle em 1763, foi por fim anexada à Pernambuco⁷, sob os direitos do então governador Luiz Diogo Lobo da Silva.

Ao compreendermos a natureza da administração colonial portuguesa como posta para Itamaracá e o comportamento das elites que regem este poder na colônia, podemos analisar de que forma a então cidade colonial foi construída para a Itamaracá tanto em sua porção continental, quanto insular.

Ao analisarmos o panorama econômico e contrapor o político vemos se configurar uma dinâmica tal qual observada no estudo realizado por George Cabral (CABRAL, 2007, p.218) acerca do aparato das Câmaras Municipais⁸, que constituíam verdadeiros centros de poder internos e muitas vezes independentes da coroa. O que poderia fazer refletir sobre a lógica já explicitada na introdução deste texto e que será retomada mais

⁶Sobre as disputas pelo direito de cabeça da Capitania de Itamaracá, entre Nossa Senhora da Conceição e a Vila de Goiana ver a dissertação de Luciana de Carvalho Barbalho. **Capitania de Itamaracá, Poder e Conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB, 2009.

⁷A data de anexação da Capitania ainda não é consenso entre os historiógrafos da História de Itamaracá, em Pereira da Costa consta do ano de 1756, a partir da morte do último donatário, quando a Capitania é comprada por José Góes que a vende ao Rei de Portugal D. João V e este favorece a anexação à Pernambuco. Entretanto, no ano de 1756 o rei de Portugal é D. José I, o que nos faz questionar esta informação equivocada cronologicamente.

⁸SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: La Câmara Municipal de Recife (1710-1822)** Tese (Doutorado em História) Universidad d Salamanca, Salamanca, 2007.

adiante, no que diz respeito ao planejamento urbano português e seu pseudo desleixo.

Iniciativas como a do historiador acima citado, é um esforço legítimo para levar em consideração tanto a descentralização do poder da coroa, como os diversos objetivos por traz das ações dos colonos. Sejam esses grandes comerciantes, proprietários de terras, ou até mesmo os que ensejassem as duas qualidades, estes luso-brasileiros poderiam alcançar na colônia poderes políticos que seriam impossíveis de serem adquiridos ou pensados em Portugal, por diversos fatores ligados na maioria das vezes, a questões de origem familiar e a posição econômica que ocupavam na metrópole. Por isso seria bastante difícil se destacarem perante os nobres portugueses.

Porém, os títulos de nobreza ausentes para estes primeiros colonos chegados ao Brasil acabaram colocando a maioria em “uma só condição”, ou seja, todos seriam pares, independente, da quantidade de terras adquirida, eles poderiam projetar situações sociais diferenciadas e sonhar mesmo com títulos de nobreza. Quando pensamos, no tipo de sociedade da qual advieram esses colonos, uma Europa altamente hierarquizada, entendemos a importância deste tipo de diferenciação social, a qual na maioria das vezes, nem mesmo o dinheiro poderia comprar.

É desse tipo de reprodução de sociedade hierarquizada de que trata a nossa análise das cidades, sob o ponto de vista da arquitetura, com suas fachadas revestidas de cal. O sentido simbólico dado a essas construções, fossem elas capelas, prédios da administração colonial ou moradias eram dados pela necessidade de diferenciação social, ao mesmo tempo em que buscavam “parecer” com os padrões construtivos europeus, ainda assim emulando um modelo de cidade colonial que ao parecer desordenada e anti-planejada acabava por estabelecer padrões próprios, com plano de fundo branco de cal.

2. A reprodução das estruturas de poder expressas na arquitetura colonial

Embora as pessoas sejam construídas por seu mundo material, com frequência não são elas, os agentes por trás desse mundo material no qual tem de viver (MILLER, 2010)

Neste ponto já podemos fazer valer o entendimento sobre o contexto em que a Ilha de Itamaracá se construiu historicamente, seu cenário físico-geográfico, sua administração pública, a intrínseca relação com o monopólio português dentro da estrutura colonial e inclusive o traçado urbano de seu principal núcleo de povoamento. Pudemos desenvolver também que a Ilha foi importante personagem no cenário econômico das Capitanias do norte do Brasil e que a produção e comércio da cal tem papel relevante para tanto. Outro aspecto a ser considerado diz respeito as condições de organização social entre os colonos luso-brasileiros e as estratégias para burlar a lógica do sistema e atender as suas necessidades, para além do imposto ou esperado pela metrópole.

Seguindo esse lugar de análise, partimos para a tarefa de caracterizar teoricamente, como apontado anteriormente, a discussão em torno da elaboração do conceito de Cidade Branca. Nesse sentido o autor que tem contribuído e dialogado diretamente com essa análise referente a esse objeto de pesquisa, é Roger Chartier, que em seu livro *O mundo como representação*, traz o conceito de representação coletiva, como algo essencial para a construção de uma realidade, a qual contribui bastante para entender o modo de representação dos sujeitos cidadãos, que habitaram essas urbes coloniais, sob a perspectiva proposta.

A construção da realidade das cidades coloniais, perpassa a construção atribuído por Chartier de forma latente uma vez que são mais do que um conjunto de características elaboradas por urbanistas ou arquitetos, posto que existem no tempo de diversas formas diferentes. O

que passamos a representar como cidade, talvez não alcance a lógica moderno dos aglomerados urbanos, que denotam quantitativo de prédios, ruas, ou aparelhos de fiscalização.

As cidades coloniais brasileiras passaram por um longo processo de entendimento e reconhecimento de sua condição até mesmo para a História das Cidades e para a História Urbana, cada qual observado o espaço sob uma ótica específica e buscando nesses exemplares de povoamento as características de distinção ou assimilação em relação aos padrões comparativos, comumente aos modelos Europeus.

A historiografia referente a construção das nossas cidades estabeleceu desde os clássicos de Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre a associação ao sistema colonial português e a transposição do que seriam as desordenadas e não planejadas cidades coloniais da Europa medieval. E passaram a refletir as cidades da colônia como um modelo mal engendrado e abandonado dos planos urbanísticos.

Alegaram os clássicos, dessa vertente de pensamento, que tal qual o modelo político e econômico se espelhava na estrutura urbano o descaso e que, portanto, não havia uma lógica urbana específica a ser analisada. Assim como faz Ralfo Matos, ao analisar esse antiurbanismo, acabamos por perceber sinais de um processo de urbanização que não foi somente fruto do abandono, que pode ter seguido sim uma ideologia construtiva, ainda que atrelado aos modelos europeus.

Entretanto, as cidades coloniais brasileiras sobretudo, as da porção norte do Brasil, quando associadas a categoria de capitânias, ou sede das mesmas, gozavam de certa autonomia e confusão administrativa frente a Coroa Portuguesa, como já evidenciado no tópico anterior. Para nossa análise ter em vista essa dimensão é muito importante. Quando falamos de vilas, pouco povoadas, com representantes políticos geralmente luso-brasileiros e distantes do olhar da Coroa que muitas vezes demoravam

anos para resolver questões jurídicas simples ou executar uma obra, mesmo as ligadas a administração pública, consideramos imediatamente o fato de que havia certa liberdade no entendimento e reprodução tanto dos padrões de comunicação, quanto de associação das medidas de usos dos espaços e apropriação dos legados construtivos.

Raquel Rolnick, na obra *O que é a cidade?* estabelece que uma cidade ultrapassa a ideologia do Estado, que diz respeito muito mais a uma ocupação sócio-espacial, o que, portanto, significa dizer: “Desde as primeiras cidades, o lugar cada um/uma, mas contraditoriamente, cada um/uma exerce sua participação política ainda que seja através da submissão.” (ROLNICK, 1995).

Essa abordagem torna-se valiosa para o nosso trabalho à medida em que estabelecemos duas reflexões objetivas sobre a construção dos espaços de sociabilidade e suas representações em modelos coloniais como Olinda, Recife, Igarassu e Itamaracá. Em primeiro lugar, no que diz respeito a existir uma clara necessidade de utilizar a cal como material de revestimento de inúmeros prédios nesses núcleos de povoamento, o que poderia ser explicado pela facilidade do acesso ao material, ou ao estilo arquitetônico. As duas possibilidades não apresentam tanto sentido na realidade concreta.

Ao acesso a cal enquanto matéria-prima não era fácil, uma vez que temos registro de poucas jazidas de pedra calcária em uso no Brasil no período estudado, sendo inclusive relatado por Gabriel Soares de Souza, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, que existia escassez desse material em Salvador e no Rio de Janeiro, sendo necessário utilizar cal de ostra.

As Capitâneas de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba, não sentiam essa escassez, uma vez que eram guarnecidas pela matéria prima produzida nos 14 fornos da Ilha de Itamaracá e transportados por vias fluviais e

marítimas dentro das Pipas⁹. Apesar disso, podemos indicar que a produção não era equivalente a procura embora, não tenhamos esse registro histórico, uma vez que os produtos de menor valor econômico muitas vezes não eram contabilizados, a procura pode ser evidenciada pelo uso presente em edificações de relevantes expressões da arquitetura colonial brasileira, em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e é claro nas citadas cidades Pernambucanas.

O outro ponto diz respeito ao estilo arquitetônico. Para esse acredito que já exploramos em outros momentos desse texto e não é difícil perceber que não existia uma uniformidade para as construções, ou seja, não existe um padrão estilístico, embora havia frequentemente uma necessidade de “imitar” a arquitetura europeia, o que se viu na prática foi uma lógica própria, que obedecia ao estilo e padrões desenvolvidos na própria colônia.

O estudo das representações das cidades e vilas do Brasil colonial nos faz perceber que as marcas do sistema colonial são profundas e em constante conflito com o que significava fazer parte dessa porção atlântica, jogar o jogo ultramarino e ficar com as migalhas sociais e políticas de uma longa negociação ideológica.

Para aprofundar o debate acerca da elaboração das Cidades Branca e do sentido que elas podem representar para o cotidiano e as formas de apropriação e controle exercido pelas elites luso-brasileiras nos comunicamos com o conceito de poder simbólico, desenvolvido por Bourdieu que o define como “um poder invisível, só se pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder, ou mesmo daqueles que o exercem. Afirma que tal poder tem o mesmo poder da força física e econômica, e que se apresenta as mais diversas classes sociais, principalmente as menos favorecidas, ou dominadas, como algo natural.

⁹ Pipas são medidas de capacidade utilizadas no período colonial para litros. Uma pipa equivalia, de acordo com os mapas de carga da Capitania de Pernambuco a 550 litros.

Uma vez que esse poder é criado por uma elite econômica, intelectual, religiosa, entre outras, que “criam” esse poder dentro de uma estrutura estruturada.

Quando confrontado com o nosso objeto, o sentido posto pelo teórico francês, que analisa sobretudo as condições de produção ideológicas e culturais, passamos a re-significar de acordo com a lógica de que na base condicionante para o processo de dominação estão as estruturas estruturantes, nesse caso, o colonialismo e o eurocentrismo que impôs por séculos modelos de administração pública e de controle de sociedades inteiras sob argumentos e padrões que faziam sentido apenas para os tributários desses valores, fazendo dessa prática uma perversa estratégia de aculturação e submissão ideológica.

Em uma segunda camada se constrói as estruturas estruturadas, que são em nossa narrativa, os registros da cultura material, a arquitetura, os traçados urbanos, a cal, enquanto símbolo desse colonialismo. Não podemos deixar de mencionar que a antiguidade clássica Greco-romana já utilizava a cal em suas construções, tanto na argamassa quanto no revestimento de suas vivendas e templos.

E por fim, seguindo a reflexão conceitual de Bourdieu, encontramos o último estágio no processo de compreensão das condições de dominação ideológica que são os instrumentos de dominação, representados aqui pelas estratégias de formação de hierarquias sociais, de distinção social, estabelecidas pelos usos da cal, nas vivendas, prédios eclesiásticos e da administração pública, que funcionavam tanto para os moradores das mesmas, que se colocavam em patamares superiores dentro do tecido social, quanto entre as vilas e cidades que não possuíam os meios para obtenção e apropriação deste material em seu conjunto arquitetônico.

Nesse sentido as reflexões propostas por Bourdieu são de enorme importância para os caminhos que nosso objeto de pesquisa tem nos

indicado. Uma vez que analisar as representações da cal, enquanto símbolo de um “urbanismo”, ou modo de vida citadino colonial, dessas elites que pensavam, escolhiam, definiam, direcionavam, criavam e apagavam símbolos que melhor pudessem atender as suas demandas representativas, suas escolhas, o modo de vida a ser vivido, representado e construído neste período.

Esse modo de viver citadino colonial, estruturado a partir desse poder simbólico, se traduz nas análises feitas por Maria Stella Bresciane, em seu livro *Cidade e História* (BRESCIANE, 2002) onde analisa as representações existentes, as manutenções sobre essas e os caminhos que essas manutenções simbólicas percorreram até o atual momento. Como evidenciado através das dinâmicas populares dos espaços das cidades transmitidas ao longo do tempo a partir da oralidade.

Essas manutenções simbólicas serviram ao longo do processo de colonização para construir valores e edificar discursos de dominação que acabaram por serem perpetuados e impressos nas ruas e edificações das cidades estudadas.

Para além de analisar estilos arquitetônicos nos preocupamos em perceber os prédios, casas, capelas, por eles mesmo. Nos debruçamos, portanto, na teoria das coisas de Daniel Miller. Consideramos que as casas coloniais de telhados com várias quedas d’água, com colunas criadas para garantir extensões em forma de alpendres, com inúmeras janelas para garantir luminosidade e circulação do ar. Sejam sobrados ou vivendas de engenho, tem identidade própria, carregam um conjunto de sentidos e são símbolos não apenas da sociedade da qual são tributárias, mas, sobretudo de um sistema de controle social.

Os personagens dessa nossa narrativa histórica são as moradias, os prédios de sobrado com dupla funcionalidade, em que a existência independe da circulação dos escravos pelos porões, dos funcionários do

porto amontoados as soleiras dos comércios, ou das senhoras de Engenho em suas salas de estar experimentando as compotas de doce de caju.

Elas, as moradias funcionam por si mesmas, como um símbolo que existe para além de seus moradores, comerciantes, escravizados. E no caso das cidades coloniais cada traço arquitetônico funciona para reforçar o quadro de dominação e de hierarquização social que é a principal dicotomia desse universo, inclusive em longo processo de permanência subjacente até hoje.

Quando alguém nos diz que devemos fazer isto ou ser aquilo, reagimos e nos sentimos coagidos. Todavia, quando a mesma mensagem é transmitida não por uma voz intimidadora, mas muito bem oculta no interior da substância de trechos em aparência silenciosos, tendemos a perceber menos nosso desempoderamento (MILLER, 2013, p. 123).

Miller assim como Bourdieu são herdeiros da construção teórica marxista e recorrem as condições de compreensão de mundo em que as disputas de classe e poder são categorias para explicar a realidade. Quando buscamos analisar o contexto de elaboração do colonialismo, tendemos a observar sentido em um mundo explicado sob esse prisma, uma vez que essas condições são tão facilmente identificáveis quanto significativas enquanto lugar de interpretação das situações sociais e políticas. Nossas Cidades Brancas podem ser entendidas dentro dessa lógica e seguir uma sequência de observação em que as produções arquitetônicas são instrumentos de controle e dominação gerados pelas estruturas estruturantes do colonialismo. Recorrendo a Miller mais uma vez, temos que: “Assim, segundo o conceito marxista de ideologia, a massa da população foi forçada a se ver no espelho do trecho produzido por uma classe dominante, e não do seu próprio trecho”.

Por fim, outra discussão que se conecta ao exposto e que foi apropriado por nosso trabalho, diz respeito ao trabalho de Sigmund Bawman, que em seu livro *Ensaio sobre o conceito de cultura* (BAUMAN, 2002), passa a enxergar a estrutura como um ordenamento de inter-relações dentro de uma sociedade, e que a ausência dessa estrutura equivale à desordem, e que impossibilita uma dinâmica social com os homens.

As moradias, capelas, casas de câmara e cadeia, fortes e demais trechos do cenário colonial participam de um conjunto de inter-relações sociais em que diante de sua independência e particularidade, participa de uma construção política, social e ideológica que constrói uma estrutura muito maior do que a forjada de forma autóctone na colônia, seja em sua pseudoliberalidade administrativa, seja diante da reprodução de estruturas e modelos arquitetônicos.

A elaboração das Cidades Brancas como instrumento de representação social é uma tarefa árdua que irá perpassar toda a nossa produção futura, um desafio que busca validação teórica nesse texto e que se encontra em debate constante com as fontes de pesquisa, ora objetivas, ora difusas e dependentes de interpretação profunda, o que nos leva a remontar a fala de Sílvia Hunold Lara:

O historiador tem a sua disposição um número limitado de textos e, para fazer história, precisa inventar suas fontes...o historiador não produz os documentos que utiliza, e jamais pode recorrer a todos os textos escritos no passado...Para fazer história, é preciso selecionar alguns deles e transformá-los em fontes de informação histórica. (LARA, 2008, p.18)

Ainda como posto por Koselleck em sua profícua análise genealógica do conceito de História seguiu a orientação de que “se o historiador é filósofo – e isso ele precisa ser, se quer manter-se pragmático -, então ele

estabelece máximas gerais de como os acontecimentos costumam ocorrer. (KOSELECK, 2013).

A profundidade e quantidade de interpretações já postas para as várias camadas presentes no nosso objeto de pesquisa não o limita, nem as condições historiográficas, nem os posicionamentos ideológicos, que porventura pareçam simplistas, posto que compreendemos que a História das coisas e das sociedades são ultrapassadas por tantos significados e construções simbólicas que a razão humana pode apenas divisar e o tempo histórico, por mais ordenado que possa parecer, tem como característica intrínseca a não linearidade, tornando todas as formas de associação e análise sociais possíveis, em quantas estruturas e camadas sociais forem necessárias.

Referências

- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana em retrospectiva. São Paulo: **Terra Livre**, nº10, janeiro/julho 1993.
- BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.
- BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BAUMAN, Zigmund. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Zahar editora, 2012.
- BRESCIANI. M.E. Cidade e História. **CIDADE: história e desafios**/Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.
- DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo: São Carlos, 2009.

- KOSELLECK, Reinhart. **O Conceito de História**; tradução René E. Gertz.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n.28, dezembro 2008.
- MATOS, Ralfó. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. Belo Horizonte: **Geografias – artigos científicos**. Julho-dezembro – 2011.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a memória e o espaço urbano. **Cadernos do LEEPARQ** – Textos de antropologia, arqueologia e patrimônio. Vol. II, Nº 4, Pelotas, RS: Editora da UFPEL, Jul/dez-2005.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. Ed. Ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial**: La Cámara Municipal de Recife (1710-1822) Tese (Doutorado em História) Universidad d Salamanca, Salamanca, 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- ROLNICK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Os espaços de legitimação de poder, da dominação e da desigualdade étnico-racial na zona da Mata Sul de Pernambuco

*Eduardo Augusto de Santana*¹
*Ana Lúcia do Nascimento Oliveira*²

A Mata Sul pernambucana, foi palco, ainda em meados do século XVI, de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na então capitania de Pernambuco. Essas batalhas foram ensejadas pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos nativos da região, com finalidade de desalojá-los de sua terra ancestral. Toda aquela região se transformou, após as guerras de conquistas e o estabelecimento das vilas

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE, Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Mestrado em História com área de concentração Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. É especialista em Gestão e Tutoria em Educação a Distância (FACIGMA). Atua como professor pesquisador I do curso de Licenciatura em História, na modalidade EaD, da UFRPE e como professor pesquisador e Conteudista do Curso Técnico profissionalizante de Multimeios Didáticos do Mediotec, na modalidade EaD, da Secretaria de Educação de Pernambuco. Pesquisador Associado I do Instituto de Estudos da África IEAF-UFPE. Atua também como integrante do Corpo Editorial da Editora Mnemosine. Obras publicadas: “A Pesquisa de campo enquanto instrumento para o ensino de história e a valorização dos bens culturais comunitários” (*Revista Escrita da História*, 2020); Ensino de História e Pesquisa de Campo: a prática docente enquanto instrumento de resgate e valorização do Patrimônio Local. (In: R. G. M; P.G.F(Org.). **Saberes, experiências e práticas na educação contemporânea**. 1ªed. Rio de Janeiro: e - Publicar, 2020, v. 4, p. 195-228); “Ensino de História e Educação para o Patrimonial: educação voltada para a promoção da cidadania através do resgate e valorização dos lugares de memória. (In: Bueno, A; Crema, E; Martín, N. J (Org.). **Ensino e Aprendizagem Histórica**. 1ªed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens /UNESPAR, 2020, v.1, p. 277-284); “Educação Cultural e práticas pedagógicas: ensino de história por meio da educação para o patrimônio”. (**Congresso Nacional Universidade, EaD e Software Livre**, 2020); e “Ipojuca: Uma História Revisitada E Recontada Através Da Educação Patrimonial” (*Educação Básica Revista*, v. 4, p. 51-64, 2018). E-mail: duca_augusto@yahoo.com.br / Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1097814777267022>

² Tem Pós-Doutorado em História pela Faculdade de Letras do Porto - PT / FLUP. Mestrado e Doutorado em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Professora Associada IV aposentada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Universidade Católica (UNICAP). Desenvolve pesquisas na área de História, Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural. Pesquisadora/coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ). Membro do conselho editorial da revista CLIO Arqueológica da Universidade Federal de Pernambuco e da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223016826925051>

açucareiras, em um importante ponto de passagem para as terras incultas dos Sertõesj, Silva (2010. p. 13-77). Dessa maneira, se configurou em uma área de suma importância, tanto no aspecto estratégico militar quanto economicamente, para o avanço da empresa colonial na América portuguesa, ainda em finais do século XVI, cujo processo se seguirá até os idos do século XVIII.

Inúmeros núcleos urbanos foram sendo implantados naquela região com vistas a fornecer o suporte administrativo, defensivo e políticos as atividades produtivas ligadas ao açúcar. Parafraseando Lewis Munford (2004), a necessária implantação dos núcleos urbanos nas franjas do mundo açucareiro propiciaram interações, trocas e transações que de outra forma não seriam possíveis. Uma vez que, incorporadas a empresa colonial os núcleos urbanos tinham um importante papel no ordenamento social. Além de dar o suporte institucional a expansão das terras cultivadas e a consequente aumento da produção açucareira. Desta forma, não era ato que no rastro da conquista logo se cuidasse de implantação dos núcleos urbanos.

Contudo, apesar dos núcleos urbanos da Mata Sul pernambucana terem se desenvolvido no lastro e em função do avanço da empresa colonial, e apoiadas no modo de produção escravista, essas urbes permitiram que, mesmo nessas áreas onde o trabalho com seres humanos escravizados era predominante, outras atividades laboriais pudessem se desenvolver mesmo que fossem resultantes ou para apoiar as atividades ligadas ao açúcar. O que, de certa maneira, ajudava a definir as fronteiras entre o trabalho escravo e o trabalho livre.

Ainda discutindo Munford (2004. p. 120), as divisões entre os grupos sociais se achavam circunscritas na própria natureza do espaço urbano das vilas do açúcar, pois era apenas por sua capacidade de mobilizar e distribuir a força de trabalho que essas operações socioculturalmente

entrelaçadas poderiam ser desempenhadas em todos os aspectos da vida social. Como exemplo, a ser dado, está o papel que socialmente atribuído as mulheres nativas, as de origem africana e aquelas que eram de origem pobre. Nos núcleos urbanos coloniais, que estavam a serviço a indústria açucareira, as estratificações ocupacionais e de castas produziram uma pirâmide que tinha no seu topo a elite colonial: funcionários régios, senhores de engenho, grandes comerciantes, militares, clérigos, dentre outros. Já em sua base estavam a massa de desvalidos escravizados ou livres que em função de sua cor de pele, condição econômica ou estatuto social viviam sob estreita vigilância e opressão. Submetendo-se assim a ordem estabelecida pelos colonizadores e seus descendentes.

Bresciani (2002. p. 20) brinda este trabalho com uma excelente passagem da obra de Vitruvius, haja vista que ele trás oportunos apontamentos para se pensar no processo de constituição arquitetônica da cidade desde a antiguidade.

Vitrúvio merece ser consultado, pois dá excelentes conselhos sobre a arquitetura das cidades”. E lista uma seqüência de sete preceitos vitruvianos: que se leve em conta a escolha de um lugar são, daí alto e pouco sujeito à neblina; que se comece pela construção das muralhas e torres; que se trace a localização das casas e alinhe as ruas segundo a melhor disposição em vista do vento; que se escolha o lugar dos edifícios comuns a toda a cidade — templos, praças públicas — considerando a utilidade e comodidade do público; que os templos sejam edificadas para que seus altares dirijam-se para o oriente; que o tesouro público, a prisão e a prefeitura estejam na praça, e que o teatro seja construído em lugar são, com fundamentos sólidos etc

O trecho destacado pela Bresciani demonstra como, desde a antiguidade, havia uma preocupação política e estratégica quanto aos modelos de organização espacial da urbes. Além do mais, essa reflexão permitiu especular até que ponto as concepções urbanistas do Vitruvius

ainda se faziam presentes nos primeiros séculos de invasão e colonização portuguesa na América. Portanto, essa reflexão é importante na medida em que indicam que os traçados e o lugar de implantação não eram feitos de forma aleatória. Haja vista que tinha uma função, antes de mais nada, política e estratégica.

Na Mata Sul pernambucana temos os exemplos dos primitivos núcleos urbanos de São Miguel do Ipojuca, Vila de Sirinhaém e de Santo Antonio do Cabo cujos povoados, datados das primeiras décadas do século XVI, foram implantados em morros. E, onde, os edifícios destinados a sediar os poderes político e religiosos locais ocupavam lugares de destaque.

Na imagem abaixo, vemos ao fundo a vila de Sirinhaém com umas poucas casas, situada sobre uma colina. A Igreja matriz aparece indicada com a letra (A) e, na outra extremidade, o convento (B). Mais para frente, também com a letra A, há uma outra construção, que poderia ser a ermida, mencionada na planta. A casa do governador (holandês) é indicada com a letra C. No primeiro plano, vemos um carro de boi, um cavaleiro com vestes que denotam importância social e dois carregadores de cor negra, com as cargas à cabeça, atravessando um rio. Além do mais, a partir da imagem é possível notar que o entorno da paisagem é composto por diversos morros. Sendo essa uma característica da região. O curioso é que além da função defensiva e de suporte intitucional que essas vilas açúcareiras conferiam ela também figuravam como nichos de poder em que as elites locais se utilizavam para expandir a suas redes clientelares por outras regiões a serem desbravadas.

Imagem 01 - Vila de Serinhaim ao fundo- 1637-1645 (1647)



Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O aprofundamento desse estudo pode trazer significativos apontamento a respeito, não só da tipologia básica das urbes coloniais açucareiras, como também oferecer pistas a respeito das representatividades simbólicas contidas nos traçados e tipos construtivos. Segundo defende Certeau (1998, p. 201), a cidade em sua materialidade plasmada em ruas, praças ou jardins, no sentido estrito de seu planejamento e construção, por exemplo, pode ser lida como um lugar, sem significações simbólicas relevantes para as pessoas, que não teriam estabelecido com ele qualquer vínculo de interação ou afetividade. Contudo, seria a partir do habitar a cidade que ela passa a ser significado e pode ser transmutada em espaço.

A partir desse desenvolvimento, diversos tipos construtivos foram implantados em toda a Mata Sul pernambucana. Essa cultura material, aqui representada pela casa-grande, capela, senzala, moita, arruados, igrejas, casa de câmara e cadeia entre outros, é referendada na história

sociocultural como fonte e objeto de pesquisa histórica, uma vez que podemos percebê-la como símbolo e referência de uma dada sociedade em suas diversas transtoriiedades no tempo e espaço. A esse respeito Sandra Pesavento esclarece: “(...) toda arquitetura pode ser monumento, na medida em que encerrar uma memória, encarnar um sentido a ser recuperado”, Pesavento (2005, p. 8).

A respeito das fontes utilizadas no trabalho, segundo José de D’ Assunção Barros (2012, p. 130-131), “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano”. Mais adiante, em outro trecho, o autor se refere aos diversos tipos de fontes de pesquisa disponíveis para aqueles que fazem uso da cultura material:

Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador).

Os norteadores teóricos da história sociocultural ao mesmo tempo em que abrem um imenso leque de possibilidades quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, também trazem consigo imensa responsabilidade quanto ao uso e correto emprego das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. O resultado do emprego dessas novas fontes e objetos produzem resultados bastante significativos para as novas pesquisas surgidas nesse campo. Destarte, o uso integrado da pesquisa dos espaços, do estudo das edificações, da interpretação das fontes escritas e entrevistas orais produziram resultados bastante promissores para este trabalho.

De acordo com o entendimento deste texto, a cultura material pode ser caracterizada enquanto reflexo de um sistema de pensamentos na medida em que, é gerada a partir de um processo posto em curso pelo homem em um determinado período histórico e em um lugar específico. A esse respeito Buker (2001, p. 68) comenta que “não seria possível uma história da vida cotidiana sem as evidências da cultura material, assim como a história da cultura material seria ininteligível se esta não fosse colocada no contexto da vida cotidiana”. Essas construções se configuram em um importante instrumento de análise e estudo, pois nos permitem problematizar o cotidiano das pessoas que delas faziam uso, assim como daquelas cuja inteligibilidade simbólica, das mesmas, lhes era acessível.

Pode-se inferir a partir destas colocações que a cultura material de um determinado período histórico pode, e muito, contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Sendo assim, um meio capaz de nos oferecer dados a respeito de um determinado contexto histórico e a sua evolução sociocultural. E esse entendimento é de suma importância, pois o patrimônio resultante da ocupação territorial da Mata Sul e a consolidação das atividades manufatureiras, ligadas à indústria do açúcar, influenciaram a sociedade e as organizações espaciais posteriores. Assim, não foi atoa que Freyre (1935. p. 82) faz a seguinte colocação:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Portanto, esses arranjos socioeconômicos permitiram que houvesse maior concentração de trabalhadores livres e assalariados nos núcleos

urbanos e prevalência da mão de obra escravizada nas áreas dos engenhos e das fazendas de cana-de-açúcar. Também por esses motivos que houve maior concentração de tipos construtivos legitimadores da ordem pela aristocracia canavieira com vista à afirmação e a perpetuação de sua autoridade, poder político e social frente aos grupos subalternos, ou seja, aos escravizados e trabalhadores pobres livres, o que possibilitou, assim, que houvesse uma maior concentração de acervos históricos naquelas áreas nos dias atuais, (SANTOS, 1995, p. 33).

Além do mais toda a paisagem durante a predominância de um determinado tipo de produção é reorganizada para atender as necessidades dessa produção. Sobre isso, Santos (2012, p. 72) comenta que “os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a ser a condição do uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza, sem os quais a produção é impossível”. Dessa maneira, podemos entender que a moita, a casa-grande, a capela e a senzala, dentro do contexto dos engenhos e dos povoados açucareiros, figuravam como instrumentos fundamentais para a organização e legitimação do modelo de sociedade implantado.

As contribuições colhidas na obra do Roberto Lobato Corrêa (1995) ajudam no processo de reflexão deste trabalho acerca das relações existentes no passado entre o espaço urbano e os tipos construtivos das vilas açucareiras. O estudo do autor demonstra que o espaço urbano é definido como sendo um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Demonstrando ainda que o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, é assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. Portanto, para além de sua organização espacial, esse espaço é dotado de sentidos múltiplos que dialogam com o momento histórico em que foram

concebidos. Funcionando, de certa maneira, como agentes de legitimação, reprodução ou de contestação da ordem estabelecida pelos grupos dominantes. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. Assim, acreditamos ser útil repensar e recuperar o conceito de processos espaciais devido a sua utilidade na conexão ação humana-tempo-espaço-mudança.

Mais adiante, o autor faz a respeito das formas pelas quais os detentores do capital ajudaram a moldar, a estruturar e apontar o lugar que cabia a cada grupo dentro da sociedade colonial. Esse entendimento, aliado as discussões sobre o papel que cabia a cultura material dentro desses arranjos é crucial para aprofundar as discussões aqui tecidas. Em sua obra, o autor pondera que há três forças básicas que estruturam as classes sociais: uma força primária, capital e trabalho; uma força residual, contato entre um modo de produção dominante e subordinado; forças derivativas, que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação de capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social. Nesse processo o controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras tem por finalidade impor uma maior vigilância aos grupos sociais subalternos. Some-se a isso a dupla função que as construções detinham: abrigar as instituições representativas da autoridade da coroa e / ou autoridades locais e representar simbolicamente as estruturas de poder e autoridade que moldaram aqueles espaços no passado.

Segundo Ana Fani Carlos (1996, p. 16), o lugar traz em si uma íntima interconexão com os movimentos históricos, haja vista que se configuram em importantes elemento de estudo e interpretação do passado. Dizendo que:

(...) o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível pressupomos que a memória, enquanto elo de interpretação do passado, deve ser compreendida como voz e a imagem do acontecido.

Segundo essa lógica, os lugares detêm em si aspectos políticos, econômicos e sociais que só podem ser lidos por meio de olhares atentos. Eles trazem consigo toda uma representatividade simbólica que os interligam à cultura material ali implantada ao longo dos mais diversos processos históricos. Por esse motivo tornam-se peças-chave para entendimetro da atmosfera sociocultural em que determinados tipos construtivos foram edificados no passado. Inferi-se, dessa maneira, que os espaços, lugares, memórias precisam ser interligados, para que possamos conferir inteligibilidade a leitura do papel sociocultural da cultura material nos seus mais diversos contextos históricos.

Ainda sobre a discussão a respeito do conceito de espaço empregado nesse texto, Nora (1993, p. 21-33) esclarece o seguinte:

O espaço, apesar de vivido individualmente pelos sujeitos, vai se configurando num lugar comum, compartilhado, possibilitando uma referência cultural que possa significar o coletivo e não apenas o sujeito individual. O lugar, em sua ampla acepção, depois de significado, pode remeter a uma ou a várias identidades, pode constituir-se num lugar de memória.

Buscando lançar luzes sobre a ideia de pertencimento, haja vista que os indivíduos precisam aprofundar suas raízes para dilatar os laços de propriedade, Quintas (2007, p. 51) comenta o seguinte:

Quem não pertence a nada nem a ninguém levita por entre uma existência desagregada e dissoluta. Do que se infere: o patrimônio é estruturante, porque a consciência do sentimento de pertença garante a vértebra da identidade e do

equilíbrio humano. Em última instância: ter identidade é pertencer a um patrimônio inalienável – o do espólio ancestral.

As discussões trazidas até então nos permitem especular o quanto se faz necessário que os historiadores aprofundem as suas discussões a respeito da relação entre o espaço e a cultura material neles implantadas. Permitindo-os desta maneira que desenvolvam os seus estudos focados na interpretação e inteligibilidade da cultura material enquanto fonte de pesquisa e saber históricos focados na preservação e salvaguarda desses bens culturais, tendo em vista que a cultura material corresponde à forma aparentemente tangível de relação com o mundo.

Discussão

Para a compreensão das questões aqui apresentadas, é necessário problematizar, a partir de Pierre Bourdieu (2007. p. 1-16) “O Poder Simbólico” e Michel Foucault (1999. p.1-16; 167-168) “Microfísica do Poder” em que medida os bens culturais dialogam com as estruturas de poder e dominação dentro da sociedade na qual estão inseridos. Assim, no intuito de compreender o que esses autores discutem, o texto busca estabelecer um diálogo feito por Bourdieu entre as representações simbólicas dos nossos bens culturais – a partir das discussões que ele faz acerca das análises das práticas cotidianas enquanto práticas estabelecidas pela sociedade –, analisando, para tanto, as hierarquias de poder que esses bens culturais legitimavam frente à sociedade da época. Já sob a óptica discursiva de Foucault, podemos observar as considerações que ele faz sobre a ordem social, em que tenta compreender como se dá o controle da sociedade sobre o indivíduo, enquanto buscamos inserir a problemática da cultura material como objeto de discussão e diálogo com as teses levantadas por Foucault.

O diálogo com Bourdieu nos ajuda a estabelecer uma relação entre as construções da Mata Sul e as relações de poder que esses bens endossavam no seio daquela sociedade colonial. Pois, para entendermos essas relações de poder, devemos percebê-los, como bem frisa o autor, “onde ele se deixar ver”; e aqui apontamos: a casa-grande, a moita, a capela e a senzala, arruados e igrejas, que são as nossas fontes e objeto de pesquisa, como representantes desse poder visível nas esferas políticas, econômicas, religiosa e cultural³. O modo como esses partidos arquitetônicos eram dispostos, claramente visava atender às estratégias de reprodução e reforço do poder da classe dominante, sendo possível identificar o estabelecimento de distinções hierárquicas, deixando-se perceber o discurso ideológico desta cultura dominante.

De acordo com o Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção de uma realidade que tende, ao mesmo tempo, estabelecer uma ordem. Essa ordem, uma vez estabelecida, é mantida a todo custo pelos grupos sociais que dela se beneficiam com vista à manutenção de suas posições hierárquicas e privilégios sociais dentro de uma dada sociedade. Segundo Lynn Hunt (1995, p. 17), Pierre Bourdieu “ao focar na cultura, direciona o seu trabalho para o desvelamento da ‘lógica’ específica dos bens culturais onde indica os meios de apropriação desses bens”. A compreensão de como se dava a apropriação da representatividade desses bens pelo conjunto da sociedade da época e como isso legitimava o poder das classes dominantes é um exercício que todos são convidados a fazer, a partir deste trabalho, por meio da percepção da cultura material enquanto mediador e legitimador desses processos.

³ Isto pode ser observado muito bem na obra de Antonil, quando o autor diz: “São necessárias, além das sanzalas (*sic*) dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho (...); e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e casa de purgar, caixaria, lambique e outras cousas (...)” (ANTONIL, 1982, p. 76)

As estruturas de poder estão presentes no corpo social da sociedade, assim como nas instituições e mecanismos culturais que permitem a sua inteligibilidade junto ao conjunto das pessoas que delas compartilham. A esse respeito, segundo defende Foucault, o poder funciona em rede e se exerce em rede. O autor nos faz crer que ele também se dá em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Assim, inferimos que esse poder também seria refletido pelas construções feitas para legitimá-lo, tais como as capelas, as igrejas, as casas-grandes e o casario, de modo geral construído para servir as demandas das elites da época. E como se daria a legitimação desse poder? A resposta estaria nas discussões feitas pelo autor, pois se o objeto do poder é o corpo, como afirma Foucault, há técnicas utilizadas para adestrá-lo, como: controle detalhado dos gestos, comportamentos, hábitos e discursos podem muito bem ser transmitidos através das instituições que fazem uso desse poder.

Elas têm a função de legitimá-lo e o dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, se fazer presente ante dominados e dominadores. Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder religioso que tinha a função de ditar a moral da época e o poder político da casa-grande, que além de referendar o poder econômico, também legitima o modo de produção implantado. Ambas figuravam como representantes visuais do poder de uma minoria branca que detinha em suas mãos o controle social. Daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais se organizaram em torno daquelas construções, seja nos urbanos, seja nos sítios rurais no passado.

A riqueza advinda do açúcar permitiu que fosse erguido nessa região todo um conjunto arquitetônico que não só pode ajudar nos ajudar a compreender o enriquecimento vivenciado pelas vilas, freguesias e povoados daquela localidade, como também permite discutir as relações sociais que determinavam e eram endossadas por meio das

representações, ou seja, como dirigia Sigmund Freud (1930-1936), das estruturas culturais que estruturavam sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturaram e moldaram a sociedade colonial açucareira..

Entendendo, todavia, que o poder não está constituído de ideologias, mas de um conjunto de técnicas que foram se refinando como uma ciência de forma a alcançar os objetivos do poder que é a dominação. Dentro do mundo açucareiro estas técnicas de dominação podem ser notadas por meio do modo como as construções eram implantadas, geralmente em uma meia encosta desfrutando de uma posição de destaque ou em terrenos que facilitavam o monitoramento dos trabalhadores escravizados por parte das pessoas de confiança do senhor.

A importância econômica adquirida, na época, pela região pode ser medida, inclusive, pela fundação, por exemplo, da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio – cuja pedra fundamental foi lançada em 1606 pelos franciscanos – e da Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situados na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII; e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antonio do Cabo, e também construído no século XVII.

No que se refere às casas-grandes, o arquiteto Geraldo Gomes (1997, p. 187) nos diz que a documentação mais antiga referente a essas construções do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. O autor comentar que é possível que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas através do tempo. É importante lembrar que as casas-grandes representavam materialmente o poder do senhor de engenho frente à comunidade que vivia em volta do latifúndio

fossem eles da família do senhor, agregados, trabalhadores livres ou escravizados. Ela era a representação de poder e da autoridade da classe senhorial diante de abastados, remediados e grupos subalternos.

De acordo com Quintas (2007. p. 96; 101 e 103), a casa-grande preservou-se culturalmente em nossa sociedade, sob todos os ângulos. O casamento entre famílias foi por ela estimulado, de modo a aumentar o caráter endogâmico das relações conjugais, ou seja, relações dentro da mesma linha de consanguinidade. Assim, buscava-se impedir a dispersão dos bens e conservar a “limpeza” do sangue de origem nobre (SILVA, 2005. p. 8-9 e 19) ou ilustre dos seus habitantes.

As festas regadas a toda sorte de iguarias e requintes que ocorriam no interior das casas-grandes cumpriam a dupla função de atestar o prestígio social e o poderio do senhor da casa. Algo que, naquele período, era bastante apreciado pelas elites locais e, inteligível aos grupos sociais submetidos pela empresa colonial. O império da casa-grande, não raramente, era aferido por meio da extravagância dessas solenidades, por meio do afluxo de importantes personagens locais que prestigiavam esses eventos no passado. Segundo Freyre (2006. p. 99-101), estas extravagâncias se destinavam a impressionar visitantes, religiosos ou autoridades de passagem pelos engenhos. O esmero com que aqueles eventos sociais eram preparados, além de promover o estreitamento dos laços de sociabilidade entre os seus “iguais”, tinha a função de reafirmar o caráter mais pragmático do poder dos mandatários locais.

O senhor de engenho tinha ao seu redor uma gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que sua força emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento que dava e lhe era dispensado pelo séquito de pessoas que tinha ao seu serviço. Sobre isso Antonil (1982, p. 75-76) diz:

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. ...Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho... Servem ao senhor de engenho, em vários officios, além dos escravos...barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes officiais tem soldada. (...)

Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e officiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

Imagem 02 – Casa-Grande, Capela e Moita (Século XVII)



Fonte: Frans Post, 1668. Óleo sobre tela, 71 x 91,5 cm. Coleção Museum Boijmans Van Boijmans, Rotterdam - Holanda. In: HERKENHOFF, 1999, p. 235.

Na imagem, acima, temos a representação iconográfica de um engenho colonial do século XVII, cuja autoria é de Frans Post. Na composição, é há a representação clássica das edificações típicas de um engenho açucareiro, observando-se os traços simples da arquitetura das

construções, principalmente na casa-grande, mas que representava suntuosidade nas suas dimensões e posição de vigilância sobre todos. As suas dimensões robustas que, ao mesmo tempo em que davam um ar sóbrio ao espaço envolto, se destacavam pela imponência de suas construções fortalezas e pela associação que detinham com o grupo dominante.

Com relação às capelas de engenho, Gomes (1997, p. 2015-216) diz que são os edifícios que menos sofreram modificações através do tempo. Elas eram construções que, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais, apesar de, vez por outra, ter havido algumas tentativas de adaptação desses templos ao gosto contemporâneo. Alguns modelos, cuja existência fora documentada pelos holandeses no século XVII, foram reproduzidos, com algumas alterações, até o século XIX. As capelas pelo que se sabe, desde o início, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo.

Segundo Quintas (2007, p. 89-122), a catedral perdeu para a capela de engenho, embora esta fosse pequena, simples e rusticamente construída, enquanto aquela era erguida em alicerces e em dimensões artísticas mais requintadas. Mas a soberania plástica não foi suficiente para fazer frente ao império dos oligopólios açucareiros. A importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo acreditava-se, estava cheio de maus-olhados.

Imagem 03 - Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Ipojuca/PE (Século XVIII)



Fonte: NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA ARQUEOLÓGICA-NEPARQ-UFRPE / Foto: Eduardo Santana, 2007.

As capelas eram geralmente instaladas no mesmo nível de local de construção das casas-grandes, sinalizado que esses templos eram também responsáveis pelo ordenamento social, através da legitimação da ordem estabelecida por meio do discurso religioso que agia de acordo os interesses dos grupos dominantes. Era no interior daqueles templos onde se realizavam os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado, sendo o lugar de “descanso ou de sepultamento dos membros da família do senhor. Os mortos enterrados nessas capelas – que representavam uma espécie de extensão da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo em uma presença mais etérea do que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representantes do período é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, se configurava como um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã, provavelmente reservado em certas ocasiões aos escravos, impedidos de circular nos mesmos espaços com os seus “senhores”. Como se sabe, a segregação e a tentativa

de inferiorizar os grupos subalternos faziam parte do jogo das elites da época, pois era mais um dos estratagemas que os grupos dominantes utilizavam para manter o seu domínio. A fé cristã, suas liturgias, práticas ritualísticas e símbolos materiais eram utilizados e manipulados para assegurar a manutenção da ordem social estabelecida.

Com relação às senzalas, elas eram um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja coberta era sustentada, em geral, por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos que, geralmente, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. A estrutura da coberta das senzalas era feita em madeira e, devido à pequena dimensão dos vãos, constitui-se de tacanas perpendiculares às paredes divisórias, caibros roliços e ripas de embira. O recobrimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro, como pode ser visto na imagem quatro.

Imagem 04 - Antiga Senzala do Engenho Tabatinga (descaracterizada e que hoje serve de moradia para trabalhadores rurais), em Ipojuca/PE (Século XVIII)



Fonte: NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA ARQUEOLÓGICA-NEPARQ-UFRPE / Foto: Eduardo Santana, 2007.

As senzalas, em muitos casos, formavam simetricamente o terreiro à frente da casa-grande e da capela. O grande corpo da senzala era coberto

com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Existia, segundo Menezes (2007, p. 137), poucas variantes existentes, pois esse foi, até o fim da escravidão, um modelo consagrado. Eram habitações bastante precárias, escuras, úmidas, insalubres, com pouca ventilação, geralmente tinham um único acesso, onde pessoas escravizadas eram amontoadas em condições insalubres. O certo é que acabaram se cristalizando como umas das representações materiais mais perversas do abismo social perpetrado pela escravidão no Brasil.

No campo sociocultural, as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas empregados, uma vez que simbolicamente elas demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na organização social e econômica daqueles do mundo açucareiro. Era no interior dessas construções que os escravizados descansavam após horas exaustivas de trabalho no eito. Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade por meio de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições, compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema. Ou, até mesmo, se organizavam e traçavam as suas estratégias para resistir à violência e a condição animaléscas de vida imposta pela ordem social reinante.

Segundo Russel-Wood (1997, p. 85-86), “todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submetido às normas e regras estabelecidas por uma minoria branca”. Portanto, no contexto do mundo colonial da América portuguesa, essa “submissão” era ensinada aos indivíduos de origem africana desde cedo, logo após a sua chegada nessas terras, seja através de horas estonteantes de trabalho quer no eito dos engenhos açucareiros ou nas áreas urbanas das vilas coloniais; ou dos inúmeros atos de violência e selvageria que eram praticados contra eles. E

mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio dos preconceitos, das interdições sociais, na macula de cor e no depreciamento da cultura que traziam consigo.

A ordem social deveria ser transmitida de maneira eficiente e bastante didática, garantindo-se a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. Isso era um dos pilares para se impor a paz social e o *status quo* da minoria branca, em cujas mãos estavam a direção econômica, religiosa, administrativa e cultural da colônia. E não havia, nesse universo cultural, meio didático mais eficiente para que um negro ou mestiço compreender as regras do jogo social do que através dos ensinamentos que transmitidos no dia a dia das senzalas, do eito e das interações sociais que se davam dentro do mundo colonial. Era nelas que a realidade de sua condição se mostrava na forma mais perversa e desesperadora.

Em relação às casas de produção, chamada também de moita ou engenho, sabe-se que as mais antigas de que se tem notícia abrigavam em um mesmo edifício a moenda e as caldeiras. Elas eram construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, feitos com o mesmo material, de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede a meia altura ligando-as. Ao longo do tempo, aquelas construções acabaram emprestando o seu nome, “engenho”, a toda a propriedade agrícola, sendo aquele partido arquitetônico, a razão de ser de toda aquela engrenagem, pois era ali onde era feito todo o processo de fabrico do chamado ouro branco. Essa apropriação feita pelo empresário do açúcar, no início da colonização, foi tão impactante que:

O título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram, no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais,

cristalizando-se como potentados rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica. (FERLINI, 2003. p. 288)

Dentro da unidade produtora do engenho, a moita tinha uma função ímpar, pois era no seu interior onde era feito a maior parte do processo de fabricação do açúcar e onde se designavam as atividades que caberiam a cada trabalhador desempenhar. Essa configuração fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu pleno funcionamento. Esse partido detinha grande importância para a disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, pois todas as atenções do senhor e de seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção; o seu sucesso econômico dependia o prestígio social do senhor de engenho e dos lavradores, que levavam os seus partidos de cana para serem processadas naquelas fábricas.

Conclusões

Ao longo de toda discussão que foi tecida até aqui, este trabalho buscou demonstrar que os partidos arquitetônicos abordados, outrora implantados no mundo açucareiro, tiveram um importante papel para o ordenamento da sociedade colonial. Foram imprescindíveis ao sucesso do projeto de hierarquização, poder e dominação implantados na Mata Sul pernambucana, no passado, pelos colonizadores e pelos seus descendentes ao longo de séculos.

No que diz respeito ao estudo e articulação entre o estudo da sociedade por meio da cultura material, Marcelo Rede (2012, p. 133-137), comenta o seguinte:

(...) os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em

segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento.

A exposição anterior é pertinente na medida em que contribui para discutir a respeito da confrontação entre os estudos a respeito da cultura material, do espaço e do entendimento de suas relações com o contexto social em que se inserem. O texto ajuda a pensar a respeito dos sentidos conferidos a dimensão material, dos vestígios produzidos em outras épocas, pela sociedade que deles se utilizavam no passado. Além do que, demonstra de uma vez por todas que são os agrupamentos sociais que conferem sentidos a essa cultura social, indicando, ainda, que esses sentidos podem vir a variar de acordo com o espaço e o momento histórico em que esse ou aquele bem se insere.

Entende-se, assim, que o momento vivido em seus múltiplos sentidos conferidos pelas esferas sociais e culturais são basilares para empreender a leitura que uma dada sociedade faz, do que é nomeado no presente, do seu patrimônio cultural. Tomando como suporte as considerações tecidas até o momento, pode-se inferir que a inter-relação entre a cultura material, enquanto natureza discursiva, e a preocupação com os fenômenos simbólicos que a tornam inteligível dentro da cultura em que se insere, é de suma importância para as pesquisas voltadas para o campo patrimônio a partir de suas ramificações sociais e culturais.

Portanto, capela, a casa senhorial, as senzalas, moitas, igrejas etc. associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Moldaram, por assim dizer, o tipo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar, uma vez que delimitava o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Essas construções estavam associadas aos interesses das elites e instituições do

mundo do açúcar, já que garantiam a manutenção da ordem e uma pretensa harmonia social.

Esse modelo de sociedade que o colonizador busca implantar, nessas terras, traz consigo muito aspectos da cultura ibérica, se configurando, por essa razão, em muitos aspectos, em uma sociedade barroca que buscava transplantar e incorporar para a colônia as hierarquias sociais então em voga na metrópole. A esse respeito, Silva (2010, p. 71) comenta que “o imaginário barroco tentava ordenar o mundo, classificando e organizando tudo – inclusive os tipos humanos – hierarquias”.

Dessa forma, fossem construídas nas áreas urbanas ou rurais, da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, se configuravam como representantes de um poder econômico, político, religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Todos eles faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada, em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder. Nessa atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses enquanto grupos dominantes. Eram eles os reais detentores do poder e balizadores das regras sociais que assegura o poder nas mãos de uma minoria branca e abastada.

Referências

- BARROS, José D' Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. In: **Mouseion**, n. 12, mai-ago/2012
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu; tradução. Fernando Tomaz. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e História**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org). CIDADE: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

BURKE, Peter. A cultura material na obra de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. **O imperador das idéias**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.

Cabo Santo Agostinho – 1634. "Caertien vande Cabo st. Augustin en t'Eylant nu genaemt Walcheren" Original manuscrito, pertencente ao Stadsarchief Gemeente Deventer, anexo a uma carta de 10 de junho de 1634.

CARLOS, Ana Fani. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. (Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: editora brasiliense, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.

_____. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FREUDE, Sigmund. **O mal-estar da civilização, novas conferências introdutórias a psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Obras Completas. Vol. 18. Editora Companhia das Letras.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

HERKENHOFF, Paulo (org). **O Brasil e os Holandeses, 1630-1654**. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007
- MUNFORD, Levis. **A Natureza da Cidade Antiga**. In: MUNFORD, Levis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva*. Martins: São Paulo, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- QUINTAS Fátima. *Cana, Engenho e Açúcar*. QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano*. In: **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2005.
- REDE, Marcelo. *História e cultura material*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 133-150.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos, em colaboração com Denise Elias. – 6ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Shirlei Martins. **Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo**: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII. 1995. 167 páginas. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.
- Serinhaim 1647** – Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Análise descritiva preliminar da preservação dos engenhos de Vitória de Santo Antão - PE

*Sófocles Luciano Bittencourt Nascimento*¹
*Marcelo Hermínio dos Santos*²

Contextualização

A capitania de Pernambuco foi a que mais prosperou durante a fase econômica açucareira no Brasil. Os engenhos foram os primeiros núcleos produtores de uma economia verdadeiramente pungente e lucrativa em Pernambuco. Com o aumento desta economia, multiplicaram-se entre os séculos XVI e XIX a construção de engenhos e conseqüentemente, de ampliação efetiva de todas as etapas de processamento da cana-de-açúcar para obtenção de seus produtos derivados, com destaque para o açúcar. Sobre o sucesso da economia açucareira, destaca-se que:

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, como vimos, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco. (PRADO JR., 1981. p. 19).

¹ Licenciado em História e Pós-graduado em História Ensino de História do Brasil pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA e Especialista em Ensino de História do Brasil pela UNIVISA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1719658142102434>

² Docente de História da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5200451776193138>

No século XIX, os surgimentos das usinas modificaram este contexto em função da industrialização e do avanço sistemático e mecanizado de seu processo produtivo. De fato, este século não só trouxe transformações em vários âmbitos para o Brasil, mas para todo o mundo.

A Inglaterra foi neste período um marco criador e disseminador de novas tecnologias em variados processos produtivos na época, o que não seria diferente com a produção açucareira. Mesmo tendo tais mudanças, houve uma certa resistência para suas implantações em mentalidades que ainda eram representações de sistemas por assim dizer coloniais, elas foram implantadas. Gomes (2013, p. 20), assim descreve este cenário de mudanças:

Enfim, no século XIX, com muita resistência por parte dos senhores de engenhos, a manufatura do açúcar evoluiu, com o emprego de novas técnicas e da máquina a vapor, mas cedeu à industrialização, que chegou nos fins do século através das usinas e dos engenhos centrais.

No final do século XIX e durante o século XX, os antigos engenhos de açúcar passaram a ser fornecedores de matéria-prima para as usinas. Onde outrora foi um local de tão relevante importância econômica, haja vista todo processo produtivo estar instalado nos mesmos e por consequência possuir toda uma vida social latente, ficaram cada vez mais desprestigiados no transcorrer do século XX, acarretando muitas vezes, no abandono e na falta de conservação dos engenhos como unidades produtoras de açúcar.

Os Engenhos na cidade da Vitória de Sano Antão - PE tiveram grande importância para história do estado de Pernambuco e região. Para uma análise concisa e coerente das condições atuais dos engenhos neste município é necessário direcionar-se o olhar sob alguns conceitos.

Desta forma, como sendo os engenhos de açúcar verdadeiros marcos de um processo histórico que perdurou por décadas, aplicam-se aqui a

seus remanescentes o conceito de bens culturais, haja vista, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. (LEMOS, 2010).

Os engenhos, portanto, são verdadeiros bens culturais que nos remetem a história econômica do açúcar em nosso país num âmbito que parte do local ao internacional. Compreender este processo histórico é importante para analisar e entender seu papel na construção da memória vitoriense.

Entender os engenhos como bens culturais leva-nos a uma necessidade de aplicação do conceito de memória para interpretação do papel destes remanescentes como verdadeiro patrimônio que materializa, no presente, um passado rico e dinâmico em sua história, uma vez que “a memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural”. (LE GOFF, 1924, p.468). Justifica-se, assim, a afirmação do quão é importante para uma sociedade conhecer sua história, onde esse respeito, “a história deve esclarecer a memória”. (Idem, p.23).

Uma vez definido os conceitos, busca-se a análise destes bens culturais em seu contexto atual de preservação para o estudo e interpretação da relação de representatividade de sua memória social inserida no processo histórico da formação da cidade da Vitória de Santo Antão – PE.

Engenhos da Cidade da Vitória de Santo Antão – PE

Com a chegada de Antônio Diogo de Braga no ano de 1626 à colônia brasileira tem início a história do município de Vitória de Santo Antão. Natural da Ilha de Santo Antão, que faz parte do arquipélago de Cabo Verde, ao chegar na região da capitania de Pernambuco denominada de mata do Brasil, arquiteta uma capela e faz homenagem a Santo Antão da Mata, construindo também um arruado de casebres para aqueles que o

acompanhava, formando assim o núcleo de povoamento de origem do município.

Ainda no século XVII, em três de agosto de 1645 a cidade contribuiu com a história pernambucana, dando os primeiros passos do patriotismo nacional que foi a Batalha das Tabocas. Essa batalha foi liderada por Antônio Dias Cardoso e isso aconteceu nas terras de Diogo de Braga que ocasionou a primeira derrota dos holandeses onde, conseqüentemente, acabaram sendo derrotados por definitivo na Batalha dos Guararapes.

No ano de 1774 as terras de Braga foram chamadas de Santo Antão da Mata, com uma população estimada de mais de 4.000 habitantes, quando foi elevada a freguesia. Logo em 27 de julho de 1811 e oficializada em 28 de maio de 1812, pelo príncipe regente D. João, recebeu a classificação de Vila de Santo Antão.

Nesse processo histórico os engenhos fizeram parte preponderante para tal contexto, instalando-se por vários locais do território tiveram grande importância na formação da historicidade de Vitória de Santo Antão. O estudo destes bens culturais aqui apresentado em caráter preliminar, teve como pressuposto a análise e interpretação do estado de conservação atual dos mesmos.

Para análise e interpretação dos dados obtidos nesta pesquisa foi aplicada uma abordagem metodológica descritiva a partir de dados qualitativos e quantitativos obtidos do levantamento de aspectos variáveis dos remanescentes construtivos das estruturas que compuseram o contextualmente um engenho.

Análise dos dados

Partindo do levantamento bibliográfico e espacial prévio para a efetivação desta pesquisa, foram visitados um universo total de 09 engenhos. Para a realização do trabalho de campo foi necessário a

utilização de um protocolo para um direcionamento lógico dos aspectos observados.

Foram realizados em campo os seguintes direcionamentos: georeferenciamento do engenho por meio de obtenção de coordenada geográfica, registro fotográfico dos elementos construtivos e contextual do local, além de seus aspectos sociais quando possível, preenchimento de protocolo com aspectos a serem observados e previamente definidos.

Os dados obtidos em campo alimentaram uma base de dados imagético, textual e estatístico, cujo os quais estão arquivados sob a utilização do sistema de armazenamento do *Google Drive*. Com os dados dos 09 engenhos levantados em campo, segue-se a descrição bibliográfica dos mesmos e suas análises e interpretações oriundas das observações *in loco*.

Engenho Bento Velho

O Engenho Bento Velho situa-se às margens da BR-232, 42 Km, Coordenadas em UTM 25L 250752 / 91015221, elevação de 159m. É de fácil localização e encontra-se com seu percurso acessível, podendo ser facilmente visitado. No entanto, as condições no qual encontra-se gera vulnerabilidade as estruturas existentes, em função do elevado processo de industrialização nas proximidades. A propriedade atualmente está sob posse da Prefeitura Municipal e a Capela foi cedida à igreja Matriz de Santo Antônio.

As estruturas encontram-se ainda em seu contexto (figura 01), no entanto, mesmo a prefeitura tendo posse não existem medidas oficiais para preservá-las. Embora, ainda resistem às intempéries, os conjuntos arquitetônicos que compõem o engenho Bento Velho são: Casa-Grande, com dois porões, ao qual se especula ter sido uma antiga senzala; Capela, datada de 1867, estábulo; cocheira e um Centro-administrativo com dois

pavimentos. O solo apresenta declive, o que é bem característico da formação social da época do açúcar escravista.

A Capela (Figura 02) situa-se no ponto mais elevado da topografia, próxima ao Centro-administrativo e da Casa-grande, edificados em topografia de declive acentuada, que no futuro próximo poderá comprometer as construções das estruturas através do desgaste provocado por erosões.

Figura 01



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 02



Fonte: Marcelo Herminio

A Capela encontra-se com sua estrutura ainda bem conservada sendo feito alguns reparos quando ocorrem eventos promovidos no local como: casamentos realizados pela igreja matriz de Santo Antão.

O Centro-administrativo (figura 03) está com sua estrutura comprometida, cheia de rachaduras e no primeiro andar o assoalho de madeira encontra-se danificado. A Casa-grande encontra-se bem preservada, erguida ao lado do prédio administrativo (figura 04), fato que por si só é de ameaça a edificação da casa-grande, uma vez que o edifício da administração corre risco de desabamento e este, por sua vez, pode atingir a estrutura da casa-grande. No momento desta visita técnica, no local encontra-se uma família que toma conta da casa e do terreno.

Figura 03



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 04



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 05



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 06



Fonte: Marcelo Herminio

O acervo construtivo deste bem patrimonial ainda se encontra com o redil ou cocheira (figura 05) e o cocho para alimentação de animais (figura

o6). Contudo encontram-se, em estados de deteriorações com rachaduras em torno das estruturas, as coberturas estão quase desabando correndo o risco de demolição total das duas edificações.

Percebe-se que o engenho Bento Velho é um bem cultural que ainda é composto pelas edificações que compõem o contexto local de um típico engenho, faltando apenas a moita/ fábrica e a senzala, sendo esta última atribuída sua antiga localização ao porão da casa-grande.

É notório que estes exemplares arquitetônicos precisam de uma preservação mais efetiva por parte dos órgãos que o administram. Por localizar-se em um ponto geograficamente privilegiado no município, próximo à entrada principal da cidade via BR 232 e dentro do parque industrial da cidade, poderia sofrer uma ação preservacionista mais efetiva e permanente.

Engenho Cacimbas

O Engenho Cacimbas (figura 07) está localizado as margens da PE-050, Km 5, coordenadas em UTM 25L 251395 / 9107379. Esse engenho tem seu nome registrado como Nossa Senhora das Cacimbas, sendo considerado um dos três engenhos mais antigos de Vitória de Santo Antão. O mesmo é citado na relação dos engenhos moentes e de fogo morto da Capitania de Pernambuco em 1761.

Esses três engenhos deveriam ser os de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Cacimbas e Nossa Senhora da Estrela da Serra (engenhos Conceição, Cacimbas e Serra), citados na 'Relação dos engenhos moentes de fogo morto da Capitania de Pernambuco em 1761, feita pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.' (ARAGÃO, 1983, p. 44).

O Engenho apresenta como remanescentes construtivos principais uma chaminé, casas que compõem uma pequena vila que hoje faz parte

do Assentamento Cacimbas, além de ruínas correspondentes a fábrica de produção de açúcar (figura 08).

Atualmente, traz consigo apenas histórias do que um dia foi. Restando, nas terras que fazem parte de onde era o Engenho, só o sentimento de pertencimento por parte daquela comunidade ao conjunto arquitetônico que ali se encontra. Na localidade existe a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Cacimbas, fundada em 13 de Março de 2002, idealizada após a finalização das atividades do Engenho Cacimbas que acabou por ressarcir seus funcionários com lotes de terra.

Figura 07



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 08



Fonte: Sóphocles Luciano

Engenho Campo Alegre

O Engenho Campo Alegre está localizado sob a coordenada UTM 25L 252485 / 9094523, nas proximidades do Engenho Jaboaãozinho, às margens da PE-037, Km 3 que leva ao distrito de Jussaral, Cabo de Santo Agostinho – PE.

No local foi registrado ruínas do que, possivelmente, foi a Casa-grande. Os únicos remanescentes arquitetônicos que ficaram são as casas da Vila de Moradores (figuras 09 e 10) que estão conservadas e habitadas. Hoje, no local, só restam as lembranças do que um dia foi todo um aparato econômico da produção de açúcar.

Figura 09



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 10



Fonte: Marcelo Herminio

Engenho Itamatamirim

Localiza-se as margens da BR-232, na altura do Km 38, coordenadas em UTM 25L 254815 / 9101931. Atualmente, no local funciona um parque ecológico particular que presta serviços de gastronomia e ecoturismo. De seus remanescentes restam o edifício principal, a Casa-grande (figura 11), que foi recuperada pelo proprietário, próximo a esta existe uma pequena Capela (figura 12). Os dois edifícios encontram-se em bom estado de conservação.

Encontra-se também uma vila de moradores (figura 13) que, atualmente, é ocupada por funcionários do parque de ecoturismo e outras unidades servem para depósito de materiais. Mesmo assim as estruturas já não estão bem conservadas, apresentando rachaduras. Tem-se também as ruínas do antigo engenho e suas chaminés (figura 14), estas, por sua vez, sofrem a ação do tempo e, possivelmente, não fazem parte do roteiro de visitação do parque.

Figura 11



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 12



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 13



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 14



Fonte: Sóphocles Luciano

Engenho Jaboatãozinho

Está localizado às margens da PE-037, Km 2, coordenadas em UTM 25L 252271 / 9094523.85, próximo o Engenho Campo Alegre, seguindo o sentido do distrito de Jussaral, Cabo de Santo Agostinho – PE (figura 15). No terreno encontra-se as estruturas em ruínas do que fazia parte do conjunto arquitetônico do antigo Engenho, restando apenas uma chaminé bem deteriorada e em seu entorno apresentam-se estruturas onde, possivelmente, ficavam as engrenagens do maquinário da fabricação do açúcar.

Da Casa-grande, apenas ruínas existem no local (figura 16). Segundo relato das pessoas da localidade até pouco tempo a Casa-grande ainda estava erguida. Porém, com as chuvas torrenciais recentes no local a casa veio abaixo. Hoje, as terras que compõe o Engenho Jaboatãozinho pertencem a Usina JB que utiliza o local para a plantação da cana-de-açúcar para sua própria produção.

Figura 15



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 16



Fonte: Marcelo Herminio

Engenho Jenipapo

Este engenho está situado no Km 11 da PE-045, sob a coordenada UTM 25L 250990 / 9096141. No espaço que envolve as terras do Engenho encontra-se uma Casa-grande (figura 17) situada no topo de um pequeno morro, ruínas da antiga fábrica e redil (figura 18) e vila dos Moradores. Também foi encontrado, no local, um espaço que possivelmente afirma ser um Engenho do tipo Banguê. Entre a fábrica e o redil, visualiza-se um duto que se interliga com o que foi, possivelmente, o salão das engrenagens.

As estruturas estão abandonadas e correm o risco de desabamento. Com tudo, quem leva o nome de Engenho Jenipapo, atualmente, é um restaurante que fica nas proximidades e exerce suas atividades comerciais normalmente. Esse fato chama atenção por que o proprietário tenta reavivar a memória do engenho, trazendo os materiais que caracteriza as peças do maquinário utilizada no engenho como, por exemplo, uma engrenagem que existe no local.

Figura 17



Figura 18



Fonte: Sóphocles Luciano

Engenho Pau Santo

Localiza-se na PE-050, Km 09, coordenadas UTM 25L 250052 / 9109013. Atualmente, no local, não há mais quaisquer características arquitetônicas de estruturas que demostre ter sido ali um dia um engenho. Segundo relatos de moradores locais o engenho fazia plantações da cana para vender a outros engenhos e o maior comprador era o Engenho Pitú, também pertencente ao município de Vitória de Santo Antão.

O local onde possivelmente foi a Casa-grande encontra-se totalmente descaracterizada, no espaço só tem algumas pilastras que se identificou não fazer parte da atual estrutura da casa (figuras 19 e 20). O que houve foi a recuperação de outras estruturas por que também se encontrou poucos sinais de ruínas, apenas alguns tijolos que representam um alicerce do antigo Engenho (figura 21).

No entanto, a localidade ainda é chamada pelo nome de Engenho Pau Santo por existir uma escola que leva o mesmo nome (figura 22) e é

bastante conhecido por causa de suas fontes de água potáveis, sendo uma das fontes renda dos moradores da localidade.

Figura 19



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 20



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 21



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 22



Fonte: Sóphocles Luciano

Engenho Pombal

Situado sob a coordenada UTM 25L 256100 / 9105520, próximo a Represa do Tapacurá. O Engenho Pombal de propriedade da família de Hisbello de Andrade Lima Filho tem seu acervo patrimonial da Casa-

grande bem conservada e pela sua estrutura arquitetônica caracteriza-se ser do século XIX (Figuras 23 a 25).

Com uma boa estrutura e uma paisagem natural bastante preservada, o Engenho serve atualmente como ponto de visitas para pessoas que tem curiosidade em conhecer melhor a história do local e ainda, recebe estudantes para fins de pesquisas científicas com agendamentos marcados. Por esse olhar de preservação arquitetônica e conservação ambiental as características do Engenho não ficam somente nisso, mas também no mobiliário (figura 26) que os proprietários conservam e tentam manter os originais, repassando toda a história do local para as pessoas que tem interesse.

A Casa-grande é bem conservada e agrega uma boa estrutura que faz base em um declive natural de rochas. O teto e as paredes são originais e em bom estado de conservação, no entanto, algum ponto que houve a necessidade de mudança foi reconstituído com o mesmo material sem alteração do modelo original da obra. Ainda, na Casa-grande, pode ser observado um porão (figuras 27) que é bem característico dos engenhos do século XIX, ou seja, era onde ficavam os escravos que trabalhavam na casa do senhor de engenho com estrutura semelhante à encontrada no Engenho Bento Velho.

No local foi observado um canal de dutos que faz todo um percurso no entorno da Casa-grande por onde, até pouco tempo, corria as águas que finalizava na represa do Tapacurá. Esses dutos afirmam que o engenho era de produção do tipo banguê. Por outro lado, foram identificadas algumas estruturas já demolidas onde o atual proprietário afirmou que foi um dia a senzala do engenho (figura 28).

Com esse olhar preservacionista, o proprietário afirmou que tem como objetivo a recuperação de todas as estruturas para poder agregar valor à localidade, como a recuperação dos dutos e senzala. O local não

recebe qualquer ajuda de instituições oficiais como: municipal, estadual e IPHAN. Porém, existe por parte dos proprietários um interesse na preservação deste bem cultural, fazendo-o por suas custas.

Figura 23



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 24



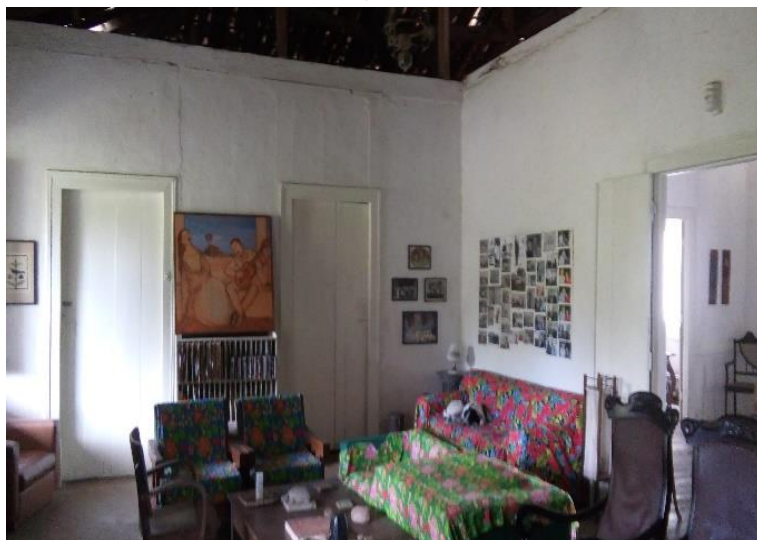
Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 25



Fonte: Sófocles Luciano

Figura 26



Fonte: Sófocles Luciano

Figura 27



Fonte: Sóphocles Luciano

Figura 28



Fonte: Sóphocles Luciano

Engenho Queimadas

Localizado as margens da BR-232, na altura do Km 36. Nas terras pertencentes ao Engenho Queimadas existem duas estruturas

arquitetônicas que remetem a sua história: a Casa-grande e a Capela, esta dedicada à Nossa Senhora da Luz.

Nos foi informado por um morador local que existe um processo judicial de divisões de terras como herança, o que impede que as partes envolvidas invistam na restauração da Casa-grande, que apresenta estado de abandono e rachaduras em suas estruturas (figuras 29 e 30). O entrevistado também informou que não existe incentivo financeiro, nem do município nem do Estado, que sejam voltados a conservação destes importantes monumentos históricos.

Figura 29



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 30



Fonte: Marcelo Herminio

Em relação ao edifício da Capela que está totalmente abandonado e em ruínas, houve uma concordância para fazer uma doação à diocese da localidade, a mesma ficou de restaurar a estrutura para futuramente começarem a realizar celebrações e casamentos no local. Não foi informado se irão receber algum benefício municipal ou estadual para ajudá-los a revigorar a estrutura.

Figura 31



Fonte: Marcelo Herminio

Figura 32



Fonte: Marcelo Herminio

Considerações finais

Elaborar-se um debate crítico sobre as questões de preservação dos engenhos que outrora construíram a história açucareira na cidade da Vitória de Santo Antão, faz-se necessário para interpretação e

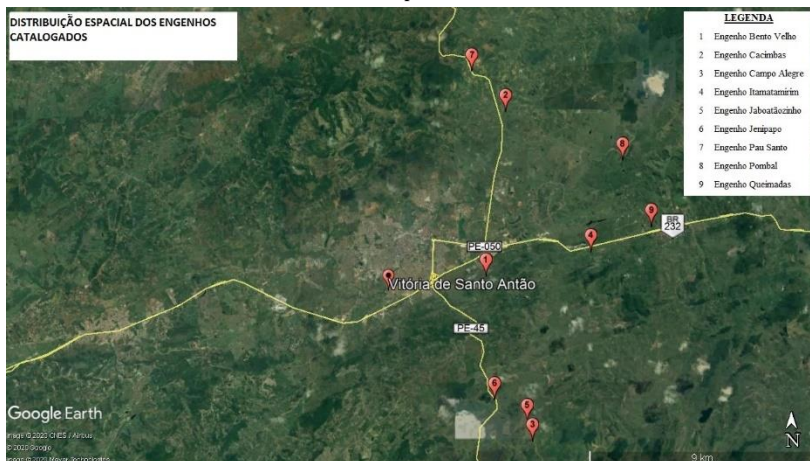
compreensão do papel dos mesmos na construção de um processo histórico e de sua conseqüente memória para a sociedade.

Abordando o caráter detentor destes remanescentes para formações históricas e enfatizando a realidade atual destes ricos monumentos, vale ressaltar o que Lemos (2010, p.29) afirma:

Devemos, então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa é a justificativa do por que preservar.

Para conhecê-los em sua espacialidade, utilizou-se de uma abordagem interdisciplinar com a ciência geográfica, para tanto foi realizado nesta pesquisa o Georeferenciamento desses engenhos, onde foram mapeados utilizando-se um aparelho de GPS portátil para obtenção das coordenadas cartográficas em campo e conseqüente processamento destes dados com utilização do *Google Earth*.

Mapa 01



Elaboração: Sóphocles Luciano

Esta interface entre História e Geografia é importante, haja vista a busca de uma interpretação sobre as concentrações espaciais de localização dos engenhos em Vitória de Santo Antão, o que pode oferecer interpretações importantes ancoradas na interdisciplinaridade entre estas ciências, subsidiando a busca pela interpretação das rotas de deslocamento tanto de produção econômica como de pessoas, escolha de locais com melhor potencialidade hídrica, entre outros.

Como um resultado preliminar importante a partir da interpretação das informações espaciais pode-se perceber uma certa predileção pela localização destes engenhos próximos a trechos viários, certamente, esse fenômeno observado leva-nos a inferir que os trechos rodoviários atuais são fruto de rotas antigas utilizadas tanto para o deslocamento social quanto para escoamento dos produtos fabricados nos engenhos, principalmente o açúcar.

Os 09 engenhos que compõem o universo amostral deste trabalho enfatizam a realidade de como está sendo preservada a memória histórica dos engenhos no município de Vitória de Santo Antão. Em uma primeira interpretação contextual, chega-se à conclusão que estes bens culturais não possuem quaisquer suportes governamentais no que concerne a questão da preservação pelas instituições de responsabilidade direta para este fim, tanto nacional, estadual quanto municipal.

Apenas os engenhos Itamatimirim e Pombal, 22% do universo pesquisado, tem proprietários que demonstram algum interesse para a questão da preservação desses monumentos, justificando-se pelo fator do aproveitamento comercial destes bens culturais. Embora seja uma maneira viável de adquirir renda aos proprietários, paralelamente o viés econômico ajuda, sob esta ótica, a preservar esses monumentos. O Engenho Bento Velho é o único bem cultural, 11% do universo da pesquisa, que recebe um suporte para mantê-lo em funcionamento com ajuda da

Igreja Matriz de Santo Antônio que, quando solicitado, organizam eventos na Capela. Mesmo sendo este um bem cultural pertencente ao município encontrando-se cedido a Paróquia de Santo Antônio em regime de Comodato.

Neste universo contextual de práticas e investimentos preservacionistas, tanto de ordem particular quanto pública para a preservação destes remanescentes históricos, não passam de 33% do universo pesquisado, estando os outros exemplares deste universo - 67% -, em estado de esquecimento e abandono.

Observando-se as características desses engenhos montou-se uma tabela (Tabela 01) para poder-se interpretar os dados levantados considerando um total de 07 variáveis definidas para este trabalho. Essas, por sua vez, foram fundamentadas na pesquisa de Geraldo Gomes onde o mesmo elenca os principais conjuntos arquitetônicos de um engenho.

O engenho compreende numerosas construções e instalações: moenda, caldeira, casa de purgar, etc. além da casa grande, que é a habitação do senhor (no Norte; no Sul se empregou designação, porém morada, e mais recentemente, sede), a senzala dos escravos e instalações acessórias e suntuárias, oficinas estribarias etc. (GOMES, 2013, apud CAIO, 1977, p.146).

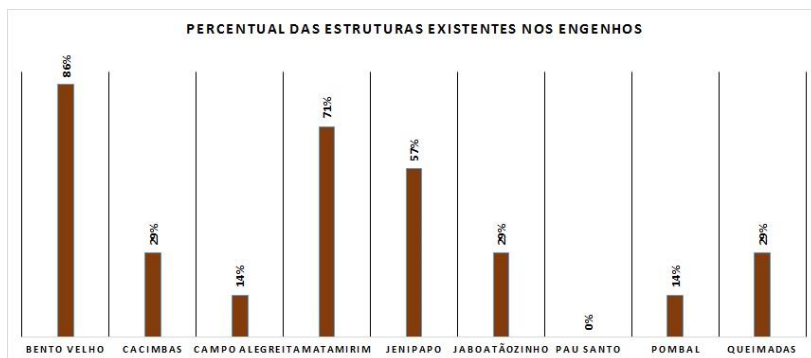
Essa definição de variáveis quantitativas para este estudo preliminar se fez necessária para entender-se, de maneira mais objetiva e exata, a quantidades remanescentes arquitetônicas que compõem atualmente cada um dos conjuntos visitados, permitindo uma melhor observação e consequente interpretação dos dados levantados e de suas conclusões.

Tabela 01 – Distribuição de variáveis por engenho pesquisado

ENGENHOS	VARIÁVEIS						
	CASA-GRANDE	SENZALA	CAPELA	FABRICA	REDIL/COCHEIRA	VILA/ARRUAR CASAS	CENTRO-ADMINISTRATIVO
BENTO VELHO	X	X	X		X	X	X
CACIMBAS				X		X	
CAMPO ALEGRE						X	
ITAMATAMIRIM	X		X	X	X	X	
JENIPAPO	X			X	X	X	
JABOATÃOZINHO				X		X	
PAU SANTO							
POMBAL	X						
QUEIMADAS	X		X				

Fonte: Sófocles Luciano

Gráfico 01



Fonte: Sófocles Luciano

Interpretando os dados da tabela 01, vê-se os engenhos Bento Velho e Itamatamirim como sendo os que possuem a maior quantidade de exemplares arquitetônicos que representam o contexto estrutural de um engenho como propriedade rural. Em outro extremo, o Engenho Pau Santo não possui mais tais exemplares, o que o deixa totalmente descaracterizado atualmente, tendo apenas a memória dos moradores sobre a história local.

O engenho Jenipapo é o que possui, considerando a Tabela 01 e o Gráfico 01, uma posição mediana no que se trata da presença de estruturas

arquitetônicas antigas, no entanto, ressalva-se que a maioria delas estão em estado de ruínas e abandonadas.

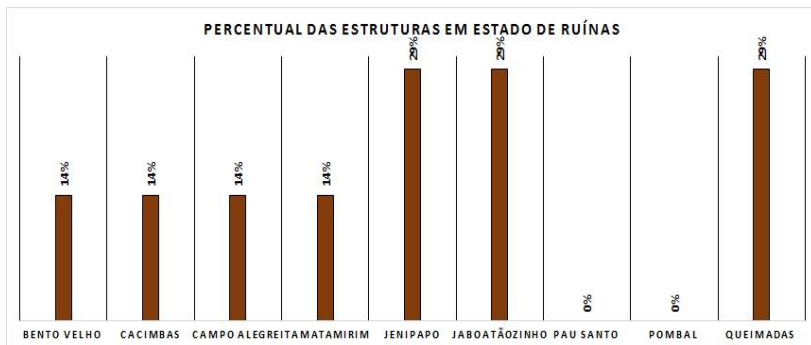
O fator ruínas deve ser considerado pois, muitos dos exemplares arquitetônicos encontrados nos engenhos se encontram neste estado, o que denota uma total falta de atenção e de abandono por parte dos proprietários, é o que pode-se perceber com os dados da Tabela 02 e do Gráfico 02.

Tabela 02 - Distribuição dos elementos arquitetônicos em estado de ruína

ENGENHOS	VARIÁVEIS						
	CASA-GRANDE	SENZALA	CAPELA	FABRICA	REDIL/COCHEIRA	VILA/ARRUAR CASAS	CENTRO-ADMINISTRATIVO
BENTO VELHO					X		
CACIMBAS				X			
CAMPO ALEGRE	X						
ITAMATAMIRIM				X			
JENIPAPO				X	X		
JABOATÃOZINHO	X			X			
PAU SANTO							
POMBAL							
QUEIMADAS	X		X				

Fonte: Sóphocles Luciano

Gráfico 02



Fonte: Sóphocles Luciano

Fazendo uma interpretação analítica das tabelas e gráficos acima entre os engenhos que compõem o universo desta pesquisa, apenas no engenho Pombal percebe-se o interesse voltado para a questão da

musealização do espaço e preservação da memória, além de fins comerciais. No Engenho Itamatimir percebe-se o interesse a preservação, no entanto, naturalmente é mais voltado para fins comerciais.

O Engenho Bento Velho, em nosso universo amostral, é o que melhor apresenta um conjunto arquitetônico que contextualiza os engenhos do século XIX e que pode ser aproveitado por uma política público-privado como um exemplar passível de uma ação preservacionista que possa somar a tríade: Musealização – Educação – Preservação. Podem-se aqui elencar em, caráter preliminar, alguns pontos que justifiquem essa afirmação:

- Localização geográfica privilegiada;
- Apresenta estruturas significativas que compõem contextualmente um engenho como: capela, casa-grande, senzala, prédio-administrativo, curral e redil;
- Alguns dos edifícios podem ser utilizados, após ações efetivas de restauro, para abrigar futuras instalações voltadas a musealização da temática produtora de açúcar.
- É patrimônio pertencente ao poder municipal, o que pode permitir sem muitos tramites burocráticos a efetivação de políticas para sua preservação;
- Estar inserido dentro do parque industrial para nortear a busca por uma parceria público-privada.
- A elaboração de uma gestão preservacionista que englobe uma ação metodológica de Educação Patrimonial junto as escolas das esferas municipal e estadual,
- Essa função educacional pode ter um direcionamento na busca de parcerias público-privada.
- O potencial turístico do local que atualmente é ponto de visitação obrigatória para aqueles que se interessam pelo turismo histórico, religioso e paisagístico.

Os engenhos Cacimbas, Jaboatãozinho, Jenipapo e Queimadas não se encontram em bom estado de conservação, porém são passíveis de uma ação de restauro e conseqüentemente plano de preservação de suas estruturas em ruínas. O Engenho Campo Alegre possui uma estrutura de parede remanescente arquitetônico detectado durante a visita técnica, possivelmente da estrutura indicativa da antiga Casa-grande.

O Engenho Pau Santo é o que se pode aqui considerar em estado mais crítico, pois na localidade não existe nada e nenhuma das estruturas arquitetônicas que caracterize um engenho, os únicos materiais encontrados foram alguns tijolos do tipo manual que apontam o local de uma possível edificação mais antiga. Restam apenas a indicação dos nomes locais, fator este de único pertencimento das pessoas que ali residem.

O fator da não existência de remanescentes arquitetônicos em determinada localidade não o desqualifica como bem cultural, existe sobre o mesmo a influência histórica inserida em sua memória social e na questão da cultura material, a aplicação futura de metodologias e técnicas da ciência arqueológica, por exemplo, podem trazer à tona vestígios desta materialidade que no momento não se percebe, levando-se a novas interpretações sobre esse rico patrimônio.

Quando se fala em um elemento tão importante para a história de uma sociedade, que é a memória, foi identificado durante as visitas técnicas a falta de uma ação preservacionista direcionada as pessoas residentes nestas localidades. Também não foi identificado tais ações nas escolas rurais ou por alunos que estudam na área urbana. É notório que a temática sobre o patrimônio histórico, ainda, não é contemplada nos currículos escolares, temática está tão importante na construção de uma memória histórica.

O estado de preservação desses engenhos que outrora contribuíram para a história da cidade está de forma precária encontrando-se

abandonados ou semiabandonados, com pouquíssimas exceções. Verifica-se também que não existe uma política de ação preservacionistas direcionada para este tipo de bem cultural, sendo alguns deles mantidos por recursos oriundos do aproveitamento econômico desses locais, principalmente por meio do turismo.

Estes bens culturais são remanescentes de uma história rica que influenciou a formação de nossa sociedade. Esquecê-los e negligenciá-los é o mesmo que apagar da memória da sociedade a sua própria existência. É necessário, em caráter de urgência, que se possa elaborar uma política efetiva de preservação destes bens, que possam servir de elementos vivos na construção da memória histórica de nossa sociedade.

Referências

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão**. Volume 17. Ed. Centro de história Municipal, Recife; 1983;

_____. **História da Vitória de Santo Antão**. Volume 16. Ed. Centro de história Municipal, Recife; 1983;

_____. **História da Vitória de Santo Antão**. Volume 1. Recife; Ed. Centro de história Municipal, Recife; 1977;

CLIO. **Revista de Pesquisa Histórica**. N. 26-2, 2008. Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Ed. Massangana, 2013.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

LEMONS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MORAIS, Pedro Humberto Ferrer. **República da Cachaça**. Recife: Ed. Copyrightc, 2010

NEVES, Fernanda Ivo; SOUZA, George Felix Cabral e FURTADO, Alexandre (orgs.).

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. N. 64. Recife: Ed. Companhia Editora de Pernambuco, 2011.

QUINTAS, Fátima (Org). **A Civilização do Açúcar.** Ed. Fundação Gilberto Freire. Recife:

Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil.** 26ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

Parte 4

Escravidão e política no Império

Escavidão velada: os africanos livres e o Arsenal de Guerra de Pernambuco (1854-1864)

*Wellington Barbosa da Silva*¹
*Paulo Vinícius Nunes Fernandes*²

Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. (BRASIL, 1831, art. 1.º)

No mês de março de 1846, o palhaborde Bom Jesus dos Navegantes foi apreendido pelas autoridades policiais nas águas do termo de Sirinhaém, fração de Ipojuca. Em seu interior, além da tripulação, foram encontrados 72 africanos escravizados (POLÍCIA CIVIL, 1846, cód. 13, fls. 90-90v). Aproximadamente quinze anos antes, a Lei de 7 de novembro de 1831, havia decretado a ilegalidade desse tipo de comércio pelo Atlântico – determinando, ainda, que todos os africanos escravizados que entrassem no território brasileiro, após aquela data, seriam considerados livres. Porém, como atesta o caso acima citado, essa regra jurídica fora constantemente burlada por traficantes e senhores de engenho, passando à história como a “lei para inglês ver”. Apesar disso, a Lei de 7 de novembro de 1834 impôs certos limites ao comércio negreiro, pois, a partir dela, os desembarques tiveram que ser feitos em portos clandestinos, longe da dinâmica extrativa fiscal do governo nas províncias.

¹ Doutor em História, pela UFPE. Professor associado da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde ensina e orienta nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Líder do GEPHISO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos. Autor, entre outras obras, de *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*, (Paco Editorial, 2014). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1213688229016782>

² Licenciado em História pela UFRPE e atualmente é mestrando em História pela mesma universidade. É membro do GEPHISO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Oitocentos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3187289397234284>

Quando, porventura, acontecia de um navio negreiro ser apresoado pela polícia, isso não significava a liberdade imediata para os africanos ilegalmente escravizados. O caminho para alcançarem esse intento era até certo ponto longo e tortuoso – muitos deles possivelmente jamais atingiram a condição de serem livres. A lei determinava que, nesses casos, antes de adquirirem sua liberdade efetiva, os africanos encontrados no navio negreiro deveriam ser “alugados em praças a particulares de estabelecimento e probidade conhecida” ou servir como libertos em alguma instituição pública “de mar, fortalezas, agriculturas e de ofícios”, pelo período de 14 anos, como justificativa para sua adaptação ao cotidiano do Império. Era uma forma sutil e perversa de se manter o trabalho compulsório para pessoas com o estatuto jurídico de livres como determinava a própria legislação brasileira.

A mencionada lei surgiu como uma consequência direta da pressão britânica para que o Brasil pusesse um fim ao tráfico internacional de escravizados. Essa pressão, segundo Leslie Bethell (2002, p. 14), tinha o duplo objetivo de transformar os continentes africano e americano em um amplo mercado para produtos manufaturados e, ao mesmo tempo, em fontes fornecedoras de matéria-prima para os ingleses, às voltas com um crescente processo de industrialização. Em 1830, deputados liberais e conservadores, com interesses e justificativas diferentes, discutiram na Câmara uma lei antitráfico, em substituição aos decretos e acordos firmados anteriormente com a Inglaterra.

Nesse embate parlamentar, os políticos liberais justificavam os pedidos de uma nova lei alegando a falta de fiscalização e o não cumprimento do prazo de três anos para o fim do tráfico de escravizados estabelecido pelo decreto de 1826 assinado entre o Brasil e a Grã-Bretanha, o qual renovava “palavra por palavra” os acordos feitos entre a Grã-Bretanha e Portugal, sobre a “regulação da abolição do comercio de

escravatura na costa d'África" (BRASIL, 1826, p. 71). Já os conservadores, argumentavam que o trato anterior "violava os *interesses* nacionais por cessar o tráfico em curto período" e "maculava a *dignidade* e comprometia a *independência* por ser efeito de ingerência da Inglaterra" (PARRON, 2011, p. 77). Além disso, os mesmos conservadores, queixavam-se que o prazo estabelecido para o fim definitivo do tráfico de escravizados fora uma imposição do poder executivo, deixando o legislativo em uma situação de subalternidade nessa discussão.

Por mais que os parlamentares conservadores argumentassem dessa forma, concordamos com Sidney Chalhoub (2015, p. 76) que o discurso patriótico, de defesa da dignidade e da independência nacionais, por eles proferido em diversas ocasiões era apenas o pano de fundo dos seus reais interesses, ou seja, os de criar novos meios para que o tráfico atlântico pudesse prosseguir sem problemas e, por outro lado, de "anistiar os fazendeiros que haviam adquirido africanos contrabandeados" após o decreto de 1826. Foi nesse contexto de disputas e contestações políticas que foi criada a lei de 7 de novembro de 1831.

Chamada igualmente de lei Feijó, ela declarava "livre todos os escravos vindos de fora do Império", instituindo "penas aos importadores dos mesmos escravos". O artigo 1º, destacado em nossa epígrafe, dizia taxativamente: "Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres". Segundo Beatriz Mamigonian (2017, p. 77), durante as assembleias para outorgar a lei, surgiram discussões referentes a este primeiro artigo: "quem seria considerado 'africano livre' após a promulgação da lei?" Segundo a autora, houve vários questionamentos, a minoria dos políticos defendeu que a lei fosse aplicada a todos os africanos trazidos do norte do Equador desde os decretos de 1818 e de 1826; já outros, sustentavam a proposta, então aprovada no senado, de que só teriam a condição de livres, aqueles que fossem

importados a partir da data que a lei entrasse em vigor (MAMIGONIAN, 2017, p. 77).³

Por sua vez, o citado artigo 1.º da lei de 7 de novembro de 1831 traz no seu curto texto uma amostra da dificuldade sentida pelos legisladores brasileiros (bem como da sociedade em geral) de se pensar os africanos chegados ao Brasil para além da condição de escravizados, como se as marcas de suas africanidade e negritude fossem naturalmente incompatíveis com as da liberdade. Embora, de acordo com a determinação legal, os africanos que chegassem em tumbeiros a partir da lei Diogo Feijó fossem declarados livres, eles continuaram sendo definidos pelo texto da lei como “escravos” e não como homens livres escravizados. (BRASIL, 1831, art. 1.º) E, como escravizados é que eles foram tratados pelas autoridades e introduzidos na sociedade pernambucana, mesmo possuindo juridicamente a condição oposta.

O segundo artigo da lei estipulava que “os importadores de escravos no Brasil, incorreriam na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem a escravidão pessoas livres” além de sofrerem uma “multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados”. Além disso, deveriam custear as “despesas da reexportação a qualquer parte da África” (BRASIL, 1831, fl. 182). Lendo estudos sobre o assunto ou até mesmo analisando documentos da época, percebemos que, por mais que essa cláusula estipulasse penalidades aos importadores, a liberdade dos africanos livres seguia vulnerável e os envolvidos no tráfico seguiam sem punição. Por sua vez, o processo de reexportação apesar de ser aprovado, praticamente virou letra morta – como, de certa forma, ocorreu com a própria lei de 7 de novembro de 1831.

³ Segundo Beatriz Mamigonian (2018), a proposta foi aceita devido ao grande número de africanos introduzidos no país, desde março de 1830 e os políticos tinham receio que a ordem social fosse comprometida, gerando revoltas e, nesse caso, “o governo não teria autoridade suficiente se fosse chamado a controlar a situação”.

Como medida paliativa, o governo regencial tomou como referência o artigo 5.º do Alvará de 26 de janeiro de 1818.

O alvará acima citado estipulou penas para os que fizessem “armar e preparar navios para o resgate e compra de escravos, em qualquer dos portos da Costa d’África situados ao norte do Equador”. Seu artigo 5.º determinava que, para evitar de serem abandonados, os africanos presos nessas circunstâncias deveriam servir como libertos “em algum serviço público de mar, fortalezas, agriculturas e de ofícios como melhor conviesse”, ou fossem “alugados em praças a particulares de estabelecimento e probidade conhecida” pelo tempo de 14 anos, o qual poderia ser diminuído “por dois ou mais anos” para aqueles africanos que “por seu préstimo e bons costumes, se fizessem dignos de gozar antes dele do pleno direito da sua liberdade” (BRASIL, 1818, fl. 9).

Esse período de 14 anos de serviço estipulado pelo Alvará de 26 de janeiro de 1818 tinha pretensamente o objetivo de disciplinar os africanos apreendidos nas circunstâncias acima descritas, fazendo-os aprender os dogmas católicos, a falar o português e um ofício para viverem sobre si. Sendo assim, as instituições imperiais as quais eram destinados os africanos livres, tinham como função discipliná-los, como diria Foucault (1987), para que eles, ao completarem o tempo de serviço, pudessem viver em sociedade como trabalhadores dóceis e produtivos.

Antes de serem encaminhados para as instituições ou particulares, para prestarem serviços e serem disciplinados, os indivíduos que fossem resgatados pelas autoridades na costa pernambucana eram levados para o Recife, onde “ficavam em armazéns e depósitos recebendo cuidados médicos até que se fosse decidido seus destinos” (FERNANDES, 2010, p. 48). Durante o processo de aprisionamento, era necessário identificar se esses negros eram ou não africanos introduzidos após a lei de 1831, afinal

de contas, não era intenção das autoridades dar a condição de livre a um escravizado.

Sendo assim, em 1832 o governo imperial determinou alguns métodos para identificação desses negros. O primeiro deles segundo Sidney Chalhoub, era por meio de sinais de origens étnicas em seu corpo, onde peritos na leitura de escarificações, poderiam identificar se a exportação do africano foi recente. A segunda e a mais importante, seria saber se ele compreendia ou falava ou não o português: se não pronunciasse nenhuma palavra em português seria considerado boçal; mas, caso contrário, mesmo com “suspeita de que fossem boçais, se balbuciassem algumas palavras em português, seriam considerados escravos ladinos e ficariam à espera do aparecimento de senhores que os reclamassem” (CHALHOUB, 2012, p. 85).

Após o término dessas análises, os africanos seriam colocados em leilão a particulares e, caso não fossem alugados por senhores, iam servir nas repartições públicas, entre as quais: o Palácio do Governo, Cemitério Público, Colégio dos Órfãos, Hospital Santa Casa da Misericórdia e os Arsenais da Marinha e o da Guerra. Esses últimos eram os locais para onde “as autoridades destinavam boa parte dos que foram apreendidos nos navios envolvidos no tráfico ilegal” (FERNANDES, 2010, p. 60).

Os arsenais de guerras provinciais foram criados com o objetivo de “facilitar o abastecimento das tropas militares sediadas na província e situadas em região de fronteira distante dos principais centros urbanos do país”. Um arsenal era, portanto, “um grande depósito de fardamentos, armas, munições e equipamentos diversos, enviados pelo Rio de Janeiro e [também] fabricados nas oficinas” do estabelecimento (CRUDO, 2005, p. 25). As oficinas do Arsenal de Guerra de Pernambuco, por exemplo, eram dirigidas por um Mestre, designado pelo diretor, e divididas da seguinte forma: carpintaria de construção, ditos obras públicas, coronheiros,

ferreiros, serralheiros, espingardeiros, latoeiros, funileiros, pintores e seleiros. Nelas conviviam três grupos de trabalhadores: serventes, aprendizes menores e o objeto de nosso estudo: os africanos livres.

A direção do Arsenal de Guerra de Pernambuco, apesar de possuir aproximadamente 100 funcionários distribuídos tanto na administração quanto nas oficinas, via os africanos livres como mão de obra indispensável para a manutenção daquela repartição, devido ao custo ser ínfimo em comparação a um servente livre ou mesmo de um escravizado, que podiam realizar a mesma função. Grande parte dos africanos e africanas livres não tinha uma atribuição fixa, podendo trabalhar tanto nas oficinas produzindo os manufaturados, como em serviços de manutenção do prédio. Mas havia uma divisão do trabalho por sexo. Os homens muitas vezes atuavam como ferreiros, pedreiros, pintores, enfermeiros e limpadores; já as mulheres, trabalhavam como cozinheiras, enfermeiras e lavadeiras.

Baseando-nos em um ofício da diretoria, datado de 1862, conseguimos localizar em qual setor do Arsenal de Guerra uma parte dos africanos livres estava prestando serviços. Nesse documento, foram registrados 25 africanos sendo que, destes, “6 estavam na Companhia de menores e 9 no serviço braçal”. Os outros 10 estavam distribuídos em diversos setores: oito deles trabalhavam na enfermaria, no escriturário e com o professor de 1ª letras dos aprendizes menores e “dois coadjuvam aos guardas dos mesmos menores” (ARSENAL DE GUERRA 16, 1862, fls. 495-496).⁴

A partir desse relato, percebemos que os africanos livres “participavam não somente como mão de obra braçal”, mas também se abria a possibilidade de que eles, além de aprenderem a falar o português,

⁴ Arsenal de Guerra, doravante AG. Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

também aprendessem os rudimentos da escrita e da leitura na língua do dominante. É provável que os empregados no escriturário mencionados acima tenham passado por algum aprendizado desse tipo no arsenal ou em outra instituição, tornando-os qualificados para o exercício dessa atividade, como sugere Cyra Fernandes (2010, p. 61). Para Beatriz Mamigonian (2017), esses aprendizados eram até possíveis, mas não eram vistos como prioridade.

Cyra Fernandes (2010) a primeira a estudar os africanos livres em Pernambuco, diz em sua dissertação que os arsenais da guerra e da marinha, devido às demandas de serviço que necessitavam, foram os estabelecimentos que tiveram um maior quantitativo de arrendamentos de africanos livres. Analisando a documentação do Arsenal de Guerra, percebemos que nos dez anos estudados, houve um fluxo de africanos para aquela instituição, que variou entre 9 a 25 indivíduos. Vale salientar que dentro desse número, encontravam-se os filhos e filhas dos africanos nascidos no estabelecimento, os quais ainda não atuavam como serventes por ainda serem menores.

Os diretores do Arsenal de Guerra, em 1855 e 1856, rotineiramente solicitaram ao governo provincial o envio dos africanos livres para o arsenal, “a fim de evitar admissão dos referidos serventes escravos, que causam maiores despesas” (AG 11, 1855, fl. 335). No ano de 1856 o diretor do arsenal, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, justificou os pedidos pelo fato de ser “pequeno o número de africanos livres” trabalhando na instituição e não ter como executar as ordens provinciais de transferências daqueles negros para outras repartições (AG 12, 1856, fl. 119).

Ao cumprir uma ordem do presidente da província, o Arsenal de Guerra apresentou a “Relação nominal dos Africanos e Africanas livres que

hã sido matriculados⁵ neste arsenal com declaração das estações a que foram fornecidos, do que ainda existem ao serviço deste estabelecimento, e daqueles que faleceram” (AG 12, 1856, fl. 215). Baseados nesse documento, percebemos que foram matriculados 92 africanos livres desde 1831 até o ano de 1856, contando ainda vinte deles em serviço naquela repartição e oito falecidos. (AG, 1856, fls. 216 e 217) Vale ressaltar que o próprio diretor, no mesmo ofício, informou que a relação contava “com alguma inexatidão” devido à “falta de regularidade e de diversas notas, que se não lançaram a tempo”, se fazendo “necessário a presença de mais informações circunstanciadas para que se corrigisse esta falha” (AG 12, 1856, fl. 215).

Fazendo o cruzamento com outras relações da mesma repartição, percebemos que realmente alguns africanos não foram citados nessa lista nominal, como por exemplo os filhos menores desses negros. Com isso, podemos levantar várias hipóteses sobre essa inexatidão dos dados. A primeira delas é a negligência das autoridades no acompanhamento desses negros no arsenal ou nas outras instituições. Percebemos essa falta de controle quando encontramos diversos ofícios de outras repartições questionando se um determinado negro estava ou não prestando serviço no arsenal, sendo que, muitas vezes, os diretores respondiam negativamente a essas indagações.⁶ A segunda hipótese advém dos possíveis extravios e redução deles à escravidão, como Beatriz Mamigonian e Sidney Chalhoub mostraram em suas obras. Porém, não conseguimos encontrar nenhum indício dessas possibilidades dentro na documentação do Arsenal de Guerra.

⁵ A matrícula era um registro inicial de serviços dos africanos livres em instituições públicas. Geralmente, os registros serviam para prova, no caso das emancipações, que aqueles negros haviam completado o tempo total de serviço.

⁶ As repartições tinham necessidade de indagar quais as instituições os africanos serviram, para comprovar o tempo de suas atividades, quando esses negros solicitassem suas emancipações.

Os africanos livres eram enviados às repartições a partir de solicitações que seus respectivos diretores faziam diretamente ao presidente da província ou, em outros casos, aos dirigentes de outras instituições públicas onde esses serventes se encontravam em maior número. É importante destacar que as despesas com vestimentas, curativos e alimentos dos africanos livres ficavam “por conta da repartição” para onde eles tinham sido enviados – sendo concedido, para este fim, um aporte financeiro feito pelos cofres públicos (AG 10, 1854 p. 54). Segundo João Silveira Souza, presidente da província, a diretoria do Arsenal de Guerra recebia do governo imperial uma quantia de 240 réis diários *per capita* com este objetivo (AG 17, 1863, fl. 97) – um valor reputado, pelos próprios diretores, como insuficiente para custear essas despesas. Para se ter uma ideia dessa insuficiência, basta dizer que muitos escravizados conseguiam obter um rendimento diário superior a esse montante trabalhando como negros de ganho nas ruas do Recife.

O diretor da instituição, Luiz José Monteiro, protestou alegando que, em um passado recente, seus antecessores recebiam 400 réis e não 240 réis “como erradamente disseram” (AG 17, 1863, fl. 146) e, em decorrência disso, solicitava que fosse “elevada a diária dos africanos a quatrocentos réis, o das africanas a trezentos e sessenta réis, e dos filhos, a duzentos e oitenta réis” por não ser o valor de 240 réis suficiente para mantê-los dentro da repartição (AG 17, fl. 96, 1863). O diretor ainda acusou seu antecessor de dar “destinos ilegais” ao dinheiro recebido com o intuito de produzir “acumulações para futuras honras” iguais às de 1857 – sem, no entanto, especificar quais eram essas honras (AG 17, fl. 146, 1863).

Procurando em ofícios anteriores, não encontramos nada referente à informação do referido diretor sobre a quantia de 400 réis de diárias. No entanto, teve diretor do Arsenal que agiu em sentido contrário, sugerindo a diminuição dos 240 réis diários. Em um documento, datado de 22 de

maio de 1862, Antônio de Gomes Leal, diretor do arsenal naquele ano, informou ao presidente da província que existiam em caixa 4:698.4058 réis, oriundos das diárias dos africanos livres. Por isso, ele solicitou a diminuição de 240 para 200 réis para adultos e de 160 réis para os menores, visto que “os africanos livres ao serviço deste arsenal” se encontravam “alimentados, vestidos e curados” (AG 16, fl. 193, 1862). Das duas, uma: ou Antonio Leal era um gestor muito eficiente, conseguindo racionalizar os gastos e manter com folgas o custeio das despesas, ou, então, ele havia tornado ainda mais precárias as condições de vida dos africanos livres, diminuindo gastos para criar um *superávit* e granjear a simpatia e as benesses do presidente da província.

Não sabemos se ele conseguiu ser tão eficiente assim na gestão dos recursos financeiros destinados ao pagamento dos custos com os africanos livres, ou, se ele agiu movido por uma razão tão instrumental na administração do Arsenal de Guerra. O que sabemos é que o valor *per capita* de 240 réis, no início da década de 1860, ou seja, o equivalente a 2.880 réis mensais, não devia mesmo ser muita coisa para alimentar, vestir e curar um africano livre. Esse valor mensal não pagaria sequer uma excursão de trem do Recife a Água Preta, como estava prevista para ocorrer no dia 5 de outubro de 1862. O bilhete mais barato, o da Terceira classe (ida e volta) custava 4\$000 réis (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1862, p. 4). E o diretor Antonio de Gomes Leal ainda sugeriu ao presidente da província a subtração de 40 réis a esse montante

A despeito dos valores de custeio serem insuficientes, como eram o vestuário, curativos e alimentos desses africanos? O primeiro desses elementos é o que temos menos informações: as vestimentas desses negros. Pesquisando no Diário de Pernambuco, encontramos um edital de licitação para aquisição de objetos para o Arsenal de Marinha, datado de 23 de novembro de 1861, onde se informava as características das roupas

a serem compradas para os africanos livres daquela repartição pública. Ao todo pretendia-se adquirir “54 camisas e 79 calças de algodão azul” para os homens, e “6 camisas de algodãozinho branca” e “6 saias de algodão azul” para as mulheres (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1861, p. 3).

A cor azul predominava no vestuário dos africanos livres do Arsenal de Marinha. Em Pernambuco, essa tonalidade também era predominante no fardamento dos empregados públicos das instituições de vertente militar (o dos soldados do Corpo de Polícia, por exemplo, também era desse matiz). E no uniforme dos corpos de Voluntários da Pátria formados, na capital da província, para lutarem na Guerra do Paraguai (1865-1870). Podemos pressupor, portanto, que roupas azuis igualmente compusessem o vestuário básico dos africanos livres adstritos ao Arsenal de Guerra.

Os tratamentos hospitalares, que nos ofícios trocados entre a direção e a presidência da província eram chamados de curativos, eram um dos custos que o valor diário de 240 réis cobria ou, pelo menos, deveria cobrir. Dentro do Arsenal de Guerra, havia uma enfermaria destinada aos aprendizes menores, que na maioria das vezes atendia os funcionários e serventes daquela instituição, incluindo os africanos livres – embora, no caso destes últimos, a prática mais comum era a de enviá-los para tratamento no hospital da Santa Casa de Misericórdia.

No ano de 1862, a diretoria solicitou ao presidente da província, com a recomendação de José Zacarias de Carvalho, médico do Arsenal, a transferência do africano livre de nome Jorge para o hospital da Santa Casa da Misericórdia, pois ele não poderia ser tratado naquela repartição, por ter “uma só enfermaria para os aprendizes menores, sem acomodações para os africanos livres” (AG 16, 1862, fls. 567 e 572). Porém, analisando o ofício do médico, encontramos uma segunda justificativa para se recorrer a esse procedimento. No documento, José de Carvalho informou que Jorge deveria se ausentar daquela repartição para não deixar “a moléstia ganhar

terreno”, pois além da falta de comodidade, o contato dele com outros africanos poderia fazer com que a doença se generalizasse (AG-16, 1862, fl. 580).

Com a solicitação da diretoria do arsenal sendo acatada pelo governo provincial, Jorge foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia no dia 17 de dezembro de 1863, recebendo alta hospitalar em menos de uma semana. Mas, aparentemente, a ligeireza na concessão da alta foi apenas uma forma de os médicos da Santa Casa se livrarem do africano adoentado, pois ele continuava com as mesmas enfermidades motivadoras de sua transferência para aquele nosocômio. Por isso o médico José de Carvalho requereu, por ofício, o seu retorno para a Santa Casa e também que fosse dado “um destino qualquer ao mesmo africano, visto a impossibilidade de [ele] prestar serviços”, para que ele “não [viesse] a ter já uma terminação fatal”. A saúde de Jorge parecia estar por um fio. A baixa foi-lhe concedida, mas ele acabou falecendo na Santa Casa, alguns meses depois, no ano de 1864.

O caso de Jorge, bem como o de outros africanos livres matriculados na instituição, revelou não ser incomum a transferência dos negros enfermos para tratamento médico fora do Arsenal. Apesar da possível preocupação com a proliferação de moléstias, algo presente no discurso médico-higienista desde a primeira metade do Oitocentos, aventamos a hipótese de que esses deslocamentos tinham igualmente o intuito de diminuir os gastos com os africanos livres, pois, quem custeou as despesas de Jorge no Hospital da Santa Casa de Misericórdia foi a Tesouraria da Fazenda. Reforça essa hipótese o fato de que, no ano da transferência de Jorge (1863), existiram várias queixas relacionadas com o dinheiro insuficiente para a manutenção dos africanos livres.

Alguns africanos livres chegaram ao Arsenal de Guerra e somente se livraram do trabalho compulsório quando desceram à sepultura. No

período que estudamos, foram registrados seis óbitos: três menores e três adultos. Segundo o aviso de 25 de junho de 1839, quando um deles falecia, os seus responsáveis ou arrematantes deveriam comunicar o óbito ao Juiz dos Africanos e seu escrivão, “para que se procedesse ao competente termo de identidade de pessoa no cadáver” (AG 10, 1854, p. 22). O termo assinado pelo referido juiz e o registro da matrícula (que continha as características físicas e motoras do falecido) deveriam ser entregues ao governo provincial.

No entanto, nem sempre essa normativa era cumprida ao pé da letra. Como aconteceu, em 1854, com a africana livre de nome Angélica, que foi sepultada sem o cumprimento desses requisitos legais devido ao não comparecimento do respectivo juiz e seu escrivão (AG 10, 1854, p. 25). Esse procedimento era necessário, como afirma Beatriz Mamigonian (2017, p. 105), porque alguns arrematantes inescrupulosos podiam se utilizar do fraudulento artifício de “declararem a morte dos africanos livres a seu serviço no lugar de seus escravos” para, por debaixo dos panos, reduzi-los efetivamente à escravidão. E sem custos.

A maioria dos óbitos verificados entre os africanos livres nesse período foram motivados por problemas bacterianos, derivados da contaminação por comida e água, cujas despesas também deveriam ser custeadas pelas diárias. No Diário de Pernambuco (1856, p. 1), encontramos um edital do Arsenal de Guerra informando o interesse “de contratar gêneros alimentícios para o fornecimento da companhia de aprendizes [...] e dos africanos livres” durante os meses de novembro e dezembro de 1856. Nesse edital, a diretoria especificava quais seriam os mantimentos: pão de quatro onças, bolachas, carne verde, carne seca, farinha de mandioca, açúcar somenos refinado, café, chá hyson, manteiga francesa, arroz pilado, bacalhau, feijão preto ou mulatinho, toucinho de Lisboa, azeite doce e vinagre.

O supracitado edital aponta para uma dieta diversificada tanto para os aprendizes menores quanto para os africanos livres. Porém, não podemos afirmar que esses alimentos chegassem à sua mesa ou que a sua rotina alimentar fosse assim tão variada. Em 1863, o próprio diretor da instituição, Luís José Monteiro, mostrou, sem rodeios, o quão difícil era garantir-lhes uma alimentação com essa variedade. Em ofício enviado à presidência da província, ele informou que todos os africanos livres “deveriam comer em mesma proporção e qualidade”, mas essa premissa era impossível, visto que somente “o custo da libra de carne verde era de 200 reis” – um valor, inclusive, bem próximo ao da diária destinada a eles para sua manutenção (AG 17, 1863, fl.148).

Como foi falado anteriormente, a intenção das instituições imperiais era disciplinar os corpos dos africanos livres, tornando-os dóceis e produtivos, para que eles pudessem ser introduzidos em sociedade. Porém, esses negros não eram agentes passivos, submissos às imposições concernente a esse processo de disciplinamento. O cotidiano do Arsenal de Guerra não era apenas, como diria Michel de Certeau (1998, p. 41), um espaço onde se produzia a disciplina; mas funcionava também como um campo de antidisciplina, onde os africanos livres, utilizando táticas criativas, miúdas e, muitas vezes, subreptícias jogavam “com os mecanismos da disciplina e não se [conformavam] ela a não ser para alterá-los”.

Nesse cenário precário, em busca de se livrar do serviço obrigatório, de melhoria na dieta alimentar ou nas condições de trabalho, os africanos livres utilizavam várias táticas que iam contra a lógica disciplinar do Arsenal de Guerra e da sociedade. Uma delas, era a de se apropriarem dos instrumentos legais criados pelos dominantes e se aproveitarem das suas brechas para lutarem por sua liberdade. Thompson (1997, p. 355) já alertou, em um dos seus clássicos livros, que a lei não pode ser vista apenas

como um mecanismo de dominação, pois, mesmo sendo um produto das classes dominantes, ela não pode ser reservada para uso exclusivo da própria classe que a formulou: a lei traz consigo princípios de igualdade e universalidade que têm “de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens”.

E, dessa maneira, ela acaba tornando possível a contestação dos dominados. Com o passar do tempo, muitos africanos livres tomaram conhecimento, por exemplo, da existência da lei de 7 de novembro de 1831, que não havia sido derogada, e foram aos tribunais com ela a tiracolo para requisitarem suas emancipações. Como os escravizados fizeram em outras situações, valendo-se de outros dispositivos legais, a exemplo da Lei do Ventre Livre, de 1871.⁷ Beatriz Mamigonian (2017, p. 156), ao analisar as petições de emancipações dos africanos livres tanto destinados a repartições públicas quanto a particulares, percebeu que a partir de 1834, esses negros “tomaram consciência do seu estatuto jurídico aos poucos e frequentemente adotaram os códigos de resistência e negociação usados pelos escravos”.

Assim como acontecia com os africanos e afrodescendentes escravizados, uma tática utilizada pelos africanos livres para tentarem se livrar da servidão obrigatória ou para obterem um local com um ritmo de trabalho menos extenuante, era a das fugas. Os diretores do Arsenal se valiam do artigo 13 do Regulamento de 3 de janeiro de 1842, destinado aos menores aprendizes, para tentar controlar seus passos. Por esse artigo, eles deveriam permanecer no Arsenal durante toda a semana, podendo dele se ausentar apenas com a “permissão por escrito do diretor, que não a concederia por mais de três dias”. Caso se ausentassem sem licença, eles “seriam apreendidos onde fossem encontrados” e as pessoas que,

⁷ Em Pernambuco, um trabalho que mostra como os escravizados utilizaram a legislação em seu favor é a dissertação de mestrado de Lenira Lima da Costa (2007).

porventura, os tivessem aliciado ou admitido em suas casas, oficinas, ou serviços seriam punidas conforme a lei (BRASIL, 1842, art. 13).

Um dos primeiros casos relatados foi o da africana livre Maria, que se “achava por efeito de arrematação de serviço” na casa do Major José Egídio Ferreira. Ela foi matriculada no Arsenal de Guerra em 17 de abril de 1855 e dali foi encaminhada para o Colégio dos Órfãos para que pudesse prestar seus serviços. Porém, no ano de 1856, ela foi enviada de novo para o Arsenal, por ser considerada “incurrigível”. Pouco tempo depois, ela foi mandada para “outro destino”, pois, na ótica da diretoria do Arsenal, a sua presença causaria “males à moralidade do estabelecimento aonde existem 10 aprendizes menores parte dos quais já tocaram a puberdade” (AG 12, 1856, fl. 168).

É perceptível nesse ofício que a preocupação do diretor do Arsenal de Guerra era de que a suposta “péssima conduta daquela mulher” se tornasse um estímulo desviante entre os aprendizes menores, que eram pubescentes ou estavam na antessala da puberdade. No entanto, podemos aventar a hipótese de que o cuidado com a não permanência de Maria no Arsenal também derivou do fato de que ela pudesse estimular práticas de conduta semelhantes às suas entre os próprios africanos livres. Para evitar isso, era preciso seguir o preceito bíblico de separar o joio do trigo, enviando a africana desviante para outra repartição pública. Uma conduta que muitas vezes, segundo Cyra Fernandes (2010, p. 51), era aproveitada pelos africanos livres para mudar de serviços e de locais em busca de alguma melhoria para suas vidas.⁸

Porém, essas fugas podiam se dar também após a concessão de uma licença. Analisando os documentos, encontramos dois casos de africanos

⁸ Uma tática observável igualmente entre escravizados fugidos durante o século XIX. Para uma melhor percepção das estratégias de resistência utilizadas por eles na primeira metade do século XIX ver o trabalho de Wellington Barbosa da Silva (2003).

livres que receberam a autorização e só retornaram após suas recapturas. O primeiro ocorreu em 1857, quando o diretor do Arsenal de Guerra informou ao presidente da província que o africano de nome Jorge – aquele mesmo que falamos anteriormente – estava ausente por mais de três dias daquela repartição. E que o chefe de polícia estava ciente do ocorrido, bem como dos seus sinais físicos para providenciar a sua captura. Jorge foi capturado em Salgadinho, por Alberto José Dias da Silva, morador daquela localidade, que ficou por receber “dez mil réis, como gratificação de semelhante trabalho” (AG 13, 1857, fl. 123).

Ao retornar às instituições, os africanos livres “eram castigados de forma idêntica ao que se fazia em relação aos escravos urbanos” na mesma situação (CHALHOUB, 2012, p. 183), como descrevemos em nosso segundo caso. Em ofício datado de 9 de outubro de 1854, o diretor do Arsenal informou à diretoria do Colégio dos Órfãos que o servente por eles procurado, o africano livre de nome Manuel, não se encontrava naquela instituição (o local de sua matrícula), visto que, “quando eles (os africanos livres) [praticavam] semelhantes faltas nunca se dirigiam para aqui por não acharem apoio algum”. Manuel foi encontrado aproximadamente vinte dias depois, sendo castigado por ser preguiçoso e desobediente com doze palmatoadas.

Mesmo assim, o diretor do Colégio dos Órfãos não quis mais contar com Manuel no seu quadro de serventes e requereu, em ofício destinado ao Arsenal, a sua devolução e a sua troca por outro africano livre, argumentando que ele era de má conduta e não tinha condições de permanecer na sua instituição (AG 10, 1854, fl. 398). Além de castigá-los fisicamente, a diretoria do Arsenal adotava outras práticas para reprimir a rebeldia dos africanos livres. Percebemos isso, ao ver o caso de João 1º (que se dizia chamar Joaquim), que vivia preso por ferros, “por manifestar excessos de maior doidice e de irascibilidade” (AG 12, 1856, fl. 102).

Antonil, escrevendo ainda no raiar do século XVIII, havia anotado que os africanos escravizados tinham formas diferentes de se relacionar com a sociedade escravista: “Uns chegam muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida” (ANTONIL, 1982, p. 89). João 1.º podia ser um daqueles africanos que continuavam rudes e fechados por toda a vida. E seus “excessos de doidice e de irascibilidade”, registrados pela diretoria do Arsenal de Guerra, talvez fossem tão-somente uma forma de ele demonstrar inconformidade com a sua situação, um ato de resistência contra seu dissimulado cativo.

Outros africanos livres, como diria Antonil, buscavam “modo de passar a vida”, procurando encontrar brechas no sistema escravista que pudessem ser usados em sua luta por liberdade. Os atos de rebeldia como os relatados acima, podiam prejudicá-los em suas petições emancipatórias. Como foi salientado, a pena da lei decretava que todo africano livre deveria prestar 14 anos de serviço obrigatório. Contudo, esse tempo podia “ser diminuído por dois ou mais anos” para aqueles “que por seus préstimos e bons costumes, se [fizessem] dignos de gozar antes dele do pleno direito da sua liberdade” (BRASIL, 1818, p. 9). Na documentação aqui pesquisada, percebemos africanos livres que, mesmo possuindo menos de 14 anos de serviço, entraram com petições de emancipação alegando terem bom comportamento.

Entretanto, durante a década de 1850 e anos iniciais do decênio seguinte, a situação dos africanos livres enviados para as repartições públicas se tornou mais problemática do que a daqueles arrematados por particulares. Beatriz Mamigonian (2017, p. 337) indica que, nesse período, a administração imperial se utilizou de meios ardilosos para dificultar ou até mesmo impedir a emancipação dos primeiros, pois “nem a combinação

de obediência, boa conduta e capacidade de sustentar-se, nem garantias dos concessionários pareciam assegurar que as petições fossem deferidas”.

Uma das armadilhas utilizadas, segundo a autora acima citada, foi a promulgação do Decreto n.º 1.303 de 28 de dezembro de 1853. Este marco legal declarou “que os africanos livres, cujos serviços [fossem] arrematados por particulares, [ficariam] emancipados depois de quatorze anos” (BRASIL, 1853, p. 420). Porém, não falou nada sobre os que fossem enviados para as repartições públicas. O silêncio da lei permitiu às autoridades imperiais uma interpretação desfavorável às demandas emancipatórias dos africanos livres, com o caviloso argumento de que somente os africanos arrematados por particulares podiam ser emancipados após os 14 anos de trabalho compulsório e não os das repartições públicas.

As concessões de liberdade dos africanos livres destinados às repartições públicas só vieram ocorrer com maior proporção após a revogação do decreto mencionado acima e a sua substituição pelo decreto n.º 3.310, de 24 de setembro de 1864. Este, por sua vez, declarou a emancipação “de todos os africanos livres existentes no Império ao serviço do Estado ou de particulares, havendo-se por vencido o prazo de quatorze anos” (BRASIL, 1864, fl. 160). E estabeleceu, ainda, que as cartas de emancipação fossem expedidas com maior brevidade e sem despesa alguma para os africanos livres. Mesmo assim, examinando os processos emancipatórios no âmbito do Arsenal de Guerra, percebemos que essa norma era inócua, pois a entrega das referidas cartas demorava mais de um ano e os africanos custeavam todas as despesas do trâmite burocrático.

Nos dez anos aqui estudados (1854-1864), notamos que os pedidos emancipatórios dos africanos existentes no Arsenal de Guerra só começaram a ser solicitados nos últimos dois anos desse período, onde contabilizamos um total de 7 petições. O primeiro requerimento localizado

foi de outubro de 1862, quando Francisco 4^o pediu sua carta emancipatória “por servir desde dezembro de 1851, tendo uma boa conduta de forma a merecer a confiança de seus superiores” (AG 16, 1862, fl. 437). O pedido de Francisco 4.^o e os de outros africanos evidenciam que muitos deles, ao darem entrada no pedido de emancipação, não tinham catorze anos de serviços completos, demonstrando como eles se apegavam do trecho da lei que diminuía o tempo por dois ou mais anos, caso tivessem um bom comportamento.

Para o início de um processo emancipatório era necessário que os africanos livres enviassem um requerimento à diretoria do Arsenal de Guerra, por meio do qual eles justificavam o pedido de emancipação. Caso o diretor concordasse com o teor do documento, ele enviaria um ofício para o presidente da província informando-o sobre a solicitação do africano livre. Esse ofício continha uma estrutura dividida em duas partes. Na primeira, o diretor informava o nome do africano e a sua justificativa, bem como o seu comportamento e o tempo de serviço prestado à instituição; a segunda parte era destinada para que a diretoria se posicionasse dando parecer favorável ou não à demanda do solicitante.

Percorrer todo esse processo burocrático não era coisa simples. Os requerentes nem sempre tinham informações precisas de quando chegaram ao Arsenal de Guerra. Contavam apenas com informações esmaecidas pelo tempo ou o que continuava aceso nas suas memórias. A própria noção de tempo dos brasileiros, bem como a sua forma de contá-lo e de registrá-lo, podia ser diferente da de seus grupos étnicos originários na África. Apenas restava-lhes, talvez, a noção intuitiva de que muitos dias e noites tinham transcorrido desde a chegada deles no seu dissimulado local de cativo.

⁹ Por haver dois ou mais africanos com o mesmo nome, a diretoria do Arsenal acrescentava uma numeração para facilitar a identificação daquele negro.

Em ofício datado em 31 de outubro de 1862, o africano Joaquim 2^o entrou com um pedido de emancipação, alegando que estava de serviço no Arsenal de Guerra “há mais de 15 anos, com boa conduta e prontidão” (AG-16, 1862, fl. 457). Porém, o diretor refutou seu argumento, informando “que o suplicante servia à nação acerca de 12 anos”, sendo remetido “a este arsenal a 17 de janeiro de 1851” (AG - 16, 1862, fl. 457). Infelizmente não conseguimos acompanhar o desenrolar desse pedido emancipatório, mas provavelmente ele foi recusado e Joaquim 2.^o continuou a prestar serviço no Arsenal de Guerra até, pelo menos, completar os 14 anos de trabalho obrigatório – embora existisse a possibilidade de ele jamais ter se livrado dos grilhões dessa escravidão velada.

Mesmo assim, muitos deles tentaram, de maneira persistente, reconquistar sua antiga autonomia. Em relatório enviado para o presidente da província, datado de 1863, o diretor Luiz José Monteiro registrou o crescimento de pedidos emancipatórios dos africanos livres matriculados no Arsenal de Guerra. Certamente eles já haviam aprendido o sentido prático do velho ditado popular de que “a esperança é a última que morre”. A emancipação era a oportunidade concreta para eles reconstruírem suas vidas destroçadas pelo escravismo, para eles viverem realmente como homens e mulheres livres, e não em um simulacro de liberdade.

Considerações Finais

Assim como o caso de Joaquim 2^o, muitos dos africanos e africanas livres estudados nesse capítulo se perderam nas brumas do passado, mostrando-se apenas nos momentos em que interagiam com a diretoria daquela instituição: fosse enviando petições de emancipação ou em momentos de indisciplina – quando precisavam ser castigados a título de exemplo para os demais. O caráter lacunar dos documentos coligidos nos

impossibilitou, até agora, de sabermos como ficaram as condições de vida dos africanos livres transferidos para outros lugares e, tampouco, as daqueles que conseguiram suas tão esperadas cartas emancipatórias. O avançar das pesquisas empíricas poderá nos trazer algumas respostas, apontar alguns indícios, trazê-los de novo à superfície dos acontecimentos. É para isso que nós continuamos, sob os auspícios de Clio, escarafunchando papéis velhos e embolorados no silêncio dos arquivos.

Referências

1. Fontes Manuscritas.

Coleções de Manuscritos consultados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE):

Arsenal de Guerra (AG): AG (10), AG (11), AG (12), AG (13), AG (15), AG (16), AG (17), AG (18).

Polícia Civil (PC): Ofício do chefe de polícia interino Manoel Rodrigues Villares para o presidente da província Antonio Pinto Chichorro da Gama, 18/3/1846. Polícia Civil, cód. 13, fls. 90-90v

2. Fontes impressas

BRASIL, Alvará de 26 de janeiro de 1818. Disponível em: <<https://bit.ly/3ct578E>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL, Carta de Lei de 23 de novembro de 1826. Disponível em: <<https://bit.ly/2MlpFW7>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL, Lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em: <<https://bit.ly/36oGNRJ>>. Acesso em: 04 de set. 2020.

BRASIL, Regulamento n.º 113, de 3 de janeiro de 1842. Disponível em: <<https://bit.ly/36vFGQ9>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL, Decreto n.º 1.303, de 28 de dezembro de 1853. Disponível em: <<https://bit.ly/39xx3q6>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL, Decreto n.º 3.310, de 24 de setembro de 1864. Disponível em: <<https://bit.ly/39BUUVT>>. Acesso em: 17 out. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 23/11/1861, p. 3. Conselho de compras navais. Disponível em: <<https://bit.ly/3jbeoUj>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1/10/1862, p. 4. Anúncio de excursão de trem do Recife a Água Preta. Disponível em: <<https://bit.ly/3aoGTD4>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

3. Fontes Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Lenira Lima da. **“A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888”**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Matogrosso (Cuiabá, 1842-1899)**. Tese (Doutorado em História Cultural), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Cyra Luciana Ribeiro de Oliveira. **Os africanos livres em Pernambuco, 1831-1864**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____.; GRINBERG, Keila. Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 3, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/39vXtIW>>. Acesso em: 12 set. 2020

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Wellington Barbosa da. “**A cidade que escraviza, é a mesma que liberta...**”: estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

“Gozando dos foros de homem livre”: cenas da agência escrava à luz das dinâmicas de encarceramento no Recife Oitocentista (1861-1874)

*Aurélio de Moura Britto*¹
*Thiago Nunes Soares*²

Introdução

O desígnio deste texto é coligir algumas considerações em torno da presença de escravos na Casa de Detenção do Recife na segunda metade do século XIX. Nosso intento é redimensionar as hierarquias e oportunidades próprias que o encarceramento oitocentista conferia aos diversos escravizados que por lá transitaram. Pretendemos demonstrar que, a despeito das diversas agruras e sofrimentos vivenciados pelos escravizados nos cárceres nacionais, estas instituições continham inúmeras porosidades e inconsistências normativas que os escravizados, não raro, manipulavam ao seu favor no sentido de auferir melhorias concretas. Além disso, o sistemático encarceramento de escravizados à revelia da legislação é um fenômeno particularmente apropriado para dimensionar os múltiplos embates entre os senhores proprietários e a aplicação da justiça por parte do Estado.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do curso de licenciatura plena em História da UNIVISA (Centro Universitário da Vitória de Santo Antão). Integra o Grupo de Estudos Interdisciplinar Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (PUPULUS) do NEEPD-UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5266624197764867>

² Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC e professor formador da Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Appris, 2018) e organizador e autor da coletânea **Pernambuco na mira do golpe** (Editora Fi, 2021), disponível gratuitamente em <https://www.editorafi.org/059golpe>. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>.

Vistas a partir da clausura, as cenas da escravidão urbana no Recife podem revelar, em parte, novos roteiros e itinerários insólitos. Ora, diferente do que se pode pensar a prisão não é um mundo alhures, de todo peculiar e alheio às dinâmicas da cidade. Ao contrário, a prisão está conectada a sociedade que a engendra e de onde emergem “as redes que a atravessam e a ligam permanentemente ao exterior” (CUNHA, 2008, p. 22).

Esta breve reflexão, portanto, não enfatizará as normatizações e controles a que estavam submetidos os escravizados que adentram os muros da instituição, mas as zonas de autonomia a partir das quais eles confrontavam essas disposições de controle. Nos limites desse artigo nossa abordagem irá desviar o máximo possível de uma análise restrita as práticas de controle, via de regra, caracterizada pela atenção “exclusiva e obsessiva que procura descrever as instituições e os mecanismos da repressão” (CERTEAU, 1994, p. 105).

Nesse sentido, entendemos que é preciso superar a tendência de investigar essas modernas prisões do oitocentos de uma perspectiva modelar, puramente regulamentar. Reafirmar que as diretrizes e prescrições da reforma prisional não foram seguidas integralmente pela população carcerária não nos leva muito longe, senão ao lugar comum de que a vida social não cede integralmente às normatizações. Deste modo, coadunamos com a historiadora Amy Chazkel para quem “afirmar que as regras não eram seguidas e que a prática divergia da letra da lei é o mesmo que identificar uma condição geral da humanidade” (CHAZKEL, 2009, p.8).

Com isso, não pretendemos elidir ou confrontar as abordagens mais habituais que enfatizam as agruras e os sofrimentos vivenciados pelos indivíduos escravizados, mas dar a ver a complexidade analítica em torno da questão do encarceramento no contexto da reforma prisional

vivenciada pela monarquia brasileira em meados dos Oitocentos. Essa problemática será explorada no contexto da administração de Rufino Augusto de Almeida que dirigiu a instituição entre anos de 1861 e 1875.

Convém ressaltar que no contexto internacional se travava um altercado debate, capitaneado pela Europa e Estados Unidos, acerca da reforma das prisões que engendrava um processo de transição dos mecanismos de punição vigentes no mundo Ocidental. Em substituição das práticas punitivas empreendidas no Antigo Regime notabilizadas pelos suplícios, exposição dos punidos em patíbulos e cadafalsos, a pena de privação da liberdade se reveste, nesta conjuntura, de um caráter moderno e civilizado posto que além de suplantando os espetáculos públicos da punição apresentava como premissa o processo de regeneração do indivíduo criminoso. Conforme sublinhou Fernando Salla, “a construção da civilização passava necessariamente pela modernidade penal.” (SALLA, 1999, p. 24)

Nos trópicos, a pena de privação de liberdade foi incorporada numa ossatura maior de controle social disponível à elite imperial. Deste modo, é possível afirmar que subjacente ao discurso muitíssimo propalado de modernidade e progresso, alguns dos dirigentes do Estado vislumbravam na construção dessas instituições a “possibilidade, muito mais tangível e realizável, de reforçar os mecanismos de controle e encarceramento já existentes. Essa foi, de fato, a maneira pela qual as autoridades do Estado concebiam, geralmente, a “modernidade” de seus projetos sociais” (AGUIRRE, 2009, p. 41).

No Brasil oitocentista inexistiu um consenso político, por parte dos administradores estatais, no sentido de adesão incondicional a reforma das prisões, ao contrário, é possível perceber que parcela da elite não estava disposta a enveredar nessa onerosa empreitada e se manteve reticente em investir os fundos públicos provinciais. Aguirre (2009)

sugere que essa situação se fez presente na América Latina como um todo, pois, a exiguidade dos recursos disponíveis concorreu para refrear o entusiasmo dos dirigentes estatais.

A manutenção do cativeiro no Brasil independente suscitou uma série de acomodações singulares a fim de conciliá-la com o advento de um Estado com justificações e rotinas pautadas no constitucionalismo monárquico. Diferente do Velho Mundo, a construção das prisões modernas não poderia implicar, sob a égide da escravidão, numa aplicação de penas incorpóreas, tal qual insinuada nas formulações de Foucault (2002). De modo que não era incomum que os suplícios, banidos ou em vias extinção na Europa, fossem praticados no interior das modernas prisões brasileiras.

Ainda assim, é preciso lembrar que nem sempre os interesses da elite senhorial e do Estado imperial convergiam quando o assunto era a punição aos escravos, sobretudo, no contexto da segunda metade do Oitocentos, momento em que, gradativamente, o escravismo brasileiro sofre duros golpes institucionais a partir da implementação da lei Eusébio de Queiroz.

A originalidade da reforma brasileira residia não só na exiguidade dos recursos disponíveis para edificar as modernas prisões, o que efetivamente gerou uma série de adaptações nos modelos arquitetônicos, como também pela manutenção do sistema escravista. No Brasil, o modelo de punição prisional pautada na privação da liberdade conviveu e relacionou-se com as técnicas de punição propriamente corporais que fundamentavam há muito tempo as rotinas do escravismo brasileiro. Nesse sentido, seria um equívoco supor que as modernas prisões correccionais brasileiras suscitaram uma substituição imediata ou declínio irreversível de formas explicitamente corporais de punição. Não raro, essas instituições tomaram para si a administração dos castigos ou, ao menos, coadjuvaram os senhores em suas práticas de controle (FERREIRA, 2009).

Mas a crescente intervenção do poder público no âmbito da punição de escravos evidenciava, por outro lado, o gradativo fortalecimento do Estado nacional a partir da segunda metade do século XIX (ALGRANTI, 1998). A autora salientou, com bastante perspicácia, como a escravidão urbana conviveu, na segunda metade do Oitocentos, com essa pressão exercida pelas instituições públicas que, em partes, elidiam a autonomia dos senhores proprietários de escravos. De modo que “o senhor que não desejasse se ver privado do trabalho de seus negros deveria controlá-los melhor, evitando que fossem presos por infringir as leis da cidade, e conseqüentemente perturbarem a o estabelecimento da ordem pública”. (ALGRANTI, 1988, p. 196). De maneira geral, na cidade os senhores sentiram de forma mais sistemática a “intromissão” do poder público, sobretudo, no âmbito da punição aos escravizados. Nesse sentido, é correto afirmar que “a presença crescente do poder público no governo dos escravos a partir do século XIX com a intensificação do controle punitivo sobre eles, tendência essa proveniente [...] em grande parte da expansão do aparelho estatal (BRIGHENTE, 2019, p. 15).

A reforma prisional no Recife: modernidade e controle social.

Assim como suas congêneres de outras províncias, a Casa de Detenção do Recife - ativada em 1855 e concluída apenas em 1867- foi decorrência deste movimento de reforma prisional que vivenciou a monarquia brasileira na segunda metade dos oitocentos, fulgurando no imaginário político da elite recifense como parte do ideário de civilização e modernidade jurídica, assim como, uma instituição estratégica na correção e mitigação dos hábitos dissonantes e práticas delinquentes. Entre os edifícios que os administradores da cidade ostentavam com maior orgulho estava o prédio da Casa de Detenção do Recife, expressão local do movimento de reforma prisional vivenciado pela monarquia brasileira em

meados dos oitocentos. Parte fundante da moderna justiça criminal, nesse contexto, a prisão é percebida como sendo uma instituição que tinha por função não somente o confinamento dos indivíduos infratores, mas também deveria encetar uma transformação moralizadora nestes. Deste modo, esta instituição era representada na concepção política de parcela da elite local como um significativo avanço rumo à modernidade jurídica, ao passo que integrava recife ao projeto reformador europeu que vislumbrava superar os suplícios e corrigir a figura do delinquente.

Inaugurado em 1855 o raio norte, põem-se em funcionamento a Casa de Detenção e rapidamente passa a figurar como um orgulhoso título no rol de melhoramentos da capital pernambucana, não por acaso, era listada por um articulista coevo como sendo um dos “palácios de Chumbos da Veneza Americana” (MELLO, 1975, p. 826). Era reputada por alguns administradores da época como a contrapartida das precárias edificações particulares que serviam de cadeias no interior da província. Na concepção de Sergio Teixeira de Macedo, presidente da província, a nova prisão destoava flagrantemente dessas cadeias, motivo pelo qual alardeava que “em compensação, temos na capital a Casa de Detenção, cujo estado é sumamente lisonjeiro e oferecerá as condições de um bom sistema penitenciário” (RELATÓRIO, 1857, p.24).

O terreno escolhido para edificar a Casa de Detenção do Recife estava situado na “margem direita do Capibaribe, um pouco acima da ponte da Boa Vista, por trás da rua da Concórdia em um terreno da marinha” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 21/01/1850), tratava-se de um alagado, o que viria a dilatar sensivelmente o valor alçado para concluir a edificação, o que por outro lado convertia-se num verdadeiro desafio para a Repartição de Obras Públicas que só findaria completamente em 1867.

A localização da Casa de Detenção do Recife não é um mero detalhe que pode ser negligenciado e tomado por secundário. É preciso ter em

conta um conjunto de dinâmicas, especificidades e implicações que aquele ambiente propiciou emergir no interior do estabelecimento. Obliterando inclusive as próprias disposições regulamentares que prescreviam o isolamento dos detentos. Portanto, é preciso atentar para diversas as modalidades de conexão que entrecruzam e aproximam a prisão e a cidade, ofertando aos escravizados que foram remetidos para a instituição manejar em proveito próprio diversas fissuras e inconsistências contidas no cotidiano prisional (BRITTO, 2019).

José Mamede Ferreira Alves, engenheiro, diretor da Repartição de Obras Públicas, foi o responsável de edificar o novo prédio. Mamede expunha, aos seus colegas deputados, que havia elaborado um projeto arquitetônico a fim de construir na capital pernambucana um edifício que servisse, exclusivamente, para a detenção. Nesta ocasião, argumentava acerca da impossibilidade do mesmo prédio, simultaneamente, ser utilizado como casa de correção e detenção, entre outras razões, por necessitarem de diferentes distanciamentos em relação ao centro urbano da cidade. Assim, considerava ele que:

Cada uma dessas prisões tem forma muito particular muito diferente uma da outra (...) não convém de maneira nenhuma que as prisões de detenção sejam colocadas fora da cidade: as prisões de detenção tem que ser colocadas no centro da cidade, o mais próximo possível dos tribunais porque os homens contidos nestas casas têm por vezes que ir aos tribunais não só para presenciarem a formação de seu processo como para se defenderem na ocasião de serem julgados, as prisões penitenciárias ao contrário não convém que sejam dentro da cidade, devem ser construídas fora da cidade devem ser colocadas por assim dizer nos arrabaldes e isto por muitas razões. Para satisfazer as regras de higiene, estabelecer um bom sistema de ventilação (...) devem haver oficinas e estas não se poderão estabelecer dentro da cidade. (DIARIO DE PERNAMBUCO. 06.07.1848)

Entretanto, é preciso considerar que na ocasião da elaboração do regulamento prisional de 1855 ficava patente, entre outras questões, a opção realizada para que a nova prisão abrangesse também os detentos sentenciados, o que a convertia numa instituição prisional com finalidades também corretivas. O próprio administrador Rufino Augusto de Almeida aludia que, em seu funcionamento efetivo, o “edifício destinado para servir de custódia as pessoas suspeitas em averiguações policiais e de prisão em indiciados em crimes está hoje convertida em prisão penitenciária pela prática estabelecida de serem nele conservados sentenciados”. (APEJE. FUNDO CDR. Relatório. Março de 1862- setembro de 1863. p. 16)³

Presos de diversas condições e classes passaram e foram reclusos na prisão da capital, inclusive os escravizados. A pena de privação de liberdade não era direcionada aos escravizados. Direcionava-se ao homem livre cuja reclusão, em tese, poderia suscitar um processo de remição na medida em que morigerava o indivíduo infrator. O fundamento da pena era a crença da perfectibilidade moral do infrator, condição que não comportava os escravizados cujas penas eram diferenciadas.

Já no Código Criminal de 1830 é possível observar a presença das penas de prisão simples e com trabalho, esta última não poderia ser aplicada caso o infrator fosse escravo, para estes casos era acionado o artigo 60 “que previa punição com açoites e, em alguns casos, galés e pena de morte”. (TRINDADE, 2012, p. 18) No caso da primeira modalidade de punição é possível notar que a penalidade assume dupla função: primeiro, retribuir a sociedade o mal causado, ou seja, ressaltava o caráter punitivo da pena, por outro lado, “a pena serviria de exemplo para que a infração não fosse cometida por outras pessoas”. (GONÇALVES, 2000, p.41)

³ Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Casa de Detenção do Recife (CDR); doravante citadas somente pelas siglas.

Ao nível da implementação da punição propriamente dita a coisa passava-se de forma distinta e a presença de escravizados nos cárceres era algo corriqueiro e previsto nos próprios regulamentos prisionais. Muitas vezes, os regulamentos específicos de cada instituição, que eram elaborados ao nível provincial, possuíam frestas que permitiam uma intensa cooperação com os senhores na tarefa de implementar a repressão e o controle dos escravos. Andrei Koerner também percebeu o fenômeno e assinalou que “nas cidades escravistas havia a colaboração entre autoridades públicas e senhores de escravos para punir, deter, controlar a circulação e as atividades dos escravos nas ruas”. (KOERNER, 2011, p.211) É preciso, no entanto, evitar esquematismos analíticos e perceber que não havia um alinhamento total entre os senhores proprietários e os interesses das instituições prisionais.

Na Casa de Detenção do Recife, a força de trabalho escravizados poderia ser utilizada com o fito de promover uma série de atividades cognominadas de “serviços de faxina”. O regulamento de 1855 dispunha que:

Art. 13. Todas as prisões serão numeradas varridas diariamente e lavadas ao menos uma vez por semana, bem como fornecidas de água para todos os usos de maneira a conservar-se permanentemente a maior limpeza e asseio. Art.14. O serviço designado no artigo precedente será realizado pelos escravos ou pelos condenados a trabalhos públicos e na falta desses por pessoa contratada para esse fim. Art. 15. Os presos das duas classes anteriores perceberão alguma gratificação pelos serviços prestados à qual será arbitrada pelo Chefe de Polícia e não poderão recusar-se aos trabalhos que pelo administrador lhe for determinado salvo por incomodo de moléstia ou dando outra pessoa para fazer seu serviço. (APEJE. REGULAMENTO DA CASA DE DETENÇÃO. 1855, Art. 13-15)

Ao arrepio do Código Criminal, uma das funções que a Casa de Detenção exerceu, acessoriamente, foi auxiliar os senhores no exercício do controle, uma vez que, para a instituição era “enviados os escravos fugidos ou suspeitos de fugidos que permaneciam lá até serem reclamados pelo seu dono, e os escravos correccionados, ou seja, aqueles que a pedido do senhor recebiam castigos” (MAIA, 2005, p. 205). Os suplícios deveriam ser praticados no interior do estabelecimento prisional, devendo “o seu valor ser pago pelo seu senhor que não o poderá tirar em quanto não estiver quite” (REGULAMENTO CDR, 1855, Art. 57) Este valor consistia na quantia de 5\$000 réis por escravo recolhido à Detenção.

É preciso evitar leituras apressadas para não incorremos em conclusões estreitas. Não havia um alinhamento total entre os senhores proprietários e os interesses das instituições prisionais. Em vez de cooperação total é possível encontrarmos também momentos de atritos, contraposições e conflitos explícitos. Prontamente, podemos assinalar que inexistia conformidade irrestrita entre as aspirações senhoriais e a administração dos estabelecimentos prisionais. Desse modo, nota-se “uma preocupação maior do que a esperada de uma instituição representativa da classe dominante em preservar os escravos, [...] de certos abusos.” (MAIA, 2005, p. 205).

Gradualmente, opera-se a constituição do aparato judicial no Brasil independente, projetando a justiça, nas suas diversas instâncias, como árbitro das contendas que abarcavam senhores e escravos. De modo distinto do que pode sugerir leituras simplificadoras, “o direito simultaneamente contribuiu para perpetuar o poder de proprietários sobre seus escravos e para que escravos e libertos conseguissem desafiar o poder de seus senhores” (GRIMBERG, 2007, p. 5). A leitura e o escrutínio das evidências permitem constatar uma relação ambígua entre a instituição e os escravizados.

Uma descida à trama: a complexidade das relações cotidianas dos escravizados.

Sustentamos até o momento o caráter complexo e ambíguo da relação entre encarceramento e escravidão no século XIX. De um lado, a Casa de Detenção contribuiu para reforçar a escravidão, ao passo que legitimava a propriedade escrava e albergou em seu perímetro diversos escravos para sofrer punição mediante requisição dos senhores. Por outro lado, serviu como veículo de contestação da ordem escravista. Alguns escravizados, portanto, vislumbraram o encarceramento perpetrado pelo poder público como uma forma de limitar o poder de punição dos seus senhores.

Diversos relatos de atritos envolvendo a aplicação da pena de açoites demonstram essa asserção. É forçoso, agora, uma descida à trama forjada no cotidiano e, conseguinte, escrutinar a alguns registros primários que permitem avançar em nossas considerações e apontamentos sobre o tema. Antes, porém, convêm uma digressão. Múltiplos são os desafios que emergem diante do intento de estudar os segmentos subalternos no período aqui delimitado. A escassez de fonte ao alcance do historiador é, sem dúvida, o primeiro deles, afinal, “quanto mais pra trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes inferiores, mas restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição” (SHARPE, 1992, p.42).

Coligimos alguns casos individuais que foram submetidos a um exame qualitativo e nos forneceram elementos para alçar algumas assertivas mais abrangentes acerca das modalidades de conexão entre a prisão e sociedade escravista. Examinamos, portanto, os indícios arrolados consubstanciados na perspectiva que reputa que as “práticas colocam em jogo uma ratio popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir” (CERTEAU, 1994, p. 42).

Nem sempre podemos constatar a convergência entre as diretrizes exaradas pelo administrador Augusto Rufino de Almeida e os senhores proprietários. Disso nos dá conta o caso da parda Maria, escrava de Elias Emiliano Ramos, que no dia 15 de junho de 1874, foi enviada para correção a fim de sofrer a penalidade de “palmatória” na presença do dito senhor, devido ao seu “estado de saúde” e seu porte “muito fraco e extraordinariamente magro” o primeiro castigo, “duas dúzias de bolos, estragou-lhes as mãos e a pôs de cama” e querendo o senhor dar continuidade aos castigos aos quais presenciava, aduz o administrador Rufino Augusto de Almeida, “me opus, por que seria isto antes um ato de barbaridade do que a correção moderada que permite o código criminal” (APEJE. Fundo CDR, Ofício nº 295, p. 252-253)

Nesse caso, o administrador temia não só pela condição da escrava, mas também pela repercussão do caso, afinal, estavam presentes “diversas pessoas que estavam de visita no estabelecimento” que ao presenciarem o suplício “horrorizavam-se de ver o estado físico da miséria escrava”. Por fim, Rufino Augusto de Almeida contesta moralmente o senhor, que no seu entendimento ele “mostrava um semblante de rancor, ódio e objeto de vingança”, afirmava ter conhecimento que este era um homem de “mal coração, e capaz de um ato de vingança contra a escrava se lhe for ela entregue” (Idem).

Essas contendas envolviam senhores de vários portes. Desde indivíduos desconhecidos até um do quinhão do Visconde de Suassuna, que se negava pagar as despesas com “alimentação e roupa” de seu escravo, Antônio Lourenço. Ao qual administrador interpôs o artigo 57 do regulamento, afirmando que “não podia entregar, ante que efetuasse esse pagamento” reiterando que fazia isso por motivações estritamente de “natureza administrativa” (APEJE. CDR. 4.1/7, Ofício nº 30).

Legalmente, inclusive, o Código Criminal vetava a pena de prisão com trabalho para infratores de condição escrava, mas não é difícil encontrar na documentação perscrutada escravos trabalhando em oficinas ou mesmo com alguma autonomia no interior da Casa de Detenção, se não em função do trabalho propriamente dito como decorrência das relações pessoais que construíam.

É preciso considerar que concomitante às disposições regulamentares existia certa ordem costumeira que concorria para definir e conformar efetivamente o cotidiano e a dinâmica das diversas atividades que integravam a vida na prisão. É preciso atentar também que as associações pessoais permitiam, não raro, os escravizados manter suas relações comerciais e ludibriar, a partir de vários subterfúgios, o olhar vigilante das autoridades policiais responsáveis pela escolta e os empregados da instituição. Essa situação era bem exemplificada pelo próprio escravo do administrador Rufino de Almeida. Ao longo de sua gestão o administrador vez teve que se ausentar diversas vezes cargo em função de problemas de saúde ou mesmo para representar a província nas exposições que ocorriam na Corte, momento em que um administrador interino era designado para assumir seu lugar. Essas ocasiões são importantes para nosso desígnio na medida em que podem fornecer uma leitura diferente daquela apresentada por Rufino de Almeida e se não é capaz de ser um contraponto às percepções de Rufino de Almeida, seguramente, é um complemento que não pode ser preterido em uma leitura intensiva da documentação.

Em 1874, o Administrador interino Teotônio Soares de Avellar remetia informações ao chefe de polícia sobre o escravo Jacinto, propriedade do administrador efetivo. Este escravo “pernoitava dentro do circuito das muralhas e em um dos quartos da casa que deita para o jardim” (APEJE. Série CDR. Vol. 11, p. 59).

Interrogado a respeito de tal regalia, Jacinto afirmou que “durante a administração do seu Senhor tivera por dormitório o indicado quarto e que continuava ainda a tê-lo por permissão q se lhe fazia” (Idem). Ademais, o dito escravo, segundo Teotônio Soares de Avellar, era “arguto e ludibriador”, visto que durante sua estada na prisão buscava dirimir sua condição escrava e aproximar-se da condição de livre. Entre as atitudes do escravo Jacinto as que mais aturdiavam o administrador interino era o fato de:

[...] andar calçado e limpo e intitulava-se empregado da casa, gozando dos foros de homem livre e que estimulava aos meus subalternos, isto, é aos respectivos guardas, a cuja classe queria ele pertencer. E com essa astúcia e requintada audácia iludia a todos e até o fez com o cadete que fazia parte da força sob o comando do tenente. O grave inconveniente a que estava submetido o estabelecimento me parece intuitivo pois que era fácil ao mesmo escravo ministrar bebidas espirituosas a alguns detentos, máxime aos da 1º classe com quem nutre relações de amizade e ainda mais fácil lhe era ocultar as vasilhas, já no velho telheiro que serve que já não fica contíguo a cozinha e ali chegarem elas de pronto e a salvo as mãos dos detentos livres e escravos que as seis horas da manhã saem para seus respectivos trabalhos. (APEJE. Série CDR. Vol. 11, p. 59.)

A própria dinâmica da instituição, no entanto, conferia concretamente espaços de autonomia para que os escravos auferissem ganhos cotidianamente. Conforme o artigo 14 do regulamento de 1855, os escravos ficam incumbidos de realizar o serviço de faxina do estabelecimento, pelo qual deveriam realizar não só a limpeza interna, assim como, “a condução de alimentação dos detentos, matérias primas para as oficinas, em fim todo o serviço externo que se tem necessidade em um estabelecimento da ordem deste” (APEJE, Série CDR, vol. 6, p. 160). Estas idas e vindas ao espaço público possibilitavam ao escravo angariar

algum pecúlio, afinal, nestas ocasiões “como é costume muito antigo alguns escravos ou sentenciados aproveitam estas ocasiões para venderem alguns artefatos de sua indústria como chapéus, vassouras e trancas”. (Idem)

Os escravos podiam ser remunerados pelos seus serviços “prestados”, o que foi alvo de crescentes objeções senhoriais. Entendiam que tal artifício “tornaria a prisão dos mesmos em vantagem e não em castigo” (MAIA, 2001, p. 216), sendo tal concessão revogada do regulamento seguinte, em 1885. Nesse sentido, constatam-se reclamações de senhores que afirmavam que o administrador utilizava seus escravos em proveito próprio, como foi o caso do Miguel Augusto de Oliveira, senhor do escravo Benedito que foi encontrado “em uma das ruas da cidade vendendo vassouras”, e o senhor recorreu ao “Dr. Juiz Municipal suplente da 2º Vara” afirmando que “o seu escravo estava ganhando 400 reis diários”. (APEJE, CDR, vol. 6, p. 160.)

Sem dúvida, na vida enclausurada das prisões, saídas diárias pelas ruas da cidade eram privilégios concretos e não podem ser negligenciadas em nossa análise. Ademais, se levarmos em conta que tanto escravos como livres eram passíveis de assim serem punidos, a prisão, em alguma medida, perderia “a virtude da intimidação, especialmente, para os criminosos de condição servil que consideram vantajosa a troca da escravidão pela vida folgada e ociosa das prisões”. (BRASIL. MINISTRO DA JUSTIÇA. Relatório, 1873, p. 42)

Essa questão suscitou intensos debates, afinal, detinha implicações para a própria manutenção da ordem pública na medida em que essas autoridades consideravam nodal a dimensão coibente das penas e das prisões, deste modo, entendia-se que “uma pena que não intimida, longe de reprimir, provoca e excita ao crime”. (BRASIL. MINISTRO DA JUSTIÇA. Relatório, 1869, p. 23) Essas idas e vindas pelas ruas, simultaneamente,

impossibilitava o isolamento penal e esmaecia o poder de intimidação da pena, uma vez que, alguns detentos poderiam levar uma vida menos desditosa do que fora de seus muros, especialmente, os escravos. De modo que para alguns escravizados “a estadia na Casa de Detenção representava uma vida um pouco mais confortável e até mesmo a possibilidade de acumularem um pecúlio.” (ALBUQUERQUE NETO, 2015, p. 142)

Em suas formulações, hoje clássicas, George Rusche e Otto Kischeimer ressaltavam o quanto as prisões deveriam apresentar padrões rigorosos para manter sua finalidade de intimidação, tal como explicitado pelo princípio da “less eligibility”. Nesta perspectiva, para que possa manter as sanções preventivas a partir da pena de privação da liberdade, as prisões devem apresentar em seu funcionamento cotidiano as piores e mais degradantes condições, assim, estar em reclusão deve ser considerada a mais horrenda das experiências sociais, muito mais degradante do que a mais ínfima atividade fora do cárcere. Para não se converterem em locais almejados pelos segmentos mais depauperados de uma determinada sociedade, as prisões devem apresentar as mais aviltantes condições de subsistência humana. Nesta perspectiva, se o sistema prisional apresentar condições mais dignas para os presos do que para as classes mais pobres de uma sociedade, o efeito de intimidação da pena não pode ser efetivado (RUSCHE; KIRCHEIMER, 2004).

Outra possibilidade bastante factível era a evasão dos escravos em decorrência do acesso ao lado de fora da instituição para realizar diversos serviços ou mesmo ir carregar as matérias-primas para as diversas oficinas de trabalho coletivo que funcionavam no perímetro da Casa de Detenção. Basta uma mirada rápida na documentação compulsada para percebemos que muitas destas fugas ligavam-se diretamente a maneira como estavam organizadas as atividades do mundo do trabalho na prisão tanto em suas determinações regulamentares quanto nas disposições

ancoradas no costume e na prática cotidiana. Essa era um mecanismo bastante utilizado pelos escravizados.

Além disso, essas situações possibilitavam a fuga dos escravos, pois praças que deviam escoltá-los nem sempre apresentam postura cuidadosa, chegando mesmo a “pararem e entrarem em algumas tabernas para beberem consentindo que os presos conversassem com pessoas estranhas em cujo ato teve lugar a fuga” (APEJE. Fundo CDR. Livro de registros de ofício p.119). Em outras oportunidades a realização da fuga é atribuída não ao desleixo da escolta, mas as artilosidades perpetradas pelos escravizados.

O administrador, Rufino de Almeida, informava ao Chefe de Polícia instituído, Abílio José Tavares da Silva, acerca da realização de uma fuga e argumentava que:

Não houve o menor descuido da parte do urbano e das praças que estavam de guarda no portão. O fato deu-se na presença do Comandante das Armas e outros empregados e por um modo que a todos maravilhou. Vão entrando do portão os ditos escravos quando de repente voltam e partem na carreira vencendo sempre a dianteira por serem moços, vigorosos e correrem descalços e os soldados calçados. (APEJE. Fundo CDR, (4.1/3), p.116).

Não se tratava de um caso isolado. De fato, o serviço da faxina era um atrativo para a perpetração desses atos. Em outra ocasião, ocorreu de forma semelhante com o escravo Manoel que estava detido por “andar fugido” e realizava as atividades sob a escolta do guarda Guilherme Tell. Chegando fora do portão para realizar o serviço de faxina “lançou-se por terra e fugiu de modo a não ser mais pegado pelo guarda que o perseguia e que o perdeu de vista pelo lado do gasômetro” (APEJE. Fundo CDR. (4.1.5), p.14). Nesta ocasião Rufino de Almeida reiterava ao chefe de polícia

que “é muito fácil a um negro moço e acostumado a correr por se fora do alcance de um homem menos ágil e calçado” (Idem).

As fugas eram penalizadas com particular rigor pelo regulamento de 1855. Assim, ao “preso que tentar evadir-se, ou para esse fim aliciar outro preso sofrerá o máximo da 4^o pena, ao depois a 3^o, em seguida a 2^o e a 1^o” (REGULAMENTO CDR, 1855, art.51). Ou seja, o preso seria submetido as seguintes sanções:

4. Retenção em célula solitária e obscura por um a três dias.
3. Retenção em célula solitária com a porta de madeira fechada, por um a três dias.
2. Restrição das concessões dos artigos 25^o (passear no corredor e edifício), 28^o (escrever e receber correspondências de amigos e parentes) e 29 (receber visitas) por um a dois dias.
1. Retenção em célula solitária, com a porta de madeira aberta por um a cinco dias (REGULAMENTO CDR, 1855, Art. 44).

Ao que nos sugere os casos analisados, os riscos que incorriam os presos não eram capazes de esmaecer do horizonte dos detentos a ideia de fugir. O escravo de nome Ignácio também resolveu se arriscar e foi eficaz no seu intento. Talvez em função de ser um perfeito conhecedor das rotinas da escolta e do serviço de faxina, uma vez que, já havia sido recolhido à Casa de Detenção entre os anos de 1856 e 1861, quando “desde a sua primeira entrada foi sempre e exclusivamente empregado no serviço da faxina” (APEJE. Fundo CDR. (4.1/4) p. 113). Saindo do estabelecimento para “buscar os gêneros para a alimentação dos presos pobres”, sob a escolta do urbano Ladislau Marques de Mello, quando chegou no açougue da ribeira, localizado no bairro de São José, o escravo “fugiu largando-se a correr e apesar dos esforços que, segundo me informam fizera o dito urbano, não foi possível prendê-lo” (Ibidem).

Essa fuga deixou pasmo o administrador que considerava Ignácio como sendo um sujeito de “bom comportamento” e lhe inspirava confiança. Sua fidúcia era decorrência do fato do escravo “não ser criminoso e há tantos anos andava diariamente em serviço de faxina” (Ibidem). No caso das fugas efetivadas existia, segundo Rufino de Almeida, um elemento que dificultava a captura do preso fugido. Trata-se de um componente de ordem cultural, que ele adjetivou de “indiferentismo de nossa população nessas ocasiões” (APEJE. Fundo CDR, (4.1/3), p.116). Nenhuma das evasões auferiu tanta notoriedade quanto a do “Preto Thomaz”, que já discutimos em outro trabalho (BRITTO, 2018). Grande parte da repercussão alcançada por esta fuga, em detrimento de outras que aconteciam e que apenas ganhavam uma acanhada nota nos jornais, pode ser explicada pela notoriedade do criminoso, mas também pelo fato de que nesta ocasião ter Thomaz causado grande alarido pela cidade.

Esses casos elencados permitem assinalar algumas complicações para os estudos da história das prisões de modo a redimensionar algumas questões naturalizadas. Certamente, as inúmeras idas e vindas dos escravos nos estabelecimentos prisionais do império não correspondem aos momentos mais ditosos na vida dessas pessoas, entretanto, ali, lado a lado com os “livres pobres”, desvanecendo as barreiras jurídicas que os separavam, urdiram formas e estratégias que, por vezes, possibilitaram que sua estada na prisão fosse menos violenta do que nos domínios senhoriais. Desse modo, algo de verossímil existia num artigo publicado no jornal A Província que, em defesa de um grupo de escravos que pretendiam ser livres e foram remetidos para o estabelecimento como presos correccionais, prescrevia que “não fossem eles tirados da casa de detenção [...] atento o estado das coisas, ali estavam mais garantidos do que em mãos de seus pretensos senhores” (A PROVÍNCIA, 17/12/1872, p. 4)

Dentro ou fora do perímetro da instituição, o trabalho penal, caracterizado neste contexto como elemento nodal para reestruturar a moral dos condenados, foi também um suporte para autonomia dos detentos. De ganhos monetários nas oficinas à possibilidade de fugir, o labor penal oferecia aos detentos uma gama de brechas no ordenamento e não convém que sejam negligenciadas.

Assim, é possível sugerir que a Casa de Detenção podia representar uma melhoria na vida de alguns escravos e demais segmentos pauperizados. Com isso, não afirmamos que a prisão era um local almejado por estes indivíduos, sugerimos, isto sim, que no seu interior era possível que alguns desses indivíduos encontrassem padrões de existência correlatos ou superiores aos que vivenciavam cotidianamente, tamanha a precariedade dessas existências depauperadas. Ao menos é o que nos leva a crer o caso do escravo Francisco, propriedade do Major Alexandre Correia de Castro, que tentou a todo custo ludibriar a administração da Casa de Detenção do Recife para nela continuar recluso e, portanto, não voltar aos domínios do dito major que habitava na província da Paraíba. Para isso:

[...] por um cálculo absurdo do mesmo escravo continua ele a conservasse preso pois que desejando por qualquer meio que seja deixar de ir para o poder do suplicante, lembrou-se de inculcar-se por criminoso de morte [...] e mais crime ia ele citando se lhe fosse perguntado com tanto que desse em resultado demorar senão impossibilitar sua volta para o poder do suplicante. Não sendo, portanto, do arbítrio do escravo demorar sua ida para o poder do seu legítimo senhor, mentindo e alegando crimes fantásticos em províncias longínquas e sendo as provas muito tardias senão impossíveis daria lugar que ficasse mais tempo na casa de detenção [...] tomando em consideração tudo isso e pesando os documentos inclusos os quais levam à evidencia matemática o dolo, fraude e má fé das alegações do escravo. (APEJE, Série CDR, Vol. 04, p. 241).

Sustentamos, por conseguinte, que a passagem pelos cárceres imperiais não correspondia, necessariamente, às experiências sociais mais extenuantes vivenciadas pelos homens e mulheres escravizados no Oitocentos. Isso não implica afirmar que a vida carcerária fosse digna ou almejada pelos escravizados e disso não dar conta às inúmeras fugas de escravos da Casa de Detenção. Mas informa-nos que, sob a égide da escravidão, muitas experiências de opressão vivenciadas nas ruas do Recife equiparavam-se ou sobrepujavam as mazelas e dores produzidas pelo encarceramento.

Considerações finais

A imagem da prisão que é construída por esses cativos a partir de sua vida diária na detenção esmaece o sentido intimidador bosquejado por parte da elite imperial recifense. Apesar dos intensos castigos físicos a que estavam submetidos, esses indivíduos encontraram na prisão um subterfúgio que os permitia gozar de uma precária autonomia, ainda assim, por vezes, superior aos padrões que encontravam na vida diária sob a égide da escravidão. Em suma, a possibilidade de angariar algum cabedal e se locomover pelas ruas da cidade – com probabilidade concreta de evasão – tornou a vida carcerária de alguns dos presos menos isolada do que prescrevia os padrões de funcionamento das modernas prisões oitocentista. No recorte aqui examinado a Casa de Detenção do Recife logrou ser o purgatório terreno que parte da elite tencionou que fosse. Isto muito em função das diversas brechas e possibilidades que os detentos construía ou simplesmente utilizavam em função de já estarem contidas no próprio ordenamento.

Referências

Fontes primárias

Manuscritos

Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Fundo Documental da Casa de Detenção do Recife (CDR).

Regulamento da Casa de Detenção do Recife. 16 de agosto de 1855.

Correspondência do administrador com o Chefe de Polícia. 1874- maio de 1878, (4.1/7), Ofício nº 295, pp. 252-253.

Correspondência do administrador com o Chefe de Polícia, 1874- maio de 1878, (4.1/7), Ofício nº 30, s/n.

Ofício do Administrador da Casa de Detenção do Recife, ao Chefe de Polícia, Luiz Martins Pereira, 20 de julho de 1866, vol. 6.

Livro de registros de ofício de 4 de março de 1862 a 13 de setembro de 1863.

Correspondências do Administrador/Diretor. (4.1/3) março de 1862- setembro de 1863. p. 16.

Documentos Oficiais

BRASIL. MINISTRO DA JUSTIÇA (Manoel Antônio Duarte de Azevedo). Relatório do ano de 1874, apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura. p. 41. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1867/000001.html>. Acessado em: 20/01/2013.

BRASIL. MINISTRO DA JUSTIÇA (Manoel Antônio Duarte de Azevedo). Relatório do ano de 1873, apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura. p. 42. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1867/000001.html>. Acessado em: 20/01/2013

RELATÓRIO que à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857 o exm. sr. conselheiro Sergio Teixeira de Macedo, presidente da mesma província. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1857.

Periódicos

A Província. Recife, Terça-feira, 17 de dezembro de 1872.

Diário de Pernambuco, Recife. 21 de janeiro de 1850.

Diário de Pernambuco. Recife 06 de julho de 1848.

Bibliografia

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das Prisões no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. **Punir, recuperar, lucrar**: o trabalho penal na casa de detenção do Recife (1862-1879). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no rio de Janeiro, 1790-1821. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz. **História das prisões no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, pp 217-252.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. **A condição jurídica criminal do escravo no Império do Brasil**: um estudo a partir de Castro, província do Paraná (1850-1888). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

BRITTO, Aurélio de Moura. **Fissuras no ordenamento**: sociabilidades, fluxos e percalços na Casa de Detenção do Recife. (1861-1875). Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Recife, 2014.

BRITTO, Aurélio de Moura. Punição, regeneração e autonomia: aspectos do trabalho prisional vistos a partir da fuga do “preto Thomaz” (Recife, 1868). In: **Revista Crítica Histórica**, v. 17, p. 27-50, 2018.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: a casa de detenção do Rio de Janeiro na primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes [et al.]. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 2. 2009.
- CUNHA, Manuela P. da (org.): **Aquém e Além da Prisão**. Cruzamentos e Perspectivas, Lisboa, Editora Noventa Graus, 2008.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. O tronco na enxovia: escravos e livres nas prisões paulistas dos Oitocentos. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). **História das prisões no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 154-188.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **Cadeia e Correção: Sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.
- KOERNER, Andrei. O impossível panóptico tropical-escravista: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 35, p.211-224, jul., 2011.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Os Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2001.
- MAIA, Clarissa Nunes. Quando a liberdade não é um bem que pertence a todos: a condição de vida dos escravos na Casa de Detenção do Recife. In: **CLIO. Série História do Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, v.17, p. 19-27, 1998.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. (Org). **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)**. Recife: O Cruzeiro, Vol. 2, 1975.
- RUSCHE Georg; KIRCHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 1999.

SHARPE, Jim. A história vinda de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992,

TRINDADE, Cláudia Moraes. A implantação do trabalho prisional na penitenciária da Bahia (1833- 1865). In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; FILHO, Milton Júlio de Carvalho (orgs.). **Prisões**: numa perspectiva multidisciplinar. Salvador, EDUFBA, 2012.

Homens ilustrados: um perfil formativo dos vereadores do Recife no Século XIX

*Williams Andrade de Souza*¹

Consagrou-se na historiografia a ideia de que as elites camarárias compunham um segundo escalão na dinâmica política e governativa do Brasil oitocentista. Algumas interpretações até descrevem os agentes do poder municipal como menos qualificados, compondo a chamada elite local em contraposição às regionais e imperiais, respectivamente. Porém, tal classificação não é suficiente para dar conta da realidade diversa na qual tais indivíduos estavam inseridos. Por isso, diante da fluidez, composição múltipla, estratificação político-social-econômica, mobilidade geográfica, redes de conexões, atuação e influência dos membros das municipalidades, cabe uma interpretação mais alargada dessa categoria.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo remontar um dos muitos perfis da elite camarária do Recife no Oitocentos: o panorama formativo ou de instrução dos vereadores que aturam no município entre 1829 e 1849. Das primeiras letras e afins à formação acadêmica, apontamos a heterogeneidade do grupo, mas também as similitudes, unicidade e o *know how* da sua ilustração no mundo paroquial, provincial e imperial, quiçá internacional. A contento, o percurso aqui contempla nuances da história de Pernambuco e do Brasil por meio da recomposição

¹ Doutor em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em História Social da Cultura Regional e Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Professor Formador I – UAB/UFPE e SEE/PE. Além de publicações de artigos em revistas especializadas e capítulos de livros, é também autor do livro *A Câmara e o (des)governo municipal: administração e civilidade no Brasil Imperial (Recife, 1829-1849)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. E-mail: willandsouza@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2365423122255598>

do perfil da formação educacional dos indivíduos eleitos para governar a cidade no período em tela.

Em linhas gerais, trazemos contribuições ao quadro mais amplo das novas abordagens sobre as municipalidades no Brasil oitocentista. Se nas últimas quatro décadas os estudos historiográficos dedicados às instituições imperiais têm ganhado relativo espaço em diversos trabalhos acadêmicos e os poderes provinciais despontaram como tema central das análises,² os estudos sobre as câmaras municipais passaram a integrar esse mosaico, possibilitando questionamentos e análises interpretativas diversas sobre o período e a fundação e consolidação do Estado brasileiro a partir do microcosmo local. Refletir sobre o caráter da ilustração – o perfil de formação/educação – da vereança pode trazer novas contribuições sobre tal fenômeno e conceitos históricos aventados acima.

Um perfil da elite camarária do Recife oitocentista: sua formação

Trazemos aqui um tópico de uma pesquisa mais ampla que discorreu sobre as características institucionais e o perfil do grupo de vereadores que aturam na Câmara Municipal do Recife entre os anos de 1829 e 1849 (SOUZA, 2019). O estudo remontou o cariz e as funções político-burocrático-administrativo-representativas da respectiva Casa local e a trajetória, redes de alianças³ e atuação de 95 indivíduos que exerceram o cargo eletivo municipal da capital pernambucana no período. De forma abrangente, a investigação evidenciou que a governança cidadina era exercida entre as prerrogativas legais do Estado, os interesses da *elite complexa*⁴ que nela atuava e a interlocução com o cotidiano social.

² Para um apanhado historiográfico sobre tais questões, conferir: DOLHNIKOFF, 2005; LEME In: OLIVEIRA; PRADO; JANOTTI, 2006; VARGAS, 2007; GOUVÊA, 2008; FERNANDES, 2014; OLIVEIRA, 2014.

³ O termo abarca as relações políticas, econômicas, familiares e sociais.

⁴ O termo abrange a complexidade formativa, existencial e de atuação do grupo estudado. Diz respeito às múltiplas conexões e diversificadas pertenças político-econômicas e socioculturais dos seus membros, os quais, em seus

Demonstrando, por outro lado, que a câmara municipal não era apenas um instrumento de dominação, mas também uma instância representativa com a qual a população poderia interagir e demandar suas necessidades cotidianas, participando, assim, do mundo governativo, dos destinos das elites dominantes e do processo formativo mencionado anteriormente.

No bojo dos temas estudados, discorreu-se sobre a formação dos homens da Câmara do Recife, apontando o seu envolvimento no universo da ilustração. O *know how* de formação do grupo estudado sugere que ele estava acima da média da grande maioria da população do período, inclusive de parcela daquela considerada rica. Os personagens que atuaram na citada instituição tomavam parte de uma *elite ilustrada* que atuou na província pernambucana no período destacado. Passemos, então, para os dados e a análise sobre os tais homens “ilustrados”.

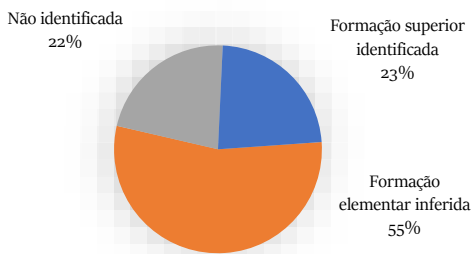
No rol dos 95 vereadores que atuaram em seis legislaturas entre 1829 e 1852, considerando trajetórias de vidas que se estendem entre o último quartel do século XVIII e do XIX, levantamos informações sobre diversos tipos e níveis de formação para cada indivíduo investigado. Entre os 73 personagens dos quais confirmamos algum tipo de estudo, 21 deles frequentaram o ensino superior. Isso representava quase um quarto do total dos que ocuparam cargo na vereança do Recife. Os outros 52 foram arrolados com algum tipo de formação elementar/secundária ou ocupações que só poderiam ser exercidas por pessoas com algum cabedal mais elevado de conhecimento formal. Do total geral, ainda restaram 22 vereadores sobre os quais não identificamos formação alguma, mas que são qualificados como “instruídos”, pois tinham algum tipo de saber letrado que os habilitava pelo menos a escrever seus nomes, o que já era

itinerários de vida, compuseram uma *elite de elites*, ou seja, estiveram vinculados aos quadros de outras tantas elites que formavam o universo do poder no mudo paroquial ou provincial, quicá estendendo-se à Corte imperial.

alguma coisa face ao estado generalizado de analfabetismo de grande parte da população no país de então.⁵

Ainda que a documentação não dê conta do nível de “ilustração” de todos os personagens arrolados, ela nos permite vislumbrar que parte deles tiveram formação superior, uma educação secundária mais qualificada ou o aperfeiçoamento na arte de ler, escrever e contar que os habilitava a exercer funções técnicas e alhures, especialmente no funcionalismo público vigente à época. O gráfico a seguir traz um resumo desse perfil formativo.

Gráfico 1: Percentual dos vereadores com formação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: APÊNDICE A – PERFIL CONSOLIDADO DOS VEREADORES DO RECIFE in: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

Do esboço geral, é lícito dizer que todos os indivíduos arrolados nesta pesquisa tinham ao menos uma formação de “primeiras letras”. No mínimo, sabiam escrever bem os seus próprios nomes e sobrenomes, pois os autógrafos e rubricas nos documentos camarários analisados o atestam. Os 22% dos quais não identificamos formação alguma, por certo, estavam inseridos nesse panorama. Conforme observou Maria Celi Chaves Vasconcelos, os meninos de vários naipes sociais no Oitocentos, especialmente os de famílias mais conceituadas, poderiam acessar os

⁵ A listagem dos vereadores com suas respectivas formações pode ser conferida no anexo deste capítulo.

saberes formais iniciais em três modalidades distintas de educação: a pública, a particular e a doméstica, sendo esta última muito utilizada no período. Em termos curriculares, os estudos abarcavam desde as primeiras letras e instrução primária, com a formação elementar em leitura, escrita e contagem, até a aprendizagem de idiomas, conhecimentos físico-matemáticos, lógica, contabilidade e escrituração mercantil, botânica, história e geografia, desenho e pintura, entre outros (VASCONCELOS, 2005, pp. 17, 76, 93).

Se tão somente esses 22 indivíduos que não identificamos formação alguma soubessem apenas autografar os documentos oficiais, isso já os distinguiu até de parte da elite socioeconômica não iniciada nas primeiras letras, conforme dissemos. Porém, é possível sugerir que tivessem bem mais habilidades escriturárias e mesmo participassem de alguma forma no mundo da divulgação das letras. Era o caso de Antônio Gomes Pessoa, um negociante, proprietário de loja e engenho e arrematante da Capatazia da Alfândega da província. Liberal convicto, foi membro da Sociedade Patriótica Harmonizadora e da Sociedade Federal de Pernambuco, e nelas promovia reuniões públicas com pautas e leituras de documentos e cartas recebidos de outras agremiações ou sócios (BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 229, 15/01/1832, p. 1215, c. 2; n. 70, 27/03/1833, p. 278, c. 1).⁶ Em sua loja situada na Rua da Cadeia Velha (atual Avenida Marquês de Olinda, bairro Recife Antigo), nº 44, além de vender escravizados, dispunha de folhetins liberais para o público interessado (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 102, 14/05/1827, p. 411, c. 1; n. 450, 11/08/1830, p. 3020, c. 1; n. 113, 28/05/1831, p. 483, c. 1). Portanto, além de poder ampliar seus saberes em tais instituições e práticas político-econômicas, contribuía para a propagação de ideais e conhecimentos para parte dos habitantes da cidade.

⁶ Para mais sobre essas instituições, conferir: FONSECA, 2016; ANDRADE, 1956.

Outros tantos personagens inseridos nessa categoria de “formação não identificada” tinham trajetórias ou vínculos mil semelhantes ao de Gomes Pessoa, apontando para suas habilidades inter-relacionais, capital político-econômico e relações clientelares diversas que, por certo, contribuíam ou eram resultantes de certo lastro de saberes e conhecimento. Era o caso de Antônio Ricardo do Rego, negociante com venda de molhados e casa pública de vender e comprar escravo, Irmão da Ordem Terceira de São Francisco e Juiz devoto de São Francisco de Paula, tendo sido Inspetor de Quarteirão, Juiz de Paz, Tenente-coronel da Guarda Nacional, Suplente de Delegado de Polícia do Recife, Juiz de Fato, Eleitor suplente de Santo Antônio e Juiz de Paz; ou mesmo João Pires Ferreira, negociante e senhor de engenho e embarcação, capitão da Guarda Nacional, Juiz de fato, Eleitor suplente do Poço da Panela e também membro da Sociedade Patriótica Harmonizadora, só para ficarmos nesses exemplos.

Embora não possamos avançar muito sobre a ilustração a partir daqueles sobre os quais não identificamos lastro educacional, a parcela dos que inferimos algum tipo de letramento e mesmo formação superior dentro e/ou fora do país, o que por si só lhes dava maior calibre nas autarquias da ilustração, é bem mais promissora para a análise. A propósito, conforme destacou Ilmar Rohloff de Mattos, no processo de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial, a “formação do povo” – entenda-se elite dirigente – foi uma necessidade premente, não só para formar e consolidar grupos aptos para a organização e atuação na estrutura político-administrativa, mas também para propalar a civilização e a ordem espanadas dos dirigentes e formar/consolidar “a boa sociedade” (MATTOS, 1987, pp. 251-263). Portanto, dentro dos quadros municipais circulariam aqueles que faziam parte desse universo.

Nesse perfil, o gráfico acima destaca que 55% dos vereadores do Recife tinham “formação elementar” em seus currículos. Essa categorização formativa foi inferida, principalmente, a partir do tipo de ocupação profissional exercida pelos indivíduos arrolados. Ou seja, suas atribuições como escrivães, secretários, cordeadores, cônsules, juizes sem toga, rúbulas, práticos em artes cirúrgicas, entre outros, funções “técnicas” que demandavam um mínimo de saber formal de leitura, escrita e números para além das “primeiras letras”.

Era o caso de Francisco Luiz Maciel Vianna, que foi nomeado Inspetor do Círculo Literário, por portaria de 1851, e, duas décadas mais tarde, designado Delegado do Distrito literário dos Afogados (BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 132, 11/06/1851, p. 1, c. 2; n. 245, 24/10/1873, p. 2, c. 2).⁷ Muito embora não tenhamos conseguido precisar se ele tinha formação elevada, fica entendido por tal designação “especializada” que algum estudo mais aquilatado ele tinha. Corrobora com isso, o caso de Bernardo Antônio de Miranda, Delegado da Instrução pública na freguesia da Várzea em 1860. Do segundo, soubemos que recebeu educação junto a seu pai em Lisboa (BN. Hemeroteca Digital, DP, n. 185, 10/08/1860, p. 3, cc. 3-4).⁸ Ou seja, eram homens com certo nível instrucional que, possivelmente, os capacitava a exercer tarefas que exigiam mais conhecimento qualificado.

Citemos também José de Pinho Borges, empregado público que atuou como Juiz da Alfândega de Pernambuco e Capitão-mor do Rio da Barra do Porto do Recife. No primeiro cargo, existente no Brasil desde 1548, exercia uma atividade que requeria dele domínio de uma série de conhecimentos, desde jurídicos a práticos dos afazeres portuários, fiscalidade, fazenda e

⁷ Essas funções eram públicas, mas, para o caso de Pernambuco, não confirmamos se percebiam proventos do governo. Na província de Minas Gerais, por exemplo, a gratificação dos delegados/inspetores do círculo literário foi suprimida em 1852. Por essa razão, não incluímos esse cargo no rol de emprego público em nosso perfil consolidado. Cf.: SOUSA, 2012d, p. 85; BRASIL. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854**.

⁸ O Delegado da Instrução Pública era um “funcionário público” não remunerado. CORDEIRO In: X SEMINÁRIO NACIONAL HISTEDBR. UNICAMP, Campinas, 2016).

administração (SALGADO, 1985, pp.158-160, 227, 287.). Portanto, no mínimo, ele precisava ser letrado com notório saber para dar conta de tantos temas técnicos.

Outro exemplo, um indivíduo como Antônio Carneiro Machado Rios, de quem não identificamos informações diretas sobre sua formação, mas pudemos concluir que ele era uma figura com algum cabedal de conhecimento escriturário. Isso porque na ata da sessão ordinária da Câmara do Recife, de 09 de julho de 1831, encontramos a notícia de um prospecto escrito por ele em memória aos mártires pernambucanos de 1817 e 1824. Em outra ocasião, ele deixara de comparecer à reunião dos camaristas por estar atuando como Secretário da mesa eleitoral da Boa Vista, ofício este que exigia conhecimento formal do vernáculo (BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 155, 21/07/1831, p. 1, cc. 1-2; IAHP. Livro das Atas da Câmara Municipal do Recife, n. 8, (1833-1838). Sessão extraordinária de 15/01/1833, ff. 3-4.).

Mencionemos ainda o vereador Francisco Antônio d'Oliveira que, muito embora não tivesse estudo superior, era um amante das artes da ciência e da ilustração, tendo adquirido livros com outros camaristas, José Ramos de Oliveira e Luiz Gomes Ferreira, para a Biblioteca jurídica de Olinda, tendo sido para isso nomeados membros da comissão responsável por receber subscrição para obtenção de livros para a Biblioteca Pública em criação, adquirindo mais de cinco mil títulos (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 483, 21/03/1831, p. 3156, c. 2; n. 71, 02/04/1831, p. 1, cc. 1-2; GOMES, 2016, p. 81-82.).

Compreendemos, portanto, que podemos classificar esse grupo como sendo de pessoas com uma melhor qualificação de conhecimento, e cuja capacidade de letramento lhes permitiria melhor leitura, interpretação e escrituração. Por isso os arrolamos nessa categoria de possuidores de uma “formação elementar”. Isso não significa que os que não constam nessa

nomenclatura não tivessem estudos mais aprofundados, só não conseguimos inferir isso por meio dos registros analisados.

Mais especificamente, obtivemos referência direta sobre a educação “básica” ou “técnica” de oito dos personagens estudados. Estes também foram incluídos na classificação “formação elementar”, mas com a especificação do tipo de estudo que tiveram. O que não significa dizer que se tratava de um conhecimento de baixo escalão. Muito pelo contrário, alguns dos cursos listados eram de elevada categoria no período, como os estudos secundários ofertados pelo seminário de Olinda (FÉRRER, 2008, pp. 205-212). E mesmo aqueles que não ocorriam no seminário, mas eram realizados em instituições históricas e conceituadas como a Academia Militar, tinham grande valor e peso de distinção ao menos em habilitar tecnicamente os seus formandos (SODRÉ, 1968, p. 133). Ou seja, com o perdão do trocadilho, não podemos ajuizar que os não possuidores de diploma superior não tinham superior conhecimento. Seus nomes e tipos de formação estão listados no quadro abaixo.

Quadro 1: Vereadores com formação “básico-secundária” ou “técnica” identificada

Nome	Formação
1. Bernardo Antônio de Miranda	Educação junto a seu pai em Lisboa.
2. Fellipe Neri Ferreira	Estudante de gramática.
3. Felipe Menna Callado da Fonseca	Curso preparatório no Seminário de Olinda.
4. Gaspar de Menezes Vasconcelos de Drummond	Curso de matemática na Escola Militar; Curso de Infantaria na Academia Militar.
5. José de Barros Falcão de Lacerda	Curso de Infantaria na Academia Militar
6. José Gomes Leal	Gramatica latina no Seminário de Olinda.
7. Manoel Zeferino dos Santos	Estudante de Geometria.
8. Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto	Artes em Cirurgia, exame em Lisboa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 185, 10/08/1860, p. 3, cc. 3-4; n. 164, 17/07/1860, p. 3, c. 1; SOUZA, 2015, pp. 628, 765, 780; COSTA, 1921, pp. 60-66; MELLO, 1975, pp. 958-960; pp.

Dentre os inclusos no quadro, figuraram personagens de notório saber, como: Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto e Felipe Menna Callado da Fonseca. Peixoto foi um importante médico-cirurgião de Pernambuco. Em princípios de carreira, ele substituiu o experiente doutor Jeronymo Villela de Castro Tavares (VALLE, 1983, p. 99). Segundo a documentação, ele tinha bons conhecimentos práticos nas “Artes em Cirurgia”, com qualificação atestada por meio de exames probatórios realizados em Lisboa (SOUZA, 2015, pp. 781-783). Em seu currículo, incluíram-se as seguintes funções: Professor da Saúde da Terra, Médico-cirurgião da Câmara Municipal, Administrador dos hospitais de caridade São Pedro de Alcântara e o dos Lázarus, Mordomo e Administrador da Casa dos Expostos, entre outras ocupações ligadas aos seus atributos na medicina.

Já Menna Callado, após os exames iniciais no Seminário de Olinda, preparava-se para ir doutorar-se na Europa. Não logrou êxito nisso, teve os planos frustrado quando o seu tio e apadrinhador, D. Thomaz, deixou a terra dos vivos. Contudo, foi escrivão da Correição no Ceará, depois atuou como um importante rábula, exercendo a advocacia e sendo até chamado de doutor pelo Recife e afora. Mais tarde, foi nomeado professor do Liceu Provincial (o Ginásio Pernambucano), lecionando a disciplina de Latim e Ciências Naturais, ensinando também no Colégio Nossa Senhora da Conceição. Nesse ofício, punha-se a discutir e publicar nos jornais artigos sobre filosofia da ciência, fazendo referências ao método Castilho em Pernambuco. Ao longo dos seus 87 anos, escreveu para a Assembleia Provincial uma memória a respeito do horto botânico, opinou sobre o tifo e a colonização na província do Ceará, e até referendou remédio para o tétano. Expandiu tanto em saber que chegou mesmo a cultivar o bicho-da-seda em seu sítio na Tamarineira, recebendo congratulações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Também foi membro do Instituto

Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, compondo a comissão de trabalhos históricos e arqueológicos daquela importante instituição. Só não fez mais artes porque sucumbiu a uma gastroenterite que lhe ceifou a longeva vida, em 1878 (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 95, 04/05/1841, p. 1, c. 2; n. 110, 16/05/1846, p. 2, cc. 1-2; n. 144, 05/07/1846, p. 3, c. 4; n. 245, 23/10/1855, p. 2, c. 5; n. 20, 26/01/1857, pp. 1-3, cc. 7, 1-7, 1; n. 95, 26/04/1879, p. 8, c. 6; Correio da Tarde, n. 397, 16/05/1849, p. 3, c. 2; Diário do Rio de Janeiro, n. 202, 25/07/1855, p. 2, c. 4; O Liberal, n. 13, 26/02/1863, p. 3, c. 3; n. 37, 27/05/1864, p. 3, c. 3.).

Se atentarmos para as particularidades da ilustração de alguns vereadores listados aqui, chegaremos a termos qualitativos que apontam para significativos níveis de conhecimento ou interesse pelo saber e relevante envolvimento com o mundo da civilidade então conhecido. Como nesse último caso tratado acima, tivemos outros tantos indivíduos que aparecem como rúbulas, ou seja, atuavam como advogados, tendo para isso formação “prática” e licença mediante exames probatórios. Estes também figuraram entre os que não pudemos precisar se tinham formação superior, mas os identificamos como bons praticantes da advocacia e argutos no direito.

Dentre os advogados identificados, listamos: Antônio Elias de Moraes, Caetano José Ferreira de Morães, Francisco de Paula Gomes dos Santos, Jacinto Moreira Severiano da Cunha, João Batista Soares, José Antônio Esteves e José Narciso Camelo. Eles atuavam em escritórios particulares, apareciam nominados em várias causas e diversas instâncias da justiça. Alguns eram também funcionários públicos, trabalhando dos mais baixos aos mais elevados escalões da justiça: de defensores da Câmara Municipal do Recife a causídico do Tribunal da Relação de Pernambuco e promotores público. Contudo, não sabemos se e quais eram só praticantes licenciados, bacharéis ou doutores em direito. O certo é que

estavam entre homens além da média em termos de ilustração e conhecimentos, pois aparecem como pessoas bem-conceituadas e instruídas.

No que diz respeito aos afortunadamente graduados, a tabela 2 – Vereadores do Recife e sua formação (ANEXO I) traz um pouco mais em detalhe o tipo de formação superior identificada entre os vereadores do Recife. O resumo seguinte apresenta a distribuição dos cursos em número e porcentagens.

Tabela 1: Formação superior dos vereadores do Recife

1.1.1.1.1	Curso	Número	Percentual
1.	Direito	11	37%
2.	Medicina	4	14%
3.	Doutor em Medicina	4	13%
4.	Letra	3	10%
5.	Doutor em Direito	2	7%
6.	Humanidades	2	7%
7.	Ciências	1	3%
8.	Engenharia	1	3%
9.	Matemática	1	3%
	Não identificado	1	3%
	Total	30	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: APÊNDICE A – PERFIL CONSOLIDADO DOS VEREADORES DO RECIFE in: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

Considerando as graduações e doutorados, identificamos 09 diferentes cursos para 20 vereadores, pois para um deles não foi possível especificar qual a área de formação. A diversidade de curso não se restringia à tríade medicina, engenharia e advocacia de que nos fala Edmundo Campos Coelho (COELHO, 1999). Mas elas estão representadas, havendo, inclusive, uma hegemonia de médicos e advogados, pois somando o bacharelado com os titulados doutores, direito representava 44% das formações; medicina, 27%. Ratifica-se, portanto, a tendência daquelas formações como “as profissões imperiais”, as quais tinham na cidade seu principal campo de trabalho e influência.

Olhando o quadro como um todo, quatorze vereadores aparecem com uma formação, os demais tinham mais de uma, ou seja, 30% da vereança do Recife com formação superior possuía mais de um curso no currículo. Dos quatro que aparecem com duas formações, dois deles eram bacharéis em letra e direito – Anselmo Francisco Peretti e Antônio Joaquim de Mello, os outros eram bacharéis e doutores em direito: Joaquim José de Miranda Júnior e Joaquim Vilella de Castro Tavares. Mas os destaques mesmo foram para Simplício Antônio Mavignier, com três formações: Humanidades, Matemática e Medicina pelo Seminário de Olinda, pela universidade de Coimbra e pela de Paris, respectivamente, e Antônio Peregrino Maciel Monteiro, com quatro cursos no currículo: Humanidades, Letras, Ciências e Medicina – o primeiro, pelo Seminário de Olinda; os demais, pela Universidade de Paris, sendo o último um doutorado.

O local onde esses diplomados obtiveram suas formações é outro dado importante. Entre os títulos identificados – bacharelado e doutorado – precisamos o lugar de obtenção de 27, dos 29 arrolados. Dezesesseis deles foram cursados no Brasil, sendo doze em Olinda, um no Recife e quatro na cidade do Rio de Janeiro. Os outros 11 (quase 38%) foram obtidos no exterior: oito em Paris, França, e três em Coimbra, Portugal. Somando-se as formações fora da província de Pernambuco, mais da metade dos formandos (55%) obtiveram a titulação em outras paragens. Portanto, tais indivíduos constituíram lastros de saberes diversos. Por certo, acumulando experiências que poderiam ser compartilhadas com os conterrâneos quando por aqui tais graduados retomaram a convivência.

Entre os reconhecidamente titulados, citemos, como exemplo, o bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Olinda, Antônio José Pereira, que ainda jovem foi procurado pelo governo provincial para dar parecer e referência sobre madeiras para obras e afins, algo inerente

à sua experiência no campo da agricultura (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 64, 18/03/1833, p. 256, c. 2). Manoel Coelho Cintra, que atuou por anos na Armada Nacional exercendo funções de esteriômetra e areômetra da Alfândega, tinha expertise no universo matemático. Versado nas artes geométricas e químico-físicas, media os volumes dos sólidos e a salinidade e temperatura marítima da costa pernambucana. Reformado de suas funções na Marinha de Guerra Brasileira (Armada Nacional), requereu da Assembleia Provincial licença para completar seus estudos de Engenheiro Hidráulico na França, na qualidade de pensionista do governo provincial (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 68, 26/03/1838, p. 2, c. 3).

Simplicio Antônio Mavignier era formado em humanidade no Seminário de Olinda, matemática em Coimbra e medicina em Paris. Coadjuvado pelo geômetra Manoel Zeferino dos Santos, foi membro da comissão e responsável por elaborar um parecer para a Companhia do Beberibe⁹ sobre a melhor forma de se obter lucro com a venda de água na cidade (BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 118, 29/05/1848, pp. 2-3, cc. 1-4, 1). Também teve importante papel como membro da Sociedade de Medicina de Pernambuco, e o currículo dele ainda listava, entre outras coisas, ofícios de Cirurgião-mor do Corpo de Guarda Municipais Voluntários do Recife, Médico do Hospital Militar e Professor público do Liceu de Recife, como lente de física e da cadeira de obstetrícia, especialidade esta em que se tornou um dos maiores nomes da região (IAHGP, Livro de Vereações da Câmara Municipal do Recife, n. 7, (1829-1833). Termo de juramento e posse ao senhor vereador Manoel Zeferino dos Santos, de 03/10/1829, f. 19, verso; Livro das Atas da Câmara Municipal do Recife, n. 8, (1833-1838). Sessão extraordinária de

⁹ Empreitada de saneamento e abastecimento de água de Pernambuco planejada em 1837 e inaugurada oficialmente em 1848 (MENEZES; ARAÚJO; CHAMIXAES, 1991).

27/04/1833, f. 23, verso; PEREIRA DA COSTA, 1981, pp. 778-780; BN. Hemeroteca Nacional. DP, n. 52, 02/03/1952, p. 2, cc. 6-7).

Tivemos também um Antônio Joaquim de Mello, que participou da 1ª e 2ª legislaturas camarárias. Além de formado em letras e direito, ele acumulava atividades de um verdadeiro erudito, sendo: professor, poeta, escritor, historiador, biógrafo e editor de Jornal. Já o doutor Antônio Peregrino Maciel Monteiro, vereador entre 1833 e 1836, em nada ficava a dever. Formado em Humanidades pelo Seminário de Olinda, tinha um bacharelado em Letras e outro em Ciências e um doutorado em Medicina, todos pela Universidade de Paris. Como se não bastasse, foi diretor da Faculdade de Direito de Olinda, diretor do Teatro Público, ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro de Sua Majestade o imperador, ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal, diplomata, escritor, editor de jornal e poeta. Sua reputação intelectual era reconhecida dentro e fora do país, fazendo dele membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Arcádia de Roma ou Pontifícia Academia dos Arcades (SOUZA, 2019, p. 544.).

Alguns desses bacharéis figuravam como professores em diversas instituições e níveis educacionais vigentes, como: Elias Coelho Cintra Júnior e Joaquim Vilella de Castro Tavares, que vinculados ao ramo advocatício atuaram como lentes do curso jurídico de Recife. Até mesmo quem não ganhava a vida ensinando, por vezes, aparecia naquele ramo, como Francisco de Paula Gomes dos Santos, advogado que em princípio de carreira ofertava aula de gramática latina na Rua Nova.¹⁰ Bento José da Costa Júnior foi outro advogado e professor, chegando a ser Diretor do Colégio dos Órfãos. Ou seja, eles mesclavam a formação liberal – direito ou medicina (como no caso de Simplício Antônio Mavignier, por exemplo)

¹⁰ BN. Hemeroteca Digital, DP, n. 28, 05/02/1831, p. 114, c. 1

– com atuações no ensino público, privado e/ou doméstico, fazendo-se presentes em todos os níveis da educação formal então vigente, das primeiras letras ao grau superior.

Este apanhado quantitativo e esquete qualitativa são suficientes para afirmarmos que, no nosso caso específico, não se aplica em um tudo a premissa de Miriam Dolhnikoff (2005), ou mesmo de alguns coetâneos sofismados, de que aos deputados provinciais cumpria a missão de civilizar a elite dita local,¹¹ pois esta poderia gozar de formações dos níveis elementares aos mais sofisticados patamares do conhecimento e acesso ao que se entendesse por civilidade e ilustração naquele período. Considerando nesses termos, podemos falar de uma *elite de homens ilustrados* atuando diretamente na governança da cidade e para além dela.

Muitos desses homens ocuparam outras funções público-eletivas, inclusive para além do mundo da paróquia, circulando nas mais diversas funções e espaços de poder político-econômico local, provincial, imperial e até mesmo fora do país no Oitocentos, conforme apontamos ligeiramente aqui. Isso fazia deles mais do que membros de uma elite local estanque, mas também *intermediários*, ou, como diz a historiografia especializada, *brokers*¹² do mundo político. Ou seja, indivíduos que tinham atribuições ou ocupavam postos e funções que faziam deles mediadores entre as esferas governativo-representativa municipal, provincial e/ou imperial. Ligando tal assertiva ao perfil da formação educacional dos vereadores do Recife esboçado neste capítulo, é sugestivo refletirmos sobre os personagens que aturam nas municipalidades como membros das elites ilustradas que compunham um grupo mais amplo conectados com os

¹¹ Parte dos indivíduos da municipalidade acessaram postos da assembleia legislativa provincial e/ou geral, compondo o quadro de uma elite fluida, que circulava pelos diversos postos políticos e espaços geográficos da paróquia à Corte (SOUZA, 2019).

¹² Sobre o tema, cf.: BOTH, 2016; VARGAS, 2010; LEVI, 2000.

projetos que deram forma ao Estado imperial brasileiro ao logo do século XIX. Mas esse é um tema para outro momento.

Referências

Fontes

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Nacional.

Diário de Pernambuco

Diário do Rio de Janeiro

O Liberal

Câmara dos Deputados

BRASIL. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 03/06/2018.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

COSTA, F. H. Menna da. Felipe Menna Callado da Fonseca. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.** Recife, n. 107 a 110, v. XXII, pp. 60-66, janeiro a dezembro de 1920. Recife: Imprensa Industrial, 1921.

FÉRRER, Francisco Adegildo. O Seminário de Olinda segundo a historiografia. **Revista do Instituto do Ceará, ANNO CXXII,** Ceará, 2008.

Livro das Atas da Câmara Municipal do Recife, n. 8, (1833-1838).

Livro de Vereações da Câmara Municipal do Recife, n. 7, (1829-1833).

Bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correia de. As sedições de 1831 em Pernambuco. **Revista de História,** São Paulo, v. 13, n. 28, pp. 337-407, dezembro, 1956.

- BOTH, 2016; VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares** da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.
- COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. A inspeção do ensino na província do Rio Grande do Norte durante o período imperial. In: X SEMINÁRIO NACIONAL HISTEDBR. UNICAMP, Campinas, 2016. **Anais Eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/904-2676-1-pb.pdf>.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Renata Silva. **O governo das províncias do Império do Brasil: os Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834)**. 2014. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LEME, Marisa Säenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC: Brasília, DF: INL, 1987.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)**. Vol. 2. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.
- MENEZES, José Luiz Mota; ARAÚJO, Hamilton Francisco de; CHAMIXAES, José Castelo Branco. **Águas do Prata**. História do saneamento de Pernambuco 1838 a 1912. Recife: Gráfica Editora Apipucos, 1991.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834**. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- SALGADO, Graça. (Org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUSA, Flávia Gontijo de. **A produção do imaginário de eficiência escolar das aulas de instrução elementar de mestres particulares em Minas Gerais, século XIX (1835-1889)**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012d.
- SOUZA, George Félix Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil Colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822**. Recife: Editora da UFPE, 2015.
- SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849)**. 2019. 601 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça no Império**: o Tribunal da Relação de Pernambuco. Recife: Tribunal de Justiça, 1983.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

Anexo I

TABELA 2: Vereadores do Recife e sua formação

Vereadores	Formação
1. Agostinho da Silva Neves Júnior	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1835.
2. Ângelo Henrique da Silva	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1845.
3. Anselmo Francisco Peretti	Bacharel em Letra, Universidade de Paris, 1830; Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1835.
4. Antônio Carneiro Machado Rios	Formação elementar inferida.
5. Antônio Elias de Moraes	Formação elementar inferida.
6. Antônio Gomes Pessoa	Não identificada.
7. Antônio João da Ressurreição Silva	Não identificada.
8. Antônio Joaquim de Mello	Letras; Direito.
9. Antônio José Pereira	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1835.
10. Antônio José Pires Júnior	Formação elementar inferida.
11. Antônio Luiz de Souza	Formação elementar inferida.
12. Antônio Peregrino Maciel Monteiro	Humanidades, Seminário de Olinda; Bacharel em Letras, Universidade de Paris, 1824; Bacharel em Ciências, Universidade de Paris, 1826; Doutorado em Medicina, Universidade de Paris, 1829.
13. Antônio Ricardo do Rego	Não identificada.
14. Bento Joaquim de Miranda Henriques	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1832.
15. Bento José da Costa Júnior	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1852.
16. Bernardino Pereira de Brito	Formação elementar inferida.
17. Bernardo Antônio de Miranda	Formação elementar inferida.
18. Bernardo José Martins Pereira	Formação elementar inferida.
19. Caetano José Ferreira de Moraes	Formação elementar inferida.
20. Domingos Afonso Neri Ferreira	Formação elementar inferida.
21. Elias Coelho Cintra Júnior	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1835.
22. Fellipe Neri Ferreira	Formação elementar inferida
23. Felipe Menna Calado da Fonseca	Formação elementar inferida.
24. Francisco Antônio de Oliveira	Formação elementar inferida.
25. Francisco Carneiro Machado Rios	Não identificada.
26. Francisco de Paula Gomes dos Santos	Formação elementar inferida.
27. Francisco Gonçalves da Rocha	Não identificada.

28.	Francisco Gonçalves de Morais	Doutor em Medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.
29.	Francisco Ludgero da Paz	Formação elementar inferida.
30.	Francisco Luiz Maciel Vianna	Formação elementar inferida.
31.	Francisco Mamede de Almeida	Formação elementar inferida.
32.	Galdino Agostinho de Barros	Formação elementar inferida.
33.	Gaspar de Menezes de Vasconcelos Drummond	Formação elementar inferida.
34.	Ignácio da Costa Monteiro	Não identificada.
35.	Ignácio Neri da Fonseca	Doutor em medicina, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
36.	Jacinto Moreira Severiano da Cunha	Formação elementar inferida.
37.	João Baptista Branco	Não identificada.
38.	João Batista Soares	Formação elementar inferida.
39.	João Francisco Bastos	Estudante em Coimbra.
40.	João Francisco Bastos Júnior	Formação elementar inferida.
41.	João Francisco de Albuquerque Mello	Não identificada.
42.	João José Pinto	Medicina, Coimbra.
43.	João Pires Ferreira	Não identificada.
44.	Joaquim Bernardo de Figueiredo	Não identificada.
45.	Joaquim de Almeida Catanho	Formação elementar inferida.
46.	Joaquim de Aquino Fonseca	Doutor em Medicina, Universidade de Paris.
47.	Joaquim de Oliveira Souza	Não identificada.
48.	Joaquim Francisco de Mello Cavalcante	Não identificada.
49.	Joaquim José de Miranda	Formação elementar inferida.
50.	Joaquim José de Miranda Júnior	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife, 1855; Doutor em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife, 1858.
51.	Joaquim Lúcio Monteiro da Franca	Formação elementar inferida.
52.	Joaquim Vilella de Castro Tavares	Bacharel em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1836; Doutor em Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1841.
53.	José Antônio Esteves	Formação elementar inferida.
54.	José Bento da Costa	Formação elementar inferida.
55.	José Camello do Rego Barros	Formação elementar inferida.
56.	José de Barros Falcão de Lacerda	Formação elementar inferida.
57.	José de Pinho Borges	Formação elementar inferida.
58.	José dos Santos Nunes de Oliveira	Formação elementar inferida.
59.	José Egidio Ferreira	Formação elementar inferida.
60.	José Felix de Souza	Não identificada.
61.	José Francisco Ferreira Catão	Formação elementar inferida.
62.	José Gomes Leal	Formação elementar inferida.
63.	José Gonçalves da Silva	Não identificada.
64.	José Ignácio da Câmara	Não identificada.

65. José Jerônimo Rodrigues Chaves	Formação elementar inferida.
66. José Joaquim Bezerra Cavalcante de Albuquerque	Não identificada.
67. José Joaquim de Oliveira	Não identificada.
68. José Joaquim de Souza	Medicina.
69. José Joaquim Jorge Gonçalves	Formação elementar inferida.
70. José Machado Freire Pereira da Silva	Formação elementar inferida.
71. José Maurício de Oliveira Maciel	Matriculado no curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, 1828.
72. José Narciso Camelo	Formação elementar inferida.
73. José Pires Ferreira	Formação elementar inferida.
74. José Ramos de Oliveira	Formação elementar inferida.
75. José Rodrigues do Passo	Formação elementar inferida.
76. Luiz de Carvalho Paes d'Andrade	Medicina, Universidade de Paris.
77. Luiz Francisco de Mello Cavalcante	Formação elementar inferida.
78. Luiz Gomes Ferreira	Formação elementar inferida.
79. Luiz José de Sampayo	Formação elementar inferida.
80. Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro	Formação elementar inferida.
81. Manoel Cavalcante de Albuquerque e Mello	Não identificada.
82. Manoel Coelho Cintra	Engenheiro Hidráulico, França.
83. Manoel de Souza Teixeira	Formação elementar inferida.
84. Manoel do Nascimento Costa Monteiro	Formação elementar inferida.
85. Manoel Felix Nunes de Castro	Não identificada.
86. Manoel Joaquim do Rego Albuquerque	Formação elementar inferida.
87. Manoel Joaquim Ferreira	Não identificada.
88. Manoel José Martins	Formação elementar inferida.
89. Manoel Zeferino dos Santos	Formação elementar inferida.
90. Rodolfo João Barata de Almeida	Formação elementar inferida.
91. Símplicio Antônio Mavignier.	Humanidades, Seminário de Olinda; Matemática, Coimbra; Medicina, Paris.
92. Thomaz d'Aquino Fonseca	Não identificada.
93. Thomás José da Silva Gusmão	Não identificada.
94. Thomás Lins Caldas	Formação elementar inferida.
95. Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto	Formação elementar inferida.
TOTAL	73

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: APÊNDICE A – PERFIL CONSOLIDADO DOS VEREADORES DO RECIFE in: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

Parte 5

Religião, cidade e cultura no império

Festas religiosas, sociabilidades e normatização cultural no Recife (1810-1848)

*Lídia Rafaela Nascimento dos Santos*¹

As festas religiosas no Recife foram parte essencial do cotidiano. Elas aconteciam em todos os meses do ano no Recife. Nas igrejas e seus arredores, através de procissões, celebradas em nichos ou mesmo nas casas o povo celebrava com entusiasmo os seus santos. Os múltiplos espaços e ocasiões proporcionaram uma intensa movimentação nas sociabilidades locais.

Um dos locais de festas mais concorridos no Recife eram os nichos, uma espécie de cavidade aberta em uma parede, onde eram colocadas imagens. Nos nichos se celebravam vários tipos de cerimônias religiosas, desde ladainhas até festas nos dias dos santos. As celebrações nesses tipos de construções eram diferenciadas, toda a cerimônia acontecia no espaço público das ruas, agregava dimensões peculiares aos festejos.

Em um deles, na Rua do Queimado, no bairro de Santo Antônio, segundo Pereira da Costa nos tempos do seu governo, Luiz do Rego Barreto encontrou o preto conhecido por Mestre Braz rezando um terço. O mestre Braz, chamado por Pereira da Costa de “pobre cantor homem livre e de sentimentos” (1907, p.167) não era dos cantores mais famosos, mas costumava cantar nas ruas para garantir seu sustento.

¹ Bacharel, licenciada e mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco. Autora das publicações: Festas, disputas e mudanças políticas no Recife da época da independência. SAECULUM, v. 40, p. 216-237, 2019, Entre os festejos e as disputas políticas: as comemorações do Sete de Setembro de 1829 no Recife. Clio. Série História do Nordeste (UFPE), v.2, p.74 - 99, 2015. Dos divertimentos apropriados aos perigosos: organização e controle das festas e sociabilidades no Recife (1822-1850) In: O Oitocentos sob novas perspectivas. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2014, p. 343-364. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8799452416661475>

O Governador resolveu apear do seu cavalo junto com os seus ajudantes e genuflexos ouviram a oração. Segundo Pereira da Costa, o cantor percebendo a presença do governador, esticou a oração. O general não teria gostado e mandou os seus ajudantes darem quatro dúzias de bolos, mesmo Braz sendo um homem livre. (1907, p.167)

O castigo infringido ao Mestre Braz, segundo Pereira da Costa, foi humilhante e o levou a repensar a prática de cantar nesses espaços festivos. A pena física era a forma de punição dos escravos. A carta de alforria não garantia aos negros um tratamento justo, mas as festas bem que facilitavam o exercício da liberdade e resistência, como bem salientou Janote Pires Marques no seu estudo sobre as “festas de negros” em Fortaleza. (2009, p. 71) Para se sujeitar ao risco do castigo físico, o músico exigia um aumento considerável na remuneração do seu trabalho. Pouco depois, na narrativa de Pereira da Costa, teriam aparecido afixado no nicho os seguintes versos:

Por doze vinténs não canto, / Hão de aumentar a parada/ Pois pode bem suceder/ Levá de novo pancada;/ sem o que eu não me arrisco/ A cantar segunda vez:/Se quiserem deem por noite/ O que eu ganhava por mês. (1907, p.168)

Os nichos mais importantes foram colocados nos arcos da ponte que ligava o Bairro do Recife ao de Santo Antônio. Segundo Raimundo Arrais, os arcos eram um dos conjuntos urbanísticos típicos do Recife que chegaram até o século XIX, onde é possível “momentos significativos das representações coletivas urdidas nessa relação dos indivíduos com o espaço.” (2002, p.169) No arco localizado no bairro portuário colocou-se em um nicho com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Pereira da Costa, devido a sua importância sobre o arco, foi construída uma capela para a Santa em meados do século XVIII. (1954, p.484)

O nicho em homenagem a Nossa Senhora da Conceição foi palco de muitas manifestações religiosas e também políticas. Em 1817, pouco depois da derrota da Insurreição de 1817, ali se cantou uma ladainha em homenagem a vitória das tropas reais. Também no nicho da Conceição foram presenciadas as maiores manifestações de rua do Movimento Praieiro. Segundo o periódico *O Lidador* de 11 de dezembro de 1847, na Rua da Cadeia, que tinha por limite o arco da Conceição, enquanto as famílias e o “povo” concorriam para ouvir a música e ver o fogo que devia arrematar a solenidade, um grupo teria se precipitado sobre as peças do fogo de artifício acendendo-os. Paralelamente, alguns teriam espancando os diretores do festejo e todos que parecessem portugueses.²

Os conflitos se espalharam por vários lugares da cidade.³ Segundo Bruno Câmara, em uma queima de fogos de 1847 alguns festeiros começaram a provocar os portugueses. Os tumultos teriam se espalhado para a Rua da Cruz, do Vigário e do Encantamento, e mesmo no Forte dos Matos houve confusão. (CÂMARA, 2005, p.120) De acordo com o periódico *O Lidador*, em meio ao tumulto, várias vendas do bairro da Boa Vista foram invadidas e donos e caixeiros foram deixados mortos. Vidraças de casas, especialmente de estrangeiros foram estilhaçadas.

Depois de tamanha confusão pelas ruas da cidade, de acordo com *O Lidador*, a representação que ocorreria no Teatro Apolo no dia seguinte foi adiada, os preparos que se faziam para celebrar a festa da congregação no dia 12 de dezembro encerrados e os saraus que costumam ser tão frequentes no último mês do ano foram cancelados.⁴ Para o redator do

² Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital O Lidador 11 de dezembro de 1847

³ A Folhinha de Algebeira, ou o Diário eclesiástico e civil para as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. define que as festas ocorreriam na Capela da ponte do Recife, no convento de São Francisco e do Carmo, no seminário, no recolhimento da conceição e em outras igrejas. Depositada na Biblioteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

⁴ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital O Lidador 11 de dezembro de 1847

periódico *O Lidador*, esses contratemplos estavam impedindo as famílias de aproveitar os festejos de dezembro de 1847, com bailes, teatros, festas e novenas.⁵ Até mesmo as idas às festas nos arrabaldes estariam arriscadas porque “lá também o cacete as vai perseguir.”⁶

As festas dos arrabaldes eram um dos momentos festivos mais intensos do ano para os festejos no Recife Oitocentista. Os que podiam alugavam casas nas regiões, os que não podiam iam aproveitar o festejo nem que fosse a pé. Entre os meses iniciais ou finais do ano, justamente quando havia uma grande movimentação da população das cidades para ocupar os seus arrabaldes, marcando um ciclo de festas que tinha grande repercussão na Recife da primeira metade do século XIX. Durante esse ciclo festivo podemos pensar que as festas dos Santos eram mesmo um pretexto para a reunião das pessoas que muitas vezes moravam distantes umas das outras. Pode-se mesmo afirmar que um dos mais fortes atrativos dos arrabaldes era o intenso calendário patusco-religioso que era posto em prática nesse período do ano.

Em 1843 quando uma publicação do *Diário de Pernambuco* ao tecer algumas palavras sobre os festejos de São Gonçalo, que teriam sido extraordinários no referido ano e festejados em todos os lugarejos. Entre as descrições estava uma crítica as formas de se festejar os Santos no Recife:

Eu já disse, e não retiro a palavra, que para muita gente uma novena, uma festividade, mormente dos nossos subúrbios, não são outra coisa mais, do que um recreio, um passatempo, e até um pagode, de maneira que em falando, por ex., bumba meu boi, presépio, fandangos, congos &c, inventam festas a este, ou aquele Santo, a fim de haver adjunto, baile &c, &c.”⁷

⁵ *Ibdem*

⁶ *Ibdem*

⁷ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Diário de Pernambuco 04 de março de 1843

Algumas famílias mudavam-se para as regiões mais distantes do núcleo central da cidade do Recife durante esse ciclo festivo. Segundo o célebre crítico de costumes o Padre Lopes Gama,

É este o tempo da mór parte da gente sair da capital para o campo, a fim de fugir à intensa calma e por outra parte espairecer pelos aprazíveis sítios dos nossos arrabaldes. Os mais procurados são os que bordam as graciosas margens do Capibaribe desde o lugar de Benfica até os Apipucos. Mas alguns gostam do Beberibe, de Boa Viagem, e não falta quem saia da cidade do Recife para passar a festa na cidade de Olinda. São gostos e em gostos não deve haver disputar. (GAMA in: MELLO, 1996, p.57)

Os que se fixavam nessas regiões organizavam recepções, bailes, ceias largas, “jantares profusos”, “almoços ajantarados”, presépios, jogos de prendas, Voltarete, Manilha ou o “esfolador gagau”⁸ entre tantas outras opções. As intensas sociabilidades os intervalos tornavam-se as principais características das festas dos arrabaldes recifenses.

Podemos ver esses diferentes usos que se faziam em um dos ciclos festivos mais animados na cidade, o ciclo de fim de ano. Podemos ver um exemplo desses usos em um “diálogo entre Sinharama, e sua sobrinha D. Mariquinha” publicado no *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1840: “(...) Quando a gente vem para o campo/ Não vem fazer penitência,/ Novenas, e festa são/ pretextos para convivência (...).”⁹

Foram nesses festejos que no âmbito do Movimento Praieiro parece ter ressurgido nos periódicos uma prática festiva que teria desaparecido da documentação sobre as festas nas décadas de 1820 e 1830, mas que

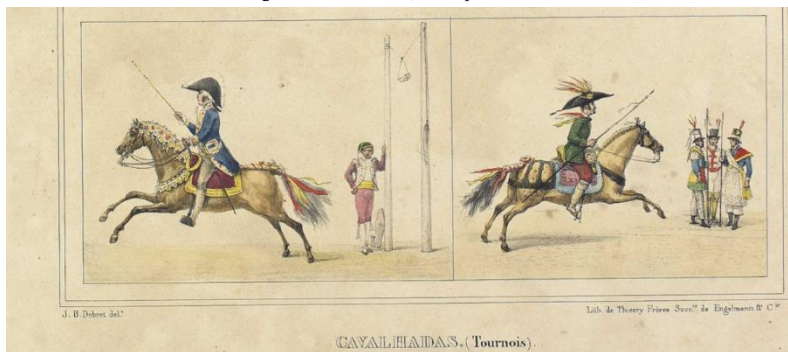
⁸Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. O Carapuço: Ver especialmente os exemplares de 07 de abril de 1832, 07 de maio de 1832, 24.11.1832, 16 de janeiro de 1833, 05 de dezembro de 1833, 14 de dezembro de 1833, 01 de fevereiro de 1834 e 08 de fevereiro de 1834

⁹ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Diário de Pernambuco 14 de fevereiro de 1840

faziam muito sucesso no início do século: as cavalhadas e suas corridas de argolinhas. Teriam começado a desaparecer de algumas festas em 1817, segundo Tollenare, por não estarem mais em uso na França e Inglaterra. (TOLLENARE, 1906, p.133)

Como já registrou Lília Moritz Schwarcz, era comum a presença das cavalhadas junto com os rituais oficiais. (2001, p. 605) Nas festas de 1818 pela aclamação de D. João VI no Recife, por exemplo, as cavalhadas foram o grande destaque dos divertimentos e aconteceram ao menos em cinco dias. Em sua descrição da festa da Aclamação, Antônio Moraes destacou a presença da "gente nobre" que teriam corrido revoltas e desencontradas escaramuças, jogaram canas e balcanizas de cera de cores cheias de flores, carreiras de argolinhas, escaramuças e jogos bélicos por vários dias durante o festejo, divididas em duas turmas de Cavaleiros com capas de cetim vermelhas e azuis.¹⁰

Figura 6 – Cavalhadas Jean Baptiste Debret



Fonte: Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome troisième. p.53¹¹

¹⁰ Biblioteca Nacional Antônio de Moraes Silva, Breve Histórico sobre a vitória conseguida por Luiz do Rego Barreto na expedição para restabelecer a paz na revoltosa capitania de Pernambuco. Engenho Novo de Muribeca [PE] original I33, 27, 002 MS 618(11) D.75 fls 21 e 22

¹¹ THIERRY FRÈRES. **Cavalhadas. (Tournais)**. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 27,3 x 22,9cm em f. 52,6 x 34,6. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=18211>. Acesso em: 07 abr. 2018.

Segundo Marilyse Meyer, as Cavalhadas "eram uma ocasião de exibir não só destreza como ostentação de riqueza pelas vestimentas e ajazamento dos cavalos." (2001, p.228). Nos tempos coloniais era praticada nos grandes festejos cívicos e nas festas de igreja, o que colaborou com a sua popularização. (MEYER, 2001, p. 239) Apesar de não termos identificados regras específicas ao controle da Cavalhada, há poucas referências a ela. O periódico *O Amigo do Povo* de 16 de outubro de 1830 comentava que as festas mais pomposas deixaram de ser finalizadas com cavalhadas e passaram a terminar com máquinas, foguetes de ar e hinos nacionais.¹² Os fogos de artifício já faziam parte das festas religiosas e cívicas no início do século XIX, entretanto, pela análise dos periódicos, eles passaram a ser um dos atrativos principais da festa.

Em 1847 em 26 e 27 de fevereiro, os periódicos conservadores *Diário de Pernambuco* e *O Lidador* publicaram anunciaram sobre a presença de uns gabirus em cavalhadas do Monteiro.¹³ O *Diário Novo* de 5 de março de 1847 relatou que os gabirus impulsionaram variados festejos, entre eles as cavalhadas no Monteiro durante a festa de São Pantaleão, destacando que mudaram a forma de realizá-las. As corridas “não eram como se costuma fazer, isto é, de um a uma, mas desta vez corriam aos pares e havia duas argolinhas”¹⁴

O *Diário Novo* ao comentar essas cavalhadas usou uma série de alcunhas para se referir aos conservadores. Destacou que o “patriarca dos gabirus” não tenha participado das cavalhadas e foram alguns de seus partidários que se empenharam para o divertimento ser o sucesso. Ainda segundo o periódico, “o patriarca” não estava presente porque “tomou a

¹² Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital *O Amigo do Povo* 16 de outubro 1830

¹³ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital *O Lidador* 26 de fevereiro 1847 e *Diário de Pernambuco* 27 de fevereiro de 1847.

¹⁴ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital *Diário Novo* 5 de março de 1847.

peito” todo o divertimento depois do sermão e missa cantada, que envolviam bandeiras e novenas.¹⁵ Pelo relato ao se espalhar a notícia do divertimento pouco usual chegou a um baile no arrabalde de Apipucos, os festeiros recolheram dinheiro para também organizar as cavalcadas por lá.¹⁶

Gastar com festas fazia parte dos discursos de moralistas e economistas, que como afirma Jorge Creso para Portugal, costumavam criticar a forma que as populações estavam predispostas para vivenciar as festas, mesmo em tempos difíceis. (1990, 356) Encontramos alguns exemplos desses gastos na pesquisa realizados nos jornais. Pelo periódico *O Amigo do Povo*, ficamos sabendo que a viúva de Tavares Rodovalho resolveu vender as hortaliças que cultivava para servir como uma das ofertas para os criminosos da Cadeia na festa do Sete de Setembro em 1829. Segundo o periódico *O Amigo do Povo* esse tipo de oferta estava fazendo parte de variados “festins populares.”

Era uma oportunidade de ganho extra que não podia ser desperdiçada, mas para a viúva o bom negócio foi um fracasso. Ela afirmava ter combinado vender por 18\$, mas só queriam pagar 4\$ e depois de um ano ela ainda não tinha recebido.¹⁷ Para a viúva que viu uma oportunidade de um dinheiro extra de forma rápida acabou ficando sem o produto e sem dinheiro.

Em 08 de julho de 1841, pelo que consta no anúncio do *Diário de Pernambuco*, o Corretor Oliveira soube usar a disposição da população para gastos com itens festivos, especialmente para uma festa ímpar com grande significado para o Brasil. Junto com os leilões de fazendas inglesas e francesas que propagava, anunciava também peças de roupas comuns e

¹⁵ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Diário Novo 1847 5 de março de 1847

¹⁶ *Ibidem*

¹⁷ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital O Amigo do Povo 11 de setembro de 1830

...lindíssimas medalhas emblemáticas da Coroação, botões dourados com a efígie do Imperador rodeada de estrelas, papel grande para imprimir um lindo desenho da coroação.¹⁸

Nas festas, era comum a população gastar parte significativa de seus ganhos. Segundo Marcus Carvalho: “Os ricos aproveitavam a oportunidade para ostentar, já os pernambucanos menos abastados eram capazes de vender até o último negro para comprar roupa nova, adornos e doces para o evento.” (2002, p.78) No Recife, gastava-se dinheiro com diversos itens que envolviam esses festejos. O Editor do Jornal o *Simplicio Pernambucano* em 20 de fevereiro de 1832 publicou um soneto sobre esses gastos.¹⁹

Os chefes de família, na verdade, / Estão loucos, ou bestas, ou perdidos, /
Andam agora todos influídos / Em ter a festa fora da cidade.
Nas dispensas se gasta enormidade/ Inda mais em chapéus, mais em vestidos/
Dirão velhos, e moços divertidos/ No banho, e dança, e jogo, e liberdade!
Passeios, e banquetes os melhores, / Vem sedas, e touquina em peça, e tolos,
/ E as filhas namorando os seus amores;/ venha cerveja, o chá, licor, e bolos;/
sabeis o que vos digo, meus leitores? / As filhas tem juízo, os Pais são tolos.

A organização de grandes festas fazia parte da realidade das diversas camadas sociais. Como afirma Mary Del Priore, nas festas há um reforço “pela ostentação do luxo e distribuição de larguezas. O indivíduo ou o grupo de família afirmavam com a sua participação nas festas públicas em seu lugar na cidade e na sociedade política.” (2000, p. 37) A sua imagem estava associada à forma como o festejo se realizasse, mas além disso, a organização dos festejos ia muito além do interesse na diversão e na

¹⁸ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital *Diário de Pernambuco* 08 de julho de 1841

¹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. (APEJE) O *Simplicio Pernambucano* 20 de fevereiro de 1832

opinião pública, envolvia uma lógica de vida que tinha na festa um dos momentos centrais da sua existência enquanto sociedade. Organizar a festa era uma obrigação social que trazia à tona as muitas redes de sociabilidade, congregando grupos diferentes em diferentes espaços, funções e divertimentos, movimentando a economia, as diferentes identidades de grupo e as diferenças sociais.

Um ótimo exemplo desse empenho na organização das festas foi registrado por Henry Koster, o viajante, ao ser escolhido pelo vigário de Itamaracá para organizar uma das noites da novena para Nossa Senhora da Conceição, cuja festa era comemorada em 8 de dezembro, no início da década de 1810, precisou fazer muitos gastos e usar seu tempo e rede de sociabilidade para conseguir êxito. As novenas eram excelentes oportunidades para diversão que estendiam as comemorações dos dias das festas e congregavam diferentes grupos sociais. Como afirma Lilia Mortiz Schwarz para o Rio de Janeiro, “nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada.” (1998, p. 396)

Koster realmente organizou um super evento e soube registrá-lo para a posteridade. Para abrilhantá-lo, mandou gente ao Recife buscar bandeiras nos navios, fogos de artifícios, foguetes além de pedir a um Coronel conhecido alguns músicos do regimento de Olinda. Os músicos dos variados regimentos militares tinham participação ativa nos diversos tipos e festas no Recife. Além desses também buscou encontrar alguém para organizar um divertimento que abrilhantasse a noite: o crioulo Nicolau.

Conhecendo a fama do crioulo, um alfaiate de profissão reconhecido pela sua habilidade no canto e dança, Koster decidiu convidá-lo para a festa. Para a alegria e entusiasmo serem garantidos, pediu que trouxesse consigo um grupo de atores de Fandango. (2003, p. 403) Segundo Luís

Costa Lima Neto, o fandango é uma “dança popular de origem espanhola que, assim como a tirana, foi misturada com o lundu no Brasil.” (2014, p. 158)

Nos primeiros dias de dezembro, dia da sua noite na novena, foram colocadas as bandeiras no alto dos mastros em fila dupla ao redor da praça; ao nascer do sol, soltaram fogos de ar. As casas da vila foram iluminadas com lâmpadas feitas de forma simples, metade de uma casca de laranja, com uma pequena porção de algodão e azeite. Koster também providenciou para que essas luminárias fossem plantadas em vários pontos da praça. (2003, p. 403)

A música tocou durante o dia e a tarde acenderam fogueiras na praça da vila. Segundo o relato do próprio Koster, o povo encheu a igreja onde muitos músicos se apresentavam. Nos intervalos da novena, soltavam-se ronqueiras, e os músicos de Olinda tocavam ao lado de fora. A celebração organizada por Koster demorou tanto que o fandango precisou ser transferido para a noite seguinte. Mesmo com a transferência do divertimento, a festa continuou depois da celebração religiosa. A banda de música foi até a casa do vigário onde estavam as principais famílias da região e em frente a casa uma multidão tinha se reunido. O fim da apresentação da música do regimento não encerrou a festividade, ainda foram improvisados versos em louvor ao vigário, à santa e a muitos dos presentes, inclusive ao organizador da noite festiva. (KOSTER, 2003, 404)

Certamente, os que não foram para a noite da novena poderiam se preparar para a apresentação do fandango na noite seguinte. Na tarde subsequente, Koster afirma que providenciou uma “espaçosa plataforma, no meio da praça”, cercada por quatro fogueiras. Quando a noite chegou e as fogueiras foram acesas, o relato de Koster registra que os atores entraram e representaram uma longa história em um cenário em forma de navio no mar que ao fim da viagem entra em perigo. A apresentação

que não tinha as falas escritas, envolvia oito personagens, seis cantadores com a viola e seis dançarinos. Assim que o navio chegava ao palco, os cantadores e dançarinos foram acompanhados pelo público e depois iniciaram a apresentação da história e ao fim de cada cena reapareciam os dançarinos. (KOSTER, 2003, p. 405)

Os registros de Koster também possibilitam entendermos o financiamento dos gastos em algumas festas de irmandades. Na década de 1810, quando foi assistir a uma festa de Nossa Senhora do Rosário em Itamaracá, relatou sobre um rateio que presenciou na hora da cerimônia. Estava na igreja quando teria visto um grupo de negros e negras vestidos de algodão branco e colorido, com bandeiras e tambores soando. No meio do grupo estava a corte, os reis com uma coroa de papel colorido dourado, o rei com uma roupa colorida e um cetro de madeira dourado, a rainha com um vestido de seda azul, de moda antiga.

Observou na Igreja o Secretário coletando contribuições em uma mesinha. O padre que não tinha recebido seus emolumentos, foi até ele e se recusou a cantar a missa enquanto não os recebesse. Depois da discussão, a missa teria tido início e os reis se ajoelharam diante do altar mor. Ao fim, o novo Rei foi coroado e o grupo foi até a região onde morava o novo Rei para comer, beber e dançar. (KOSTER, 2003, p. 353-354)

Uma das formas que corriqueiramente os escravos usavam seu dinheiro era para o financiamento das festas que celebravam os Santos de devoção. Segundo Marina de Melo e Souza “ao doar “esmolas” para a festa, tinham a convicção de que este investimento voltaria não apenas na forma da festa, mas também como harmonia e bem-estar das pessoas garantidos pelo bom governo do rei.” (SOUZA, 2002, P.211)

O rateio dos custos para as festas públicas era uma prática comum em vários festejos no Recife Oitocentista. Os financiamentos das festas

cívicas e religiosas faziam parte do cotidiano. O recolhimento de esmolas para as festas envolvia os diferentes extratos sociais.

A festa de Nossa Senhora do Rosário ocorria em diversos lugares da província, e tiveram outras formas de organização, ainda que guardasse similaridades com o relato de Koster. Segundo Marcelo Mac Cord, entre as festas mais famosas no Recife despontava a de 10 de outubro, organizada pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos na freguesia de Santo Antônio na primeira metade do século XIX. (2003, p. 55) Segundo Pereira da Costa, em Olinda, a irmandade do Rosário dos pretos também realizava a festa anualmente.

Em 1815, segundo o relato do memorialista, a irmandade conseguiu licença do ouvidor geral da Comarca, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, para sair com a bandeira da padroeira acompanhada com toques de instrumentos, zabumbas, clarinetas e fogos de ar. Entretanto, o Governador Caetano Pinto Montenegro teria repreendido asperamente o ouvidor por ter dado a autorização para que negros se organizassem em corte. Entre os argumentos levantados por Pereira da Costa, o governador teria reclamado de os pretos terem usado entre si formas de tratamento equivalentes as das realezas. (1907, p. 196)

O receio do governador ocorria um ano depois da descoberta de um suposto plano de revolta escrava em 1814. Para o historiador Luiz Geraldo Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro enfatizava a necessidade de grande vigilância sobre os ajuntamentos de escravos, principalmente os noturnos. (2001, p.9) O Ouvidor Antônio Batalha, por sua vez, defendia que deveriam permiti-los já que se tratava de locais “em que se evitavam cautelosamente as desordens, mas em que lavrava o entusiasmo.”²⁰

²⁰ Carta de Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJ9 Vol. 05(1815-1817) fls 113/116v. Porto de Pedras, 22 de março de 0816 Apud. (SILVA, 2001, p. 40)

Como bem destaca João José Reis essa disputa entre modelos de controles da festa negra era uma constante. “Se uns acreditavam ser ela a antessala da revolta social, outros mantinham que servia para diminuir as tensões sociais.” (2002, p. 40) Como vimos no capítulo sobre a festa da Independência Recife, as festas dos negros foram usadas pelos periódicos que relataram o Sete de Setembro como válvula de escape, mas também como festas ruidosas.

Marcelo Mac Cord ressalta que, muito além de uma pretensa vassalagem, as autoridades entendiam que os “falsos” reis exerciam um poder importante para o bom andamento social, tendo prestígio entre os negros e forte ligação com figuras envolvidas nas disputas políticas de Pernambuco da primeira metade do século XIX.²¹ Segundo Marcus Carvalho, desde 1809 o governador tinha proibido o costume de dar patentes aos negros, mas tal proibição foi suspensa na década de 1840. (2002, p. 59)

Algum tempo depois, em meio ao movimento praieiro, no ano de 1846, um Novo Rei do Congo foi coroado e como ressalta Mac Cord: “Tanto para conservadores, quanto para liberais, angariar a simpatia dos integrantes das ‘hierarquias do Rei do Congo’ era imprescindível para que se tivesse a mínima possibilidade de mobilizar boa parte da população livre pobre.” (2002, p.221)

Segundo Marcelo Mac Cord “Os contornos da Revolta Praieira e seus diversos imbricamentos sociais potencializaram tal possibilidade de sublevação.” (2002, p.237) Depois dos inúmeros distúrbios no fim do ano de 1847, que tornaram algumas festividades um ringue, em março do ano seguinte o Subdelegado de Afogados solicitou reforço no policiamento para

²¹ Entre 1817 e 1848 líderes das insurreições e autoridades do Estado Nacional se relacionaram de diferentes formas com os soberanos do Congo. No contorno da praieira em setembro de 1848 um novo rei do Congo foi referendado, muito próximo da festa anual da padroeira da irmandade e época de muito trabalho para os confrades e o novo soberano. ver:

a festa da Padroeira desta Matriz, já que não dispunha de “destacamento suficiente para manter a boa ordem, e prevenir qualquer distúrbio.”²²

A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era importante cuidar para que as comemorações existentes não se transformassem em fontes potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Entretanto, o excesso é intrínseco à realização das festas.

No arquivo público estadual localizamos alguns registros sobre a preocupação das autoridades em relação a noites de festas. O subdelegado destacou em um ofício de 21 de março de 1848 enviado ao presidente da província estar mais preocupado com uma festa que aconteceria em Afogados, por saber que estavam organizando para a noite da festa fandangos, ou congos, argumentando ser “é bem presumível, que haja grande concorrência do povo, todo da Praça, como da Povoação e seus subúrbios.”²³

O subdelegado também não confiava nos diretores da festa, que eram conhecidos por darem “exuberantes provas de perturbadores do sossego público.”²⁴ Os festejos populares também possibilitavam algumas brechas de controle sobre os escravos, que sabiam aproveitá-las bem, como já mostrou João José Reis para Bahia. Para o autor, os escravos seguiam um calendário da pequena política do cotidiano para atacar, “a hora certa era aquela em que o senhor baixava a guarda, por exemplo, nos períodos de festas, domingos e dias santos.” (REIS, 1995, p. 31)

Pelo *Diário de Pernambuco* de 1 de julho de 1845, tomamos conhecimento que, na segunda feira do Espírito Santo do ano de 1844, fugiu a escrava Catarina. Pelo registro do periódico, ela “tem sido

²²APEJE Polícia Civil 20 21 de março de 1848 f.60

²³*Ibidem*

²⁴ *Ibidem*

encontrada na Estrada Nova, na Passagem da Madalena, no aterro de Afogados, vendendo verduras nos domingos no maracatu dos coqueiros, no dito aterro acima.”²⁵ Possivelmente várias pessoas que circulavam no Aterro de Afogados, deveriam ter comprado com ela ou mesma a visto enquanto se divertiam. Alguns podem ter resolvido denunciar ao seu senhor a sua presença. O anúncio da sua fuga foi publicado nove vezes entre 11 de julho e 9 de setembro, sempre ressaltando a sua presença nesse espaço.

Se Catarina continuou a ir ao local de encontro dos escravos em uma região tão próxima do centro do Recife, ela devia confiar nos seus frequentadores e ter muitos aliados. Como destaca Thomas Holloway para o Rio de Janeiro, nessas reuniões, escravos e pessoas pobres “confraternizavam, bebiam cachaça e dançavam ao som de músicas afro-brasileiras.” (1997, p.49). Se nesse momento muitos escravos eram capturados, era também em torno desses sambas e batuques que nascia uma forte resistência dos grupos marginalizados.

Afogados era uma região “popular”. Segundo Marcus Carvalho “um local de fronteira entre as plantações e a cidade; também local de moradia de muita gente modesta.” (1998, p. 69) Até o início do século XX, uma rua era chamada de Catucá e outra do Malunguinho, reminiscências do célebre quilombo da primeira metade do Oitocentos e do seu chefe mais famoso.

Os escravos de Recife usaram a conjuntura de revoltas para perpetrar as mais diversas formas de resistências. Como argumenta Marcus Carvalho o maior quilombo de Pernambuco do século XIX, surgiu na época de 1817 e só conseguiu ser extinto após a Cabanada. No contexto do movimento praieiro, em que o acoitamento e roubo de escravos era uma das acusações trocadas entre os adversários políticos, foi publicada uma

²⁵ Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco* 01 de julho de 1845

carta no *Diário de Pernambuco* alguns meses antes da fuga de Catarina. Nela se acusava os praiheiros de estarem dando pouca atenção aos problemas do cotidiano da cidade. Entre eles, o ajuntamento de negros, negras e moleques de pés descalços nos maracatus, prática comparada a uma “escola de perdição.”²⁶

Quem escreveu a carta se essa reunião era proibida por alguma lei e quem era o responsável pela “inspeção sobre esse criminoso ajuntamento?”²⁷ Vários hábitos de divertimentos dos negros eram bastante criticados, e associados a desordens. Como visto no capítulo sobre o Sete de Setembro, uma das formas de depreciação dos festejos da elite era associar a festa aos divertimentos dos escravos e homens livres pobres: descritos como bárbaros, e com grande potencial para desordens.

As autoridades por vezes até concordavam com tais ajuntamentos, posto que, na visão de setores da elite, permitir essas práticas era uma forma de evitar um mal maior. A carta publicada no *Diário de Pernambuco* também questionava: “Que quererá significar os maracatus?”²⁸ Para os pernambucanos de hoje o maracatu é um dos costumes populares mais característicos da cultura negra, o que significava um maracatu na primeira metade do século XIX?

Quando o termo maracatu aparece nos periódicos de Pernambuco da primeira metade do século XIX, surge associado a estratégias políticas seja das autoridades oferecendo um divertimento às vésperas da eleição ou dos escravos usando da dança apreciada por muitos para conseguir momentos de liberdade para fugir de seus proprietários. Entendemos que, na primeira metade do século XIX, seja um espaço para o divertimento dos homens comuns, com música e dança características dos negros.

²⁶ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco* 28 de março de 1845

²⁷ *Ibidem*

²⁸ *Ibidem*

No periódico *O Cometa* de 14 de abril de 1843, fala-se que o “Dr. da Custódia” organizou um maracatu aos eleitores na véspera da eleição onde organizou a apresentação de um bumba-meu-boi.²⁹ No *Diário de Pernambuco* de 10 de janeiro de 1844 o termo aparece como uma dança que possibilitava o trânsito de escravos entre diferentes regiões. O dono da negra Maria desconfiava que ela tenha ido à cidade junto com os negros que foram dançar o maracatu.³⁰

Outro divertimento duramente combatido nesse período foi o Entrudo. Muito antes das posturas, vários editais buscavam controlar práticas populares tidas com indecentes ou mesmo bárbaras.³¹ Nessa tentativa de mudança das práticas festivas, como analisa Jorge Creso, muitos ficavam hesitantes entre os novos valores da civilização, por um lado e de outro “os atrativos de uma festa repleta de significado para uma comunidade reagindo a eminente perda de identidade.” (1990, p.277)O entrudo era uma forma de festejar que muitos da sociedade gostavam de aproveitar, mas alguns críticos os condenavam.

Segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo, após 1822, as proibições aos jogos de Entrudo se fizeram “acompanhar de uma rígida ação prática por parte dos setores públicos competentes.” (1996, p. 147) O entrudo era um divertimento que agradava grande parte da população e que consistia essencialmente em atirar líquidos nos outros. É importante ressaltar que cada grupo que se dispunha a praticar o entrudo dotava-o de novas feições e lhes atribuía novos significados.

É relevante ressaltar que, como afirma Leonardo Affonso de Miranda Pereira, era “um jogo que, embora fosse praticado por todos, definia

²⁹ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *O Cometa* 14 de abril de 1843

³⁰ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco* 10 de janeiro de 1844

³¹ Vários editais foram publicados buscando controlar os fogos de artifício, busca-pés, além de atacar o entrudo ver: (SANTOS, 2018)

claramente seus espaços de distinção."(2004, p.45) Alguns brincavam o Entrudo com limas de cheiro cuidadosamente fabricadas e vendidas pelas ruas da cidade, outros usavam polvilho, água ou mesmo outras substâncias que podiam encontrar pela cidade. O *Diário de Pernambuco* anunciava que alguns atiravam “com lama; e com imundícies nos que passam.”³²

Entre as publicações do *Diário de Pernambuco* estavam os anúncios de vendas de lima de cera, de serviços para o seu preparo ou a venda de materiais eram comuns no Diário de Pernambuco durante a primeira metade do século XIX. Os que tinham habilidade e disposição para fabricação dos itens que se usariam nesses dias especiais podiam trabalhar intensamente na confecção.

No dia 20 de fevereiro de 1841, por exemplo, o morador do terceiro andar do terceiro sobrado, localizado no fundo do Livramento na Rua da Penha anunciou que precisava “alugar 3 ou 4 pretas ou moleques para venderem limas de cheiro, ficando seus Senhores obrigados pelo importe das mesmas, dando-se de vendagem 80 réis de cada Pataca.”³³ O aluguel de cativos era uma prática comum no Recife desse período, especialmente quando se tratava da execução de um serviço temporário.

Talvez devido à peculiaridade da mercadoria e ao interesse dos próprios cativos em usarem as limas se explique o interesse do alugador em que os donos dos cativos fossem responsáveis por cuidar da boa conservação das mercadorias. Quem sabe os cativos não podiam guardar algumas limas para eles próprios brincarem o Entrudo.

Outro produto anunciado no Diário de Pernambuco eram as máscaras. Um exemplo de anúncio foi publicado em 03 de março de 1842, onde se oferecia em uma loja na esquina da rua do Cabugá “máscaras

³² Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco 14 de fevereiro de 1844

³³ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco 20 de fevereiro de 1841

lindas e esquisitas, mui próprias para entrudo”.³⁴ As máscaras eram um dos itens que ajudava a modificar e esconder as pessoas nesses dias. A estética diferenciada é ressaltada nesse anúncio, não se tratava apenas de esconder a identidade, o ato de mascarar-se nesses dias de festas podia adquirir diferentes significados. O mascarar-se podia permitir uma autoafirmação, como sugere Reid Mitchel (2002, p. 58) ou mesmo a possibilidade de uma maior liberdade de ação, dependendo do personagem que se assumisse.

O Padre Carapuiceiro publicou um artigo no *Diário de Pernambuco* de 14 de fevereiro de 1844, incluía as máscaras entre as novas formas apropriadas de comemorar os dias de carnaval:

Que pelo tempo de carnaval hajam diferentes folgares, hajam forças, e bailes mascarados, com na Itália, como em Paris, etc. etc., ainda bem, são divertimentos, são passatempos, que podem ter graça e realmente causar muito prazer; mas que recreio, que gosto pode haver em molharem-se, e emporcalharem-se uns aos outros?³⁵

Os dias de entrudo eram facilmente associados à desordem, ainda que não ocorresse nada de excepcional nesses dias. Certos comportamentos “agressivos” ou “bárbaros” já eram esperados nesse dia, como afirmou o Matuto em uma publicação do *Diário de Pernambuco* de 23 de fevereiro de 1827:

[...] porém que além de toda a barbaridade do brinquedo, ou melhor da patifaria, que além de um pobre matuto ser apalpado, emporcalhado com água suja, e lama, de se lhe dar com tintas até de óleo na cara, e na roupa, de se lhe deixar a perder seus efeitos, que conduzem muitas vezes de padecer avarias, de se arremessarem na rua cordas de um a outro lado para espantar e fazer

³⁴ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco 03 de fevereiro de 1842

³⁵Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco14 de fevereiro de 1844

recuar os seus cavalos, ou a eles mesmos se passam a pé, e de todas as outras insolência, que lembram a um bando de biltres réus de polícia que vadiam quando deviam trabalhar, que além de tudo isto, digo, tenha o atrevimento essa gente, ou esses brutos de espancar, e apedrejar aqueles pacíficos homens, que não muito prudentes representam o seu incomodo, ou prejuízo, e repelem tantos insultos com vãos impropérios.³⁶

Segundo o Matuto, a “rua direita é o principal Teatro destes fatos”.³⁷ Localizada no Bairro de São José, essa rua era um importante corredor de passagem e por estar ocorrendo num local como esse, possivelmente não seria desconhecido das autoridades. Os dias de entrudo não traziam tumulto apenas nessa rua, obviamente a agitação causada por esses dias podia ser aumentada quando associada a um acidente ou crime. As brincadeiras, ainda que consideradas inapropriadas, continuavam a ocorrer e em ruas que faziam parte dos grandes corredores de circulação.

Uma carta publicada no *Diário de Pernambuco*, assinada por “EU” tecia algumas perguntas sobre esta prática com forte tom crítico.

Que golpe não sofre a moral pública? Que ataque o decoro da Sociedade? Os vínculos da subordinação, e do respeito uma vez alaçados, dificultosamente se reapertam. A turbulência se disfarça em galanteria. A perversidade toma o nome engraçado de brinquedo.³⁸

Os divertimentos têm inúmeras dimensões. A presença de distúrbios, nos mais diferentes tipos de festas, é um risco para quem se responsabiliza pela sua realização. Era importante cuidar para que se tivesse adequadas manifestações de público regozijo para bem se comemorar datas importantes do calendário, e era relevante cuidar para que as comemorações existentes na sociedade não se transformassem em fontes

³⁶ Fundação Joaquim Nabuco. Setor de Microfilmes. Diário de Pernambuco 23 de fevereiro de 1827

³⁷ *Ibidem*

³⁸ Fundação Joaquim Nabuco. Setor de Microfilmes. Diário de Pernambuco 27 de fevereiro de 1827

potenciais de distúrbios e se mostrassem assim contrárias ao júbilo. Entretanto, o excesso é intrínseco a realização das festas. Uma quadra publicada no *Diário de Pernambuco* dizia: “Por ter dado três facadas/Prezo certo façanhudo/Cuidava (diz) não ser crime.../Foi um brinquedo do Entrudo.”³⁹

Outro motivo para as críticas era o respeito aos padrões de comportamento da religião. Segundo Marina de Melo e Souza houve um empenho desde começo do século XIX em controlar a religiosidade popular (2001, p.259), mas as pessoas às vezes ainda insistiam em esquecer os preceitos impostos, para aproveitar alguns momentos de alegria. No *Diário de Pernambuco* de 6 de fevereiro de 1837, uma correspondência questionava o respeito a religião e a moral pública:

Mas quem se recorda da Religião no meio da embriaguez dos prazeres? Que vergonhoso é o preludiar o tempo das mortificações, dos jejuns, da abstinência, por três dias de desenvoltura, de maganagem, de excesso; não só isso, de mortes, de grandes moléstias? Grandes urcas sofrem as gavetas dos padrões, e dos pais; que grandes proporções para a desonra das famílias! E, contudo, estes são os resultados e o sal do entrudo, de que todos gostam.”⁴⁰

Muitas vezes essas práticas tradicionais inviabilizavam que as novas formas de se festejar acontecessem. Como afirma um anúncio publicado em 19 de fevereiro de 1847 sobre os festejos no teatro em dias de carnaval:

Há alguns anos a esta parte que não haviam espetáculos nos dias do Carnaval, por causa das limas de tintas, pitombas e seringas que traziam para a plateia, hoje, porém, a reprovação que a maioria do público mostra a algum galanteio de limas de água de cheiro, mostra que a civilização vai progredindo entre nós.⁴¹

³⁹*Ibidem*

⁴⁰Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*, 06 de fevereiro de 1837.

⁴¹ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1847.

Se houve um progresso na “civilização”, devemos perceber que ela não se fez com a extinção do Entrudo, que adentrou esse novo espaço de sociabilidade no carnaval. No mesmo anúncio, o diretor agradeceu aos espectadores pela atenção com que assistiram à companhia das pastoras, aproveitou para se desculpar pelo comportamento de alguns meninos que não levaram “os seus papéis bem sabidos, pois que, além de sua pouca idade, o brinquedo do entrudo os distraiu bastante”.⁴²

Pelos periódicos de Recife as brincadeiras, ainda que consideradas inapropriadas, continuavam a ocorrer e em ruas que faziam parte dos grandes corredores de circulação. Os motivos para a crítica a essa forma de brincar eram variados: associação a barbaridade, violação da religião e as ofensas físicas. O Entrudo continuava forte em meados do século XIX no Recife, e conquistou novos espaços: os teatros e bailes.

Um passo importante para a regulamentação desses modos de festejar, colocá-los em lugares fechados. Conseguir de fato realizar um baile poderia ser um passo importante, mas ainda era preciso contar com o que aconteceria nesses bailes, e se estaria de acordo com a “civildade esperada.” Um dos cerca de trinta presentes em um baile de mascarados ocorrido na passagem da Madalena resolveu publicar no *Diário de Pernambuco* de 13 de fevereiro de 1845: “O divertimento inocente, inteiramente novo para esta província, teve estas feições: ordem, decência, regozijo e bom gosto.”⁴³

Nos bailes tentava-se reproduzir nesses ambientes franceses, como comenta Vauthier em seu diário, ao escrever sobre um dos bailes que foi no Recife: “Golpe de vista da sala perfeitamente francês. Vestidos feitos em Paris ou pelo menos talhados pelos modelos do jornal *Le Furet des Salons*

⁴² *Ibidem*

⁴³ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco 13 de fevereiro de 1845

ou qualquer outra publicação do gênero.” (VAUTHIER in: FREYRE, 1960, p555)

Não apenas o Entrudo tomou os lugares fechados. Muitas festas foram deslocadas ou abrigaram-se em ambientes teatros e casas particulares. Como afirma Jorge Crespo, ao analisar o controle das corridas de Touro em Portugal, ao perceber a persistência dos festejos depois das reiteradas ordens e combates, as autoridades perceberam que uma alternativa mais eficiente era transformar em um espetáculo devidamente enquadrado o que permitia um maior controle da paixão, as explosões coletivas e os participantes desses divertimentos. (1990, p. 304)

Nas festas de fim de ano as famosas apresentações de pastorinhas, bailes do menino Deus também passaram a ocupar em lugares fechados como teatros, bailes e festas organizadas por “sociedades.” Em 1838 o Padre Lopes Gama no periódico *O Carapuiceiro* publicava sobre tais apresentações nas ruas na época de Natal, “rara era casa que não tinha um presépio com sua competente pastorinha.”⁴⁴

Na década de 1840, algumas sociedades se organizaram para representar tais apresentações em lugares fechados. Pereira da Costa ressaltou que nos estatutos da Sociedade Natalense, criada em 1840, havia a intenção de dirigir com solenidade e decência o Natal, através de representações teatrais e em 1841 se instalou a Sociedade Nova Pastoril com a mesma finalidade. Segundo Pereira da Costa, as apresentações da primeira realizadas no antigo colégio dos jesuítas eram conhecidas pelo luxo e aparato, tendo grande influência social. (1907, p.193)

⁴⁴ Moças cantam e dançam fazem o papel de pastorinhas, com danças e saraus e por fim fazem um leilão de flores e frutas. O Carapuiceiro 8 de fevereiro de 1834, 24 de janeiro de 1838 e 21 de fevereiro e 1840.

Considerações finais

As diferentes formas de festejar estão relacionadas com seu tempo. Na primeira metade do século XIX, houve a tentativa de mudanças nas festas. Quer seja na definição das datas festivas ou no estabelecimento de normas para as festas, as autoridades provinciais, municipais e do Estado Nacional buscavam estabelecer um ritmo a vida das pessoas condizente com a realidade necessária para o bom andamento social, econômico e político do país.

Nesse processo adequou-se as novidades aos costumes tradicionais, tendo em vista que estes ainda mantinham forte influência entre a população. Mesmo frente aos novos espaços de divertimentos e as normatizações dos feriados, as festas ainda eram as principais práticas para o divertimento da população. Ocupavam parte significativa do ano e estavam entre os atos coletivos que além dos movimentos que conturbavam a vida dos moradores durante o ciclo das insurreições liberais eram importantes para a cultura urbana do Recife.

Referências

- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008;
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.
- ARRAIS, Raimundo. *Matriz, Freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX* Proj. História, São Paulo, (24),]1111. 2002
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho Livre no Brasil Imperial**: o caso dos caixeiros na época da Insurreição Praieira. Recife. Dissertação de Mestrado- UFPE. 2005

CARVALHO, Leandro F. R. "**... e o estrepidoso zambuba põe tudo em alvoroço**" música e sociedade em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 2001

CARVALHO, Marcus J.M. Os símbolos do "progresso" e a "população" do Recife, 1840-1860 in: **Cidades Brasileiras**: políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Universitária da UFPE, 2002

COSTA-LIMA Neto, Luiz. **Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846)**: entre o lundu, a ária e a aleluia. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

COSTA, F.A. **Anais Pernambucanos Recife**: Arquivo Público Estadual, 1954 vol. 6

COSTA, F.A. Pereira. Folclore Pernambucano in: **Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro** Tomo LXX parte II. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1907

CRESPO, Jorge. **A história do Corpo**. Lisboa: Difel: Difusão Editorial, 1990.

CRESPO, Jorge. As Transformações do Elemento Lúdico em Portugal (Séc. XVIII – XIX)", **Revista de História Económica e Social**, no 25, 1989 p. 91-97

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes in: MELLO, Evaldo Cabral de. **O Carapuceiro**: crônicas de costumes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

HOLLOWAY, Thomas H.; Fundação Getúlio Vargas. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil** 12^a ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003 v.2

MAC CORD, Marcelo **O Rosário de D. Antônio**: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002

MAC CORD, Marcelo. **Identidades Étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo**: sociabilidades cotidianas recifenses (século XIX) in Campos, Curitiba, UFRP

- MEYER, Marlyse. A Propósito de cavalhadas in: JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001
- MITCHEL, Reid. Significando: carnaval afro-creole em New Orleans do século XIX e início do XX.in: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **Carnavais e Outras F(r)estas - Ensaios de História Social da Cultura**. Campinas. Ed. Unicamp. 2002
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004
- PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000
- REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, 1995
- REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX. In: Maria Clementina Pereira Cunha. (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**. Ensaios de História Social da Cultura. 1ed.São Paulo: UNICAMP/CECULT, 2002, v. 1, p. 101-155
- SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. Dos divertimentos apropriados aos perigosos: organização e controle das festas e sociabilidades no Recife (1822-1850). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; MARTINS, Ismênia de Lima; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Org.). **O Oitocentos sob novas perspectivas**. São Paulo: Alameda, 2014, v. p. 343-364.
- SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”**: Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; MACEDO, Valéria Mendonça de. Viajantes em meio ao império das festas. JANCSÓ, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001
- Schwarz, Lília Moritz. **As barbas do imperador** : D. Pedro II, um monarca nos trópicos / Lília Moritz Schwarz. — São Paulo : Companhia das Letras, 1998:

SILVA, Luiz Geraldo “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817) in: **Afro-Asia** n°25. 20

SOUZA. Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte:** Editora UFMG, 2002

SOUZA. Marina de Mello. **História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil** - séculos XVIII e XIX in: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. (Org.). **Festa**

TOLLENARE, L. F. de. **Notas dominicais:** tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife, Empresa do Jornal do Recife. 1906

VAUTHIER, Diário íntimo in: FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil.** 2. ed. -. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960

Igreja e clero em Pernambuco: conflitos, tensões e polêmicas ¹

Robson Pedrosa Costa ²

Introdução

Apesar de considerados por muitos contemporâneos do século XIX como despreparados para o ofício espiritual, o clero secular desempenhou um importante papel no cotidiano do Brasil Império. Estes sujeitos estavam na ponta de inúmeros processos históricos envolvendo diversos setores da sociedade. Enfrentaram a ira da população em revoltas locais, conflitos políticos no interior de suas igrejas e constantes divisões de freguesias.³ Neste capítulo, o leitor encontrará um pouco deste universo, marcado por conflitos, tensões e polêmicas envolvendo diversos atores vinculados a uma das mais importantes instituições do país: a Igreja.

Muitos de seus membros desviaram-se de suas obrigações clericais, praticando o celibato ou adquirindo propriedades e escravos (HAUCK, 2008; HONAERT, 2008). Contudo, muitos outros se dedicaram ao pobre, ao enfermo e até mesmo ao abolicionismo. Viviam os dilemas cotidianos, ora como “matizes da ordem”⁴ (diante das pressões advindas do Estado e

¹ Alguns trechos deste capítulo foram retirados do texto publicado em anais de congresso, intitulado “Matizes da ordem”: o papel do clero católico no cotidiano oitocentista, Pernambuco. ² *Simpósio Internacional de História das Religiões XV Simpósio Nacional de História das Religiões ABHR 2016*.

² Doutor em História pela UFPE. Docente do Instituto Federal de Pernambuco (Campus Recife) e do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Em dezembro de 2020 publicou o livro “Os Escravos do Santo: uma história sobre paternalismo e transgressão nas propriedades beneditinas, nos séculos XVIII e XIX”, pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6375934645076409>

³ As principais séries para o estudo do clero Pernambuco são: *Assuntos Eclesiásticos*. Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE); *Correspondência Eclesiástica* (CO-26). Cúria Metropolitana do Recife.

⁴ Expressão utilizada por José Murilo de Carvalho referindo-se aos juizes, padres e soldados (Carvalho, 2007).

da Igreja), ora como indivíduos em defesa de seus próprios interesses, jogando de acordo com os limites e possibilidades de seu tempo.

O espaço central deste debate é a antiga Diocese de Olinda. Ela foi criada apenas em 1676, no mesmo ano em que foi fundada a do Rio de Janeiro. Até aquela data, existia apenas uma diocese no Brasil, a da Bahia, que por mais de cem anos administrou sozinha o grande número de clérigos e fiéis que não paravam de crescer. Com isso, a necessidade de criar novos governos eclesiásticos se fazia patente. Por exemplo, em 1719 foi fundada a Diocese do Pará e, em 1745, a de São Paulo. Mas as extensões territoriais das dioceses brasileiras continuavam a causar grandes inconvenientes a seus prelados, o que motivou constantes reclamações por parte dos bispos ao Conselho Ultramarino (HAUCK, 2008, p. 81).

Mesmo com a criação de novas dioceses, o número continuava insuficiente, constituindo apenas uma única província eclesiástica (o Arcebispado da Bahia) e seis bispados: Rio de Janeiro, Olinda, São Luís do Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo; e duas prelazias,⁵ as de Goiás e Cuiabá. No decorrer deste período, a modificação mais expressiva limitou-se apenas a transformar aquelas prelazias em dioceses (HAUCK, 2008, p. 81).

Dados referentes ao período de 1774 a 1788 revelam que só a Diocese de Olinda chegou a agregar uma população de 278.905 pessoas, “situadas em duas cidades, 22 vilas e 78 freguesias” (BARBOSA et al, 2006, p. 56).⁶ Mas, após desmembramentos e reconfigurações constantes de suas paróquias, no final do século XIX a Diocese de Olinda era composta pelas províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.⁷

⁵ “A Prelazia Territorial ou abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que a governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo diocesano Código de Direito Canônico, 2007, p.120).

⁶ Sobre a criação da diocese de Olinda, ver também: LIMA, 2001, p. 75-77.

⁷ Na época de sua fundação, faziam parte de seu bispado: Pernambuco, Ceará, Rio Grande Norte e Paraíba (BARBOSA et al, 2006, p. 122-124).

Vejamos alguns números compilados em 1872, referentes ao número de freguesias e vigários em cada localidade. Ao todo, a diocese possuía 164 freguesias, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1 - Diocese de Olinda (1872)

Freguesias	Nº.	Vigários Colados ⁸	Vigários Encomendados
Pernambuco	71	51	20
Paraíba	38	28	10
Alagoas	28	24	4
Rio Grande do Norte	27	21	6
Total	164	124	40

Fonte: Diário de Pernambuco, 12 de março de 1872⁹

No caso de Pernambuco, não havia freguesia vaga (ou seja, sem párocos) neste período, situação bem diferente em outros momentos históricos. Esta província, como podemos perceber, possuía um grande número de freguesias e de párocos, superando significativamente as demais da diocese. Em todo o Brasil, o número de clérigos seculares somava 2.225 padres.¹⁰

Muitos párocos, que não conseguiam ser “colados” em uma paróquia, ficavam desempregados por longos períodos, exercendo seu ministério apenas em ocasiões especiais, “recebendo pela pregação de festa ou pela celebração da missa” (HAUCK, 2008, p. 87). Este número foi crescente ao longo do século, situação bem diferente encontrada nas ordens religiosas. Isso porque, se durante o período colonial o clero regular representava a “estrutura mais visível do trabalho da Igreja”, no século XIX o abatimento material e humano das ordens religiosas era evidente, dando início a uma longa jornada de crise e decadência.

⁸ “Vigário Colado” eram os clérigos das paróquias que “eram designados pelo rei após concurso e exame, e gozavam de estabilidade com pagamento feito pelo erário régio”. Já os “Vigários Encomendados” eram os párocos que “recebiam diretamente da jurisdição do bispo ou do prelado, atribuída a candidatos em condições de exercê-la. Estes eram mantidos pelo povo e não desfrutavam de todas as prerrogativas de que gozavam os ‘colados’” (LIMA, 2001, p. 49).

⁹ Laboratório de Pesquisas Históricas (LAPÉH-UFPE), Seção: Microfilmes.

¹⁰ “População Considerada em Relação às Profissões” (Império do Brasil), *Recenseamento de 1872*, p. 07.

No decorrer deste século, o número de clérigos seculares ultrapassou significativamente o número de regulares, situação considerada “inédita na história brasileira” (AZZI, 1991, p. 94). O clero diocesano, durante muito tempo vivendo à sombra dos regulares, transformava-se em maioria absoluta. Na segunda metade do século XIX, os mosteiros e conventos eram compostos basicamente por indivíduos nascidos no Brasil, pois o Governo Imperial fechou as portas para a entrada de noviços estrangeiros, impedindo a renovação de seus membros (AZZI, 1991; MOLINA, 2006; COSTA, 2020).

Esta tendência se acentuou com o início das “perseguições” às ordens religiosas logo após a Independência, devido, principalmente, a presença de padres liberais na condução dos trabalhos políticos nacionais e locais daquele contexto. Para muitos, inclusive clérigos seculares, as antigas Ordens eram “elementos inúteis” às novas exigências da nação, que se construía sobre a bandeira da *Liberdade* e do *Progresso*. Consideradas contrárias “ao anseio de modernização do país” e um “verdadeiro peso econômico”, muitas foram as propostas para a sua extinção, mesmo que de forma gradual.¹¹

Para melhor compreendermos este quadro, vejamos os dados sobre estas instituições. Os religiosos regulares em Pernambuco totalizavam 126 pessoas, sendo 39 homens e 87 mulheres.¹² Algumas ordens religiosas apresentavam um número bastante reduzidos. Os beneditinos de Olinda contavam, na década de 1860, com apenas quatro monges. Já os carmelitas calçados de Olinda com apenas um frade em 1870, responsável pela administração de todo o patrimônio na província. Em todo o Brasil, o número de religiosos somava 393 pessoas, sendo 107 homens e 286

¹¹ Na Assembleia Constituinte de 1823, padres-deputados como José Antônio Caldas (BA) e José Custódio Dias (MG) inspiraram outros deputados a se debruçarem sobre o assunto, gerando grandes polêmicas (AZZI, 1991, p.130-131).

¹² “População Considerada em Relação às Profissões” (Província de Pernambuco), *Recenseamento de 1872*, p. 219.

mulheres,¹³ bem inferior ao quantitativo de clérigos seculares: 2.225 indivíduos (COSTA, 2020, p. 30).

Mas, se considerarmos os dados apenas da Província, não há grandes disparidades. O clero secular somava 204 indivíduos, enquanto os regulares chegavam a 126. Contudo, a elevação deste número se dá pela inclusão das mulheres (que chegavam a 87) que, possivelmente, incluíam outros grupos religiosos femininos, como os recolhimentos.

Vejamos, agora, um pouco do cotidiano destes clérigos e seu envolvimento com questões nacionais e locais.

Liberais e Ultramontanos

A imagem do clero no Brasil se deteriorou no início da década de 1870, quando os conflitos na Europa envolvendo o papado haviam se agravado, devido ao acirramento das disputas entre o recém-criado Estado italiano e o pontífice Pio IX (1846-1878). As tensões se agravaram de forma violenta, tornando-se a mais séria crise vivenciada pela Igreja nos últimos tempos. As tropas francesas, que haviam protegido o papado por dez anos, abandonaram Roma em 1870, após um acordo firmado entre Napoleão III e os italianos. Os franceses, sempre prontos para irem em defesa do pontífice, estavam mais preocupados com um problema maior: a Prússia.¹⁴ Sem a interferência da França, a Itália propôs ao papa, mais uma vez, a entrega pacífica das terras da Igreja e sua renúncia aos poderes temporais, o que foi recusado novamente pelo pontífice. Em consequência, o exército italiano invadiu as terras pontificias e rapidamente dominou a situação. O

¹³ ¹³ “População Considerada em Relação às Profissões” (Império do Brasil), *Recenseamento de 1872*, p. 07.

¹⁴ Segundo Richard McBrien (2004, p.351), “os Estados pontifícios eram considerados obstáculos à unificação italiana porque se estendiam por todo o centro da Itália, separando o sul do norte”. As pressões e conflitos se iniciaram ainda em 1848. Com o início da guerra franco-prussiana (1870-1871), a qual a França perdeu, forçou os franceses a retirarem o apoio militar ao papado (MCBRIEN, 2004).

Papa, resistindo à investida, não recuou e declarou-se “prisioneiro” dos italianos (MCBRIEN, 2004, p.351; MARTINA, 1996, v. III).¹⁵

A repercussão dos acontecimentos provocou diferentes reações. Uns condenaram prontamente a violência com que o governo italiano se apropriou do “patrimônio” de São Pedro, criticando o arbitrário “cativeiro” imposto ao “santo” Papa. Outros, contudo (inclusive clérigos), criticaram a postura do pontífice, defendendo princípios que deitavam suas raízes no *galicalismo*¹⁶ e no *jansenismo*¹⁷, fundamentos que contribuíram para o fortalecimento do *regalismo*.¹⁸

Neste ínterim, duas tendências no seio do catolicismo se defrontaram: de um lado, os *Católicos Liberais*, e do outro, os *Ultramontanos*. O *Catolicismo Liberal* (influenciados por Lamennais, Montalembert e Lacordaire) caracterizou-se pela apropriação dos princípios difundidos desde o século XVIII, buscando conciliar *ciência e fé*. Seus defensores afirmavam que havia pontos positivos na doutrina liberal, construindo toda uma argumentação em sua defesa, adaptando-as a doutrina cristã (MARTINA, 1996, p. 192).

O Catolicismo Liberal foi bem recebido aqui no Brasil, defendido por muitos entusiastas. Contudo, na segunda metade do século XIX, essas

¹⁵ Sobre o assunto, conferir o capítulo III: A Igreja e o Liberalismo (MARTINA, 1996, v. III).

¹⁶ “Designação de duas correntes de pensamento dentro da Igreja francesa (galicana, de Gália), uma política, a outra eclesiástica. A primeira defendeu direitos de leigos e do rei contra o Papa e o clero, as chamadas ‘liberdades galicanas’, formuladas em 1407, e a segunda defendeu a subordinação dos papas aos concílios ecumênicos e a autonomia da Igreja francesa. Luiz XIV uniu as duas correntes nos *Artigos galicanos* [...], formulados em 1682 pelo eminente orador sacro católico romano Jacques Bénigne Bossuet. A concordata de Napoleão (1801) eliminou as liberdades galicanas, que voltaram, todavia, nos ‘artigos orgânicos’. O galicalismo declinou gradualmente ao longo do século XIX; adquiriu também um sentido lato: qualquer movimento nacionalista contra certas pretensões de Roma” (SCHULER, 2002, p. 214).

¹⁷ “Do nome de Cornélio Jansen [...] (1585-1638), bispo católico romano de Ypres, cidade belga. A essência do jansenismo está nas proposições defendidas por Jansen em seu livro *Augustinus: é impossível ao homem cumprir os mandamentos de Deus sem uma graça especial; a graça é irresistível*, etc. Inocêncio X condenou cinco proposições de Jansen em 1653. Os jansenistas não reconheceram como autenticidade as proposições condenadas” (SCHULER, 2002, 257).

¹⁸ “Doutrina que defende as prerrogativas do poder civil em oposição às pretensões da Igreja, permitindo aos reis e estados interferirem nas questões religiosas. Equivale a galicalismo (França) e opõe-se a ultramontanismo” (NETO, 2010, vol.1, p. 156).

ideias passaram a ser duramente rebatidas durante o pontificado de Gregório XVI (1831-1846). Este papa publicou a encíclica *Mirari vos* (1832), impulsionando o fortalecimento de uma grande onda anti-modernista conhecida como *Ultramontanismo*. Seus defensores estavam na outra extremidade do pensamento intelectual católico, objetivando reascender o poder da Igreja Católica e do seu líder principal, o papa. Não pregavam a separação da Igreja e do Estado, mas defendiam uma maior autonomia da primeira em relação a segunda.¹⁹

As tensões entre as tendências liberais e conservadoras se tornaram mais evidentes a partir das resoluções advindas do *Concílio do Vaticano I* (1869-1870). Este concílio foi a culminância de uma série de ações empreendidas pela Igreja Católica iniciadas com Gregório XVI e consolidadas com Pio IX (1846-1878), com o objetivo de reprimir os chamados “erros modernos”. Uma onda de perseguições foi direcionada aos adeptos do catolicismo liberal francês. Com a Encíclica *Qui Pluribus* (1846), o papa Pio IX “denunciou a soberania da razão humana, em relação a fé em Cristo, como um grande mal”. E em 1864, com a publicação da Encíclica *Quanta Cura*, que foi acompanhada de outro documento (o *Syllabus*), o pontífice atacava fortemente o naturalismo e o liberalismo, considerando-os como “fontes dos demais erros de seu tempo”.²⁰

O papado também criticava a forte presença da maçonaria no seio das sociedades cristãs, convocando os seus clérigos a expulsarem da Igreja todos os seus adeptos. Neste contexto turbulento, Dom Vital assumiu o cargo de bispado de Olinda em 1872. Ele se deparou com um cenário nacional marcado por ataques públicos dirigidos por membros da

¹⁹ Para um estudo mais aprofundado sobre o pensamento católico no século XIX e suas repercussões no Brasil, ver: DREHER, 1999; MARTINA, 1996, v. III; VILLAÇA, 2006; AZEVEDO, 1978; GAETA, 1997; AZEVEDO, 1983; RIBEIRO, 2009; SANTANA, 2007; LARA, 1988.

²⁰ Diversos documentos pontifícios podem ser encontrados em: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&lang=bra>. Acesso em: 10/08/2011

maçonaria (através de seus jornais) contra a Igreja e seus clérigos. Um destes jornais, visando ironizar a postura do papado em relação a maçonaria, publicou uma lista de padres que eram membros atuantes de lojas maçônicas.²¹

Dom Vital reagiu, pressionando seus clérigos a renunciarem publicamente a “seita” maçônica. Alguns de seus párocos resistiram e foram punidos pelo bispo. Mesma atitude tomou em relação às irmandades e confrarias, exigindo que seus membros rejeitassem aquela “doutrina”. As irmandades que se recusaram foram suspensas, acirrando o clima de tensão entre Igreja, associações leigas e o Estado. Isso porque, as irmandades apelaram para a Corte, mas Dom Vital se recusou a explicar seus atos para o Governo, pois considerava (no bom estilo ultramontano) que estes eram assuntos restritos ao domínio eclesiástico. Iniciava-se, com isso, a chamada Questão Religiosa, que culminou com prisão dos bispos de Olinda e do Pará, que adotou uma postura semelhante (MEDEIROS; GILENO, 2018).

Todo este clima de tensão envolvendo a Igreja e seus membros teve reflexo direto no cotidiano de párocos, cônegos e bispos de todo o Brasil. Mas os problemas que afetavam a rotina destes religiosos são mais antigos e nem sempre estavam ligados a questões filosóficas ou intrigas políticas internacionais. Questões nacionais tropeçaram sobre a dura realidade de fiéis desconfiados com o autoritarismo de governantes e suspeita latente contra os ministros de Deus.

“Vocação, abnegação e espírito religioso”

Um bom documento para entender melhor os problemas gerais vivenciados pelo clero pernambucano foi produzido por um membro da

²¹ Sobre a Questão Religiosa, ver: MEDEIROS; GILENO, 2018.

própria Igreja. Em 1868, o cônego Joaquim Ferreira dos Santos enviou ao então bispo de Pernambuco Francisco Cardoso Ayres, um relatório acerca da situação em que se encontrava os “negócios” eclesiásticos da Província. Segundo o cônego, a organização do referido relatório foi concluída com grandes dificuldades, pois, apesar da necessidade de fazê-lo, não havia estatística alguma sobre a situação eclesiástica até aquele momento. Nem se quer existia “no arquivo do bispado informações e dados suficientes”, que facilitassem “um trabalho desta ordem”.²²

O cônego continuou a sua exposição apontando sérios problemas que iam desde as condições de conservação dos principais edifícios eclesiásticos da Província até a situação moral do clero. O Seminário de Olinda merecia, em sua opinião, receber do *Poder Eclesiástico* uma atenção maior, dada a imensa influência que exercia sobre a “educação e ilustração do clero”. Apesar do edifício ter sido quase completamente reconstruído devido os esforços de seus administradores, a organização literária, material e econômica do Seminário encontrava-se “defeituosa”. Estava longe de “corresponder às vistas dos Padres de Trento, de preencher perfeitamente os fins da sua instituição, e satisfazer as necessidades” do clero.²³ O Seminário apresentava também um curso de estudos incompleto, “faltando-lhe algumas cadeiras essenciais”. Faltava também professores, pois os que existiam eram sobrecarregados por cadeiras sempre vagas. Segundo o cônego, seria esta, talvez, a razão da completa “decadência do clero”, tema este bastante conhecido e debatido pelos vários setores da sociedade.

²² “Relatório Apresentado ao Ex. e Revm. Sr. D. Francisco Cardozo Ayres Bispo Diocesano pelo Cônego Joaquim Ferreira dos Santos”, 1868, Caixa 3, Fl.102. *Biblioteca Estadual de Pernambuco* (Folhetos Raros). Em 1870, o Cônego Francisco José Tavares da Gama concluiu um “Quadro Nominal de todos os Párcos e coadjutores da Província, por Comarcas, Municípios e freguesias”, que havia se iniciado por outros clérigos, já em 1866, enviando ao Presidente da Província em 08 de março daquele ano. “Assuntos Eclesiásticos” (AE-12), fl. 258, 26 de junho de 1866; AE-12, fl. 259, 03 de julho de 1866; AE-14, fl. 58 a 62 (APEJE).

²³ Relatório, 1868 (Folhetos Raros).

O cônego considerava ainda que seria de suma importância a criação de um “pequeno Seminário”, “onde a infância, educada” a sua “sombra”, receberia “desde os verdes anos as salutares impressões que, uma vez lançadas nesses corações ainda tenros”, seriam “como a base e os fundamentos sobre que tem de assentar a vocação, a abnegação e o espírito religioso”.²⁴ Criticava, com isso, a entrada tardia dos jovens ao Seminário, em uma idade em que a “má educação ou as paixões” já haviam feito “estragos sensíveis nos seus corações, não recebendo dali em diante uma educação análoga ao caráter e ministério” que pretendiam.

Até porque, o Seminário, na situação em que se encontrava, não seria capaz de proporcionar-lhes uma instrução condizente à missão a que estavam destinados. Não seria possível, dessa forma, preencherem bem as funções de “instruir” e “edificar”, principalmente em uma época em que, “ao passo que as luzes se difundem por todas as classes da sociedade, os costumes parecem degenerar”. Segundo o cônego, com base nestas condições de “decadência”, não era possível esperar que o clero de Pernambuco fosse habilitado a instruir, a ser “a luz do mundo” e edificarem com seu comportamento e exemplo. Seria, considerando as circunstâncias apontadas por ele, “exigir um milagre”.²⁵

Esta era uma situação bem diferente daquela encontrada na época da visita do viajante Tollenare, que esteve no Seminário às vésperas da Revolução de 1817, considerando que tal estabelecimento teria sido um dos maiores benefícios prestados pelo bispo Azeredo Coutinho, “animado de ideias liberais” e “capaz de operar uma útil reforma nos costumes” (TOLLENARE, 1905, p. 168).

²⁴ Sobre o Seminário de Olinda, Cf.: ALVES, 2001. O capítulo 3 traz uma discussão aprofundada acerca do Plano de Estudos do Seminário e seu “nível” (“Seminário de Olinda: controvérsias e limites históricos”); ver ainda o clássico: NOGUEIRA, 1985.

²⁵ Relatório, 1868 (Folhetos Raros).

Todavia, mesmo considerando a situação precária apontada pelo cônego Joaquim Ferreira, referente a má formação teológica do clero, Honaert nos diz que “não obstante, o nível de cultura geral dos clérigos” era ainda “bastante elevado com relação à população geral”. De certa forma, esta peculiaridade contribuiu para que estes alcançassem algum distanciamento intelectual em relação aos demais setores da sociedade oitocentista (HONAERT, 2008, p. 183).

Mas, segundo o cônego, com “salvas honrosas exceções”, os párocos que se encontravam nas freguesias cumpriam muito mal os seus deveres. Os arquivos das matrizes estavam em completo abandono e a falta de lançamentos de batizados, de casamentos e de óbitos dificultava obter-se qualquer certidão requerida. A população era fortemente afetada por estas faltas, e estes problemas nem tão cedo poderiam ser remediados. A administração dos sacramentos, a explicação do Evangelho, o ensino do catecismo, tudo isso era reflexo das más ações dos párocos como pastores, “devido a vida pouco regular de uns, a ambição demasiada de outros”, e a “falta de caridade com que alguns abandonam as ovelhas enfermas do corpo ou da alma”. A solução estaria na maior fiscalização e repressão rigorosa a tais atos, restabelecendo-se a disciplina eclesiástica, “tão necessária ao bom governo da Igreja e infelizmente tão decadente” naquele tempo.²⁶

O Presidente da Província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque compartilhou sentimentos semelhantes em sua “fala” na abertura da Assembleia Legislativa em 1870, afirmando que: “Não pergunteis o estado do culto. Vemo-lo decadente, ou reduzido a formas exteriores de supersticiosa dulia”.²⁷ Segundo o presidente, “o abatimento do clero, a sua

²⁶ Relatório (Folhetos Raros).

²⁷ “No cristianismo, Dulia (do grego δούλαια, ‘douleuo’ que significa “honrar”), é um termo teológico que significa a honra e culto de veneração, devotado aos santos’. Disponível em: <https://www.abiblia.org/ver.php?id=1706>

falta de ilustração, o abandono da educação moral e religiosa do povo, a indiferença e incredulidade geradas pela meia ciência de muitos”, eram pontos que bem caracterizavam o clero brasileiro. Em suas palavras, muito se devia a influência de Renan, “o herético romancista do cristianismo” que, para muitos, teria mais autoridade dos que as Sagradas Escrituras.²⁸ Dessa forma, ia-se cavando fundo o abismo da verdadeira fé.²⁹

Exemplos da má conduta do clero são recorrentes na documentação. O Governador do Bispado Sebastião Constantino de Medeiros, em 1882, escreveu ao reverendo padre Joaquim José de Faria chamando a sua atenção sobre a conduta irregular por ele publicamente assumida, por costumar se embriagar e causar grande escândalo na sua freguesia. O bispo concluía exortando seu pároco a corrigir-se, caso contrário, seria suspenso do exercício de suas ordens. Nas palavras do bispo: “Não se entregues assim ao vício, Ilmo. Padre, e recorde-se da santidade do sagrado ministério.”³⁰

Em outro caso, o Delegado de Serinhaem informava ao Bispo sobre o “procedimento desregrado e por demais imoral” do frade franciscano Fr. Ignácio de S. Umbelina de Medeiros, que vivia em completo escândalo, conhecido por viver em mancebia (“teuda e manteudamente”) e possuir vários filhos, além de encontrar-se vez por outra em estado de embriagueis.³¹

²⁸ Segundo Lígia Fonseca Ferreira (2007, p. 271), na segunda metade do século XIX os mais importantes abolicionistas brasileiros foram fortemente influenciados pelas ideias do escritor francês Ernest Renan (1823-1892). Movido pelo ideal cientificista, dedicou-se ao estudo crítico do cristianismo, publicando obras polêmicas sobre este assunto. Para Renan, Cristo não era o filho de Deus, mas sua importância enquanto indivíduo, enquanto “filho dos homens”, legou para a humanidade grandes ensinamentos, negando, contudo, as especulações metafísicas e teológicas predominantes em torno de sua existência. Tais concepções foram sintetizadas em sua obra mais conhecida e logo publicada no Brasil: *Vida de Jesus* (FERREIRA, 2007, p. 280).

²⁹ *Diário de Pernambuco*, sexta-feira, 17 de março de 1871 (Parte Oficial: Governo da Província). Microfilmes. LAPEH-UFPE.

³⁰ *Correspondência Eclesiástica* (CO-26), 23 de junho de 1882, fl. 23. Cúria Metropolitana do Recife.

³¹ CO-09, 12 de dezembro de 1872, Cúria Metropolitana do Recife

O cônego Joaquim Ferreira (no citado relatório) levantou ainda dois pontos que muito constrangia e dificultava as ações dos clérigos em Pernambuco: as eleições nos templos e as divisões de freguesias. Para o cônego, era urgente a necessidade de remover dos templos as eleições, com seus tumultos e intolerância entre os partidos, além do “desejo imoderado do triunfo”. Os insultos eram constantes, proferindo-se “impropérios e obscenidades”, ocorrendo inclusive ofensas físicas. Ferimentos graves não eram incomuns, derramando-se sangue no “recinto sagrado”. Se em outros lugares estas práticas eram consideradas crimes, nos templos eram mais que isso: era um sacrilégio. Estes eram exemplos que poderiam ser tomados pelo povo, que logo se acostuariam com o desrespeito “às causas santas”.³²

O cônego estava preocupado ainda com o “ponto de vista social”, pois, ao se perder o respeito devido a Deus, à sua morada e aos seus santos, perdido ficaria também o respeito aos homens, já que poderia ser quebrado o “freio religioso, que é o mais eficaz” da sociedade. Dessa forma, sugeria que tais eleições fossem realizadas em qualquer outro lugar, mesmo que em praça pública.

Kenneth Serbin nos diz que no início do século XIX, as eleições nas paróquias “eram eventos sagrados cuidadosamente regulados pelo clero” (SERBIN, 2008, p. 65). Segundo Magda Ricci, as instruções que indicavam as formalidades para a votação nas igrejas paroquiais deveriam ser seguidas com toda a “pompa”, reservando-se tal solenidade na igreja mais importante do lugar. Em alguns casos, antes do início de uma sessão, rezava-se uma missa solene, e o pároco local abençoava a todos ali reunidos, “rogando a Deus que iluminasse os votos dos presentes” (RICCI, 2001, p. 308). Ao que parece, considerando a fala do citado cônego, a

³² Relatório, 1868 (Folhetos Raros).

“pompa” e as “solenidades” religiosas deram lugar aos conchavos políticos e ao desrespeito generalizado.

Todavia, um dos mais “graves inconvenientes” destacados pelo cônego era a questão das divisões de paróquias. O retalhamento, a divisão e a criação de novas freguesias geravam grande confusão tanto na administração dos negócios eclesiásticos quanto nas relações entre as paróquias vizinhas, que nunca sabiam ao certo os limites de seu território.

A farra em torno da divisão das paróquias teve início com o Ato Adicional (1834), que passou às Assembleias Provinciais a atribuição de legislarem sobre a organização eclesiástica. Segundo o cônego, tais prerrogativas foram criadas sem qualquer atenção “às condições e regras canônicas estabelecidas pelos Sagrados Cânones em vigor no Império”.³³ Sobre este assunto, Marcus Carvalho afirma que as constantes modificações na “reconfiguração das unidades políticas e judiciais tinha uma lógica”. Era o resultado de um jogo político que seguia os interesses do partido no poder, “fosse liberal ou conservador”, com objetivos de “eleger mais juizes de paz, comandantes da guarda nacional, designar agentes da polícia civil, oficiais dessa e daquela milícia, e ainda empregar os apaniguados no serviço público, beneficiando assim suas bases locais” (CARVALHO, 2001, p. 42).

Mas a desorganização eclesiástica não tinha reflexos apenas na religião, já que tanto a divisão judicial quanto a policial dependiam de tal configuração. A criação, supressão ou divisão das freguesias seguiam as “conveniências eleitorais e os interesses locais”, resultando em completa “anarquia legal”, dizia o cônego. Algumas freguesias foram tão reduzidas que nenhum sacerdote queria encarregar-se delas, pois não seria possível ao pároco retirar-lhe “os meios de decente subsistência”. Outras tantas

³³ Relatório, 1868 (Folhetos Raros).

apresentavam limites tão mal traçados e confusamente definidos, que muitos párocos tinham dúvida sobre o território sobre sua jurisdição.

Alguns ofícios trocados entre o clero e o bispado, e o bispado e o governo provincial, revelam que eram frequentes os conflitos entre párocos vizinhos. Reclamações foram registradas por padres das freguesias de São Lourenço da Mata e de Igarassu, os de Paracça e São Bento, os de Alinho, S. Caetano da Raposa e Bonito, os de Cimbres e Buique, entre tantos outros. Em 1842, o bispo enviou um ofício ao Presidente da Província relatando as inúmeras manifestações de seus párocos acerca da criação e divisão de freguesias, afirmando que esta questão era “objeto sem dúvida digno da maior consideração”, e que exigia “as mais sérias reflexões, para se consultar o bem dos povos [...]”.³⁴

Em 1849, o vigário João Batista Soares também escreveu ao Presidente, pedindo “esclarecimentos preciosos sobre os limites da freguesia [São Miguel dos Barreiros] que tendo sido ora ampliada, ora reduzida”, poderia dar origem “a algum conflito com os párocos das freguesias vizinhas”.³⁵

Em 1868 os problemas persistiam, como ficou claro no relatório do cônego Joaquim Ferreira. Para ele, estas dúvidas e conflitos faziam desaparecer a harmonia entre os párocos, “tão necessária à cooperação mútua na distribuição do pasto espiritual e cura das almas”. Urgia, assim, a criação de limites mais claros e inequívocos para aqueles que as administravam espiritualmente.³⁶

³⁴ A.E.-1, fl. 269, 07 de março de 1842 (APEJE).

³⁵ AE-2, Fl. 160, 10 de outubro de 1849 (APEJE).

³⁶ Relatório, 1868 (Folhetos Raros).

“Até mesmo as mulheres”

Outro problema persistente refere-se a precariedade em que viviam muitos clérigos brasileiros. Em rápida olhada na documentação eclesíastica, logo percebemos inúmeros casos de padres que não se fixavam por muito tempo em uma mesma paróquia, movimentando-se constantemente em busca de freguesias vagas ou novos exames para efetivos. Contudo, muitos outros conseguiram evitar uma vida de dificuldades, agregando valor à sua formação eclesíastica.

Nesta mesma documentação em que nos deparamos com a dura realidade do clero, encontramos também padres exercendo diferentes atividades políticas, tais como: vereadores, deputados provinciais, presidentes de Câmara, etc.³⁷ De acordo com José Murilo de Carvalho, o crescimento do número de clérigos nas Câmaras foi perceptível principalmente a partir da legislatura de 1857-1860, quando lideranças locais (incluindo padres) ampliaram a sua participação de forma significativa na política tanto regional quanto nacional do país (CARVALHO, 2007, p.399). Todavia, em 1875, uma nova lei impediu vigários, bispos e outros grupos do funcionalismo público a se candidatarem “em suas próprias paróquias e bispados” (CARVALHO, 2007, p. 401-402), o que acabou por limitar, de certa forma, o campo de influência destes agentes políticos.

Mas os clérigos também enveredaram por outras carreiras de prestígio no país. O padre Antônio Alvarez da Silva Freire, Promotor Interino da Comarca de Vila do Rio Formoso, escrevia ao Presidente da Província relatando seus feitos como autoridade policial naquela localidade. Entre suas ações de destaque estavam as prisões de alguns escravos. Entre estes, estavam: o preto Domingos, “por andar fugido”; o

³⁷ Cf.: *Série Assuntos Eclesiásticos* (APEJE). Vários ofícios de padres pedindo dispensa para tomarem posse de seus cargos em determinada Câmara.

pardo Manoel Soares, “a requerimento” de seu senhor (por ter supostamente furtado um feixe de açúcar); e outros criminosos, como o forro Caetano.³⁸

Contudo, a vida de clérigo nem sempre era segura. Desavenças com os poderosos da região poderiam trazer sérios inconvenientes a vida de um sacerdote. Por se encontrarem envolvidos na política local e nas tensões diárias da sociedade escravista, muitos padres tiveram seus destinos marcados pela violência dos potentados que os cercavam. Disputas partidárias; uma palavra mal empregada no sermão da missa; a desonra de uma jovem de família pouco amistosa; injúrias contra poderosos locais etc. Muitos motivos poderiam levar um padre a um fim trágico.

Em 1857, o capitão Manoel Thomaz de Albuquerque Maranhão teria mandado seu feitor, Pedro Feitosa e mais cinco escravos, executar o padre Vicente Ferreira da Albuquerque Maranhão que, por sorte, sobreviveu ao ataque. Mesmo parecendo “negócio” de família, o capitão, considerado mandante do crime, foi indiciado como incorrendo no art. 201 do Código Criminal do Império,³⁹ ou seja: “Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao ofendido”.⁴⁰

Menos sorte teve o padre português Antônio Gomes de Figueiredo, capelão do engenho Cachoeirinha, que foi morto, em 1856, pelo escravo Benedito. O crime só veio à tona em 1871, após uma publicação do *Jornal do Recife*, que noticiava o “horroroso” acontecimento. A arma do crime teria sido uma toalha, usada para sufocá-lo enquanto dormia em sua rede.

³⁸ Série Promotores de Justiça (PJ-1), 19 de abril de 1838, fol. 152 (APEJE).

³⁹ Série Promotores de Justiça (PJ-1), 06 de fevereiro de 1857, v.3, fl. 288.

⁴⁰ CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL, Art. 201. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 15/04/2011.

Duas testemunhas do crime também foram assassinadas brutalmente: o escravo Antônio Domingos (pertencente ao falecido) e uma cabocla, morta com uma estaca na boca, cujo corpo foi jogado no açude do lugar. Tudo indica que Benedito teria agido com mais dois comparsas, Antônio e Marcos, todos escravos do capitão Joaquim Manoel da Silva, considerado pelo Promotor Público o mandante do crime. Este, por sua vez, defendia-se dizendo que era de conhecimento público que o dito padre teria morrido de cólera, “epidemia que naquele tempo assolava a população do termo”.⁴¹

Apesar do empenho do promotor em reunir provas contra aquele terrível crime, nada pode fazer em virtude dos quinze anos passados, período suficiente para se perder evidências e testemunhas. Mas podemos tirar algumas conclusões destes casos. As relações clientelistas entre párocos e poderosos locais é facilmente identificada na documentação, incluindo os jornais. Ao receber cômguas ou pensões insuficientes a uma sobrevivência confortável, muitos clérigos buscavam aproximar-se dos potentados em busca de proteção e melhores posições (SERBIN, 2008, p. 64-65). Muitos deles, como no caso dos “Maranhão”, se envolviam diretamente nas questões de família, significando, muitas vezes, políticas e disputas locais.

Esse viver tão junto com as classes abastadas poderia trazer bons frutos, mas não garantia uma vida tranquila. Suas vidas se misturavam às tensões e conflitos cotidianos envolvendo a população local, muitos deles guardando uma revolta latente, extravasada nas inúmeras revoltas contra autoridades, grandes comerciantes e muitos outros que extorquiam suas forças e seus recursos. Os padres eram uma espécie de intermediários dos conflitos locais, ora em favor dos poderosos, ora em benefícios dos necessitados. Todavia, viver ao lado de tantos grupos

⁴¹ Série Promotores de Justiça (APEJE), fls. 534-540.

subalternos (de diferentes origens e reivindicações) poderia trazer aos representantes de Deus certos inconvenientes e perigos.

Em 1851, por exemplo, o Governo Imperial criou o *Regulamento do Registro dos Nascimentos e Óbitos*, que deveria, como tantos outros assuntos, ser divulgado pelo pároco aos seus fregueses. Como bons funcionários que eram, os diversos padres espalhados pelo país divulgaram para a população local o Decreto Imperial n.º 798, que passou a regular o registro civil a partir de então. Mas o resultado desta medida foi imprevisível. Rapidamente um boato tomou forma e espalhou-se por várias regiões do país, principalmente no Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Ceará) e em Minas Gerais.

Devido à proximidade da abolição do tráfico (1850) e toda discussão em torno de previsões pessimistas acerca da possível falta de mão-de-obra, a população menos favorecida logo “compreendeu” que aquele decreto se tratava de uma estratégia do Governo para escravizar seus filhos. Com isso, o regulamento passou então a ser conhecido como “Lei do Cativoiro” (OLIVARES Y PALACIOS, 2006).

Não tardou até que o povo tomasse as ruas das paróquias em busca de explicações sobre esta medida. E quem estava na ponta do processo?

Em janeiro de 1852, o pároco de Timbaúba noticiava ao Presidente da Província “o escandaloso fato e ataque ao Decreto de 18 de julho de 1851”, perpetrado naquela freguesia. Este clérigo teria recebido do vigário os novos procedimentos para realizar os batismos e óbitos naquela localidade, que só poderiam ser feitos a partir de então mediante certidão do Juiz de Paz do distrito. Com isso, durante a missa, “na exposição do Evangelho”, o pároco expôs as novas determinações para seus paroquianos, o que levou, poucos dias depois, a uma terrível “celeuma”. O povo, revoltado, dizia que não obedeceriam ao tal regulamento, “por ser coisa nunca vista”, e que o Governo pretendia com isso os colocar em

cativeiro. Os revoltosos diziam ainda que “preferiam antes que seus filhos morressem pagãos” e sepultar nos campos os cadáveres, “do que irem fazer assentos em casa do escrivão”.⁴²

O pároco, diante de tal celeuma, decidiu “dar tempo ao tempo, esperando ter ocasião oportuna para lhes fazer o quanto lhes andavam iludidos e alucinados”. Durante uma novena, quando o povo estava novamente reunido, o pároco teria demonstrado à população local os reais objetivos do regulamento, conscientizando-os para que não se deixassem levar por rumores. Em suas palavras, como um Governo, “tão filantrópico, que inibe importação de africanos, que protege tanto a liberdade dos que nascem de ventre sujeitos”, poderia pretender “capturar aos que nascem de ventre livre?”

Seu discurso conciliador tentava convencer a massa insubordinada, apelando para a confiança que deveriam ter em suas palavras, pois sempre lhes falara através de “uma linguagem pura e da verdade, que nunca os iludia”. Mas o apelo não deu o resultado esperado. Para o povo (apesar da proximidade de relações e, de certa forma, do estabelecimento de certo grau de confiança), o padre sempre seria visto como um agente do Estado, capaz de ao mesmo tempo pregar a fraternidade e o amor, como agir, quando necessário, de acordo com as determinações repressivas e autoritárias do Governo.

Dias depois, os moradores, “até mesmo as mulheres”, munidos de facas e pistolas, “entraram para o Templo do Deus de Paz” e assistiram a missa. Os insurretos ameaçavam de morte todos aqueles, inclusive o pároco, que porventura tentasse ler “qualquer papel” ou se “negasse a administrar o batismo sem bilhete do escrivão de Paz”. Como nada pode fazer o delegado, o pároco viu-se obrigado a administrar o sacramento do

⁴² AE-5, Fl. 16, 07 de janeiro de 1852 (APEJE).

batismo a quatro crianças, mesmo não sendo apresentado o dito requerimento. Temendo o pior, realizou ainda uma *inhumação* de um *párvulo*,⁴³ “independente do bilhete do escrivão de Paz”. O padre manteve o mesmo procedimento por alguns dias, para todos aqueles que desejavam. Esta atitude, de acordo com a narrativa do pároco, acalmou o povo, que começou a abandonar as armas, “dando vivas por terem vencido, bradando que antes preferiam a morte” do que batizar seus filhos na casa do escrivão, ato que visava transformá-los em escravos.⁴⁴

Em 02 de janeiro de 1852, outro padre, o vigário de Bom Jardim, comunicou ao Presidente da Província que “sentiu completa impossibilidade” de executar tal decreto, “devido a revolta do povo em geral”, que estava possuído pela “ideia de cativo”. A população negava-se “terminantemente a aceitar o dito decreto, ficando a tal ponto revoltado, que foram consideradas em perigo a sua vida e das demais autoridades locais”.⁴⁵

Em Paudalho a situação não era diferente. O Fr. Caetano da Penha informava que, ao chegar àquele município a notícia do envio de 90 praças “a fim de manter a ordem no local”, o povo rebelou-se, considerando que aquele ato era uma traição. O mesmo frei comunicava o clima de revoltas em outras localidades, como Nazaré e Tracunhaém. Devido a tal situação incontrolável, o religioso pedia ao Presidente que suspendesse a ida daquelas tropas.⁴⁶

O clima tenso também foi narrado pelo pregador Fr. Caetano de Messina. Ele deixou registrado que, ao realizar uma missa no Engenho São João, próximo a Paudalho, apareceu um escravo montado a cavalo,

⁴³ Respectivamente: Enterro, sepultamento; criança.

⁴⁴ AE-5, Fl. 16, 07 de janeiro de 1852 (APEJE).

⁴⁵ AE-5, Fl.03, 02 de janeiro de 1852 (APEJE).

⁴⁶ AE-5, Fl.06, 05 de janeiro de 1852 (APEJE).

dizendo as seguintes palavras: “Povo, Povo, que faz! A tropa está em São Lourenço!” Segundo o frei, estas palavras “provocaram uma enorme confusão, a qual somente depois de muito trabalho é que foi possível acalmar”.⁴⁷

Em Rio Formoso, o pároco Antônio Marques de Castilha informava que quando o capelão do engenho Brejo chegou ao lugar para celebrar sua missa, viu-se reunir cerca de 80 “homens armados de todas as armas, até mulheres de chuças”, na tentativa de impedi-lo de publicar a tida lei. Outro grupo, também armado, chegando à praia dos Carneiros, se dirigiu a todo padre que encontravam, perguntando sobre o edital. Como nenhum deles estava em posse do documento, nada de “funesto ou considerável resultou”.⁴⁸

Mas, apesar dos párocos estarem na ponta do processo e serem considerados, de certa forma, partes da engrenagem do corpo burocrático estatal, também agiam como importantes intermediários nos diversos processos que se davam no cotidiano da sociedade escravista. O já citado padre de Rio Formoso (Antônio Marques) não se limitou a narrar os acontecimentos vivenciados em sua freguesia. Dizia ele que, se lhe fosse permitido aconselhar a presidência, lhe diria que o melhor meio para acalmar os ajuntamentos seria enviar missionários para esclarecer a população, assim como “suspender temporariamente a execução da lei até que o povo estivesse mais apto para recebê-la”. Pedia ainda que o Governo não enviasse força armada para aquela Comarca, pois “seria mais um combustível forte para o incêndio”.⁴⁹

Devido à pressão popular (quem sabe, até, aos apelos dos padres) o Governo e as autoridades locais se convenceram (ou melhor, foram

⁴⁷ AE-5, Fl. 07, 05 de janeiro de 1852 (APEJE).

⁴⁸ AE-5, Fl.20, 09 de janeiro de 1852 (APEJE).

⁴⁹ AE-5, Fl.20, 09 de janeiro de 1852 (APEJE).

convencidos) de que era hora de recuar com o decreto, revogando suas determinações e voltando aos antigos procedimentos de registro, que voltaram a ser controlados pela Igreja.⁵⁰ A vitória do povo perdurou até o advento da República, quando Igreja e Estado foram oficialmente separados.

Dias de moléstia e de infortúnio

Como podemos perceber, a atuação do clero secular não se limitava a pregação do Evangelho. Talvez, esta fosse a menor de suas preocupações. Mas, sem dúvida, a importância destes agentes no cotidiano do Império é indiscutível. Para o melhor e para o pior, como afirma Serbin, os “padres continuavam essenciais na sociedade”. Principalmente após a Independência, quando alcançaram importantes espaços no poder político regional, especialmente nas áreas mais afastadas da capital. Além do que, eram as paróquias as responsáveis pelos registros de terras, do registro de eleitores, das coletas estatísticas, da divulgação de leis. Sem contar no papel do clero local na regulação dos conflitos envolvendo o “brasileiro médio”, intervindo em assuntos morais e políticos. E, como vimos, a própria administração pública baseava-se em divisões territoriais eclesíásticas (SERBIN, 2008, p. 65).

Todavia, apesar de muitos se ocuparem mais atentamente aos assuntos terrenos, para outros, conciliar a vocação religiosa com as obrigações cotidianas de um povo carente de assistência estatal, também fazia parte do cotidiano de seu ofício. Padres atuaram em grandes epidemias, auxiliando o povo na cura do corpo e da alma.

É importante destacar ainda que grande parte destes clérigos viviam e morriam na quase miséria, pois não puderam “fazer um pecúlio para os

⁵⁰ Para uma leitura mais aprofundada sobre esta revolta, ver.: OLIVARES Y PALACIOS, 2006.

dias da moléstia e do infortúnio, por causa de seus minguados rendimentos”. Esta citação foi extraída de um documento produzido pelo vigário da freguesia de Santo Antônio do Recife, o cônego Antônio Marques de Castinha, e o coadjutor da mesma freguesia, o padre Thomaz Coelho Estima. As comoventes palavras tinham como objetivo criar uma fundação de ajuda mútua para os clérigos do Recife, que seria chamado de *Monte Pio Eclesiástico*. Assim definiram os seus objetivos: “para o socorro daqueles seus irmãos que se acham em más circunstâncias financeiras”. Animados com a possibilidade de construir uma sólida rede de proteção entre seus iguais, decidiram convocar todos os clérigos interessados em “uma grande reunião de todos os sacerdotes” na matriz daquela freguesia, “para nela se tratar de assunto tão importante quanto urgente”.⁵¹

No dia 20 de julho de 1870 os dirigentes da sociedade davam notícia sobre a primeira reunião realizada pelo grupo. O cônego discursava para o público ali presente justificando a necessidade daquela criação. Afirmava que todos já haviam testemunhado o “estado precário” em que se encontravam alguns de seus irmãos em Cristo, “quando sobre eles” pesava “a dura adversidade”. Muitos foram “reduzidos às mais apertadas privações, umas vezes vítimas dos rigores da justiça humana, sempre contingente e infalível, abandonados e entregues aos conselhos da própria razão”. Defendia a caridade e o auxílio mútuo, “invocando, pois, este sentimento sublime e grato ao coração do cristão”. Para concretizar sua proposta, propunha como melhor meio a “organização de uma associação de membros da mesma classe”. No final da reunião, criou-se uma comissão para tratar dos Estatutos da Sociedade, assim como, uma diretoria provisória.⁵² Em setembro o estatuto foi aprovado.⁵³

⁵¹ *Diário de Pernambuco* (Revista Diária), sábado, 16 de julho de 1870 (Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ).

⁵² *Diário de Pernambuco* (Revista Diária), quarta-feira, 20 de julho de 1870 (FUNDAJ).

⁵³ *Diário de Pernambuco* (Revista Diária), 22 de julho de 1870 (FUNDAJ).

Todavia, apesar da interessante proposta, seus dirigentes encontraram grandes dificuldades para colocá-la em prática. Primeiramente, enfrentou muitas barreiras até conseguir que os *Estatutos da Sociedade* fossem aprovados pela Diocese, o que gerou certos conflitos entre proponentes e autoridades eclesiásticas. O motivo da demora estava na ausência de um bispo no Governo de Pernambuco, cujo poder estava a cargo do Vigário Capitular João Chrisóstomo de Paiva Torres, que havia solicitado aos dirigentes da sociedade que aguardassem até que a Sé estivesse “provida de seu legítimo pastor”, o que não foi aceito de bom grado pelos organizadores da Sociedade.⁵⁴

Após longos embates, os Estatutos, em sua parte religiosa, foram finalmente aprovados pelo poder eclesiástico. Mas havia um outro problema. O clero recifense não demonstrou grande interesse pela *Sociedade*, levando seus criadores e o pequeno grupo inicial a decretarem seu fim, antes mesmo de terem começado, devido à falta de participantes nas reuniões.

Talvez, o termo “classe” não tenha conseguido convencer de forma efetiva um sentimento de unidade e pertencimento. Como reunir em uma mesma causa pessoas de tão diferentes origens sociais? Uns compartilhando a precariedade de grande parte da população, enquanto outros usufruíam os benefícios materiais e simbólicos herdados de famílias abastadas. Uns em busca da fixação em uma paróquia que lhes garantisse o sossego de um salário para a subsistência. Outros em guerra por heranças e cargos, em conflitos com autoridades locais e/ou parentes dispostos a tudo para se perpetuarem no poder.

⁵⁴ Correspondência Oficial (CO-07), s/n. de folha, 01 de setembro de 1871; 04 de setembro de 1871; 07 de setembro de 1871; 12 de setembro de 1871.

Referências

- ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda, 1800-1836*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001.
- AZEVEDO, Fernando. Espiritualidade Ultramontana no Nordeste (1866-1874): um ensaio. In AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, Riolando. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1991.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. *Fontes Repatriadas: anotações de História Colonial, referências para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- COSTA, Robson Pedrosa. Os Escravos do Santo: Uma história sobre paternalismo e transgressão nas propriedades beneditinas, nos séculos XVIII e XIX. Recife: Editora da UFPE, 2020. Acesso Aberto: <http://www.editoraufpe.com.br/os-escravos-do-santo/>
- DREHER, Martin Norberto. *A Igreja Latino-americano no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura Clerical e a Folia Popular. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictícios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio a partir do povo: segunda época*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HONAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio interpretativo a partir do povo: primeira época, Período Colonial*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- LIMA, Maurílio Cesar de. *Breve História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauero, 2001.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero aos nossos dias: A Era do Liberalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, v. III.
- MCBRIEN, Richard P. Os Papas: os pontífices: de São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; GILENO, Carlos Henrique. Dom Vital: A Questão Religiosa, a crise política-social na província pernambucana e suas consequências durante o Segundo Reinado. *Revista Idealogando*, v. 2, n. 2, p. 88-109, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/article/view/238001/Medeiros%26Gileno#>
- MOLINA, Sandra. *A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os escravos da santa contra o Império do Brasil (1850-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

NETO, Vítor. *A Questão Religiosa no Parlamento, 1921-1910*. Lisboa: Textos Editores, 2010, vol.1.

NOGUEIRA, Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

OLIVARES Y PALACIOS, Guillermo de Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil Escravista: a 'Guerra dos Marimbondos' (Pernambuco, 1851-1852). *Almanack Braziliense*, n.º 03, São Paulo, maio de 2006. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/3/03_forum_2.pdf. Acesso em: 03/05/2010.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais: 1889-1930*. (Tese de Doutorado), UFPE, 2009.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente*: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SANTANA, Jair Gomes de. *Embates da Fé: católicos e protestantes no Recife, 1860-1880*. (Dissertação de Mestrado). UNICAP, 2007.

SCHULER, Arnaldo. *Dicionário Enciclopédico de Teologia*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais, tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818*. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905 (Extrahido da RIAGP, n. 61), p. 168. Disponível em: <http://ia700506.us.archive.org/16/items/notasdominicaestootoll/notasdominicaestootoll.pdf>

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Pensamento Católico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

A cidade do Recife, a sua população e a mendicidade

*Grasiela Florêncio de Moraes*¹

Os mais antigos edifícios são inteiramente construídos no estilo europeu; as casas são altas e estreitas com tetos pontudos, muitas janelas e sacadas (RUGENDAS In: GUERRA, 2001, p. 109).

Em todos os aspectos Pernambuco (Recife) tem sido cidade não só próspera como também progressiva, tanto assim que alguém que fosse visitá-la agora pela primeira vez dificilmente acreditaria ser ela a mesma que Koster, há relativamente pouco tempo atrás, descreveu como tendo lojas sem janelas, recebendo iluminação apenas pela porta, não havendo distinções no comércio nem regulamentações municipais que assim pudessem ser chamadas. Foi construída extensa rede d'água para abastecimento da cidade e, sem dúvida, em poucos anos estará iluminada a gás. Um banco estabeleceu-se em local seguro e respeitável e os negociantes têm sua sala de notícias, tipo sala de encontro, ao invés de uma bolsa, ao mesmo tempo em que amplos trapiches foram feitos à margem dos rios os quais poderiam servir de modelo para os protetores do "Pai Tâmis" (HADFIELD In: MAIOR; SILVA, 1993, p. 179).

As impressões dos viajantes europeus João Rugendas e o William Hadfield, que fizeram uma passagem pela capital da província nos anos de 1830 e de 1853, respectivamente, ao qual não deixaram de notar algumas peculiaridades arquitetônicas (tais como: a influência europeia nas construções dos seus antigos edifícios e as modificações de seu cenário urbano), aspectos das atividades comerciais e dos serviços oferecidos e,

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8145787676897513>

por fim, até mesmo descreveram o cotidiano, por vezes, turbulento da população que vivia nos limites do Recife.

Num intervalo de tempo de um pouco mais de 40 anos entre a visita do viajante inglês Henry Koster, em 1809, ao do outro inglês William Hadfield (1853), que com entusiasmo descreveu o quanto “em todos os aspectos Pernambuco (Recife) tem sido cidade não só próspera como também progressiva” (HADFIELD In: MAIOR; SILVA, 1993, p. 179). A prosperidade ao qual se referiu o viajante inglês, sem dúvida alguma, tinha relação com o cenário urbano da capital que, por sua vez, sofreu alterações de toda a ordem. Tal fato esteve atrelado às próprias políticas públicas de gestão do seu espaço urbano que foram sendo engendradas por algumas lideranças políticas da época.

Entre estes dirigentes e suas ações, podemos citar as políticas de melhoramentos materiais empreendidas pelo representante da ala conservadora, o Francisco do Rego Barros, mais conhecido por Barão e depois por Conde da Boa Vista, que foi presidente da província entre os anos de 1837 a 1844. A sua atuação no âmbito das políticas de reformas urbanas diante da Repartição de Obras Públicas (ROP) proporcionou impulsos modernizantes ao Recife, bem como, procurou ampliar as políticas de controle social sobre os passos da população local, notadamente acerca dos modos de viver dos livres pobres e escravizados.

Segundo Flávio Guerra (1978, p. 277-281), “a era Boavistana” propiciou a capital “ares afrancesados” que, foram sendo também adquiridos pela influência dos engenheiros franceses, especialmente, pela missão “chefiada por Louis Léger Vauthier e mais Milet, Bolitreau” na realização e direção das obras públicas. Não foram poucos os projetos iniciados e as ordenações estruturais impostas ao Recife, entre as muitas obras podemos citar: os projetos de edificação do Teatro Santa Isabel (1850), do Cemitério de Santo Amaro (1851) e num “tempo altamente

pedagógico-social” como definiu Flávio Guerra, colocou em discussão o projeto de construção do prédio da Casa de Detenção (1855). Ademais, algumas instituições foram fundadas como a Associação Comercial e a criação de uma Sociedade de Saúde Pública. Entretanto, entendemos que por trás das grandes obras edificadas sob a influência da arquitetura europeia; por entre as casas enumeradas; por meio das ruas que passaram a contar com os tímidos lampejos de iluminação e calçamento; assim como, por trás das tentativas de tornar salubre a capital se movimentava uma sociedade que se caracterizava pela desigualdade e pela incompatibilidade de interesses e necessidades (SILVA FILHO, 2007, p.68-69).

Diante desse traçado urbano, as atividades das águas dos rios Capibaribe e Beberibe delinearão os limites geográficos da capital. Conforme nos apontou o historiador Marcus Carvalho (1998), a relação do Recife com as águas do Capibaribe é um dos aspectos mais singulares da cidade, assim como as suas pontes, que distingue o seu espaço dos demais centros escravistas no Brasil Império. Por meio de suas duas pontes projetadas sobre as grandes extensões de água do rio que se fez a comunicação entre as freguesias centrais da cidade. Em suas pontes o movimento de transeuntes era intenso, bem como, no rio as canoas trafegavam diariamente transportando não só pessoas, mas as ferramentas fundamentais à edificação e ao crescimento do Recife.

Além disso, a capital da província de Pernambuco foi se desenvolvendo a partir das atividades de seu porto, lugar de escoamento de produtos diversos, de embarque e desembarque de pessoas e de ideias que comunicavam interesses de diferentes lugares, em particular, após o ano de 1808, com a abertura dos portos às “nações amigas” – adquiriu importância econômica e política no cenário local e nacional por se tornar o principal escoadouro da economia agroexportadora, notadamente, das

províncias do Norte (MORAIS, 2011, p. 32). Como notou o viajante Avelallemant nos idos de 1859,

Todo movimento, todo o comércio desde o rio São Francisco, encaminha-se para Pernambuco (Recife), todas as praças desde lá, Maceió, rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão são mais ou menos filiais de Pernambuco [...]. Essa influência comercial de que a Bahia não se pode absolutamente gabar, uma influência que só o Rio pode exercer e exerce sobre as províncias do Sul (AVE-LALLEMANT In: MAIA, 2008, p. 33).

Em virtude desse cenário econômico favorecido pelo seu porto, “atraindo para as mãos de suas elites parte da renda apropriada pela mediação que exercia na economia regional, a cidade portuária atraía o maior quinhão de investimentos provinciais sob a forma de bens públicos” que em muito contribuíram para reforçar a hegemonia do Recife que se espraiou para além das delimitações de seu próprio território (ARRAIS, 2014, p. 117). Sendo assim, o Recife ao longo dos oitocentos foi transformando os seus espaços físicos por meio de aterramentos para a construção de novos edifícios, bem como aumentou consideravelmente o seu contingente populacional, assim tornou-se um centro urbano expressivo.

O seu complexo urbano era composto pelas seguintes freguesias centrais: São Frei Pedro Gonçalves (ou o Recife); Santo Antônio; São José e, por fim, a Boa Vista. Em “A Carteira”, seção do Diário de Pernambuco do dia 28 de Setembro de 1857, o Antônio Pedro Figueiredo publicou uma breve descrição dos bairros da capital,

A cidade do Recife é dividida em três porções ou três grandes bairros: o bairro do Recife propriamente dito, que se prende ao de Santo Antônio por duas pontes, uma chamada a ponte velha, a qual não obstante o estado de deterioração em que se acha, ainda dá trânsito às pessoas que andam a pé; e a ponte nova, ou provisória, ultimamente concluída, que serve de via de comunicação pra carros, cavalos etc; e finalmente o bairro de Santo Antônio,

que é uma ilha, e se liga por meio de uma ponte ao da Boa Vista, incontestavelmente o mais pitoresco e o mais belo dos três. Tem hoje quatro freguesias: a de São Frei Pedro Gonçalves no bairro do Recife, a de São José e a de Santo Antônio, no bairro que tem este último nome, e a da Boa Vista (MELLO, 1975, p. 831).

No que se refere à primeira, a freguesia São Frei Pedro Gonçalves (ou Recife) era a mais antiga e tida como a mais movimentada da cidade, pois, era o local onde se situava o porto e também ficou conhecida por “*cité da capital de Pernambuco*” (MELLO, 1975, p. 834). Em seu traçado estreito concentrou-se as casas comerciais de grosso trato; os armazéns de açúcar e o trapiche de algodão; os prédios da Associação Comercial e da Associação Comercial Agrícola; da Alfândega e o da Assembleia Provincial, bem como o edifício da caixa filial do Banco do Brasil. “Existem algumas ferrarias e a fundição do Sr. Bowman, de grande capacidade, em que só trabalham operários nacionais” (MELLO, 1975, p. 831). Além disso, contava com o teatro do Apolo, com uma estrutura bem mais simples do que o teatro Santa Isabel – que se situava na Ilha de Antônio Vaz, em Santo Antônio. Portanto, em São Frei Pedro Gonçalves concentrava-se o comércio atacadista, exportador e importador, “onde a maioria das firmas estrangeiras está localizada; cruzando uma ponte de madeira estar-se-á em Santo Antônio” (HADFIELD In: MAIOR; SILVA, 1993, p. 178).

Já a freguesia de Santo Antônio era considerada a mais importante e bonita da capital pernambucana. Em seus limites, encontravam-se as repartições públicas da província e uma grande malha comercial. Em virtude de sua importância local, era um dos lugares mais populosos do Recife, fruto de seu crescimento econômico que representou um atrativo para as populações locais e dos arrabaldes. “Apesar do aperto das casas nas ruas centrais, nesse período, nem toda a ilha de Santo Antônio estava edificada, embora se possa supor que tudo quanto é terra que não fosse

mangue já tinha dono” (CARVALHO, 1998, p. 43). Alguns monumentos públicos destacavam a imponência de seu espaço urbano, de um lado encontramos o edifício do palácio do governo e o teatro Santa Isabel (situavam-se ao norte da freguesia), do outro lado a Casa de Detenção (situava-se ao sul da freguesia) conhecido como “palácio de chumbo da Veneza Americana”, que se situava no limite entre esta freguesia e a de São José (MELLO, 1975, p. 832).

No que cabe à freguesia de São José² foi estabelecida no ano de 1844 em virtude do desmembramento de Santo Antônio em duas porções, assim os seus limites se concentraram ao sul, tido como a porção mais popular composta por casas baixas distribuídas em ruas estreitas e tortuosas, ademais o seu traçado era marcado por uma forte presença de sujeitos despossuídos, notadamente de livres pobres e cativos. Era o lugar do Forte das Cinco Pontas e do “novo” Matadouro Público, tendo em vista que o antigo matadouro ao ser desativado pelas autoridades municipais teve seu edifício reaproveitado como albergaria³ para mendigos.

Nas porções marginais de São José existiam vários agrupamentos de construções precárias, de taipa e de palha, ocupadas por habitações de estratos mais baixos da população livre (ZANCHETTI, 1989, p. 149). Tanto o modelo de edificação (sobrado, casa térrea, mocambo, cortiço) quanto o tipo de material (pedra, cal, ferro, adobe, palha, taipa) utilizado para compor a casa contribuíram sobremaneira para distinguir a posição social de seus moradores. Não se pode ignorar que em tempos de fortes chuvas e de cheias dos rios, que cortavam a cidade, muitos casebres foram arrastados pela força das águas, especialmente, pela fragilidade do material utilizado em suas estruturas (palha ou taipa) e pela localização

² A freguesia de São José foi criada em 02 de Maio de 1844 sob a lei provincial de nº 133.

³ Albergaria era um espaço destinado a abrigar mendigos de ambos os sexos de maneira temporária, em geral, os mesmos se utilizavam do lugar apenas para dormirem. Cabe pontuar que eram espaços pequenos e com uma estrutura bem precária para acomodar uma população tão numerosa que, por sua vez, dispersava-se pela cidade.

onde foram edificadas, por vezes, a “borda do rio”, tal fato as deixavam “debaixo d’água” e comprometia ainda mais o quadro de miséria dos seus moradores (KOSTER, p. 83-84).

Nos anos de 1842 e de 1854 a cidade sofreu com as copiosas cheias que carregaram consigo boa parte dos casebres dos mais pobres que viviam em localizações que lhes impunham vários riscos, afinal de contas, a maior parte se tratava de uma população ribeirinha e que ainda buscava sobreviver das atividades pesqueiras. As autoridades da vereança municipal em ofício datado de 28 de Junho de 1854, período de estação de inverno, relataram ao presidente da província José Bento da Cunha e Figueiredo a situação calamitosa em que se encontrava a cidade coberta por destroços, amontoados de lixo e casas arruinadas, assim sugeria que diante do quadro de

[...] estrago produzido pela extraordinária cheia do Capibaribe nas edificações particulares situadas em diferentes povoados deste Município, ficando umas completamente desmornadas, e outras tão arruinadas, que não são susceptíveis de reparos, e ameaçam perigo iminente; e como seus donos, na maior parte pobres e desvalidos, lutando ainda com as consequências de semelhante infortúnio, não possuem tratar da demolição d’essas casas; esta Câmara vem rogar a Vossa Excelência se digne de autorizá-la a mandar proceder pelos respectivos Fiscais à referida demolição, despendendo [sic] com isso o que for necessário; pois que assim se evita algum desastre que possa demais ocorrer, e se desempacha o trânsito, tomado pelas ruínas [...]⁴.

Tendo em vista as condições dos muitos desvalidos que dificilmente poderiam arcar com os custos da demolição dos destroços de suas antigas casas, descumprindo assim uma postura municipal.

⁴ APEJE – Arquivo Público Jordão Emereciano, Câmaras Municipais, cód. 34, fl. 101. **Ofício** do Presidente da Câmara Municipal do Recife, Barão de Capibaribe, ao Presidente da Província, de 28/06/1854.

Quanto à Boa Vista, “para o qual se passa através de outra longa ponte de madeira que é, entretanto, protegida por leve balaustrada de ferro em ambos os lados” (HADFIELD In: MAIOR; SILVA, 1993, P. 178) era “de longe o maior dos bairros, o que não faltava eram sítios e quintais espaçosos, separados da rua por grades e muros” (CARVALHO, 1998, p. 43). O bairro era eminentemente residencial e as ruas dessa parte da cidade não eram calçadas e as suas casas, em sua maioria, eram pequenas. Contudo, no seu traçado urbano, “também sediava um considerável comércio de gêneros de primeira necessidade” (ARRAIS, 2004, p. 113) e de onde, segundo o inglês Hadfield (1853, p. 178), “boas estradas correm em direção ao interior, sendo uma delas recentemente feita para Olinda pela margem do rio, [...] sendo muito útil e louvável empreendimento do governo” que buscou conectar as freguesias centrais aos arredores do Recife.

Cada freguesia tinha um perfil peculiar, fruto de suas atividades e especialidades comerciais, bem como delimitado por suas condições geográficas (por exemplo, seus rios, mangues, etc.) tal fato, em certa medida, definiu em alguns aspectos o seu perfil populacional. A densidade demográfica da cidade aumentou consideravelmente ao longo do século XIX e oriundo desse crescimento acompanharam-se também os variados problemas que assolaram o Recife. Enfim, o que propiciou esse aumento populacional? Que população seria essa? Quem eram os sujeitos que viviam nas freguesias da capital da província? Como consumiam os espaços da cidade? Quais problemas sociais se fizeram presentes no cotidiano do Recife na época?

Com a finalidade de compreendermos as dinâmicas desse crescimento populacional ocorrido na capital da província nos debruçamos sobre alguns dos recenseamentos elaborados nos oitocentos. Em nossa amostragem analisamos os dados entre os anos de 1822 a 1872,

ou seja, abarcamos um intervalo de tempo de 50 anos, ao qual examinamos como os indivíduos se distribuíram espacialmente na cidade, em particular, nos detivemos apenas às freguesias centrais, bem como buscamos identificar os períodos que apontaram uma maior concentração populacional. Sendo assim, mediante a análise dos dados dispostos na tabela 1, destacamos que as freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e São José eram as mais populosas e que os anos de 1844 e de 1872 representaram os maiores índices numéricos⁵ da população. Ainda que não tenhamos tratado dos dados específicos acerca do quantitativo representado pela parcela da população classificada como livre e a outra parcela composta por escravizados, boa parte desse quantitativo era composta por homens e por mulheres de condição livre, bem como representantes do universo da pobreza.

Tabela 1: Mapa demonstrativo da distribuição espacial da população do Recife no século XIX

LUGAR	1822	1828	1838	1844	1856	1872
Recife	5.682	5.910	7.248	10.975	7.976	7.273
Santo Antônio	12.327	13.422	13.150	32.444	10.904	15.910
São José	-	-	-	-	11.446	17.865
Boa Vista	5.664	6.346	6.810	13.503	10.651	23.071

FONTE: MELLO, Jeronimo M. Figueira de. In: CAVALCANTI JUNIOR, 2001, p. 23; RPPAP, 1874. **Diário de**

Pernambuco 25 de Junho e 01 de Julho de 1845 In: MELLO, 1975, p. 438.

Parte deste “inchamento” populacional foi consequência de processos migratórios internos, notadamente, advindos do interior da província de Pernambuco e das demais províncias do norte (Ceará, Paraíba, Rio Grande etc.). Parte desta migração direcionada ao Recife era motivada pelo processo de expansão da economia urbana da cidade, bem como pelas

⁵ Os recenseamentos elaborados ao longo do século XIX foram resultados de um trabalho estatístico que se tornou significativo nos tempos do Império, contudo as contagens feitas em Pernambuco se consumaram diante de inúmeras carências tanto material quanto de pessoas para o emprego dessa atividade. Além disso, muitos números foram ocultados e muitos outros nem sequer foram apresentados as autoridades competentes responsáveis pelo penoso ofício.

adversidades proporcionadas pelas secas e pela violência nas regiões do semi-árido que impeliam agrupamentos de retirantes a buscarem abrigo, alimento e proteção nos espaços públicos da capital.

Ainda sob os efeitos e os embalos da política de “melhoramentos” propostos a cidade, especialmente, na década de 1840 em que apresentou um quadro quase duplicado de crescimento de sua população que, em sua maioria, concentrou-se nos limites da freguesia de Santo Antônio e de São José. No que cabe a última freguesia, Marcus Carvalho (1998, p. 85) levantou considerações a respeito, ao qual

[...] Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde tinha muito trabalho braçal para se fazer. Mas o maior sintoma dessa redistribuição espacial foi o surgimento na margem do rio, perto do coração de São José, do maior prédio público da província: a casa de detenção. Essa observação revela muito do caráter daquelas reformas urbanas. O Recife ficou muito mais belo. Mas o espaço público continuava excludente. Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas ideias de prevenção e controle eram sobrepostas à repressão pura e simples.

Ao passo em que as ideias de progresso e de civilização à moda europeia eram orquestradas pelas elites dirigentes da província, que almejavam uma capital adequada para os seus usos e consumos, aos pobres restou uma política de enquadramento e disciplinamento por meio da repressão pura e simples de suas práticas. Entretanto, no que cabe à “rede de vigilância” imposta, construída para manter os segmentos populares dentro de certos limites, por vezes, era “trapaceada” pelos mesmos, através de procedimentos “miúdos” e “persistentes” criados para “jogar com os mecanismos da disciplina”. Dessa forma, com criatividade “fabricaram” um campo de antidisciplina para poderem atuar e exercerem suas práticas nos logradouros da cidade, ou melhor, para lutarem pela sobrevivência (CERTEAU, 1994, p. 40-41).

Portanto, nesse cenário, alguns desses sujeitos foram atraídos para o setor de construções de obras públicas administrada pela Repartição de Obras Públicas (ROP) que empregava tanto a mão de obra livre do país quanto de estrangeiros (especialmente franceses e alemães). Ainda que para alguns indivíduos isso significasse uma possibilidade de emprego e de subsistência, não era nada fácil empregar parte da parcela de mão de obra livre, notadamente em atividades manuais, em virtude da relação que faziam entre o trabalho manual a “coisas” de cativos. Quanto aos livres que conseguiram se empregar, por exemplo, nos serviços das obras públicas em muitas circunstâncias tiveram que sobreviver com os percalços ocasionados pelos atrasos constantes em seus pagamentos. Em 1844, a este respeito, o periódico *Diário Novo* fez uma denúncia e reclamou da penúria em que viviam os funcionários públicos, pois desde outubro de 1843 não recebiam seus salários.

As queixas já eram antigas, ao ponto de em 1838, o Inspetor da Repartição de Obras Públicas ter encaminhado um ofício ao presidente da província Francisco do Rego Barros reclamando dos atrasos nos pagamentos dos funcionários da repartição, sem contar que, muitos ainda enfrentavam o problema dos baixos ordenados (CAVALCANTI JUNIOR, 2001, p. 33). Assim atuar no âmbito dos serviços públicos a depender das atribuições e do cargo, além de não representar prestígio social, não representava garantia de fácil obtenção do “pão diário”. Portanto, tais ocorrências nos mostram o quanto o universo dos sujeitos livres pobres estava preso a condição de precariedade e que o trabalho não os livrava do estigma imposto pela pobreza, condição social que os associavam como “dados ao crime” (MAIA, 2001, p. 161).

Esse quadro social se agravava em tempos de seca e de epidemias. As “grandes secas” foram fenômenos corriqueiros na província ao longo do século XIX que teve como as mais problemáticas as ocorridas entre as

décadas de 1820, 1840 e 1870. Sobre as secas ocorridas entre 1844-45, o viajante Hadfield (1853, p. 182) fez alguns apontamentos e descreveu que “dois anos de secas fizeram com que milhares de pessoas procurassem comida e água na região litorânea, espalhando desolação e morte entre aqueles que ficaram”, ao qual destacou que tal fenômeno se tornou frequente na época. Depois do biênio 1844-45, outros episódios, notadamente em 1870, causaram grande miséria⁶. “A seca de 1877-79 causou não só grande sofrimento às populações, mas a simples extinção de boa parte delas” (DABAT, 2006, p. 256-257). Segundo os dados apontados em relatório presidencial datado de 1878, em torno de 60 mil pessoas afluíram para a capital pernambucana e seus arredores (CHRISTILLINO, 2015, p. 63).

A maior parte desses grupos de flagelados da seca⁷ era formada por homens e mulheres livres pobres – pequenos lavradores, trabalhadores que vendiam sua força de trabalho que, por sua vez, estava condicionada aos ditames não apenas dos patrões, como também dos fenômenos climáticos e das variantes do mercado – a situação deles era lastimável, pois viviam em constante instabilidade e por causa das secas muitos se viam obrigados a abandonarem as suas terras e os seus pertences. Ao apelarem pela caridade pública na capital por se encontrarem em condições de extremo infortúnio, esses retirantes iriam apenas somar na pobreza com o grande número de mendigos e de indigentes que a cidade já possuía (CÂMARA, 2005). Sem moradia ou recursos financeiros suficientes para garantir a mínima subsistência, uma parcela significativa

⁶ A situação de pobreza desses migrantes também estava atrelada à questão fundiária, que marcava os limites não apenas das grandes extensões de terras nas mãos de poucos “homens de poder”, bem como impunham de forma violenta a exclusão da maioria que se via obrigada a vender a sua força de trabalho em troca de pão e até mesmo se desfizerem de suas pequenas lavouras para garantir a subsistência.

⁷ A respeito do perfil dos retirantes, de acordo com Cristiano Luís Christillino, “os integrantes desse grupo, apesar de a maioria ser desvalida, eram trabalhadores rurais sem terra e pequenos e médios possuidores de terra que, muitas vezes, tinham escravos. Havia casos em que os lavradores nacionais vendiam sua força de trabalho aos seus semelhantes, como uma forma de ganho complementar”. Cf. CHRISTILLINO In: OLIVEIRA, TB. (Org.), 2015, p. 63.

de migrantes se espalhava pelas ruas das freguesias centrais a procura de abrigo.

Por estarem e viverem em trânsito foram tidos e colocados “na condição de desocupados, somando-se àqueles a quem as autoridades classificavam como “vadios” e muito propensos a desordens de todo os tipos” (MAIA, 2008, p. 26). O cenário da cidade passou a contar com focos de mendigos e de retirantes reflexos da pobreza que se acumulava na área urbana. Flávio Sá (2008, p.66-69) mencionou que os parques “gêneros agrícolas chegavam a capital a preços altíssimos” o que “fazia com que muitos por não ter a quantidade mínima de comida para a sua sobrevivência apelassem ao roubo”. Tais práticas reforçavam o sentimento de repulsa que muitos cidadãos sentiam com relação aos flagelados e, talvez por isso, incluíam a defesa do “trabalho como remédio” para livrar os retirantes que estavam propensos a cair no crime, por serem dados à ociosidade e à vadiagem (MAIA, 2001, p. 170).

As crises de abastecimento de gêneros alimentícios eram ocasionadas não apenas pelos fenômenos climáticos (tais como: as enchentes e secas) como também pelos processos de especulação de alimentos. De acordo com Cristine Dabat (2006, p. 256), a especulação sobre os alimentos atingiam a todos, inclusive o próprio Estado, no caso, para a alimentação dos presos. Tal circunstância foi motivo de queixa do promotor de justiça da região do semi-árido, durante a seca de 1877-79, assim

Pedro Jorge de Souza [promotor] denunciou que, com a conivência do 3º Subdelegado, o fornecedor entregava farinha e rapadura a preços superfaturados: o litro da farinha a 220 réis, quando o preço ordinário e comum é 100 e 120 réis, e a rapadura 80 a 100 réis, quando em todo mercado (feira e vendas) custa 20 e 30 réis, e quando muito, 40 réis (DABAT, 2006, p. 256-257).

Isso afetava imensamente tanto a vida dos retirantes no semi-árido quanto à vida de parte da população que residia na cidade do Recife e em seus arrabaldes. Sem contar que, na maior parte do tempo, a produção de gêneros de primeira necessidade não conseguia sequer suprir a grande demanda e, por esta razão, a importação pareceu ser uma das soluções. Esta necessidade de importação de determinados gêneros, juntamente como outros fatores, já apontados, desencadeavam o constante aumento nos preços. Para Silvio Zancheti (1989, p. 76), “a hegemonia da cana era tão forte que mesmo produtos básicos para o sustento das áreas urbanas deviam ser importados de outras regiões brasileiras ou do exterior, tais como, os produtos frescos que se tornavam comumente caros em Recife”. O custo de vida se mostrava bastante oneroso e sem contar na pesada carga de impostos⁸ que recaíam sobre os mais pobres e que se sobrecarregavam também em momentos de crise da lavoura da cana, por sinal, entre 1856 a 1870 a crise no mercado açucareiro produziu uma drástica diminuição dos rendimentos urbanos (ZANCHETI, 1989, p. 127).

Por isso, para alguns, o esmolar era uma via de sobrevivência, quando não a única opção. Em 26 de Maio de 1877, ano da “grande seca”, um dos jornais locais apontava que “são tantos os mendigos que esmolão de porta em porta, ou na ponte 7 de Setembro, onde está bom número deles dia e noite, que é um Deus nos acuda! E não há quem dê providências sobre isso!”⁹ A ausência de providências tratava-se de uma cobrança direcionada as autoridades cidadinas, especialmente dedicadas aos aparatos policiais e aos fiscais da Câmara Municipal, que tinham a

⁸ Henry Koster (1809-1811) fez questão de indicar alguns dos impostos que eram pagos no Recife, neste caso, citou o imposto para a iluminação da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, ele descreveu que “os impostos, pela maneira com que foram estabelecidos, pesam sobre as classes baixas e não alcançam quem os poderia suportar desafogadamente”. Os funcionários públicos foi uma das categorias citadas em seus relatos, para quem, em virtude dos diminutos salários caíam no mundo do crime. Pelo que notamos poucas foram as mudanças desse quadro diante da segunda metade do século XIX. Cf. KOSTER, 2002, pp. 106-107.

⁹ **O Ensaio**. Recife, 26/05/1877, n. 4, p. 4. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=SECXIX> Acesso: 20/05/2016.

responsabilidade e o dever de retirá-los das ruas. Em muitas notícias, os denunciadores declaravam que tais autoridades faziam “vista grossa” sobre os lugares de mendicidade da capital, leia-se a vigilância e o controle se fazia de forma deficitária nas pontes, nas ribeiras e em seus telheiros, bem como nas praças da cidade.

Diante de uma sociedade contagiada pelos surtos epidêmicos, os ânimos ficavam ainda mais inflamados e a mendicidade passava a ser alvo tanto do policiamento dos aparatos policiais quanto dos discursos higienistas – que ganharam muita força e espaço no âmbito das políticas de gestão urbana da cidade, notadamente, em consequência do pânico causado pelas epidemias de febre amarela que assolaram a cidade entre os anos de 1849-50 (CASTRO, 2009, p. 30) e depois o funesto curso da epidemia de cólera em 1856 que com seu manto de morte matou milhares de pessoas na cidade. Segundo Orlando Parahym (1978, p. 82),

[...] As péssimas condições de abastecimento de água, o rudimentaríssimo sistema de remoção de objetos em barris e tonéis, os chamados “tigres”, a extrema severidade clínica da moléstia, o desconhecimento de medicação adequada e eficaz contra a infecção, tais causas que explicam a elevadíssima mortandade pela cólera em 1856, nesta capital.

As denúncias médicas sobre os problemas da cidade eram constantes, sobretudo recaíam sobre a sua falta de estrutura e de saneamento, bem como incorriam sobre os costumes da população pobre, tidos como indigestos por ferirem aos preceitos tanto morais quanto por representarem uma ameaça ao ideário de salubridade pública imposto na época. Em 1843, o médico Dr. José Eustáquio Gomes, vice-presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco, ao tratar das moléstias que vitimava parte da população indicou que, as ruas da cidade “no verão eram cheias de pó subtil incômodo; no inverno, encharcadas de lama, e de águas

lodosas, que por falta de conveniente esgoto só desaparecem lentamente e por evaporação, depois de haver infeccionado a atmosfera”. Não só isso, ainda denunciou que pelas margens dos rios encontravam-se “imundícies, lixos, despejos das casas, animais mortos e em putrefação, e até (horroroso-me de o dizer) cadáveres aí jazem insepultos!” (GOMES In: ROCHA, 1977, p. 61).

Em linhas gerais, a maior preocupação era a de como conter as práticas desta população, para isso, a tarefa das elites dirigentes foi a de criar mecanismos capazes de reprimir tais condutas e excessos cometidos pelos populares na cidade. O policiamento sobre os seus modos de ser e de viver, em particular, nos espaços públicos seria o meio mais “eficaz” para pedagogicamente tratar dos mais pobres. As autoridades competentes, ou melhor, leiam-se os aparatos policiais sofreram cobranças de todos os tipos dos grupos mais abastados para impor a ordem e a moralidade pública no Recife. Nem o inspetor de quarteirão da Rua Augusta (localizada no bairro de São José) ficou isento das severas críticas quanto a sua atuação no combate, sobretudo à mendicidade.

O referido inspetor recebeu uma atenção toda especial estampada na seção “Página Avulsa” do Diário de Pernambuco. A reclamação colocava em xeque os seus serviços prestados, ao qual foi apontado como alguém que “ou não tem olhos, ou sempre tem o olfato estragado para não ter visto atravessado na calçada daquela rua um mendigo, dormindo um dia inteiro, um mendigo de tal sorte chagado das pernas, que causava nojo ao passeante”, por tabela, o mesmo queixoso achou por bem, na mesma nota, elogiar a atuação do Subdelegado de São José por empregar as suas energias na “confecção do asilo de mendigos nas Cinco Pontas”¹⁰. Após as experiências epidêmicas alguns sujeitos desenvolveram uma dada

¹⁰ **Diário de Pernambuco**. Recife, 16/01/1856, n. 13. Página Avulsa, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_03&pesq=MENDIGO Acesso em: 30/06/2017

sensibilidade olfativa, pois o medo da morte condicionou o imaginário popular ainda estimulado pelo discurso higienista¹¹ de que o “ar infecto” era um dos vetores epidemiológicos. Portanto, ao policiar as ruas do bairro, ao referido inspetor de quarteirão caberia também educar os seus sentidos para bem “enxergar” e bem “sentir” os incômodos que afetavam a cidade.

Desse modo, o reclamante com o seu sentimento de repulsa e de nojo diante do mendigo chagado possivelmente relacionou o odor aos perigos da doença. Para Corbain, a reeducação do olfato estabeleceu diferenciações na hierarquia social (CORBAIN, 1987, p. 283-285). A miséria não apenas representou um risco eminente a violência urbana, como também a saúde pública. À vista disso alguns termos, tais como “sujo” e “nojento” foram comumente atribuídos aos sujeitos da mendicidade, quando não, eles eram associados ou até mesmo tratados como parte da imundície e do lixo do Recife. Mesmo após o surto de cólera (1856), algumas notícias veiculadas reforçavam tais estereótipos acerca dos mendigos. Em 10 de Fevereiro de 1857 se mandou publicar que “causa nojo ao mais nojento mendigo transitar pela Rua da Palma e seus contornos, tal é, segundo nos dizem, a quantidade de imundícies, que ali há amontoada: quem duvida, é ir ver”¹². Portanto, o nojo incomodaria até mesmo àquele que já se confundia com a imundície, o mendigo.

¹¹ Os médicos higienistas em conformidade com a teoria miasmática, acreditavam que tanto a “água” quanto o “ar” “eram os principais veículos transmissores de doenças, por transportarem emanações fétidas e pútridas”. Logo, mediante esses discursos e imagens construídas acerca desta teoria que, por sua vez, baseava-se “na crença da influência terapêutica da circulação dos fluidos”, recomendavam a “desaglomeração, o descongestionamento, o arejamento, a iluminação e a insolação das vias e edificações” – públicas e particulares. No entanto, tais concepções também se espalhavam para o campo da moral, relevante por atribuir valores e definir condutas que deveriam corroborar para o regramento da população, em especial, atingiam os segmentos populares da cidade haja vista estarem usualmente associados a “vícios”, a costumes insalubres tidos como deletérios pelas autoridades cidadinas. CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)**. São Paulo: RiMa, 2004, p. 19-20.

¹² **Diário de Pernambuco**. Recife, 10/02/1857, n. 32. Página Avulsa, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_03&pesq=MENDIGO Acesso em: 15/03/2017.

Em virtude de sua condição e de sua aparência, alguns mendigos foram retratados em documentos da época como sujeitos que exalavam o odor fétido e pútrido, assim mais uma motivação para defender o isolamento desse agrupamento social, seja no asilo de mendigos nas Cinco Pontas (bairro de São José) ou em qualquer outro espaço, contanto que os colocassem bem longe dos olhares e dos olfatos das elites oitocentistas. Portanto, entre estes sentimentos de piedade e de repulsa, quais foram os meios que a sociedade encontrou para amparar, controlar ou até mesmo ignorar toda essa gente? Como abarcar tão volumoso contingente? Eis que a mendicidade se tornou pauta de uma política assistencial e repressiva que foi se consolidando ao longo do século XIX, à medida que crescia os interesses por mais braços para o trabalho, bem como o sentimento de medo e ao mesmo tempo de ojeriza das autoridades com relação à presença de mendigos na cidade. Não tardou muito para que as autoridades cidadinas se mobilizassem para conter os passos desse segmento social nos variados lugares da cidade.

Referências

- ALBUQUERQUE NETO, Flávio Sá Cavalcanti de. **A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia a Casa de Detenção (1830-1874)**. Recife: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho: A formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, FAPERJ, 2009.
- CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “**Praieiros**”, “**guabirus**” e “**população**”: as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Vol.01. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e o pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015.
- CORBAIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)**. São Paulo: RiMa, 2004.
- DABAT, Cristine Rufino. Seca, questões fundiárias e violência: desafios postos aos promotores. In: ALBUQUERQUE, Francisco Sales de (Coord.). **A face revelada dos promotores de Justiça**: o Ministério Público de Pernambuco na visão dos historiadores. Recife: MPPE, 2006.
- GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In: [et. al.] **Um tempo do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1978.
- GUERRA, José Wilton (Org.). **Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira**. Vol. 2. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil 1793-1820**. 11. ed. atual. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Policidados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas**: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). São Paulo: Annablume, 2008.

MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A paisagem pernambucana**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

MELLO, José Antonio Gonsalves. **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Vol. 2. Recife: [s/n], Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1975.

MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O “belo sexo” sob vigilância**: o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista (1830-1850). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife**: ontem e hoje. Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

ROCHA, Leduar de Assis. **Annaes da Medicina Pernambucana (1842-1844)**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

SILVA FILHO, Paulo Alexandre. **Desvalorização do Trabalho e Consumo Honorífico em Recife (1837-1844)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

A maxambomba do Recife: trilhos urbanos e os relatórios dos presidentes de província (1861-1869)

*Anderson Botelho*¹

A historiografia pernambucana confere forte destaque às intervenções urbanas ocorridas no Recife do século XIX, principalmente para as décadas de 1830 a 1850, impulsionadas principalmente no período da presidência do Conde da Boa Vista, entre 1835 e 1842, que introduziu na cidade modificações de cunho modernizador.

Entretanto, alguns historiadores pernambucanos têm feito o exercício de deslocar o olhar e ampliar a análise, voltando a atenção para segunda metade desse século. Seguindo essa tendência, este artigo tem o objetivo de contribuir para a pesquisa histórica na década de 1860, aquela em que ocorre o estabelecimento da rede de transportes urbanos da urbe.

Seguimos uma reflexão recentemente lançada pelo historiador Wellington Barbosa Silva (2018), na qual ele propõe que os acontecimentos significativos que modificaram a urbe e a cidade estão presentes por todo o século XIX e além.

os sinais de quebra da monotonia percebida no alvorecer do século XX também se puderam sentir ainda na primeira metade do século XIX, quando os governantes e cidadãos letrados ensejaram a proposição de projetos modernizadores (para não dizer, civilizadores) e a implantação de símbolos materiais do progresso, buscando tornar a cidade mais limpa, salubre e dotada de uma fisionomia arquitetônica moderna (SILVA, 2018, p. 17).

¹ Mestrando do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7482762592592057>

Conforme sua proposta, os acontecimentos que podem ser relacionados à construção da cidade e da urbe moderna não podem ser encarados de maneira que se leve a crer que quaisquer recortes temporais isolados nos quais eles que ocorrem, sejam determinantes para a compreensão do fenômeno como um todo.

O texto que se desenvolve neste capítulo é parte de uma pesquisa tratada no campo da História das Cidades, especificamente no tema dos Transportes Urbanos, e busca traçar um estudo histórico sobre a implantação do transporte ferroviário urbano, introduzido no cotidiano da população recifense em 1867, a partir da análise dos relatórios dos presidentes da província de Pernambuco entre os anos 1861 e 1869. Esses foram utilizados como fonte histórica sobre o tema, visando produzir uma breve análise dos seus conteúdos e também dos discursos que emergem nos registros dos comentários espontâneos dos representantes do governo imperial.

Nos anos da implantação dos chamados trilhos urbanos, os interesses do comércio urbano foram direcionados para os habitantes dos terrenos na direção oeste do território do Recife – aqueles à margem esquerda do rio Capibaribe –, e também ao norte em direção à Olinda, percorrendo o rio Beberibe. O modal que se estabeleceu, e que em certo momento passou a ser popularmente conhecido como “maxambomba”, era uma composição de locomotiva a vapor e vagões de madeira e ferro, trafegando por trilhos, com estações instaladas no caminho das casas mais prósperas dos chamados arrabaldes da cidade. O serviço que prestou abreviou, para alguns, o tempo para percorrer as distâncias em direção aos bairros centrais do Recife, e é parte das dinâmicas da expansão que configuraram uma metrópole capitalista.

1. A maxambomba e a história

O cronista Mário Sette (1958; 1978) foi o autor de escritos e pesquisas de referência sobre as relações da sociedade recifense com a maxambomba. Ele se dedicou à produção da literatura caracterizada como regionalista, tendo sido um dos pioneiros no manejo dos recursos estéticos do movimento, e deslocou sua produção nas décadas de 1920 e 1930 para a crônica da vida antiga na cidade, buscando o resguardo de memórias de lugares, costumes e peculiaridades. Nos escritos “Maxambombas e Maracatus” e “Arruar: história pitoresca do Recife antigo”, o transporte é tratado como lócus privilegiado para resgate de hábitos e vivências do cotidiano do Recife de fins de século XIX. Como é próprio da literatura de sua geração, as questões antropológicas são organizadas dentro de um paradigma estético que produz um panorama de imagens literárias sensíveis, de toque naturalista, e que contam segredos da cidade do passado.

Cada denominação [de becos e ruas] ressalta uma origem. É uma tela, é um retrato. Tem cor, tem cheiro, tem malícia... As maxambombas, trifurcando-se a caminho de Dois Irmãos, do Arraial, da Várzea, com seus apitos e seus barulhos de vapor, batizaram o Largo do Entroncamento. Sumiram-se os trezinchos suburbanos, demoliram a velha estação de três plataformas, porém o nome ficou nas bocas de novas gerações (SETTE, 1978, p. 14).

Nas histórias dele, o pequeno trem surge ora como parte da paisagem, elemento a mais nas modificações da fisionomia urbana, ora como objeto que modifica subjetividades e sociabilidades. Na relação das pessoas com o transporte há um pólo passivo, composto pelos vendedores de rua, dentre eles os escravizados ganhadores, que beneficiam o seu próprio comércio marcando presença nos lugares de embarque e desembarque, e nas pontes. Se por um lado a lógica dos trilhos urbanos é a mobilidade na cidade e o ganho de tempo, por outro, isso requer a

imobilidade da espera pelas partidas. A presença desses vendedores pode significar que uma das atividades de preenchimento do tempo ocioso é o consumo. Outrossim, há um pólo ativo, em que os passageiros, ao se transportarem depressa, e com previsibilidade, são estimulados a sair de casa pelo lazer: visitas sociais, festas tradicionais, palhoções de pastoris e os espetáculos no Teatro Santa Isabel. Um tipo social comum identificado na época são os “passadores de festas”, e suas façanhas e extrapolações foram objetos constantes de discussões morais e éticas, além dos fuxicos, nos jornais.

Mas, depois, a cidade evoluiu: há pedras forrando o chão das ruas, há lampiões, são de ferro as pontes, passam bondes de burros, surgem berlindas e landaus, damas andam pelas calçadas, protegidas por sombrinhas, também varandas de metal, os bichos desaparecem, ficando apenas os cães, rareiam as negras de turbantes, e até a novidade da maxambomba, que leva tão depressa os passadores de festas a Apipucos ou Caxangá (SETTE, 1978, p. 19).

Outro estímulo reiterado por Sette é o de mudar-se para residências nesses bairros fora do centro urbano. Na verdade, além do prazer, poderia ser por prescrição médica o contato com as matas “pitorescas”, com o clima fresco, com abundância de árvores e frutos e com o banho de rio.

Aos olhos de um historiador contemporâneo, as peculiaridades dos modos de vida que se afetam pela maxambomba poderiam ser interpretadas a partir das inúmeras filosofias que animam os espíritos, e das categorias epistemológicas que condicionam a pesquisa histórica. Pode-se ver nas linhas das crônicas afetações que exprimem formas de distribuições desiguais, típicas de uma sociedade de classes, patriarcal e escravista.

Entretanto as questões que cronista tinha em mente eram distintas: tratou sua pesquisa a partir de um olhar nostálgico ao passado, com o

desejo de lembrar, e, portanto, reter algo que se perdeu quando a cidade se modificou de maneira mais brusca no ciclo de reformas urbanas que se fez nas primeiras décadas do século XX (ARRAIS, 2004). O trabalho de Sette compartilha preocupações e formas de escrita com um grupo mais amplo de sua geração, e é fonte de pesquisa e inspiração para outros escritores que se dedicaram a revisitar uma vez mais, com lirismo, o passado da cidade, como Flávio Guerra com o seu “Crônicas do Velho Recife”, de 1972, e Napoleão Barroso Braga em “Cartas Recifenses”, de 1985.

Abordagens mais contemporâneas, como a de José Luiz da Mota Menezes (2016) expressam em breve diacronia o resumo de uma travessia da cidade à modernidade a partir da instalação de novas formas de transporte, sendo os trilhos urbanos decisivos para a alteração do espaço geográfico da cidade nas várzeas do Capibaribe e margens do Beberibe, em direção à Olinda. Sua obra “Mobilidade Urbana no Recife e seus Arredores”, de 2016, busca analisar o percurso da expansão urbana à luz da sequência de modos de transporte e políticas públicas vinculadas, para propor um diagnóstico que auxilie a reflexão sobre o planejamento urbano da cidade diante do colapso do seu transporte.

O mais completo trabalho da historiografia sobre a maxambomba é uma dissertação de mestrado de autoria de José Lins Duarte, apresentada em 2008 na Universidade Federal de Pernambuco. Duarte analisou a relação do trem urbano com o crescimento dos arrabaldes, a ocupação espacial, a expansão das atividades desenvolvidas na cidade, os desdobramentos sociais, e a relação entre a sociedade e as companhias proprietárias das duas linhas Brazilian Street Railway Co. e a Companhia Ferroviária Trilhos Urbanos de Olinda.

A evolução do transporte urbano de passageiros surge no trabalho como um processo ocorrido no domínio da idealização do progresso; essa

evolução contextualiza essencialmente, em sua perspectiva, a evolução social, com ênfase no desenvolvimento cotidiano. Sem considerar o desenvolvimento como substitutivo do passado, buscou escrever também sobre a relação do novo com os antigos modos de transporte, com o espaço e as percepções físicas que modifica, e com a especulação imobiliária. Calcado na metodologia da “Nova História”, disseminada pela terceira geração dos Annales, a pesquisa buscou diálogo com temas e abordagens analíticas para abranger a economia, a política, a cultura, o social e o urbano. Entretanto, a ênfase maior do texto esteve na economia, desde o cenário urbano às razões econômicas da companhia, sob justificativa de que o conceito de modernidade que se afirmou na segunda metade do século XIX era orientado à mecanização (DUARTE, 2008).

Da mesma forma, o texto expõe minúcias da operação dos trilhos urbanos, com dados sobre manutenções, programação horária, acidentes, relatórios, etc. As fontes documentais massivamente utilizadas pelo historiador foram os relatórios da própria companhia sobre a operação de sua empresa e do engenheiro fiscal da Repartição de Obras Públicas - ROP; eles são cruzados de forma interessante com edições do Diário de Pernambuco para discutir, por exemplo, as tensões sociais ocasionadas pelos frequentes acidentes com os passageiros e pedestres, os trens, bondes e carroças, revelando um momento de disputa por espaço nas ruas.

Em diálogo com a produção de Duarte, a nossa pesquisa pretendeu privilegiar a análise documentos emitidos pela instância do poder estatal, presentes nos relatórios de presidente de província entre os anos de 1864 a 1869. A metodologia de análise reconhece os pressupostos da fase documental da operação historiográfica conforme exposto por Paul Ricoeur. Compreende-se que há, no mínimo, dois outros procedimentos predecessores nessa operação, que são a fase testemunhal e a de arquivamento, a fase documental é acionada na leitura e seleção do

pesquisador (RICOEUR, 2018). Portanto, esses relatórios representam, para a nossa leitura, um testemunho. E esse testemunho é veículo do discurso do poder estatal na província de Pernambuco.

2. A maxambomba nos relatórios dos presidentes da província de Pernambuco (1864 - 1869)

A história da construção da maxambomba no Recife tem início oficial a partir da aprovação da Lei Provincial 518, de 21 de junho de 1861. A decisão dos deputados da província de ter um transporte massivo urbano sobre trilhos em sua capital esperou três anos até tornar-se um contrato. No contexto do ocidente europeu, as histórias das empreitadas ferroviárias, conforme análise de Hobsbawm (2012), apresentaram como uma de suas peculiaridades a criação de arranjos diversos para a mobilização de uma quantidade significativamente grande de capital para se efetivarem.

Em Recife, o investimento foi encabeçado por um consórcio de capitalistas influentes na política do Império, o Barão do Livramento, o Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado e Antonio Luiz dos Santos. Em 1864 foi assinado o contrato pelo presidente da província de Pernambuco, Domingos de Souza Leão, tendo promovido mudanças em relação aos termos que correram a praça durante o pregão, em nome do “interesse público”, como informado no relatório daquele ano, mas não sem antes obter aceitação dos empresários.

O título nobiliárquico de José Antônio de Araújo é um indício de que sua participação foi fundamental para a concretização do investimento na empresa de trilhos urbanos. Araújo foi nomeado Barão do Livramento em 1859, ano em que nove pernambucanos foram agraciados com títulos nobiliárquicos, durante a visita do imperador à Pernambuco. Todos eram membros do Instituto Pernambucano de Agricultura, e eram políticos e senhores de engenho; o presidente desse Instituto era também presidente

da província de Pernambuco, e essa seria uma designação de caráter honorífico (OLIVEIRA, 2019).

Araújo envolvia o seu capital em diversos negócios, tinha propriedades que lhe rendiam economicamente, uma delas era um armazém de recepção de mercadorias no cais do porto, conforme o Almanak de 1864, posicionada no sólido mercado agroexportador, e também atuou como financiador de empreitadas asseguradas em contratos públicos, como no caso de uma fiança ao vencedor da licitação para a construção de uma obra militar nas terras do arrabalde da Torre (CORD, 2020). Tornou-se Visconde em 1876 por iniciativa da princesa regente, que ainda se mostrou em dúvida por um problema do passado entre ele e seu pai, algo a ver com “histórias que contaram de alfândega”² (OLIVEIRA, 2019).

Enfim, conforme a configuração dos negócios imperiais, Araújo era um investidor capaz de encabeçar uma empresa com capital de 500 mil contos de réis. Cabe mencionar que a desistência dos concorrentes – incluindo o empresário Claudio Dubeux, dono do serviço de transporte por diligências que operava nas estradas entre o Recife e os arrabaldes e que coincidia com o itinerário da via principal planejada para os trilhos urbanos –, antecedeu a assinatura do contrato que permitiu aos vencedores da proposta dar início à empresa que construiu e explorou economicamente a primeira ferrovia urbana do Império, realizando transporte de passageiros, cargas e mensagens por telegrafo.

A linha estendeu-se por cerca de 9km de distância, ao fim chegava-se em Apipucos, lugar conhecido pelo prazer da paisagem bucólica e pitoresca das matas, que já contrastava com a sordidez da cidade; agradável e desejado pelo clima ameno com banhos na água fresca de seu

² Neste trecho de sua exposição, Oliveira indaga se o conteúdo da carta da regente remete à suspeitas de crimes alfandegários que teriam sido cometidos pelo Visconde. O documento citado é a carta de Isabel para D. Pedro II, de 20/10/1872, XLI 3-7, Museu imperial.

açude e do rio Capibaribe, era (e ainda é) espaço de moradia e de divertimento das famílias abastadas da cidade.

Após a assinatura do contrato, o assunto voltou a ser tratado com relevância somente em 1866. De janeiro de 1865 a janeiro de 1866, a província de Pernambuco foi governada por quatro diferentes indicados do gabinete imperial, possivelmente a alta rotatividade dificultou a estabilidade da gestão provincial. Também é possível que a declaração de guerra ao Paraguai, feita em dezembro de 1864, tenha induzido a turbulências na política interna e certo receio em realizar investimentos. Fato é que o célebre rodízio nos cargos de presidente de província já estava encravado entre as práticas da estrutura centralizada da burocracia imperial desde criação do cargo na constituição 1822, e principalmente após sua regulamentação³ em 1834. A prática do rodízio nos governos constituía uma estratégia de controle da política local, pelo poder central imperial, sendo uma de suas funções a garantia da vitória eleitoral dos candidatos alinhados ao ministério em exercício, mesmo com prejuízo à organização e gestão de um volumoso conjunto de obras e serviços em execução nas províncias, sendo os mais comuns a abertura de estradas, saneamento da cidade, fornecimento de água e iluminação (DOLHNIKOFF, 2005).

É apenas no relatório de 1866 que encontramos referência ao início das obras dos trilhos urbanos. O presidente da província, João Lustosa da

³ Segundo o ato adicional 16, de 12 de agosto de 1834, competia ao presidente da província convocar a nova Assembleia Provincial e convocá-la extraordinariamente; Suspende publicação de leis provinciais; expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais. O ato adicional 40, de 3 de outubro de 1834, com maior clareza e detalhamento das responsabilidades de natureza política e administrativa, garante poderes sobre todos os negócios da província, apenas restringindo escopos como o da Corte e do Tesouro. Em seu art. 5^a requer: Exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das Leis; Inspeccionar todas as repartições, para conhecer seu estado, e providenciar para que se conservem segundo as Leis; Prover os empregos provinciais, e provisoriamente os reservados à competência do imperador; Suspende qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro cometido em seu ofício, e responsabilizá-lo; Atuar sobre os embarços à execução das Leis, e todos os acontecimentos notáveis, que tiverem lugar na Província ou suas imediações, juntandolhes as reflexões sobre a origem, circunstâncias e resultados das mesmas.

Cunha Paranaguá (futuro Marquês de Paranaguá), afirmou que as obras rumavam à conclusão e já haviam sido encomendadas locomotivas e carros (vagões) da Inglaterra e Estados Unidos. Mas a ponte sobre o rio Capibaribe, que permitiria às composições atravessarem das margens do bairro de Santo Antônio ao da Boa Vista, ainda não tinha seu projeto aprovado, e seus materiais ainda não haviam sido encomendados. O projeto foi aprovado já sob o governo do vice-presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, mas ainda em 1866. Pela primeira vez, surge nas entrelinhas da documentação uma enorme pressão da companhia sobre o governo, tendo em vista que decidiu não arcar com os custos integrais da obra da ponte. O argumento para isso foi de que não havia no contrato a obrigação de elevar o terreno das cabeceiras da ponte. Entretanto, para o governo, a alegação era descabida, afinal a ponte a ser entregue não poderia impedir o fluxo dos barcos sobre o Capibaribe.

No segundo semestre, o vice-presidente assumiu o comando do governo da província e cedeu à pressão da empresa, iniciou a obra da margem oeste, as custas dos cofres provinciais, começando a construção da ponte no segundo semestre em 1866. Quando iniciaram a operação, em 1867, os trens principiaram suas viagens partindo da Rua Formosa em direção ao Caldeireiro, entre a Estrada de Santana e a entrada de Casa Forte, não sendo atendido o bairro de Santo Antônio, principal bairro comercial e residencial da cidade. O relatório de março de 1868 informa que a obra da ponte não foi integralmente aprovada em análise técnica do engenheiro fiscal:

Além do trem rodante, a empresa tem prestado atenção às outras obras, as quais não tendo sido executadas com a perfeição desejável, exigem modificações e reparos, que se vão fazendo cotidianamente. Na atual ponte de ferro efetuar obras de segurança de modo que a tornem mais forte e sólida (Relatório do Presidente de Província de Pernambuco de 01/03/1868).

Somente após a conclusão de reparos, a linha passou a atender o bairro de Santo Antônio. Entretanto, a ponte não permitia a travessia de quaisquer outros veículos ou pedestres, pois havia sido projetada exclusivamente para operação do trem. Como era uma travessia de interesse da população, as pessoas arriscavam a travessia, tendo ocorrido acidentes fatais. A ação em resposta, que partiu do poder estatal, foi a recomendação à companhia para vigiar e proibir o acesso.

Tendo por diversas vezes acontecido caírem ao rio pessoas que tentam passar pela ponte da rua da Aurora, recomendei ao engenheiro fiscal que fizesse a empresa colocar 2 guardas, um em cada lado da ponte, a fim de proibir o trânsito (Relatório do Presidente de Província de Pernambuco de 05/11/1869).

Nesse período em que a ponte começou a ser utilizada, o itinerário seguiu por Rua Formosa, Rua da Aurora, Ponte Princesa Isabel, Largo do Capim, Rua do Sol, Ponte de ferro da Maxambomba, e novamente Rua Formosa, para adentrar aos arrabaldes do oeste (DUARTE, 2008). O projeto de expansão das comunicações entre o centro urbano e os povoados da zona rural próxima, avançou sobre os resilientes pântanos e riachos do território almejado.

O caminho que alcançava até o Apipucos, esteve deflagrado em obras durante a implantação dos trilhos urbanos, terrenos foram desapropriados, novas ruas foram abertas e outras alargadas mediante demolições de casas e muros, cujos donos foram indenizados financeiramente pelos cofres da província. No primeiro relatório de 1866, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá, demonstrou uma preocupação específica sobre as desapropriações no trecho na Rua Formosa (atual Avenida Conde da Boa Vista) entre as ruas dos Pires e Aurora:

Não sobrevindo algum incidente ou circunstância imprevista, a linha desta via de comunicação estará concluída, e entregue ao trânsito público por todo o mês de janeiro. Foram feitas as desapropriações para abertura da rua, que prolongando-se da Formosa atravessa a do Hospício, e vai terminar na da Esperança. Incumbiu-se deste trabalho a empresa, mediante indenização que se lhe dará nos termos acordados. Efetuaram-se por conta dos cofres provinciais algumas desapropriações para alargamento da estrada em que são colocados os trilhos, e já foram pagas. Talvez ainda outras desapropriações sejam indispensáveis para dar mais largura a estrada, como reclama a segurança e facilidade do trânsito (Relatório de Presidente da Província de 01/03/1866).

Ao final do ano a empresa ainda não havia concluído as negociações para as desapropriações com os proprietários, e justificou ao presidente que o problema persistia em terrenos cujos proprietários moravam fora da província. No princípio, se buscou evitar prolongar o traçado da linha em curvas, mas nem sempre aconteceu assim, pois as dificuldades para efetuar desapropriações nos terrenos dos sítios da área rural contígua ao centro urbano, levaram a decisões que fizeram ser prolongados os trilhos. Foram feitas curvas que tangenciavam prédios, e elas deixaram pontos cegos aos foguistas, há lugares em que os muros das propriedades residenciais ficavam rentes à trajetória da máquina. Essas disposições, que careciam de segurança e facilidade do trânsito, conforme as próprias palavras do Marquês de Paranaguá, ficaram registradas nas descrições dos acidentes envolvendo esmagamento de pessoas e animais, em vários lugares do percurso, veiculadas em jornais, e até mesmo nos relatórios do gerente da companhia apurados na pesquisa de José Lins Duarte (2008). Do ponto de vista do poder estatal, a responsabilização pelos acidentes seguiu os pareceres da companhia desde o início da operação do modal, tendo sido imposta às próprias vítimas, conforme se observa no seguinte trecho:

A estrada tem curvas, que era conveniente suprimir; mas como, na forma do contrato respectivo, as despesas com as desapropriações dos terrenos devem correr por conta da província, no estado atual das finanças é prudente adiar esse melhoramento para melhor ocasião. Houve alguns sinistros, mais devido à imprudência das vítimas, do que à incúria dos empregados dos trens (Relatório de Presidente da Província de 10/04/1869).

A lógica que se adotou para tratar dos eventos mais violentos que envolveram a convivência entre a população e a inovação técnica que se impunha sobre o terreno da cidade está na fórmula intencionada para minimização dos acidentes, qual seja a adoção de restrições à circulação das pessoas por meio de uma legislação e a criação de uma força policial específica para disciplinamento do tráfego de pessoas, conforme os trechos abaixo:

Em virtude do disposto no art. 5º § 4º do contrato de 30 de dezembro de 1863, recomendei à câmara municipal desta cidade que formulasse a postura reguladora do trânsito. Esta providência necessária ainda não foi satisfeita (Relatório de Presidente da Província de 15/04/1867).

Tendo-me solicitado os empreiteiros, em ofício de 26 de maio, que mandasse proceder por pessoas competentes, à um exame do trem rodante e especialmente nas máquinas, e bem assim verificar se a empresa tem empregado os meios ao seu alcance para melhorar o serviço da linha, nomeei naquela data uma comissão composta do engenheiro fiscal interino da estrada de ferro do Recife a S. Francisco e do respectivo superintendente, aos quais incumbi daquela tarefa. O resultado dos exames foi-me apresentado pela referida comissão, e V. Exc. o encontrará na secretaria da Presidência. Encontrará também V. Exc. um projeto de regulamento para a polícia dos trilhos urbanos, sobre o qual não tive tempo de resolver, por ter sido apresentado ultimamente pelos empresários (Relatório de Presidente da Província de 23/07/1868).

Outra das contingências que emergiram das relações da população com o novo modal de transporte, e chegou ao âmbito do presidente, envolveu a manipulação financeira dos bilhetes de viagem. Diversos especuladores, incluindo donos de estabelecimentos comerciais passaram a especular com os valores dos bilhetes na cidade. Eles tornaram os bilhetes de viagem mais caros e cobiçados, a ponto de se tornarem moeda corrente na cidade: os especuladores antecipavam a compra dos talões disponíveis e revendiam a preços superiores. As reclamações da população chegaram ao presidente da província em 1869, e a resposta também intencionou disciplinamento mediante força policial e uma inovação de norma:

É merecedor de atenção o fato de ser conservado em circulação, como moeda, grande número de bilhetes de viagem nos trens da empresa. Ao Dr. chefe de polícia fiz precisas recomendações a este respeito a fim de que pelos meios ao seu alcance proibisse tal circulação, que não obstante continua sem que possa ser responsabilizada a empresa, que não pode recusar a venda de seus bilhetes conforme a procura, sendo certo que por falta de trocos a população recorre a tais bilhetes de pequeno valor. Enquanto a empresa não alterar o sistema de seus bilhetes, de modo que sejam carimbados por semana ou ao menos por mês, não tendo valor, passado o prazo do carimbo, não será possível evitar-se o abuso de tais bilhetes em circulação (Relatório do Presidente de Província de 05/11/1869).

Necessário ressaltar que para esse problema, a inovação da norma que foi requerida pelo presidente não envolvia alteração nos dispositivos legais oficiais, mas sim uma tímida sugestão à adoção de uma medida prática por parte da companhia. Colocada lado a lado com o problema dos tráfegos próximos às estruturas da rede de trilhos, esse caso de especulação financeira se mostrou matéria menos interessante de ser regulada por norma legal municipal.

Em meio a esses problemas, a empresa esquivou-se e seguiu apresentando os relatórios desejados por seus proprietários com ótimos resultados financeiros enviados ao escritório de Londres (Duarte, 2008). Em menos de um ano de operação, a capacidade de transporte do novo modal já estava sobrepujada pela crescente demanda. É o que apontou o relatório de março de 1868, do presidente Domingos de Souza Leão, o mesmo responsável pela assinatura do contrato dos trilhos urbanos em 1864:

O grande movimento de passageiros, que tem tido, reclama aumento do seu material; o de que dispõe atualmente é insuficiente para as necessidades do serviço. (...) Entretanto, para remover todos estes inconvenientes, a empresa, segundo me informa um dos empreiteiros, encomendou mais alguns carros e novas máquinas de maior força. Este material, que por circunstâncias imprevistas ainda não foi recebido nesta cidade, não pode demorar-se muito (Relatório do Presidente da Província de 01/03/1868).

Diante dessa demanda, a empresa tomou a decisão de exigir um pouco mais de suas máquinas. Passou a utilizar composições com quantidade de vagões superior à capacidade das locomotivas. Mesmo dimensionadas para tracionar três carros, elas passaram a formar composições com cinco. Um perigo completamente novo se colocava no horizonte dos cidadãos: era comum que os cinco carros andassem abarrotados de passageiros que “se aglomeravam nas plataformas, nos estribos e em todos os vãos que neles encontravam, com notável incômodo, e visível risco para todos” (Relatório do Presidente da Província de 01/03/1868. p. 29-30).

Embora na planície recifense, as locomotivas andavam com considerável dificuldade, e era trabalho do foguista empurrar mais carvão em suas caldeiras, pois o motor exigia mais calor, mais vapor, e dos tubos

e pistões uma potência além da que podiam suportar. Alheios aos esforços da máquina, os passageiros testemunharam explosões, caldeiras arrebentadas, que, segundo relatos apresentados aos oficiais da província, não chegaram a causar danos fatais.

Diante dos fatos, a ação tomada foi recomendar aos empresários que observassem mais a ordem e a regularidade da operação de transporte de pessoas, e o respeito à lotação máxima que comportava cada carro⁴. Nos relatórios dos presidentes da província dos anos seguintes ao início da operação, 1868 e 1869, o elemento novo é esse destaque às questões do cotidiano da operação dos trilhos urbanos. No comando político e administrativo da província, o presidente distribuiu orientações diretas aos executivos da empresa sobre a operação dos trens, e à municipalidade sobre posturas a serem promulgadas. Uma vez instalada a operação dos trilhos urbanos, ela requereu habilidades de gestão pública, mais precisamente a gestão de um contrato entre o poder imperial e uma empresa capitalista, liderada por uma associação entre capitalistas brasileiros e ingleses.

A fiscalização estatal sobre a empresa e a operação foi deixada sob a responsabilidade técnica de quadros da Repartição de Obras, que ocuparam o cargo de engenheiro fiscal. Além de suas funções burocráticas, a opinião do engenheiro fiscal poderia munir o governo da província de argumentos técnicos. Segundo informou no relatório de 1868, além de ter recomendado adequações no serviço prestado e de ter reprovado a obra da ponte de ferro entregue pela empresa, o presidente da província Barão

⁴ Com as expectativas otimistas em relação ao novo modo de transporte, a Assembleia Provincial aprovou nova lei em 23 de abril de 1866 para autorizar a contratação de um novo ramal ligando o Recife à Olinda e povoação do Beberibe. Entretanto não se apresentou nenhuma proposta para a empreitada, nem houve interesse por parte da empresa que construía os trilhos de Recife a Apipucos. O contrato para a construção dessa linha foi assinado em 1869, por outro investidor: André Abreu do Porto. André lançou-se na praça em busca de capitais, e em 1870 fundou a Companhia Trilhos Urbanos de Olinda; A companhia assentou rapidamente os trilhos, e iniciou a operação no mesmo ano. A abrangência temporal das fontes analisadas neste artigo exclui análise das informações dos relatórios de presidente de província para a Companhia de Trilhos Urbanos de Olinda.

de Vila Bela revelou ter intervindo diretamente no modelo de negócio: fez observações sobre a necessidade de dividir o serviço em primeira e segunda classe, dizendo à Assembleia Provincial que:

A divisão de classes, que ainda não se acha estabelecida para os passageiros, é uma necessidade geralmente reconhecida, sobretudo pelos menos favorecidos da fortuna, os quais poderão percorrer a linha dos trilhos urbanos por um preço mais módico e mais fácil aos seus recursos. Um dos empresários, por observações que lhe fiz a este respeito, assegurou-me que, apenas fosse possível, se faria essa classificação, apesar de ela não estar estabelecida no contrato. Com as modificações indicadas, a empresa achar-se-á em condições favoráveis de poder prosperar, atenta a utilidade reconhecida, que presta ao público desta capital (Relatório do Presidente de Província de 23/07/1868).

O serviço de segunda classe não tardou a ser implantado. Já o relatório de março de 1869 se refere sobre os vagões destinados à função, entretanto, cabe nos determos para analisar o conteúdo enunciado no relatório do presidente da província, nesse trecho citado. A enunciação “necessidade geralmente reconhecida” nos coloca enigmas, pois o testemunho não informa como essa demanda chega ao presidente da província, quem a reivindica, nem como o faz. Há um coletivo indefinido de pessoas “menos favorecidas”. Mas o que significaria ser suficientemente favorecido para acessar de forma regular o serviço? Obviamente depende dos preços dos bilhetes de primeira classe e da renda do passageiro.

Segundo as informações que José Lins Duarte (2008) extraiu dos relatórios da Brazilian Street Railway, os preços dos bilhetes que foram cobrados dos passageiros dos trilhos urbanos variaram de acordo com a distância que se desejava percorrer, e poderiam custar de 200\$ a 800\$ réis (p. 113). A título de comparação: em um dia daquele ano, uma arroba de açúcar mascavado e de algodão em caroço, por exemplo, tinham seus

preços de exportação tabelados no porto⁵ em 2\$740 réis e 2\$975 réis, respectivamente; E se compararmos com um ordenado na classe média? Um advogado da câmara municipal tinha os seus vencimentos do ano de 1868 estipulado em 500\$000 réis anuais⁶, supondo que morasse no Monteiro (com o bilhete custando 600\$ réis), para ir e voltar todos os dias a Santo Antônio, teria que desembolsar uma quantia de cerca de 27\$000 réis ao mês; se comprasse o bilhete mensal, teria que desembolsar 22\$000 réis. Pela tabela de preços, enviada ao engenheiro fiscal da ROP, os bilhetes da segunda classe custavam a metade da primeira.

As palavras do presidente revelam o interesse do poder imperial de que o transporte pudesse servir a um conjunto menos restrito de pessoas, do contrário sua utilidade ao “público” da capital estaria prejudicada. Há uma prescrição em seu discurso que se dirige à companhia, havendo uma dupla dinâmica a ser atendida: a política, que se relaciona com as promessas à sociedade; e a econômica, que tem em vista a ampliação das compras e vendas, e a arrecadação de impostos para o Estado.

Tendo em vista o destaque de que o serviço de segunda classe não foi estabelecido no contrato, percebe-se no discurso do presidente que a Assembleia deve se conformar que a medida será implementada no tempo da empresa. Um equívoco? As palavras aliviam o estresse político do agente imperial; e nos permite perceber que no processo de implantação do projeto – possivelmente também na concepção – há um elemento social impensado ou um caráter social restrito para o serviço, que representaria um erro de cálculo ou uma inerente miopia social elitista.

Talvez represente ambos. Consideremos a releitura feita por Jessé de Souza (2000) sobre os dados empíricos da pesquisa de Gilberto Freyre: o

⁵ Os preços eram divulgados no Jornal do Recife. Para esta análise, utilizamos como referência a edição 002 de 08/01/1869, pág.3.

⁶ As remunerações de empregados públicos constavam no orçamento anual publicado em lei, incluindo despesas municipais. A informação utilizada foi extraída da lei nº 852 de 1868.

Brasil que se reeuropeizou no decorrer do século XIX, ansioso pela modernização, criou uma unidade social ficcional capaz de secundarizar a percepção das diferenças. A formação do Estado centralizado burocraticamente e do mercado capitalista avançou em articulação com uma nova configuração de hierarquia social baseada na diferenciação entre estratos europeizados e outro de influência evidente africana e ameríndia, em que:

A posse, real ou suposta, de valores europeus individualistas vai, dessa forma, legitimar a dominação social de um estrato sobre o outro, justificar os privilégios de um sobre o outro, calar a consciência da injustiça ao racionalizá-la e permitir a pré-história da naturalização da desigualdade como a percebemos e vivenciamos hoje. Obviamente, essa ordem não se impõe da noite para o dia. Em todo o século XIX, essas transformações são capilares e cotidianas, mudando a ordem anterior apenas aos poucos. (SOUZA, 2000, p.97).

É possível argumentar que a construção paulatina dessa nova ordem social em Pernambuco se relaciona com a ausência dos estratos mais pauperizados da sociedade no horizonte do projeto da maxambomba como seus beneficiários. Mas há algo que nos permite especular que criar serviço de segunda classe tornaria o projeto mais lucrativo. O relatório de novembro de 1869 afirma que a companhia já havia igualado a quantidade de carros de 1ª e 2ª classe, trazendo ao seu caixa uma receita de uma demanda anteriormente reprimida. No total, eram 18 veículos para transporte de pessoas e 4 para carga, e em 1870 havia encomendado mais 16 veículos, revelando assim um vertiginoso crescimento.

Segundo, apurado por José Lins Duarte (2008), o balanço financeiro informado nos relatórios do gerente da companhia indicam crescimento de 32% na receita, saltando de 174:368\$000 para 230:900\$00 (p. 113). No horizonte do consórcio entre o mercado capitalista e o Estado racional

burocratizado coube a segmentação do valor dos bilhetes, visando o máximo aproveitamento econômico do recurso técnico, e a consequente separação das classes sociais em diferentes vagões. Embora não seja possível afirmar que foi capaz de fazer com que o projeto dos trens urbanos tivesse se constituído para a totalidade da sociedade recifense, também não encontramos elementos no discurso do poder estatal de que tal feito tenha sido cogitado como expectativa.

Cabe aqui, a análise de objeto semelhante, que é o conteúdo de um discurso em defesa de que fosse construída a estrada férrea entre Garanhuns e Recife. Em relatório de 1868, o Barão de Vila Bela expôs argumentação em favor da construção dos caminhos de ferro na província, evocou os benefícios à economia agrícola em face da facilidade de vencer em poucas horas um espaço de 24 léguas. Ao lombo de mulas, nesse trajeto o transporte de cargas tomava três dias no verão, mais do que isso durante o inverno. A ferrovia dispensaria o produtor e o comerciante de uma viagem incômoda e dispendiosa, a velocidade e a capacidade do transporte permitiriam criar uma série de relações bilaterais de trocas comerciais, fixando a capital como uma das partes e do outro lado os centros de produção agrícolas do interior, em prol da economia das regiões sobre as quais se deitariam os trilhos.

Os grandes benefícios, que incontestavelmente tem ela [a ferrovia] de trazer à agricultura e ao comércio, proporcionando meio de transporte rápido e pronto para esta capital à todos os produtos, que do alto sertão e das comarcas de Garanhuns, Brejo e Bonito procuram a estrada de Caruaru (...) (Relatório do Presidente de Província de 01/03/1868, P. 29).

Sobre o seu argumento pode se dizer que há o desejo do rompimento do empecilho temporal, imposto pela distância entre a fértil Serra dos Ventos e a populosa foz do rio Beberibe. Há uma opção política do Barão

ao nomear as municipalidades que poderiam ser atendidas. Podemos aceitar como premissa a ideia de que tornar um território um ponto de parada do trem é incluir esse território na rede de comunicação do capitalismo ocidental, ligando-o a ponta que eventualmente salta no porto marítimo. Nos jornais do último quarto de século, é possível encontrar disputas por localização de paradas, e também a ampla operação da noção de valorização monetária dos terrenos, visíveis tanto nos anúncios de venda e aluguel, quanto nos argumentos da companhia em defesa de sua contribuição à economia provincial. O assunto veio como um dado em seu argumento, talvez por ser óbvio que é condição para que a ligação se estabeleça entre os núcleos populacionais e/ou produtivo, é a instalação das estações de parada e eventualmente armazéns. É possível que essa decisão tenha verniz técnico, mas certamente soa sedutor aos ouvidos dos produtores da região aludida, posto que o que vem à tona no argumento é a centralidade do potencial econômico do modal:

(...) Encaminhará sem dúvida para ali todo esse movimento de passageiros e de produtos, que se efetua em uma vastíssima zona do interior, e fará com que se utilizem com mais vantagem os terrenos férteis, que ela tem de atravessar, e que acham-se hoje pouco aproveitados, não só por que as despesas do seu transporte para esta capital quase que absorvem inteiramente o lucro da produção (Relatório do Presidente de Província de 01/03/1868, P. 29).

Salta aos olhos a promessa de prosperidade econômica que a ferrovia, um dos símbolos mais visíveis da modernidade, mobiliza em Vila Bela e nos homens que são seus interlocutores. Por esse aspecto das representações que norteiam o discurso da liderança imperial da província, é possível entrever o significado do projeto de trilhos urbanos para a capital de uma das províncias mais influentes nos rumos políticos e econômicos do Império. A ferrovia representava naquelas palavras o

bilhete para um futuro idealizado no século XIX; ao mesmo tempo, era signo civilizacional e de progresso econômico. E era a chave do enriquecimento dos negociantes de mercadorias e donos dos meios de produção, posto que era creditada como um incremento técnico essencial para a garantia do desenvolvimento econômico da província.

Em menos de dois anos após a inauguração, tramitou uma requisição ao gabinete imperial para a formação de uma companhia, a Brazilian Street Railway Company, sediada em Londres, e formada por capital inglês e brasileiro, que comprara a empresa recifense por £50.000. O objetivo da companhia era dobrar o valor de mercado da empresa através do investimento na estruturação local de uma oficina, ampliação dos ramais e construção de novas estações.

Considerações finais

Assim, o caminho de ferro era apresentado como peça indispensável de um projeto que parecia infalível, adquiriu conteúdo salvacionista, representou uma exaltação à racionalidade em crescente articulação da ciência com a técnica, marcante da modernização ocidental em todos os níveis. Esse apelo é parte de um entendimento que está emergindo naquele momento em que o estado atuava como agente definidor das políticas de modernização (REZENDE, 2016).

Os sonhos⁷ que a ferrovia inspirava, pareciam mais atraentes sem as dificuldades cotidianas de sua operação. Os relatórios de presidente de província emitidos entre 1866 a 1869 apresentaram problemas com a

⁷ A palavra é aqui aplicada no mesmo sentido da definição de Antonio Paulo Rezende sobre a cidade moderna: “A cidade é feita de sonhos e desejos. Sonhos e desejos que um dia se tornarão recordações, se incorpora aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens. (...) Nelas os homens traçaram as trilhas que redefiniram as suas relações sociais. Repensaram a sua Idade do Ouro, formularam as suas utopias, fizeram suas apostas na fascinação do futuro, foram seduzidos por um tempo que apontava para os encantos da acumulação, multiplicaram seus labirintos, incansáveis na satisfação dos seus desejos”. (REZENDE, 2016, p. 27-28)

qualidade de diversas obras entregues; problemas com as desapropriações; diversos sinistros, que apenas inicialmente foram objetos de preocupação explícitos, depois tendo sido entregues à polícia e ao engenheiro fiscal, que responsabilizavam a própria população, eximindo a empresa de responsabilidades; reclamações da população quanto à lotação e regularidade dos veículos; e conflito com o trânsito de pedestres, animais e outros modais nas vias da cidade.

Todos esses problemas emergiram na nova paisagem urbana recife, mas o potencial econômico dos trilhos urbanos de Recife era tão sedutor quanto os sonhos que embalaram a modernidade, tempo do triunfo da racionalização, da urbanização, da indústria, da monetarização das relações, do culto ao progresso e a civilização europeia. As informações que extraímos desses relatórios nos permitem, formar compreensão da maxambomba como uma inovação tecnológica de alcance limitado à parcela mais abastada da população do Recife e arrabaldes, excluindo parte significativa da população livre e escravizada, sendo as ampliações de seu atendimento voltadas ao objetivo de ampliar a lucratividade da companhia proprietária.

Em poucos anos, cidade que se movia por canoas, a cavalo e no braço escravo estava aprendendo mais uma forma de mobilidade, a esperar em estações aglomeradas, espremer-se em veículos, e reduzir distâncias.

Referências

CORD, Marcelo Mac. DOIS MESTRES DE OFÍCIO ALEMÃES NO RECIFE OITOCENTISTA: MUNDO DO TRABALHO ARTESANAL E SOCIABILIDADES COTIDIANAS. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, ea05018, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2236-463325ea05018>. Acessado em 20/07/2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DUARTE, José Lins. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889): o primeiro trem urbano do Brasil**. 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1977.

MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas histórico-cartográfico do Recife**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)**. Tese de doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. 2019.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade de Recife na década de vinte**. Recife: UFPE, 2016.

SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

SETTE, Mário. **Maxambombas e Maracatus**. Casa do Estudante do Brasil: Rio de Janeiro, 1958.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Rev. Mana**, vol.11, n.2, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>. Acesso em: 30/11/2019.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, May 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702000000100005>. Acesso em: 26 Jan. 2020.

Fontes impressas:

Jornal do Recife. Edição 002 de 08/01/1869.

Lei nº 852 de 1868. Disponível em <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/volume-33>. Acesso em 08/09/2020.

BAEPENDY, Conde de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 10 de abril de 1869.** Typographia Figueroa de F. & Filho, 1869. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

BRANCO, Antonio Borges Leal Castello. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1º de março de 1865.** Typographia do Jornal do Recife, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

BRANCO, Antonio Borges Leal Castello. **Relatório que apresentou tendo entregue a administração da província.** Typographia do Jornal do Recife, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

CORREIA, Manoel Francisco. **Relatório apresentado ao passar a administração da província.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1862. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

CUNHA, Leitão da. **Exposição aos membros da Assembleia Legislativa da província de Pernambuco em 01/04/1861.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1861. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. **Relatório apresentado por ocasião da entrega da administração provincial em novembro de 1866.** Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

GONÇALVES, Antonio Marcelino Nunes. **Relatório por ocasião de entregar a Presidência da Província.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1862. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

LEÃO, Domingos de Souza. **Relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa da província de Pernambuco em 1º de março de 1864.** Typographia do Jornal do Recife, 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

LEÃO, Domingos de Souza. **Relatório de 13 JAN. 1864.** Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

LEÃO, Domingos de Souza. **Relatório entregue a Administração da Província.** Typographia do Jornal do Recife, 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

LOBO, Francisco de Paula da Silveira. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 15 de abril de 1867.** Typographia do Jornal do Recife, 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. **Relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1º de março de 1866.** Typographia do Jornal do Recife, 1866. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

PERETTI, Anselmo Francisco. **Relatório com o qual entregou a administração da província de Pernambuco.** Typographia do Jornal do Recife, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

PERNAMBUCO. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da província de Pernambuco.** Typhografia de M.F. de Faria & Filho, 1862.

PORTELLA, M. do N. Machado. **Relatório com que passou a administração da província de Pernambuco.** Typographia Figueroa de F. & Filho, 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

PORTELLA, Joaquim Pires Machado. **Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa da província de Pernambuco.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1862. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

SOUZA, João Silveira de. **Relatório apresentado na abertura da Assembleia Legislativa da província de Pernambuco em 1º de março de 1863**. Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1863. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

VILLA-BELLA, Barão de. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de março de 1868**. Typographia do Jornal do Recife, 1867. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

VILLA-BELLA, Barão de. **Relatório com o qual passou a administração da província de Pernambuco**. Typographia de M. F. de Faria & Filho, 1868. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>. Acesso em 05/10/2018.

Fotografia e sociedade no Recife durante a segunda metade do Século XIX

Wanessa de Lima Teles¹
Maria Isabela Mendonça dos Santos²

Introdução

Recife, umas das principais cidades portuárias da costa brasileira foi, no decorrer do século XIX, palco de intensa produção fotográfica, sendo considerado um dos mais importantes centros de consumo e agenciamento de fotografias no Brasil oitocentista (VASQUEZ, 2002). Pela cidade transitaram os mais célebres fotógrafos em atividade no Império. Alguns iniciando suas carreiras na capital da província pernambucana, antes mesmo de se fixarem na Corte, buscando fazer renome e/ou ganhar experiência antes de se lançarem a um mercado muito competitivo como o Rio de Janeiro (FERREZ, 1955). Outros, ali sentaram praça e permaneceram, mas ambos contribuíram de forma significativa para a composição de um circuito social da fotografia no Recife (TELES, 2013).

Este artigo tem por escopo analisar o circuito social da fotografia na cidade do Recife e a experiência histórica que fundamenta a produção, consumo, circulação e o agenciamento das imagens fotográficas. Busca também pensar o lugar singular exercido pela cidade na história da fotografia brasileira, um espaço de trânsito entre a Europa e a capital do

¹ Possui graduação em História e Mestrado em História Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, é Professora Tutora Virtual do curso de licenciatura em História EadTec/UFRPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2752508757923196>

² Possui graduação em História, mestrado e doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professora da rede municipal da cidade de Itaboraí. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8529022982647406>

Império brasileiro. Como afirma Annateresa Fabris (2006), pensar a fotografia não é simplesmente levantar questões sobre uma dada imagem ou sobre um sistema de trocas simbólicas. Pensar a fotografia é entendê-la como um agente de conformação de uma dada realidade social, sendo, portanto, necessário refletir sobre seu contexto de produção, consumo, circulação e agenciamento, aquilo que foi chamado de circuito social da fotografia.

Para reconstruir o circuito social da fotografia no Recife, foi adotado como metodologia a coleta, seleção e análise de mais de uma centena de anúncios publicitários veiculados no jornal *Diário de Pernambuco*. Dentre os critérios utilizados na seleção do material que compõe o *corpus* documental desse artigo, foram eleitos como elementos estruturantes as trajetórias dos profissionais em trânsito e os que assentaram praça no Recife, as técnicas empregadas e as modalidades dos registros produzidos. A partir dos rastros deixados pelos fotógrafos na imprensa local, foi possível a recuperação de informações sobre suas origens, as sociedades formadas com outros profissionais, as técnicas introduzidas no mercado recifense, a localização dos seus estabelecimentos, os preços cobrados pelas imagens, as modalidades e formatos de imagens ofertadas e os principais espaços de exibição das imagens fotográficas.

Os marcos cronológicos da pesquisa abrangem 50 anos do desenvolvimento da fotografia no Recife. Além dos anúncios publicados na seção *Avisos Diversos*, do *Diário de Pernambuco*, outra seção chamada *Movimento do Porto* traz notícias acerca do trânsito dos profissionais da fotografia na cidade do Recife. Também o artigo de J. A. G. de Mello, *Diário de Pernambuco: arte e natureza no Segundo Reinado* (1985), bem como a historiografia da fotografia brasileira, serviram de baliza na seleção das datas incluídas nesse circuito. Os anúncios publicitários coletados dizem respeito aos ateliês, ao movimento do porto, às livrarias, às revistas

diárias, aos ofícios, aos avisos e comunicados, que permitiram o mapeamento da atividade fotográfica na cidade e a delimitação de sua cartografia.

1. Um breve histórico sobre produção e consumo de fotografias no Recife oitocentista.

O percurso pela história da fotografia e seu circuito social na cidade do Recife se inicia com a primeira notícia sobre fotografia na seção de vendas do *Diário de Pernambuco*, estendendo-se até os últimos anúncios publicados pelo estabelecimento da fotógrafa pernambucana Hermina da Costa, em 1892. Até o início da década de 1890, todas as novidades relativas à fotografia traziam seu registro publicado no velho Diário. Na ocasião, a profissão de fotógrafo enfrentou um duro golpe em virtude da introdução, no final da década de 1880, das câmeras compactas da Kodak. Esse instrumento impulsionou a prática fotográfica amadorística, provocando o fechamento de muitos estabelecimentos fotográficos.

A análise dos anúncios permitiu identificar os fotógrafos brasileiros e estrangeiros mais renomados do Império que atuaram no Recife e uma predileção, por parte desses profissionais, por determinados espaços da cidade para o exercício de suas atividades. Foi no corredor Aterro da Boa Vista – Rua Nova (atual rua da Imperatriz – rua Nova), que os artistas das imagens técnicas se estabeleceram (TELES, 2021). Tratavam-se de logradouros privilegiados que atraíam um grande fluxo da parcela mais abastada da sociedade pernambucana, como também das províncias sobre as quais Pernambuco exercia influência no contexto regional.

Foi na província pernambucana que três dos mais célebres fotógrafos do Império brasileiro iniciaram suas trajetórias: Augusto Stahl, Joaquim José Pacheco e Albert Henschel, antes mesmo de irem se fixar na corte, onde a concorrência era bem maior. O ofício de fotógrafo não foi exercido apenas por profissionais estrangeiros, contudo, esses foram comumente

os mais referenciados pela historiografia. Na província de Pernambuco, fotógrafos locais habilitadíssimos exerceram suas atividades com maestria, a exemplo do pernambucano João Ferreira Villela (18?? -1901), o qual na década de 1860 fora agraciado com a mercê régia de Ambrotipista³ da Augusta Casa Imperial do Brasil. Ademais, a fotografia não foi exercida apenas por profissionais. Logo começou a se delinear um campo para fotógrafos amadores. Não são raros os anúncios nos quais alguns profissionais, já por volta do final da década de 1840,⁴ se apresentam como professores. Já na década de 1860,⁵ ofertam aulas teóricas e práticas de fotografia aos indivíduos com recursos financeiros consideráveis, interessados na prática fotográfica por entretenimento. É o exemplo do comerciante, empresário e fotógrafo amador pernambucano Claudio Burle Dubeux Júnior (1845-1919).

O próprio circuito social não contou exclusivamente com a participação de fotógrafos homens, mas também com a presença de mulheres. No Recife, citarei como exemplo a empresária pernambucana Hermina Costa, única mulher até então conhecida por praticar profissionalmente a fotografia na cidade. A publicidade feita pelos estabelecimentos mantidos pela fotógrafa, apontam a década de 1880 como o início de sua atuação no mercado recifense. Além de fotógrafa, ela se apresentava como gerente e proprietária da *Photographia Moderna*, estabelecimento localizado na freguesia de Santo Antônio. Hermina atuava

³Processo fotográfico que empregava negativos de vidro de colódio úmido, subexpostos e montados sobre fundo negro para produzir o efeito visual de positivos. Concebido pelo próprio inventor do colódio úmido, o inglês Frederic Scott Archer (1812-1857) em 1851, em parceria com Peter W. Fry, sendo mais tarde aperfeiçoado por James Ambrose Cutting (1814-1867). Constituindo uma opção mais barata para o daguerreotipo, o ambrótipo era apresentado nos mesmos estojos luxuosos, tendo sido muito empregado para retratos entre 1850 a 1860” VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁴ Refiro-me aos norte-americanos, Charles Fredericks e Luisin Fredericks, os quais no ano de 1847 se apresentavam como professores daguerreotipistas no Diário de Pernambuco.

⁵ Refiro-me ao fotógrafo francês Augusto Stahl, que na década de 1860 ofertava aulas teóricas e práticas de ambrotipia.

em conjunto com uma equipe de profissionais que a auxiliavam nos seus dois estúdios fotográficos.

A seguir, trarei à luz os sujeitos envolvidos no processo de produção de imagens, o público consumidor, os espaços e as formas pelas quais a fotografia circulou, bem como as formas de agenciamento das imagens fotográficas, demonstrando que Recife foi palco importante da produção fotográfica no Império brasileiro. Tais elementos constituem aqui o que denominaremos de circuito social da fotografia.

2. O Circuito Social da Fotografia no Recife

De segunda a sábado, na seção “Movimento do Porto” do *Diário de Pernambuco*, os leitores eram informados sobre o intenso trânsito comercial da cidade. Eram paquetes, fragatas, vapores e navios, que atracavam e partiam cotidianamente. Através deles, chegavam visitantes, produtos dos mais variados lugares, profissionais dos mais distintos ramos de atividades e toda a sorte de invenções, artes, modas, costumes e culturas. Desde a década de 1840, os fotógrafos percorriam a cidade do Recife, oferecendo seus serviços na imprensa local.



I. Brasiliana Fotográfica, Arrecifes de corais com Cais da Lingueta ao fundo, Marc Ferrez, Recife, 1875.

A passagem da corveta francesa “A Oriental” pelo litoral brasileiro, que teria trazido a bordo uma câmera é tida como o marco zero da fotografia no Brasil pela historiografia, sendo a primeira expedição ao redor do mundo a utilizar a fotografia como meio de registro, a presença da máquina na expedição não se deu por acaso, mas tinha como objetivo servir de instrumento na produção de registros dos lugares pelos quais a Oriental passasse. (TURAZZI, 2010)

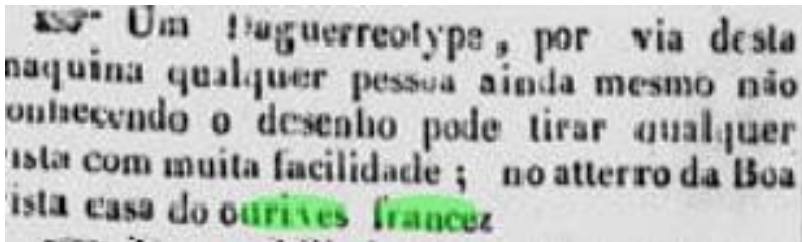
Embora a passagem da Oriental pelo Recife não seja mencionada na obra canônica do historiador Boris Kossoy (1980), “Origens e Expansão da fotografia no Brasil no século XIX” - que cita apenas Rio de Janeiro e Salvador, a pesquisa de Maria Inez Turazzi em fontes inéditas de arquivos franceses, portugueses, belgas e americanos revelou importantes informações acerca do trajeto da Oriental. Assim, a historiadora pôde reconstruir a trajetória dessa interessante expedição e demonstrar que, poucos meses depois da exposição pública em Paris, e antes da corveta francesa aportar na Baía de Guanabara, às vésperas do Natal do ano de 1839, a embarcação fez duas paradas na costa brasileira, a primeira delas no porto do Recife.

Segundo o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1985), a atividade de produção fotográfica deixa seu primeiro indício em um anúncio publicado em 1840⁶, que ofertava a venda de um aparelho de daguerreótipo⁷ no Aterro da Boa Vista, atual Rua da Imperatriz, indo até o

⁶ O historiador também levanta a hipótese que talvez tenha sido o engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1815-1891) o primeiro a praticar o processo de daguerreotípia na cidade, tendo em vista um comentário em seu diário, no qual ele diz: *Le soir après dîner fait une deuxième promenade à cheval, avec M. Boulitreau. Été du côté d'Olinda, Vue charmante à faire au daguerreotype quand j'aurai le temps*” in: PONCIONE, Claudia. Ponts et idées: **Louis Léger Vauthier un ingénieur fouriériste au Brésil**. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2009, p.80. Louis Léger Vauthier foi um engenheiro francês que veio a Pernambuco no ano de 1840 para compor a missão francesa responsável pelo projeto de modernização urbana da cidade do Recife durante a gestão de Francisco do Rego Barros, o conde da Boa Vista, ver: MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. **Louis Léger Vauthier: Un ingénieur fouriériste entre France et Brésil Histoire et Memoire**. Thèse de doctorat, Université de Toulouse, 2015.

⁷ “Imagem produzida pelo processo positivo criada pelo francês Jacques Mandé Daguerre (1787-1851). No daguerreotipo, a imagem era formada por uma fina camada de prata polida, aplicada sobre uma placa de cobre e sensibilizada em vapor de iodo. Era apresentado em luxuosos estojos decorados (inicialmente de madeira de madeira

ano de 1887, com as exposições de retratos executados pela fotógrafa pernambucana Hermina da Costa.



II. Hemeroteca Biblioteca Nacional, Diário de Pernambuco, 12 de junho de 1840.

Os primeiros anos da atividade de produção fotográfica no Recife foram marcados pelo caráter itinerante de alguns profissionais. O primeiro registro que se tem notícias daquele que em Pernambuco foi pioneiro, apresentava-se na imprensa local como José Evans, estadunidense chegado ao Recife no ano de 1843 no vapor brasileiro São Sebastião, advindo do Rio de Janeiro. Depois de Evans, mais dois fotógrafos de origem norte americana passam pela cidade: Mr Robert (1845), como se apresentava no Diário e C. D. Fredericks (1847), sendo este último, dos fotógrafos itinerantes, o que mais tempo permaneceu na capital pernambucana: cerca de quatro meses.

Seguindo os rastros deixados por Mello (1985), os anúncios publicitários selecionados e analisados somaram mais de uma centena de propagandas dos estúdios fotográficos e outros estabelecimentos comerciais publicados no referido jornal nos anos que cobrem a atividade de produção fotográfica (1840-1892). A publicidade dos estabelecimentos fotográficos da cidade, geralmente era feita numa seção denominada

revestida de couro e, posteriormente, de baquelita) com passe-partout de metal dourado em torno da imagem e a outra face interna dotada de um elegante forro de veludo. Divulgado em 1839, esse processo teve na Europa, utilização praticamente restrita à década de 1840 e meados da década de 1850. Aqui, no Brasil, continuou a ser empregado até início da década de 1870, enquanto nos Estados Unidos - onde a daguerreotipia conheceu popularidade maior até que em seu país de origem - continuou a ser bastante popular até a década de 1890" VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p.56.

“Avisos Diversos” do jornal mencionado. Ao folhear as páginas do Diário de Pernambuco foi identificado que era sempre nessa seção que os fotógrafos faziam divulgação dos seus serviços. À medida que os anúncios eram analisados, estes foram se revelando riquíssimos em informações, possibilitando a reconstrução da atividade de produção fotográfica na cidade do Recife no período em tela.

O material examinado aponta um intenso trânsito de profissionais estrangeiros, em especial europeus, muitos dos quais tendo iniciado suas atividades em solo pernambucano⁸. Os anúncios dos jornais revelaram, como mencionamos anteriormente, que três dos mais consagrados fotógrafos do Segundo Reinado iniciaram seus trabalhos na capital pernambucana, antes de se fixarem na corte, destinos de muitos profissionais, são eles: Augusto Stahl (1828-1877), Albert Henschel (1827-1882) e Joaquim José Pacheco (1830-912). Ao analisar a seção movimento do porto e avisos diversos do *Diário de Pernambucano*, percebeu-se que a cidade do Recife foi a porta de entrada de grandes profissionais da fotografia no Império, demonstrando que possuía um mercado fotográfico importante no contexto regional e nacional. Tanto Augusto Stahl, quanto Joaquim José Pacheco e Albert Henschel, além de assentarem praça no Recife, foram agraciados com a mercê régia de *Fotógrafos da Casa Imperial*, título concedido por d. Pedro II entre 1851 e 1889 aos profissionais da fotografia atuantes no Brasil. Ao acompanhar a trajetória desses profissionais no *Diário de Pernambuco*, é recorrente o trânsito entre Recife e Rio de Janeiro. Depois de passados alguns anos no Recife, tanto Stahl como Pacheco comunicam a clientela pernambucana que: “(...) ao respeitável público, que tem que seguir muito brevemente para a corte

⁸ Dentre os fotógrafos agraciados com a mercê régia de Photographos ds Casa Imperial, alguns deles iniciaram suas atividades em Recife, são eles: Augusto Stahl e Albert Henschel. Os outros agraciados dizem respeito ao pernambucano João Ferreira Vilela e Joaquim Insley Pacheco, este último de origem portuguesa.

do Rio de Janeiro”⁹; “Os fotógrafos Augusto Stahl & Cia, participam aos seus numerosos amigos e fregueses que, pela rapidez de sua viagem ao Rio de Janeiro, não foi possível se despedir de cada um, porém lhes oferecem seu préstimo e amizade na corte”¹⁰.

Suas produções fotográficas sejam na modalidade paisagem/vistas, as quais podiam ser de urbanas ou de ambientes naturais, sejam na modalidade retrato, projetam a capital pernambucana a um patamar singular na história da fotografia brasileira, isto é, a um dos centros mais significativos da atividade de produção fotográfica no Brasil, um ponto de inflexão nas narrativas que dão um maior protagonismo às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

A fotografia e outros bens de consumo considerados burgueses não significavam tão somente o mero desfrute de produtos, bens e serviços por parte de seus consumidores. Tais mercadorias tinham uma importância como elemento de prestígio, recurso de diferenciação social e de internalização de novos costumes, hábitos e padrões de comportamento típicos do estilo de vida burguês em ascensão na Europa. Tais bens de consumo e padrões de comportamento foram disseminados e assimilados por frações da classe dominante do Império ao longo do século XIX (MUAZE, 2008).

3. Entre retratos e vistas: símbolos de distinção e ícones do progresso

A invenção da fotografia não se deu por acaso. Em um mundo cada vez mais acelerado pela batuta do progresso, um dos sentimentos experimentados pelo homem moderno, habitante dos grandes centros urbanos, será o de diluição (BERMANN, 1995). Nesse sentido, sua invenção é uma resposta dada a necessidade do homem dar expressão a sua

⁹ Diário de Pernambuco, 17 de março de 1856, Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰ Diário de Pernambuco, 6 de fevereiro de 1862, Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

individualidade diante de uma experiência cotidiana cada vez mais fragmentada e acelerada, na qual pertencimentos tradicionais começam a esmaecer-se (MAUAD, 2018). A descoberta da fotografia, assim como o aperfeiçoamento das técnicas fotográficas são uma dessas modernas invenções que, assim como tantas outras, adentram os espaços urbanos no século XIX, no contexto da modernidade industrial capitalista.

Durante o século XIX houve uma crença generalizada acreditava na imagem enquanto espelho do real (DUBOIS, 1993), possivelmente em virtude de seu caráter mecânico, como se ela fosse desprovida de subjetividade e da interferência de olhos e mãos discriminatórios (MUAZE, 2008). Essa crença generalizada na imagem fotográfica enquanto *analogon* do real está presente, inclusive, nos discursos publicitários dos estabelecimentos fotográficos, onde a semelhança entre o referente e o objeto da representação é ressaltado:

(...) Mr. Evans adverte aqueles senhores que desejarem obter dele uma cópia fiel de si mesmos, ou por outras palavras a sua própria sombra, ou uma segunda imagem a semelhança sua, que deverão procura-lo o quanto antes, pois que já se tem demorado em Pernambuco mais do que pretendia, quando aqui chegou, necessariamente se há de retirar com muita brevidade.¹¹

O daguerreótipo aportou no Brasil no ano de 1840. Quiçá, Recife, ao lado de Salvador e Rio de Janeiro, tenha sido uma das primeiras cidades brasileiras na qual as experiências fotográficas tiveram início. Como mencionamos, o pioneirismo em relação à primeira experiência fotográfica realizada no Recife é atribuída ao daguerreotipista norte americano Mr. Evans, o responsável pela introdução do processo no mercado recifense.

¹¹ Diário de Pernambuco, 23 de maio de 1843, Hemeroteca BN.

A nova tecnologia assim que foi revelada despertou de imediato o interesse do público. Tal movimento, isto é, a demanda social por imagens, fará com que grandes investimentos em pesquisas para o aprimoramento técnico fossem implementados ao longo da história da fotografia, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica das representações, diminuir o tempo de exposição e tirar o caráter de relíquia presente no daguerreótipo.

A produção fotográfica oitocentista brasileira se disseminou a partir de duas modalidades de imagens: os retratos e as vistas/paisagens. Por razões meramente comerciais ela se concentrou como já apontado por uma vasta literatura, bem como pela publicidade dos estabelecimentos fotográficos nos anúncios dos jornais consultados - em torno do retrato fotográfico.

É da pintura que derivam as modalidades de representação do daguerreótipo: o modelo está, geralmente, sentado e numa pose de meio perfil, recebendo uma iluminação difusa, advinda de uma claraboia ou de janelas laterais. O primeiro fundo neutro, quase sempre escuro, que deveria realçar a nitidez da imagem, é logo substituído por cortinados e verdadeiros cenários com o objetivo de produzir efeitos pitorescos. Da pintura, deriva ainda outra característica: o formato $\frac{3}{4}$ - que desde o século XV conferia individualidade ao modelo (FABRIS, 2006). Assim como o retrato, a fotografia de paisagem irá incorporar alguns cânones provenientes da pintura romântica e do paisagismo dos grandes panoramas. Isso explica a utilização de chapas de grande formato, pois elas se adequavam a este tipo de fotografia, cujos resultados se aproximavam das vistas e panoramas pintados. No entanto, segundo a historiadora Ana Maria Mauad (2006), mesmo ancorada nos cânones da pintura, a fotografia de paisagem irá desenvolver uma linguagem própria, na qual a nitidez e a distribuição clara dos planos são marcas fundamentais.

Explicaremos cada uma delas separadamente, uma vez que possuíam circuitos sociais diferenciados.

No que tange à modalidade retrato, centrarei minha análise no formato *carte de visite*, ou seja, nos retratos de pequena dimensão, 9cm x 6cm, os quais eram montados sobre um cartão rígido de cerca de 10cm x 6,5cm, sendo assim denominados em virtude de seu tamanho reduzido. Foi no centro de Paris, entre os anos de 1852/1853, no *Boulevard des Italiens*, que surgiu um comerciante bastante sagaz chamado Adolphe Eugène Disderi (1819-1889), que irá impor uma nova direção a evolução da fotografia (FREUND, 1995). Ele percebeu que ela, por ser onerosa, acabava restringindo seu consumo a um seletivo grupo de pessoas abastadas. Percebeu também que seu alto preço estava relacionado por um lado, ao emprego de grandes formatos e, por outro, ao fato da placa metálica não se prestar a reprodução.

A soma daqueles dois fatores e as dificuldades inerentes ao processo de tratamento das placas, acabavam exigindo muito tempo do profissional, o que resultava no encarecimento do produto final. Trabalhando muitas vezes sozinho, não era possível produzir em grande quantidade. A lógica artesanal de produção não era mais adequada a uma atividade cada vez mais regida pela lógica do mercado (FABRIS, 2004). Diante desse cenário, e intencionando ampliar sua clientela e lucros, Disderi teve uma grande ideia: reduziu o formato (*carte de visite*) e substituiu a placa metálica por um negativo de vidro, fornecendo uma dúzia de cópias por cerca de um quinto do valor cobrado por uma única cópia¹². Uma chapa chegava a produzir de seis a oito retratos simultaneamente, reduzindo sensivelmente o preço cobrado pelos mesmos, possibilitando sua difusão social, para além do ciclo social dos mais ricos. Depois da sua invenção, os retratos de

¹² “Disderi cobrava vinte francos por doze fotografias enquanto, até então, se tinha pago entre cinquenta e cem francos por uma única cópia” FREUND, Gisèle. Op. Cit. p. 69

pequena dimensão irão se converter num modismo internacional (FREUND, 1995).

Ao analisar a publicidade dos estúdios fotográficos em atividade no Recife, foi identificado que os serviços mais comuns prestados por eles foram os retratos no formato *carte-de-visite*. Esses retratos poderiam ser utilizados como lembrança para parentes e amigos distantes, ou para compor os álbuns de famílias a serem expostos nas mesas das salas de estar, ao olhar das visitas. Na década de 1860, o fotógrafo pernambucano João Ferreira Villela (18?-1901), *Ambrotypista da Augusta Casa Imperial do Brasil*, principal concorrente de Stahl no mercado recifense, anuncia tal formato de retrato como especialidade de seu estabelecimento fotográfico:

Neste estabelecimento tiram-se retratos por todos os sistemas fotográficos até hoje conhecidos (...) Especialidade de cartões de visita. Os cartões de visita podem representar todo o corpo de quem se retrata, quer em pé, quer assentado, ou até de joelhos ou somente o busto, ou apenas a cabeça. Os cartões são perfeitamente dourados e fixados¹³

Como o leitor pôde observar no anúncio supracitado, Villela descreve o tipo de composição desse formato de retrato: corpo inteiro (em pé ou sentado) ou de busto, que poderia de ser de frente ou meio perfil. Além da ênfase na composição da imagem, o anúncio logo a seguir, do fotógrafo Augusto Stahl, traz informações importantes quanto ao circuito social dos cartões de visita: sua viabilidade econômica permitia a produção simultânea de quatro a oito imagens. No anúncio abaixo, o fotógrafo oferta cem cartões por 25 mil réis.

¹³ Diário de Pernambuco, 16 de outubro de 1866, Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.



III. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional, Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1860.

A produção simultânea de quatro a oito imagens fomentará entre os grupos sociais o hábito da troca de fotografias seja entre parentes ou amigos, conforme pontua o próprio fotógrafo no anúncio “(...) para dar de mimo a parentes e amigos”¹⁴. Uma das características desse formato de retrato é que ele induzia à coleção através dos álbuns, nos quais as famílias não só colecionavam imagens das pessoas queridas, mas também de personalidades nacionais e estrangeiras, retratos da família imperial, entre outros. Tal prática fora bastante importante, como assim assegura a historiadora Mariana Muaze(2008), no fortalecimento dos laços de amizade e afinidade no interior da classe senhorial no Império (MAUAD, MUAZE & LOPES, 2015).

Ao analisar o circuito social da fotografia no Rio de Janeiro a historiadora supracitada considera que “dez anos após a introdução do *carte-de-visite* no Brasil, as práticas de consumir, trocar e colecionar já tinham sido incorporadas pela classe senhorial do Império e já havia se

¹⁴ Diário de Pernambuco, 10 de setembro de 1860, Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

constituído num *habitus* de grupo” (MUAZE, 2008). Pela precocidade da chegada da fotografia no Recife, o oferecimento dos serviços fotográficos desde a década de 1840, mesmo que de forma itinerante, e a grande quantidade de imagens produzidas, considera-se que o mesmo também ocorreu na capital pernambucana.

Após a invenção do *carte-de-visite*, o barateamento do processo de produção fotográfica, em especial na modalidade retrato, permitirá que outros grupos oriundos dos setores médios urbanos, ao lado da classe senhorial, passassem a fazer parte da civilização da imagem e usufruíssem dos benefícios proporcionados pela nova tecnologia. Se o daguerreótipo, em virtude da sua exclusividade de acesso, funcionava como um distintivo de classe eficiente, a introdução de novos processos e o aumento da reprodutibilidade da imagem farão com que a dinâmica de distinção social adquira novos tons, abrindo a arena social para as camadas médias, o que aumentou sua demanda por consumo.

Um dos desdobramentos desse circuito social do retrato fotográfico no Recife foi a formação, no século XX, de uma das maiores e mais importantes coleções de fotografias (1840-1920) do Brasil, A Coleção Francisco Rodrigues, salvaguardada pela Fundação Joaquim Nabuco. Por ter sido formada numa região envolvida na produção açucareira ela é basicamente composta de retratos dos grupos familiares e sociais envolvidos nessa atividade econômica, como já apontava o livro “O retrato brasileiro”. São eles: senhores de engenho, usineiros, representantes da burguesia urbana e camadas médias da população, incluindo-se aí também todos os segmentos subalternos a elas, a exemplo de escravos domésticos e amas de leite como também segmentos populares.

A análise do conteúdo das imagens fotográficas que compõem a coleção, segundo Mauad (2015), revela a existência de um mundo de objetos interiores, dentre mobiliário, adereços, acessórios, todos eles

associados a um conjunto de objetos pessoais, tais como: vestidos, joias, ternos, véus, pentes de cabelo, leques, livros, brincos, entre outros, os quais compõem as referências de opulência¹⁵ e distinção social, próprios à construção de uma identidade de classe, gênero e geração para o espaço social regional. A noção de opulência para este espaço no século XIX mede-se, como ressalta a historiadora, nesse momento, pela ostentação do consumo de artigos de luxo e frequência a lugares exclusivos, inclusive o consumo de imagens dos fotógrafos notáveis.

Nessa busca por distinção social, as famílias abastadas da província irão explorar alguns aspectos simbólicos para se destacarem socialmente através da fotografia. A distinção começava pela escolha de um bom estúdio fotográfico, e pela busca de um fotógrafo premiado nas exposições (nacionais e internacionais) ou mesmo titulado *Fotógrafo da Casa Imperial* pelo imperador D. Pedro II. Todas as concessões mencionadas, além de garantirem qualidade técnica a representação, conferiam ao retratado determinado prestígio social.

Ao descrever o cotidiano da cidade durante a gestão de Francisco do Rego Barros, o conde da Boa Vista, Gilberto Freyre afirma que, entre as décadas de 1840-1850, o refinamento em Pernambuco atinge mais uma vez o clímax: “as senhoras vestiam-se bem. As recepções no Palácio do Governo eram brilhantes”, atestado inclusive por um observador da época (CARVALHO, 1958: 50. Apud: FREYRE, 2008) que chamava a atenção para “o luxo que começa a tomar impulso em Pernambuco”. A publicidade dos anúncios nos jornais também aponta para uma larga importação de artigos europeus. Dentre as estratégias de distinção social lançadas pelos

¹⁵ “A noção de opulência ligada ao Nordeste brasileiro provém do período colonial e do nível de riqueza gerada pela sociedade açucareira. No século XIX, os padrões de fortuna não se mediam mais pela abundância e prodigalidade próprias ao cotidiano das grandes fazendas de açúcar do Nordeste colonial, o que vale neste momento é a ostentação do consumo de luxo e da frequência a lugares exclusivos, medida inclusive pelo consumo de imagens de fotógrafos notáveis. A opulência da sociedade tem como fiel da balança social as estratégias de distinção, da qual o retrato fotográfico é o seu melhor índice”

grupos dominantes, o retrato fotográfico foi seu melhor índice (MAUAD, 2015). A intenção das frações das classes dominantes pernambucanas em ostentar luxo e opulência, bem como de utilizar as fotografias como artefato de representação social, fica evidente na Coleção Francisco Rodrigues, bem como em outras coleções do oitocentos.

Os grupos mais abastados, por já estarem familiarizados com a ambiência dos estúdios e ateliês fotográficos, bem como com os códigos de representação vigentes, conseguiam empreender a imagem desejada no espaço de figuração, outros menos acostumados a tal prática não. Essa não familiaridade com a fotografia pode ser descortinada, por exemplo, no próprio desconforto da pose dos modelos. Mesmo com todo o avanço tecnológico empreendido para reduzir o tempo da pose, ela continuou sendo o grande símbolo da fotografia oitocentista (TURAZZI, 1995), convertendo-se num tempo social para a construção das identidades assumidas pelos modelos diante da objetiva fotográfica. O tempo que se desprende, nesse momento, entre o retratista e o retratado, não é mais o intervalo por onde uma experiência se infiltra, mas o tempo necessário para a conformação de um contrato (LISSOVSKY, 2005). Nesse cenário de construção de uma identidade social, a escolha da vestimenta a ser usada pelo modelo é puro ato significativo, a qual buscava uma identidade e/ou diferenciação social, dado que no processo de escolha do traje o retratado declarava o seu pertencimento ao grupo social do qual ele era parte integrante e com o qual ele, o modelo, queria ser reconhecido.

No entanto, para que a construção de sua autoimagem fosse a mais natural possível, a mais próxima da realidade do sujeito, era necessário também que ele dominasse os códigos de representação vigentes, cujo modelo a ser compartilhado dizia respeito ao grupo social do qual ele era proveniente, reproduzindo-os no espaço do ateliê. Nas imagens que apresentarei a seguir, selecionei dois retratos no formato *carte-devisite* de

representantes da sociedade pernambucana do oitocentos, produzidos pelos estúdios de Albert Henschel e Eugênio e Maurício. A primeira diz respeito a um membro da elite agrária pernambucana e a segunda a uma representante dos setores médios urbanos, retratos que, na atualidade, integram a Coleção Francisco Rodrigues do Arquivo da Fundação Joaquim Nabuco.



IV. Ana Cavalcante, viscondessa da Boa Vista, Eugênio & Maurício, Recife, 1870, CFR/FUNDAJ



V. Josephine Burle Dubeux, Albert Henschel, Recife, 1870, CFR/FUNDAJ

O que a produção do retrato fotográfico, aqui entendida como uma negociação entre retratista e retratado, pode nos revelar sobre a sociedade que a produziu e consumiu? Segundo Mauad, um duplo movimento: de imposição e sujeição dos sujeitos históricos às normas e valores morais de sua época. Do lado do retratista, a sujeição às normas do bom gosto e da harmonia para a composição estética de um bom retrato, e pelo lado do retratado a imposição de normas de distinção social, quer seja ela de classe, gênero e geração (MAUAD, 2015).

Quanto à composição, em especial, no que concerne ao enquadramento das modelos, o retrato geralmente seguia um padrão onde o busto, $\frac{3}{4}$ do corpo e corpo inteiro eram os mais frequentes. Nas fotos acima, as modelos foram representadas de corpo inteiro, composição que permitia a representação de uma cena no espaço abstrato do ateliê, espaço construído a partir da ideia de imagem que o sujeito tinha de si, de como ele vislumbrava a sua autorepresentação. A escolha do corpo inteiro, além de ressaltar o espaço, também enfocava a vestimenta e todos os símbolos de pertencimento social que vinham em objetos segurados/usados pelo retratado, ou pertencentes ao cenário como comendas, relógios, livros, leques, bengalas, etc. Tanto a baronesa da Boa Vista quanto Josephine Burle Dubeux, mostraram-se bastante familiarizadas diante da objetiva fotográfica e na ambiência do estúdio.

Não obstante, o retrato tenha sido a modalidade de imagem mais difundida e consumida no mundo e no Brasil, o mapeamento da atividade de produção fotográfica na capital pernambucana feito nas coleções públicas e privadas, e na literatura que traz uma iconografia do Recife (FERREZ, 1956) bem como o cruzamento das informações coletadas na publicidade do *Diário de Pernambuco* revelou que, desde a introdução do processo da daguerreotipia, a cidade do Recife já estava sendo alvo de registros dos fotógrafos estrangeiros e locais em trânsito pela cidade. Os anúncios apontam a década de 1850 como o início da prática de registrar a paisagem urbana e do comércio de vistas fotográficas no mercado recifense.

As vistas e paisagens tinham geralmente as dimensões 18x24. A visualização dessa produção alcançava um público amplo, circulando tanto como imagens/lembranças, objetos de recordação, ofertados nos estabelecimentos fotográficos e em outras casas comerciais, a exemplo das livrarias, e também nas exposições permanentes dos ateliês; já nas

exposições nacionais e internacionais, concorriam a premiações ou figuravam nos pavilhões dos países participantes (MUAZE, MAUAD & LOPES 2017). No primeiro caso apontado, a fotografia é objeto de coleção, lembranças das viagens e dos lugares visitados, já no segundo caso, tinha como função divulgar a nação, esta associada aos ícones de modernidade, uma forte crença no progresso e no futuro promissor (Ibidem).

Ao analisar a publicidade das vistas urbanas, os temas e espaços que foram motivo dos registros, em paralelo com a iconografia fotográfica, a cidade que é enquadrada pelas lentes dos fotógrafos não é mais a cidade colonial e sim a cidade em constante transformação. Ferrovias, pontes reformadas, teatros, casa de detenção, belos edifícios públicos, ruas iluminadas, trilhos dos bondes, enfim, símbolos da modernidade que destacavam o desenvolvimento das tecnologias e do traçado urbano moderno ao longo do Oitocentos. Tais construções são ícones que, organizados no espaço de figuração da foto, eram exibidas nas exposições permanentes dos ateliês e em outros circuitos locais, nacionais e internacionais no sentido de construir uma retórica do progresso, da cidade moderna e civilizada, diferenciando-a do passado e da tradição colonial, vista como atrasada.

Para além da produção de imagens-*souvenirs* objetos de coleções, as exposições nacionais e internacionais foram as principais vias de acesso para a circulação, disseminação e consumo das vistas brasileiras (TURAZZI, 1995). Essas paisagens produzidas pelos nossos cronistas visuais retratavam quase sempre o espírito de modernidade e progresso através de ícones que representassem os valores da burguesia industrial capitalista europeia, valores aqui disseminados, veiculados e compartilhados pela imagem.



VI. Brasileira Fotográfica, Ponte D. Pedro II (Ponte da Boa Vista), Maurício Lamberg, 1880.

Foram vários os fotógrafos que representaram o Brasil nas exposições internacionais, nas quais obtiveram diversas premiações, medalhas de bronze, prata, ouro, além de menções honrosas. Dentre os profissionais, participantes daqueles eventos, destacou-se o fotógrafo francês Alfredo Ducasble da Fotografia Parisiense, localizada na rua Nova, nº65 (Ambéres/1885; Antuérpia/1885 e Paris/1889). Premiado em exposições nacionais e internacionais, exímio retratista e paisagista, Ducasble teve suas vistas do Recife inseridas no álbum “*vues du Brésil*” organizado pelo Barão do Rio Branco para a exposição de 1889 na França. Na exposição de Antuérpia, Bélgica, o fotógrafo é premiado com medalha de prata pelo mobiliário colonial exposto. Em 1889 em Paris, expõe um panorama de Pernambuco, vistas de Recife e outras cidades do Brasil, e no pavilhão do Amazonas retratos de pessoas indígenas (índia botocuda, índio vaupé, índio no Rio Negro, índio botucudo ornado com um colar de dentes, índio do alto Amazonas e mestiço do Amazonas) (Ibidem: 224). Em Paris, assim como em Antuérpia, é premiado com medalha de prata pelas imagens expostas.

A participação dos fotógrafos nas exposições internacionais estava condicionada pela escolha de imagens que ressaltassem uma representação do Brasil condizente com a imagem que o Império queria projetar além mar. Nesse sentido, a participação do país nas exposições internacionais esteve marcada por imagens que projetavam a retórica civilizatória apoiada pela exuberância da natureza tropical com uma forte crença no seu progresso e na sua promessa de futuro. Ao oferecer às classes dominantes imagens com um vasto repertório de signos associados com a exuberância natural e o progresso, as vistas e paisagens, educavam o olhar, configurando a ideia de nação imaginada pelo Império brasileiro (MUAZE, MAUAD & LOPES 2016).

(...) A exposição configura-se, por isto mesmo, em encarnação do progresso. E progresso, no século XIX, era também sinônimo de uma determinada visão de tempo e de história (...) A exposição, em princípio, oferecia aos olhos do público um panorama gigantesco do crescente poder do homem sobre o mundo físico e, conseqüentemente, do progresso material de cada sociedade (TURAZZI, 1995: 28)

Seja instituindo, produzindo e reproduzindo padrões de comportamento e códigos de sentidos próprios da classe dominante, formadora e conformadora de um novo tipo de comportamento dito moderno e civilizado; seja produzindo um imaginário urbano moderno na virada do século XIX para o XX, a fotografia exerceu uma inquestionável presença na sociedade recifense do Oitocentos. Esta presença, diga-se de passagem, era relativa, pois não alcançou todos os segmentos sociais, restringindo seu acesso aos segmentos mais abastados da província pernambucana.

Conclusão

Mais do que produzir, consumir e apreciar fotografias, faz-se imperativo entender o circuito social, não tão somente no que concerne aos seus aspectos mais objetivos como os acima elencados, mas, sobretudo a produção de sentido social que subjaz em tal prática (FERRAZ, 2004). Nessa perspectiva, a fotografia foi pensada como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/documento quanto imagem/monumento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado (MAUAD, 2008).

Se a fotografia nos informa, por meio de sua característica indiciária, uma dada materialidade passada, na qual objetos, pessoas e lugares nos trazem informações sobre determinados aspectos desse passado, isto é, estilos de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, entre outros, ela também possui uma dimensão simbólica: Aquilo que no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser preservada para a posteridade. Todo documento é monumento. Se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (Ibidem: 37).

A pesquisa realizada possibilitou a compreensão do circuito social das fotografias na sociedade recifense do século XIX e aponta para uma participação intensa da cidade pernambucana na produção, comercialização e socialização de imagens fotográficas. A presença de fotógrafos estrangeiros, a existência de estúdios fotográficos e a troca de cartões no formato *carte de visite*, atestam que a alta sociedade pernambucana oitocentista se utilizou da fotografia para produzir e reproduzir padrões de comportamento e códigos de sentidos próprios desta classe, formando e conformado um comportamento e um imaginário urbano moderno.

Bibliografia

FERREZ, Gilberto. **Velhas fotografias pernambucanas** (1840-1891). Recife: Campo Visual Edição e Comunicação Ltda, 1988.

BERMANN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

DUBOIS, Phillipe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1993.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco: arte e natureza no Segundo Reinado**. Recife: Massangana, 1985.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: EDUFF, 2008.

_____. **Quadros de uma exposição: um retrato do Brasil oitocentista na Coleção Francisco Rodrigues (1840-1920)**. *Arteologie* [Online], 7 | 2015, posto online no dia 15 abril 2015, consultado o 20 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/artelogie/1119> ; DOI : 10.4000/ artelogie.1119

MUAZE, Mariana. **Os guardados da Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio Janeiro: Zahar, 2008.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos: A fotografias e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)**, Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.

VASQUEZ, Pedro Karp. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.

TELES, Wanessa de Lima Teles. **Sob o império do retrato: a difusão social da fotografia e a construção de identidades e alteridades sociais no Recife na década de 1860**, dissertação de mestrado em História, PPGH-UFPE, 2013.

_____. **Fotografia amadora, cultura visual e modernização conservadora no Recife oitocentista: um olhar sobre a obra de Claudio Burle Dubeux Jr.**, Tese de doutorado em História, PPGH-UNIRIO, 2021.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org